

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Números 35/36, janeiro de 2007 / dezembro de 2007

ESTUDOS

Linguísticos e Literários

ISSN 0102-5465

ESTUDOS

Linguísticos e Literários

O Grupo Editorial da revista Estudos Linguísticos e Literários mantém apartes nos aspectos técnicos de formatação dos artigos. A matéria veiculada nos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Estudos Linguísticos e Literários, n. 32, 2010, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, janeiro-dezembro 2010, 248 p., \$12,50.

Letras - Português I, Mestrado em Letras, Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (03)

ISSN 0102-2462



Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Reitor

Naomar de Almeida Filho

Instituto de Letras

Diretora

Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio

Vice-diretora

Noélia Borges de Araújo

O Corpo Editorial da revista *Estudos Lingüísticos e Literários* interfere apenas nos aspectos técnicos de formatação dos artigos. A matéria veiculada nos artigos é da estrita responsabilidade dos autores.

Estudos Lingüísticos e Literários, n.35-36, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, janeiro-dezembro 2007, 268 p. 20x26cm.

Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras, Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (05)

ISSN 0102-5465

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Números 35-36, janeiro de 2007 / dezembro de 2007

Retórica Clássica e Latina no "Seruício de Santa Catarina" de Vieira
Alaís Rêgo

Ray Barbosa, leitor do Padre Antônio Vieira
João Vicente Falcão

A "edificatio princeps" dos "Sermões" do Padre Antônio Vieira
Maria Cândida Pereira de Almeida

A negação prefixal nas "Cartas da Bahia" do Pe. Antônio Vieira
Lucia S. Campos

Estudos de processos de gramaticalização e expressão das relações de instrumento e modo
Rosângela Maria Galvão Fagundes Figueira

Violência fundadora e Antônio Vieira
Sandra Araújo

Itens conjuncionais em textos do Padre Antônio Vieira
Dereza Maria Mello Barros

"Ite" e "habe" nas "Cartas do Maranhão" do Padre Antônio Vieira
Therese Maria Mello Barros

A tradição de transgressão: Língua Portuguesa e identidade cultural em Juandino Vieira
Américo Silva

Função e habitats de base em linguagem profissional
Maria das Graças Sobral

Recategorização
Rafael Brito

Livros e Revistas



Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Universidade Federal da Bahia

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Números 35-36, janeiro de 2007 / dezembro de 2007

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

Universidade Federal da Bahia

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Coordenadora do PPGL

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Editora

Suzana Alice Marcelino Cardoso

Co-editora

Lígia Guimarães Telles

Conselho Editorial

Célia Marques Telles (UFBA/PPGL)

Celina de Araújo Scheinowitz (UFBA/UEFS)

Décio Torres Cruz (UFBA/PPGL)

Evelina Hoisel (UFBA/PPGL)

Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA/PPGL)

Jacques Salah (UFBA/PPGL)

Lizir Arcanjo Alves (UCSal)

Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)

Maria Helena Mira Mateus (Univ. de Lisboa)

Maria Teresa Abelha Alves (UEFS)

Myriam de Castro Lima Fraga (FCJA)

Norma Lopes (UNEB/FJA)

Regina Zilberman (UFRGS)

Rita Olivieri-Godet (Univ. de Rennes II)

Rosa Virgínia Mattos Oliveira e Silva (UFBA/PPGL)

Serafina Maria de Souza Pondé (UFBA/PPGL)

Sílvia Rita Magalhães de Olinda (UEFS)

Vanderci de Andrade Aguilera (UEL)

Revisão de texto

Vento Leste: Editora e Gráfica

Apoio técnico-administrativo

Robélia Alves Cabral Pinto

Projeto Gráfico

Humberto Vellame

Editoração

Cátia O. Costa Lima



INSTITUTO DE LETRAS

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo, 147

Campus de Ondina, CEP 40170-115, Salvador, Bahia, Brasil

Telefones (71) 3283-6781

Fax: (71) 3283-6208

E-mail: pgetba@ufba.br; estudos@ufba.br; robeliacabral@bol.com.br

Sumário

Apresentação	7
“Deus pictor”, tal como a pintura, os sermões <i>Ana Lúcia M. de Oliveira</i>	11
Um exemplar seiscentista dos “Sermões” <i>Célia Marques Telles</i>	29
O uso do “onde” e correlatos nas “Cartas do Maranhão” de Padre Antonio Vieira <i>Emília Helena Portella Monteiro de Souza</i>	57
Retórica Clássica e Latim no “Sermão da Santa Catarina” de Vieira <i>João Bortolanza</i>	75
Ruy Barbosa, leitor do Padre Antonio Vieira <i>Jorge Vicente Valentim</i>	87
A “editio princeps” dos “Sermões” do Padre Antonio Vieira <i>Maria Cândida Ferreira de Almeida</i>	113
A negação prefixal nas “Cartas da Bahia” do Pe. Antonio Vieira <i>Lucas S. Campos</i>	147
Estudos de processos de gramaticalização e semanticização de preposições: expressão das relações de instrumento e modo <i>Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio</i>	157
Violência fundadora e Antonio Vieira <i>Sandro Ornellas</i>	171
Itens conjuncionais em textos do Padre Antonio Vieira <i>Therezinha Maria Mello Barreto</i>	187
“Ter” e “haver” nas “Cartas do Maranhão” do Padre Antonio Vieira <i>Therezinha Maria Mello Barreto</i>	203
A tradição de transgressão: Língua Portuguesa e identidade cultural em Luandino Vieira <i>Maurício Silva</i>	211
Emoção e trabalhos de face em interações profissionais <i>Maria das Graças Salgado</i>	223
Recategorizações de objetos discursivos e realinhamentos em situações de conflito <i>Raquel Brigatte</i>	237
Livros e Revistas	255

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Universidade Federal de Bahia
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
DA LINGÜÍSTICA E LINGÜÍSTICA
Av. Ademar de Barros, 2100
40130-100 Salvador, BA, Brasil

"Deus pictor", tal como a pintura, os estêres
deu Lúcio M. de Oliveira

Um exemplar seicentista dos "Serões"
de João Maria de Sá

O uso do "onde" e correlatos nas "Cartas do Maranhão" de Padre Antonio Vieira
Evelina Helena Fátima Monteiro de Souza

Retórica Clássica e Latim no "Serão da Santa Catarina" de Vieira
João Botelho

Problemas de interpretação
de "Serão da Santa Catarina" de Vieira
José Ricardo Nogueira

A "edição princeps" dos "Serões" de Padre Antonio Vieira
Marta Cândida Fátima de Almeida

A noção de "serão" nas "Cartas da Bahia" de Padre Antonio Vieira
Lucas Z. Coutinho

Estudos de processos de gramaticalização e segmentação de palavras em
expressões das relações de instrumento e modo
Rosana Maria Castro Pádua Fagundes

Violência fundadora e Antonio Vieira
Zélio Cavalcanti

Interconexões em textos de Padre Antonio Vieira
Therese Maria de Sá

"Ter" e "haver" nas "Cartas do Maranhão" de Padre Antonio Vieira
Therese Maria de Sá

A tradição de transgressão: Língua Portuguesa e
identidade cultural em Landino Vieira
Maurício Sá

Emoção e trabalho de face em interações profissionais
Marta das Graças Sá

Reconfigurações de objetos discursivos e posicionamentos em situações de ensino
Rafael Fagundes

Livros e Revistas

Revista de Linguística e Literatura

Editorial

Editorial

Editorial

Apresentação

7

Estudos Lingüísticos e Literários, nesta publicação, composta pelos números 35 e 36, presta uma homenagem ao Pe. Antonio Vieira no quarto centenário do seu nascimento, ocorrido em 6 de fevereiro de 2008. A organização deste número ficou a cargo de Célia Marques Telles e de Maria Tereza Abelha, que recolheram e se encarregaram da distribuição dos trabalhos relativos aos estudos lingüísticos e filológicos e aos estudos literários, respectivamente. Acolheram-se, desse modo, onze estudos referentes à obra de Vieira, a que foram acrescentados três outros de natureza vária.

Os onze trabalhos que integram a primeira parte analisam aspectos diversos da obra vieiriana: seis são estudos lingüísticos, três literários e dois filológicos, distribuídos segundo a ordem alfabética de seus autores.

O primeiro desses estudos é o de Ana Lúcia M. de Oliveira, "*Deus pictor*": *tal como a pintura, os sermões*, fundamentado na análise do paralelo entre poesia e pintura, a partir de um exame da *Arte poética*, de Horácio. Investiga-se, a seguir, a releitura quinhentista desse paralelo, que está na base da constituição da teoria humanista da pintura, de grande fortuna nos séculos XVI e XVII. Por fim, postula-se que o discurso deve criar imagem, no âmbito da codificação retórico-poética, que recicla o paradigma do *ut pictura poesis*, destacando com isso a função da metáfora. Tem-se, como ponto culminante da análise, a abordagem do emprego eficaz do visualismo patético em alguns sermões de Antonio Vieira.

Segue-se, um estudo de caráter filológico, *Um exemplar seiscentista dos "Sermões"*, de Célia Marques Telles, que historia a localização, no acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, de alguns exemplares seiscentistas dos *Sermões*. A partir do conhecimento de que Vieira preparara para publicação doze dos volumes dos *Sermões*, busca-se identificar quais daqueles exemplares poderiam corresponder a essa edição chancelada pelo autor. Verifica-se, então, que cinco dos volumes selecionados preenchiam os requisitos materiais necessários, sendo, então, separado para análises extrínseca e intrínseca o exemplar da segunda parte, aquele que apresentava melhor condição física do suporte. A análise extrínseca, além da informação do livreiro-impressor e da data de publica-

ção, levou em conta o formato do livro, o papel usado, a encadernação e suas marcas, o tipo de impressão. A análise intrínseca, na direção do que aponta Anibal Pinto de Castro, prendeu-se ao exame de alguns dos aspectos lingüísticos que mostram a presença no texto impresso de elementos de caráter arcaizante. Combinados os resultados das duas análises, afirma-se que o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia possui exemplares da *edição princeps* da obra do Padre Antonio Vieira.

Em terceiro lugar vem o artigo de Emília Helena Portella Monteiro de Souza, *O uso do "onde" e correlatos nas "Cartas do Maranhão" do Padre Antonio Vieira*, que é o resultado de observações sobre o comportamento dos localizadores *onde* e seus correlatos, no século XVII, nas *Cartas do Maranhão de Vieira*, com especial enfoque na relação das formas *onde* e *aonde*. Verificam-se a distribuição dessas formas, os valores semânticos, os contextos de uso. Os resultados obtidos são comparados com dados do português falado atual. Leva-se em consideração, neste trabalho de enfoque pancrônico, que, ao lado da variação e da mudança peculiares a todo o sistema lingüístico, há evidências de estabilidade nas relações semânticas e de uso.

O estudo publicado em quarto lugar é o de João Bortolanza, *Retórica clássica e latim no "Sermão de Santa Catarina", de Vieira*. Ressalta-se, de início, que o Latim é a própria Retórica de Vieira, por isso, é possível, a partir de um levantamento das citações latinas, reconstruir todo o labor intelectual de Vieira, não apenas como uma das opções, mas como tarefa essencial para o entendimento a fundo do pensamento e da *argumentatio* de Vieira. Isto é o que se propõe demonstrar no *Sermão de Santa Catarina*, que tem como epígrafe e mote apenas a expressão latina *ne forte*, extraída da frase das virgens prudentes *ne forte sufficiat nobis et vobis*. Esse "para que não por acaso" passa a ser explorado a partir da etimologia *ne forte* > *Fortuna* (por sua vez, representada pela roda, a roda da Fortuna, sempre instável). Roda, com a palma e a espada, que é um dos troféus da vitória da virgem mártir Catarina em sua imagem. Frases dos textos sagrados e de clássicos, como Sêneca, Plínio e Plutarco são trazidas à explicação.

O estudo seguinte é de Jorge Vicente Valentim, *Ruy Barbosa, leitor do Padre Antonio Vieira*, no qual se faz a abordagem do discurso e da arte oratória de Ruy Barbosa, a partir da verificação e do estudo das suas fontes primárias literárias portuguesas. As referências às fontes da tradição clássica portuguesa, sobretudo à obra do Pe. Antonio Vieira e sua presença constante, são analisadas como índices reveladores de uma afinidade discursiva, de uma postura crítica e de uma leitura ensaística dos textos vieirianos, operados pelo jurista brasileiro.

Segue-se o trabalho de Maria Cândida Ferreira de Almeida, *A "editio princeps" dos "Sermões" do Padre Antonio Vieira*, cujo objeto de trabalho foram os livros editados no século XVII, pertencentes à Biblioteca do Instituto Santo Inácio (ISI), em Belo Horizonte. O trabalho envolveu não só a descrição formal do objeto livro, mas também, uma reflexão sobre o próprio papel do objeto "livro", a partir do sermão *Nossa*

Senhora da Penha de França de Vieira. Com base nessa reflexão sobre o livro, propõe-se uma análise dos elementos de controle da leitura. Sustenta-se, então, o trabalho sobre dois eixos centrais: uma reflexão sobre os elementos envolvidos na produção material do livro e os mecanismos de controle da leitura, do qual participam autor, editor, censor e crítico literário. Ressalta-se o fato de que o censor, que tinha papel fundamental na edição de um livro no século XVII, vai ser substituído pelo crítico no século XX. Conclui-se mostrando que a obra de Vieira publicada nos dois momentos propicia uma visão dessa transformação.

O estudo seguinte é de Lucas S. Campos, *A negação prefixal nas "Cartas da Bahia" do Pe. Antonio Vieira*, no qual se faz uma análise das cartas do Pe. Antonio Vieira, nos seus anos finais na Bahia, editadas por José Lemos Azevedo, através da imprensa Nacional de Lisboa, no ano de 1971, a partir dos conceitos básicos referentes ao processo de gramaticalização e da descoberta de uma possível trajetória desse processo de mudança lingüística. Detectaram-se no "corpus" construções em que ocorre o passo inicial do processo de gramaticalização do *não* como prefixo, isto é, o seu emprego precedendo o participio em orações subordinadas adjetivas reduzidas, estágio em que os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, ambos representados pelo item lexical *não*, se enfraquecem, criando uma área de intersecção entre o advérbio e o prefixo.

Nessa linha de gramaticalização é também o artigo de Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio, *Estudo de processos de gramaticalização e de semanticização de preposições: expressão das relações de instrumento e modo*. Nele, à luz da teoria funcionalista, faz-se um estudo dos processos de gramaticalização e de semanticização de preposições nos séculos XIV, XVI e XVII. Trata-se de itens que expressam relações de *instrumento* e de *modo*, na função de adjunto adverbial, adotando-se também os pressupostos da teoria localista. Constituem o corpus de análise textos do século XIV, os *Diálogos de São Gregório* (português arcaico), do século XVI, o *Livro das obras de Garcia de Resende* (época em que houve a normatização, embora o texto apresente ainda como característica certa variação na escrita, porém com uma língua não tão próxima do latim), e século XVII, as *Cartas do Maranhão* de Antonio Vieira (com a presença da normatização, tratando-se de um texto que apresenta uma escrita mais cuidada e sem variação). Verifica-se (no que se refere à aplicação da teoria localista) que as preposições, apesar de exprimirem, inicialmente, relações espaciais, com o passar dos séculos, se abstraem, cada vez mais, chegando a expressar também relações temporais e relações ainda mais abstratas.

O estudo a seguir é o de Sandro Ornellas, *Violência fundadora e Antonio Vieira*, um ensaio em que se mapeiam genealogicamente algumas marcas escritas da violência fundadora na cultura brasileira. Na segunda metade, para pensar a violência no Brasil como atuante desde a produção de um imaginário colonial, tomam-se sermões do Padre Antonio Vieira, sobretudo alguns daqueles voltados para o contexto colonial brasileiro da escravização de indígenas e negros africanos.

Therezinha Maria Mello Barreto escreve dois estudos sobre a língua de Vieira. O primeiro deles, *Itens conjuncionais em textos do Padre Antonio Vieira*, toma por base as *Cartas da Bahia e do Maranhão – 1651 a 1697*, os três *Sermões da Quarta-feira de Cinzas* e o da *Sexagésima*. Estudam-se os processos de gramaticalização empreendidos pelos noventa e dois itens conjuncionais empregados. O estudo revelou o emprego de novos itens conjuncionais, a mudança do comportamento semântico de itens já existentes na língua e, sobretudo, os processos de gramaticalização envolvidos na formação dos itens, muitos dos quais, na época (séc. XVII), ainda em andamento. O segundo artigo, “*Ter*” e “*haver*” nas “*Cartas*” do Maranhão do Padre Antonio Vieira, procura verificar o emprego dos verbos *ter* e *haver* em textos do século XVII. Com base em pesquisas realizadas por Mattos e Silva em textos do português arcaico, demonstra-se que, no século XVII, esses verbos já se apresentavam gramaticalizados ou que antigos empregos ainda estavam em uso. São ainda analisados os tempos compostos presentes no texto, no sentido de verificar se, na época, já eram empregados com frequência.

Os três artigos seguintes tratam de temas variados. Maurício Silva, em *A tradição da transgressão: língua portuguesa e identidade cultural em Luandino Vieira*, trata das relevantes inovações lingüísticas do escritor angolano Luandino Vieira, esfatizando suas operações mais transgressoras. Analisa-se, ainda, como essa linguagem interage com o processo de construção da identidade cultural de seu país. Maria das Graças Salgado, no artigo *Emoção e trabalhos de face em interações profissionais*, investiga como os trabalhos de defesa e ameaça à face dos participantes atuam na expressão da emoção em contextos de interações profissionais. A análise qualitativa é feita a partir de cartas de clientes endereçadas a uma empresa de seguro de saúde. Os resultados indicam que os clientes usam estratégias discursivas emocionais de defesa da própria face e de ameaça explícita à face da empresa, para alcançar objetivos nem sempre contemplados pelas normas contratuais. O último artigo é o de Raquel Brigatte, *Recategorizações de objetos discursivos e realinhamentos em situações de conflito*, que investiga, em uma audiência de conciliação no PROCON, de que forma os participantes recorrem a expressões referenciais de nível interpessoal capazes de sinalizar os múltiplos alinhamentos reivindicados principalmente por reclamante e reclamados. Ao adotar uma noção de língua que vai além da centração no código, focaliza-se como as recategorizações dos objetos discursivos apontam para a plasticidade das significações lingüísticas e evidenciam a natureza dinâmica do enquadre interacional.

Com este número dedicado aos estudos vierianos, acrescenta-se uma contribuição do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística aos atos de comemoração do centenário do Padre Antonio Vieira.

Célia Marques Telles

Deus pictor: tal como a pintura, os sermões

Ana Lúcia M. de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Este artigo parte de um exame da *Arte poética*, de Horácio, criador do famoso símile que sintetiza o paralelo entre a poesia e a pintura. Em seguida, investiga-se a releitura quinhentista desse paralelo, que está na base da constituição da teoria humanista da pintura, de grande fortuna nos séculos XVI e XVII. No âmbito da codificação retórico-poética, que recicla o paradigma do *ut pictura poesis*, postula-se que o discurso deve criar imagem, destacando com isso a função da metáfora, considerada menos uma figura de estilo particular do que a condensação do engenho como pensamento figural. O ponto culminante da análise será a abordagem do emprego eficaz do visualismo patético em alguns sermões de Antonio Vieira.

ABSTRACT

This paper begins with a brief investigation of Horace's *Poetic Art* and the creation of the famous comparative formula that summarizes the parallel between poetry and painting. It also focuses on the importance of visual elements in the different forms of representation in the 17th century. In the field of rhetoric and poetical theories, the main prescription is that discourse must create images. The central aim of the analysis will be the demonstration of the efficient use of pathetic means of visualization in some sermons written by Antonio Vieira.

Estudo Linguístico e Literário, março 2017, volume 45, número 1, páginas 1-12

O presente trabalho pretende focar a predominância do visualismo patético na textualidade jesuítica, especialmente na sermonística de Antonio Vieira, inscrevendo-a no âmbito da relevante questão do paralelo entre as artes. Tal estratégia analítica acarreta um duplo enfoque na argumentação desenvolvida: inicialmente, proceder-se-á à investigação da obra de Horácio, criador do símile *ut pictura poesis*, que foi crucial para o estabelecimento da teoria humanística da pintura e para as codificações retórico-poéticas dos séculos XVI e XVII. Em seguida, evidenciando a função primordial dos elementos visuais nas representações seiscentistas, o foco incidirá sobre a reciclagem vieiriana da comparação entre as artes do discurso e as artes visuais, a partir do reconhecimento da grande eficácia persuasiva das imagens.

O paralelo entre a pintura e as artes discursivas foi recorrente no pensamento grego, estando presente em diversos diálogos platônicos (por exemplo, em *Parmênides* 165 c-d; *Teeteto* 208 e; *República* 603 a-c, 605 a-c; *Fedro* 275 d-e), bem como na obra de Aristóteles (cf. *Poética* 1454 b; *Retórica* 1411 b); entretanto só com Horácio o citado paralelo recebeu o seu batismo, sendo cunhado na bem sucedida fórmula *ut pictura poesis*, em sua obra *Ars poetica* ou *Epistola ad Pisones*.

Retomando o que já constituía, na época, certo lugar-comum, Horácio reconhece primeiramente o impacto das sensações visuais: “As ações ou se representam em cena ou se narram. Quando recebidas pelos ouvidos, causam emoção mais fraca do que quando, apresentadas à fidelidade dos olhos, o espectador mesmo as testemunha” [...] (v. 179-181). Um pouco mais à frente, para ilustrar a inadequação de uma leitura de poemas da tradição oral que se fizesse de perto, isto é, com escrutínio apropriado para gêneros escritos, o poeta desenvolve uma analogia entre pintura e poesia, introduzida pelo famoso símile:

Poesia é como pintura; uma te cativa mais, se te deténs mais perto; outra, se te pões mais longe; esta prefere a penumbra; aquela quererá ser contemplada em plena luz, porque não teme o olhar penetrante do crítico; essa agrada uma vez; essa outra, dez vezes repetida, agrada sempre. (v. 361-365)

Apesar de pouco extenso, o trecho acima levanta questões importantes quanto à diagramação da distância e da percepção adequadas do público do discurso no interior do próprio discurso, questões que tentarei rastrear, servindo-me do interessante artigo de Wesley Trimpi (1978, p. 29-73), “O *ut pictura poesis* horaciano: o argumento para o decoro estilístico”.

Como ilustração dos critérios do decoro poético necessário para agradar o leitor crítico, Horácio desenvolve três comparações: quanto à distância adequada (perto/longe), quanto à luz (obscuridade/claridade) e quanto ao número (uma vez/diversas vezes). Na sua primeira comparação, o poema longo corresponderia certamente à pintura mais distante, considerando-se que ambos exigem que se dê um passo atrás para percebê-los claramente. Tal recuo “provoca, metaforicamente, para o poema, certas conseqüências estilísticas” (TRIMPI, 1978, p. 32): os poemas curtos podem ser mais elaborados, ao passo que a grande épica exige distância para aparecer como um todo, ao invés de proximidade para ressaltar seus detalhes, conforme ocorre em relação aos primeiros.

Facilmente se percebem aqui ecos da tradição retórica aristotélica. Efetivamente demonstra-se, na *Retórica* (III, 1413 b), a diferença estilística entre os discursos escritos, muito elaborados e estreitos em abrangência, e os da oratória deliberativa, cujos temas mais amplos, discutidos em grandes assembleias, dispensam uma confecção muito minuciosa. Tal diferença deriva do fato de que estes devem ser ouvidos a distância, ao passo que os primeiros são lidos de perto. Mais uma vez, o filósofo recorre ao paralelo com a pintura para ilustrar a adequação estilística à recepção:

Agora o estilo da oratória que se dirige a assembleias públicas assemelha-se, em muitos pontos, a uma pintura em perspectiva. Quanto mais numerosa for a multidão, mais afastado será o ponto de onde se observa, de modo que, em ambos, a exatidão excessiva nos detalhes é supérflua e deve ser evitada. (*Retórica* III, 1414 a)

Quanto à segunda comparação da *Arte poética*, o primeiro tipo de pintura prefere um cenário mais escuro, porque “seus refinamentos seriam superados ou encobertos pelo brilho da luz do sol” (TRIMPI, 1978, p. 35); ao passo que o outro, preocupado com questões mais amplas e desprezando os detalhes, não teme a perspicácia do crítico ou juiz, querendo ser visto em plena claridade. Já o terceiro par de oposições é empregado especificamente para diferenciar o discurso oral do escrito. Em termos horacianos, o poeta épico contemporâneo da tradição escrita possui uma responsabilidade artística maior do que a dos poetas da tradição oral. Ele deve, conscientemente, tentar obter os efeitos de magnitude e de movimento regulado provocados por estes últimos, através de uma arte que o leitor poderá testar repetidas vezes, com o seu próprio olho.

As observações precedentes evidenciam que os três pares de critérios funcionam, assim, como meios para o julgamento de *uma obra bem realizada, ou seja, adequada estilisticamente às convenções do gênero a que pertence e às circunstân-*

cias da sua recepção. Conforme já assinalou João Adolfo Hansen (1989, p. 248-249): “A doutrina do *ut pictura poesis* horaciana retoma Aristóteles e estabelece analogia entre pintura e poesia, ilustrando a natureza do decoro estilístico necessário em cada gênero poético para ser verossímil e agradar o destinatário”.

Sem pretender fechar a discussão, o que importa é destacar que o símile horaciano ofereceu uma bem sucedida fórmula para analisar a relação entre a *mimesis* poética e a pictórica. Tal comparação foi sendo reinterpretada, ao longo do tempo, de diversas maneiras, seja para identificar as duas artes, seja para ressaltar suas diferenças; assim, de uma semente tão pequena, originou-se um extensivo corpo de especulação estética e, particularmente, uma teoria da arte muito difundida, que prevaleceu nos séculos XVI, XVII e em grande parte do XVIII.

Em estudo já clássico acerca do tema em foco, Rensselaer Lee (1982) pretende definir a teoria humanística da pintura, que, baseando-se na releitura horaciana de Aristóteles, parte da suposição fundamental de que a boa pintura, assim como a boa poesia, é a imitação ideal da ação humana. Tal teoria está amplamente imbuída da doutrina do *ut pictura poesis*, de grande fortuna nos períodos renascentista, maneirista e barroco. Assim, um lugar-comum dos tratados sobre arte e poesia desses períodos é assinalar a estreita relação entre as artes irmãs, que, segundo escreveu Giovanni Lomazzo (*apud* LEE, 1982, p. 13) em 1585, nasceram de um mesmo parto.

Tanto Aristóteles quanto Horácio já haviam apontado diversas analogias entre ambas as artes, sem contudo pretender identificá-las, menos ainda submeter uma ao domínio da outra. Entretanto, ao sofrer uma reciclagem durante o Renascimento, o símile horaciano sofreu uma inversão de sentido – em um movimento, aliás, bastante revelador dos pressupostos que o fundamentam –, passando a ser lido da seguinte maneira: “como a poesia, assim é a pintura”. Tal releitura intimou por muito tempo a pintura a buscar sua legitimidade face à poesia, cujo primado era atestado pela autoridade da tradição (cf. LICHTENSTEIN, 1981, p. 536).

Para continuar o exame desse tema, é de grande valia remeter à tese, desenvolvida por Luiz Costa Lima (1984, p. 11-45; 1988, p. 9-24), de que o *Cinquecento* conheceu um *controle do imaginário*, enfatizando “a distância entre o efetivo programa humanista e o mito liberal do Renascimento” (COSTA LIMA, 1988, p. 13), principalmente no tocante às artes plásticas. De toda a complexa e minuciosa análise do referido crítico, importa reter aqui, estrategicamente, dois aspectos. Em primeiro lugar, a delimitação dos instrumentos básicos do controle, forjados a partir de um enquadramento ético-religioso de questões relativas à poética – a *imitatio*, o decoro e a verossimilhança –, que seriam estendidas para o domínio das artes plásticas. Em segundo, o realce do fato de que, para pintores e escultores, na época considerados artesãos e não artistas, a aproximação com os humanistas e com os poetas possibilitava uma forma de ascensão social.

Sem entrar no exame dessas questões, apenas lembro que o preceito do decoro – derivado de Horácio e estritamente relacionado à sua definição da finalidade didáti-

ca e moral da poesia –, bem como a tradução-traição¹ do conceito de *mimesis* por *imitatio*², entendida como imitação dos modelos antigos, se conformavam diretamente à política da Igreja de forçar a arte a servir à moralidade e ao dogma cristãos, implicando, através do controle assim exercido sobre os produtos do imaginário, o afastamento do sensível condenado.

Coube a Leon Battista Alberti, com sua obra *De Pictura*, de 1435, a primeira tentativa renascentista de reduzir essa desvantagem dos pintores face aos poetas, buscando criar uma teoria das artes que, superando preconceitos oriundos da Antiguidade quanto ao trabalho manual, as elevasse à dignidade das artes liberais. Comentando esse texto, Márcio Seligmann-Silva (1998, p. 10-11) nos informa que tal teoria nasce com uma “dupla dependência” em relação à poesia: “em primeiro lugar ela depende dos tratados de retórica e de poética; além disso – em grande parte em decorrência desse fato – a própria concepção de pintura e de escultura será de início eminentemente lingüística”. Importa ainda destacar que se, nos autores da Antiguidade, a poesia era esporadicamente comparada com a pintura, agora tais comparações “que tinham um papel meramente ilustrativo ganham um peso que não existia nos seus contextos de origem” (idem, p. 11).

De fato, a identificação das duas atividades miméticas durante o século XVI, impondo, então, à pintura o que era apenas uma teoria poética remodelada e ignorando, com isso, que ambas empregam meios de expressão radicalmente distintos, deu origem a uma teoria pictórica extremamente pedante e desviada do seu objeto principal (LEE, 1982, p. 19). A ela se submeteu o pintor, irmão gêmeo do poeta erudito, travestindo-se de humanista.

Dentre as poucas vozes dissonantes da época, Leonardo da Vinci busca enfatizar a radical diferença entre as artes, desenvolvendo múltiplas comparações entre pintura e poesia, em detrimento desta última. Para realizar tal propósito, dedica-se ao “exercício paradoxal, que consiste em escrever para defender a supremacia da pintura, isto é, em utilizar os meios do ‘poético’ para celebrar a superioridade do ‘pictural’” (LICHTENSTEIN, 1989, p. 130). Em sua obra *Paragone: uma comparação das artes*, Leonardo, tentando inverter a hierarquia tradicional que postulava a primazia da poesia sobre a pintura, destaca a maior imediatez, a força de presença da representação pictórica. Tomando da pena para louvar o pincel, afirma, por exemplo, que o sentido da visão, ao qual se dirige a pintura, é mais nobre do que o sentido

1 Em relação a esse aspecto, remeto à seguinte observação de Heidegger acerca da retomada das palavras gregas no pensamento latino: “Essa tradução aparentemente literal (e por isso aparentemente uma salvaguarda) é uma verdadeira tradução. O pensamento romano retoma as palavras gregas sem a apreensão original correspondente ao que elas dizem, sem a fala grega” (apud CASSIN, 1990, p. 188).

2 Este é um problema bastante complexo, que não caberia desenvolver aqui. Para maiores desdobramentos, remeto à reflexão de Costa Lima (1980 e 1995, p. 61-104).

da audição, ao qual se dirige a poesia (DA VINCI, 1925, p. 28), antecipando em cerca de dois séculos e meio, conforme a interpretação de Rensselaer Lee (1982, p. 72), a famosa distinção das duas artes plasmada por Lessing no *Laocoonte*³.

Em sua instigante obra *A cor eloqüente*, Jacqueline Lichtenstein (1989, p. 220) observa perspicazmente que a definição leonardiana da poesia como uma forma de representação cega (DA VINCI, 1925, p. 27) permite remanejar a leitura clássica do *paragone* entre as artes, que teve sua origem no famoso aforismo de Simônides de Ceos, registrado por Plutarco: “A pintura é uma poesia muda e a poesia é uma pintura falante”. Observemos de perto tal comparação. Ao passo que a última designação é positiva, por remeter tanto à ordem do dizível – que é a da própria poesia – quanto à do visível, a primeira evidencia a inferioridade da pintura, por remeter apenas à ordem da linguagem, mascarando a especificidade própria da representação pictural. Rejeitando essa hierarquia que assujeita a imagem à linguagem, Da Vinci transfere o signo privativo da arte pictórica – tradicionalmente, “muda” – para a arte poética – leonardianamente, considerada “cega”.

As observações precedentes mostram como, em linhas gerais, a releitura quincentista da problemática do *ut pictura poesis* reafirma os mesmos preconceitos quanto ao lugar do sensível na representação que acompanharam o paralelo entre as artes desde a sua origem grega⁴. Assim, a submissão aos cânones humanistas que regiam o fazer poético, pré-requisito básico para o acesso da pintura à legitimidade, constitui uma importante etapa desse movimento de conquista da dignidade liberal que caracteriza a história das artes plásticas a partir do Renascimento.

Outro ponto a destacar é que, na primeira metade do século XVI, a ala extremista da Reforma exprimiu energeticamente o ponto de vista da iconoclastia religiosa, para a qual Deus (modelo original) é absolutamente diferente e outro em relação à imagem, à figuração e ao próprio mundo. Conformes à tradição bíblica, os reformistas opõem aos ídolos e às imagens falsas da divindade a visão profética, com seu caráter extraordinário e sectário, privilégio de poucos. Em síntese, a atitude iconoclasta implica a recusa da realidade mundana, que não apresenta qualquer relação com o divino: trata-se de puro espetáculo, encenação privada de qualquer dimensão ontológica, mero engano das potências diabólicas (cf. PERNIOLA, 1978, p. 40). Como contestação à Reforma, a Igreja Católica multiplicou as imagens, a partir das deliberações do próprio Concílio de Trento, em 1563, que fixou “o uso das imagens como instrumento de eficácia inigualável para efeitos de doutrinação e propaganda” (apud PÉCORA, 1994, p. 74). Contra o protestantismo, centrado na leitura da Bíblia e em um diálogo interior, sem intermediário, entre Deus e o fiel, o Concílio

3 Não cabe aqui abordar a obra de Lessing, considerando-se que o ponto de chegada de nossa reflexão é o século XVII. Para maiores considerações acerca do *Laocoonte*, remeto às análises de Seligmann-Silva (1998, p. 46-56) e A. J. Gonçalves (1994, p. 25-86).

4 Para maiores desdobramentos desse ponto específico, cf. OLIVEIRA, Ana L. de (1992, cap. 2).

reforçou a importância do cerimonial da missa e da adoração aos santos, possibilitando o surgimento de uma arte adequada a tais princípios, que buscava convencer deslumbrando o espectador, multiplicando as impressões sensíveis, ordenando cerimônias solenes e majestosas e espalhando o culto às imagens.

Para esse *imperialismo da imagem*, muito contribuiu o pensamento de Inácio de Loyola, fundador da ordem jesuítica, à qual, como se sabe, Antonio Vieira pertencia. Estudando esse autor, Roland Barthes nos esclarece que, no século XVI, começa a modificar-se a hierarquia dos cinco sentidos, de grande importância teológica. Na Idade Média, atribuíam-se grande destaque à audição, cuja primazia era garantida teologicamente: desde as origens, a Igreja baseia a sua autoridade na palavra, a fé é audição (cf. BARTHES, 1971, p. 67-68). São por demais conhecidas todas as resistências cristãs à imagem e ao risco representado pela visão, que induz facilmente ao desejo carnal, logo, ao pecado. O movimento reformista radicalizaria ainda mais tal oposição, chegando Lutero a afirmar que só o ouvido constitui o verdadeiro órgão perceptivo do cristão. Loyola se empenha em transformar tal hierarquia, ressaltando a importância do sentido da visão nas práticas religiosas. Com efeito, a imagem constitui a matéria constante dos *Exercícios espirituais*, que ensinam a evocar concretamente, na meditação, a figura e as cenas da vida de Cristo, exercitando a imaginação a considerá-las uma realidade presente e tangível.

Em *Arte da memória*, Francis Yates (1975, p. 83), sem focalizar o pensamento inaciano, fornece uma chave indispensável para sua compreensão, a partir de um pressuposto de Tomás de Aquino de que "*nihil potest homo intelligere sine phantasmate*". Tal justificação cristã da imaginação – visto que a imagem é considerada uma via de conhecimento propriamente humano – funda a legitimidade de uma arte da memória, que opera por meio da associação de um saber transmitido pela tradição às imagens, as quais são classificadas e arrumadas cenograficamente nos compartimentos de um teatro interior; desse modo, será fácil recuperá-las, sempre que for necessário. Conforme nos esclarece Marc Fumaroli (1980, p. 421), tal arte da memória implica uma espiritualidade, uma vez que percorrer esses lugares, reencontrar tais imagens carregadas de sentido *místico*, é retornar às verdades originais; no limite, é reencontrar Deus.

De modo geral, os escritores místicos valorizavam as imagens por considerá-las necessárias em sua prática de devoção ou, no espírito da época, como poderosa estratégia da luta anti-reformista face ao luteranismo. Por exemplo, sabe-se que Loyola não meditava sem antes olhar as imagens penduradas em seus aposentos para essa finalidade. Emilio Orozco (1988, p. 116-117) ressalta o importante papel desempenhado, no desenvolvimento dos livros de meditação seiscentistas, pelo jesuíta Jerônimo Nadal, que, seguindo a recomendação inaciana de propor pontos para a meditação ilustrados com imagens, estendia a todo o ano litúrgico o método de oração para quatro semanas dos *Exercícios espirituais* e complementava-o com um volume de pranchas gravadas representando cada evangelho do dia. A extraordinária difusão obtida por essa obra atesta que tal gênero de meditação através de ima-

gens encontrava forte ressonância, e não apenas no âmbito das ordens religiosas. Assim, essa necessidade de reforço visual no ensino e na comunicação da doutrina acarretou o desenvolvimento e a multiplicação dos livros de gravuras ao longo dos séculos XVI e XVII.

Pelo caminho traçado, já se vislumbra como essas características pictóricas dos livros de meditação se inserem em um movimento maior desencadeado pela apologia pós-tridentina das imagens que encontrou seu apogeu na arte seiscentista. Do umbral da própria época, o jesuíta Louis Richeome afirma que as imagens religiosas ensinam “proveitosa, viva e deliciosamente, as virtudes, os frutos e as delícias” do mistério da fé. E continua a sua defesa:

Não há nada que deleite mais e que faça mais suavemente deslizar uma coisa na alma do que a pintura, nem que a grave mais profundamente na memória, nem que incite a vontade mais eficazmente para lhe provocar um abalo e para movê-la com energia (apud PRAZ, 1934, p. 5).

Na pedagogia desse período, recorre-se freqüentemente à imagem visual, devido à sua eficácia, uma vez que a incorporação de um elemento plástico a um conteúdo didático reforça bastante as possibilidades de assimilação deste último. Além dos livros com gravuras, outro exemplo dessa “espiritualidade visualizada” (CHARPENTRAT, 1967, p. 9) que dominou o século XVII é fornecido pelo grande desenvolvimento dos livros de emblemas. Como se sabe, o emblema é composto de três partes: um *motto* que encerra o sentido moral, uma gravura ou imagem que o representa simbolicamente e uma breve *explicatio*, em prosa ou em verso, referente à idéia expressa na combinação das duas outras formas. Facilmente se depreende por que os emblemas foram cada vez mais empregados na ilustração das obras jesuíticas, que visavam a uma educação popular: devido à sua extrema eficácia como expediente didático capaz de, segundo a leitura de Mario Praz (1934, p. 4), “ensinar de forma intuitiva uma verdade moral”.

Gradualmente foi-se tornando comum apresentar o *motto* em uma língua e a *explicatio* em outra – ei-nos diante da divisa ou empresa, que, segundo Adolfo Hansen (1986, p. 94), “propõe uma ‘palavra muda’, imagem de uma coisa valendo por outra, chamada de ‘sentido concreto’, e uma ‘palavra inteligível’, sentença-metáfora de um conceito, que se chama seu ‘sentido inteligível’”. Apresentando-se em forma de enigma, a divisa exige decifração; com isso, além de agradar pelo apelo às sensações visuais, estimulado pela imagem que a constitui, apresenta um recurso psicológico eficaz: aguça no leitor o prazer de resolver uma dificuldade. Ou seja, estimula o seu engenho e nisso vai ao encontro do preceito recomendado por Gracián: “La verdad, cuanto más dificultosa, es más agradable: y el conocimiento que cuesta, es más estimado” (GRACIÁN, 1974, p. 44).

Até então, observamos a extrema contaminação entre o visível e o dizível, constante na produção artística seiscentista, considerando-a nessas formas mistas,

como os emblemas e as divisas, que unem a imagem e a linguagem. Examinemos agora os seus efeitos no âmbito exclusivo do discurso, para detectar a nova concepção de linguagem poética que aí se agencia. Em primeiro lugar, considere-se a transformação operada na relação hierárquica entre imagem e conceito na retórica barroca, que, em vez de considerar que a figura *representa* o conceito, como era usual, passa a defini-lo (o *concetto*) como um nó de palavras e de imagens, uma expressão figurada cujo paradigma é a pintura. Seguindo o gosto da época, portanto, *o discurso deve criar imagem*. Referência absoluta de uma nova definição da inteligibilidade, a forma visível impõe suas condições ao discurso, exigindo-lhe criar uma visibilidade senão real, ao menos metafórica. Com sua autoridade de observador contemporâneo, postulava o padre Binet: “é preciso narrar como se fosse com um pincel” (apud LICHTENSTEIN, 1989, p. 38). O símile horaciano *ut pictura poesis* passa a ser uma das tópicas mais freqüentes nos principais tratados da época. Dentre muitos, um exemplo do jesuíta Sforza Pallavicino:

A poesia se encarrega de colocar diante dos olhos [os sucessos], retratando-os como se estivessem vivos, com suas circunstâncias minuciosas, e colorindo-os com as manchas ultramarinas das metáforas e dos símiles. (apud BARILLI, 1989, p. 73)

Fundamental para compreender essa nova concepção da linguagem poética é o exame da obra de Emanuele Tesauro, *Il cannocchiale aristotelico* (1654), pedra angular das teorias retóricas seiscentistas, praticamente contemporânea da igualmente famosa *Agudeza y arte de ingenio* (1648), de Gracián, com ela compartilhando o mesmo espírito engenhoso jesuítico. Dos dados contextuais, ressalte-se que o livro de Tesauro exerceu uma notável influência em toda a Europa, graças às numerosas edições e traduções de que foi objeto. O jesuíta italiano parte da idéia básica de que é próprio do espírito humano poder associar noções distantes; em seguida, extraíndo dessa idéia suas últimas conseqüências, faz do *concetto*, forma extrema da metáfora, esse “milagre” espiritual que nos permite ver um objeto em outro. Assim concebida, a metáfora se torna uma espécie de jogo ótico: faz aparecer, em um objeto, diversos aspectos diferentes – logo, diversos objetos –, segundo a modificação do ângulo de visão. Ao longo de sua teorização, evidencia-se o papel proeminente atribuído à metáfora, que é considerada menos uma figura de estilo específica do que a condensação do *ingegno* como pensamento figural, aquele que possui – desde Aristóteles (*Retórica* III, 1411), passando por Horácio, Cícero e Cesare Ripa, dentre outros – a capacidade de pintar com palavras, de criar quadros⁵.

Conforme Christine Buci-Glucksmann (1986, p. 134), o princípio genealógico do *Cannocchiale aristotelico* “é dado imediatamente no muito curioso oximoro científico e filosófico do título: um telescópio aristotélico”. Entendamos as razões, preenchendo as lacunas deixadas pela autora. Sabe-se que Galileu, a quem se atribui a construção da primeira luneta astronômica, em *Considerações sobre Tasso*,

6 Para maiores desdobramentos acerca da reciclagem seiscentista da teoria aristotélica da imagem, consultar OLIVEIRA, 2006.

crítica a alegoria devido à sua semelhança com a anamorfose: ambas constituem uma perversão da perspectiva, por apresentarem um sentido que só se evidencia obliquamente (cf. SARDUY, 1988, p. 51-55). Em outras palavras, ironizando o anti-aristotelismo de uma ciência galileiana crítica das metáforas e das metamorfoses,

Tesauro reúne um telescópio científico barroquizado e a retórica aristotélica novamente desenvolvida, a partir da *lexis* e de seu centro: a metáfora, essa "mãe de todas as sutilezas figurais, da poesia, dos símbolos e dos emblemas. (BUCI-GLUCKSMANN, 1986, p. 135)

Entretanto, barrocamente, tal crítica se opera de modo oblíquo, através de um jogo de remissões dificilmente perceptível à primeira vista. Eis como Tesauro define o telescópio, referindo-se à sua descoberta por Zacharia Jensen:

Mas não sei se foi engenho angelical ou humano aquele do holandês que, em nossos próprios dias, com dois espelhinhos óticos, quase com duas lâminas de vidro, conduziu a vista humana através de um canudo perfurado para além de onde o pássaro alcança. (TESAURO, 1968, p. 89)

A ironia se desdobra: esse extraordinário instrumento fruto do engenho humano modifica radicalmente a percepção visual e se inclui nas "sutilezas óticas" que, "por meio de certas proporções, de perspectiva com estranhas e engenhosas aparências, te fazem ver o que não vês" (idem, *ibid.*). Assim, numa pirueta irônica, a definição do telescópio galileano passa a ser tão ampla que o identifica justamente com a perversão da perspectiva, tão apreciada no século XVII e tão criticada por Galileu. Ei-nos no reino da anamorfose, no qual, por um jogo de distorções praticadas sobre o objeto, se pretende conseguir que, à primeira vista, ele desapareça ou se assemelhe a algo muito diferente, para restabelecer-se em sua forma sensível, ante o olho do espectador, quando este o contempla de um determinado ponto de vista. Registre-se, de passagem, que se reencontra aqui, reciclada por lentes barrocas, a questão da distância adequada em relação à representação, tópica aristotélica sistematizada por Horácio, cotadíssima nas poéticas seiscentistas. Após esse tortuoso raciocínio, compreende-se a razão de Tesauro ter colocado, no frontispício do livro, uma gravura em que se representa, alegoricamente, a pintura de uma anamorfose, a quinta-essência das sutilezas óticas.

É necessário abandonar por ora todo esse jogo de deciframento de referências cruzadas e tecer algumas considerações finais acerca da obra em foco. Para isso, recorrerei novamente à análise de Buci-Glucksmann (1986, p. 141-142), que articula os elementos agenciados por Tesauro e o barroquíssimo efeito do *mirabile*:

Do telescópio às comparações picturais, sem falar do estilo florido e visual de Tesauro, o Ver engendra uma cena retórica em que a natureza do *ingegno* e a da metáfora e de todas as "acuidades" e figuras sutis (as *argutezze*) conjugarão os seus poderes. Pois o pensamento conceituoso, a agudeza, essa "mãe de todo conceito engenhoso", é de saída figural.

Em síntese, o ponto central da teorização retórica de Tesauro se concentra na

reavaliação do conceito de metáfora. Radicalizando a definição aristotélica que a considerava uma forma de *transporte semântico*⁶, a metáfora tesaúrica passa a operar a junção do *thauma* grego e desse *mirabile* que “consiste em uma representação de dois conceitos quase incompatíveis” (TESAURO, 1968, p. 446). Analogicamente, o mesmo procedimento é empregado na concepção do próprio título do livro: a luneta aristotélica, isto é, uma reciclagem do estagirita com novas lentes, à luz de todas as descobertas coetâneas; em outras palavras, “um tipo de torção barroca imposta à filosofia aristotélica” (BUCI-GLUCKSMANN, 1986, p. 156).

As considerações anteriores ressaltaram que a *mimesis* seiscentista apresenta como traço fundamental a possibilidade de um desdobramento contínuo dos próprios meios de representação, sendo patente a interpenetração de todas as formas simbólicas: gravam-se, com imagens e motivos visuais, letras, títulos de livros, dísticos; comentam-se emblemas e divisas; descrevem-se verbalmente quadros pintados; pintam-se, na tela, imagens de livros; desenham-se plantas de construções baseadas nas iniciais de um nome próprio ou de um brasão. Órgão central desse grande sistema representativo barroco, o olho – esse “miembro divino”, segundo Gracián (1986, p. 112) – se expressa em diversas alegorias da visão que povoam os quadros dessa época, com sua proliferação de espelhos, imagens reduplicadas, anamorfozes, técnicas de *trompe l'oeil*. Pintando a própria pintura, a visão alegórica põe em cena o ato de ver, como em *Las meninas*, de Velásquez, em que se configura – conforme a leitura de Michel Foucault (1981, p. 30), aqui apresentada sumariamente – uma tríplice função “olhante”: o olhar do modelo no momento em que é pintado, o do espectador que contempla a cena e o do pintor, no momento em que compõe o seu quadro. Assim, a pintura seiscentista leva ao extremo essa “metamorfose do objeto em objeto olhado” (DUBOIS, 1973, p. 142), o que revela uma importante característica da concepção de *mimesis* que a configura: trata-se, acima de tudo, de ser eloqüente, de buscar o enlace com o espectador, daí a extrema valorização do efeito da obra.

Antes de concluir essa questão, abordemos um último ponto, que funcionará como síntese da argumentação desenvolvida. Dados os objetivos de difusão e de ação eficaz perseguidos pela cultura seiscentista, utilizando a arte para provocar a adesão profunda de certas categorias do público às quais não se dirigia a arte clássica, compreende-se facilmente não apenas o interesse com que se manejam os elementos visuais, como também o preponderante papel atribuído à função ótica. Além disso, como se sabe, é próprio das sociedades nas quais se desenvolve uma cultura massiva de caráter dirigido apelar para a eficácia da imagem visual. Por ambas as razões, o período em foco teria de ser, como foi efetivamente, uma cultura da imagem sensível (cf. MARAVALL, 1986, p. 501).

Já se ressaltou o papel proeminente atribuído pela Companhia de Jesus aos sistemas simbólicos ostensivos como forma de persuasão dos fiéis, seguindo os ensinamentos

⁶ Para um aprofundamento do conceito aristotélico de metáfora, cf. o artigo de Costa Lima (1989, p. 143-155), “Metáfora – do ornato ao transtorno”.

do patriarca dessa Ordem. No âmbito da Igreja visível contra-reformista, a cerimônia da pregação – considerada por Jean Delumeau (apud MENDES, 1989, p. 78) um *mass media* da época – passou a ocupar um lugar de destaque, como catalisador de atitudes coletivas, transformando-se em um verdadeiro aparelho de combate pela perduração do poder efetivo da Igreja. Como último ponto, examinemos a posição do jesuíta Antonio Vieira face a essa valorização dos elementos visuais e o uso que deles faz em sua obra, investigando como esta se insere na tradição do *ut pictura poesis*.

Muito ilustrativa para tal propósito é a série dos quinze sermões de Xavier, que desde as primeiras linhas revela sua intenção: “Com os olhos primeiro fechados e depois abertos promete o tosco desenho desta pintura mostrar em diferentes estampas ao mundo dois retratos ao natural do grande Xavier” (XIII, p. 35). Ao longo de todo esse tomo, as comparações com a pintura se repetem, ainda mais favorecidas pela dupla função exercida por um dos retratistas:

[...] o mesmo São Lucas, que nos retratou a Xavier enquanto pintor, com melhor pincel que o de Apeles, não-lo descreveu, enquanto Evangelista, com melhor pena que a de Homero.

As cores do retrato e as letras da escritura igualmente se empregam em formar, no meio das sombras da noite, uma perfeita imagem da vigilância armada contra o sono. (XIII, p. 36)

Tentando igualar-se a Lucas, Vieira, mesmo não sendo pintor, mobiliza diversos recursos lingüísticos na composição de seu retrato de Xavier para induzir efeitos de visibilidade no seu discurso, produzindo uma ilusão de pintura. Graças ao poder evocador do seu verbo, atinge essa extrema realização da arte oratória, celebrada por Quintiliano, capaz de produzir enunciados que provoquem no ouvinte o sentimento de contemplar quadros. Pintor de palavras, retratará até os sonhos, por meio de linguagem metafórica:

Os sonhos são uma pintura muda, em que a imaginação, a portas fechadas e às escuras, retrata a vida e a alma de cada um, com as cores das suas ações, dos seus propósitos e dos seus desejos. (ibid., 40)

Dentre os exemplos do visualismo patético recorrente na obra de Vieira, o mais célebre é o fragmento do *Ecce Homo* no “Sermão da Sexagésima”. Conforme se sabe, tal sermão se constrói em torno do desdobramento da imagem do pregador como semeador da palavra divina, objetivando detectar o motivo pelo qual essa semente não frutifica. Desenvolvendo uma oposição entre palavras e obras, *topos* vieiriano por excelência, o jesuíta atribui a estas últimas uma eficácia maior e explica:

A razão disto [a semente não frutificar] é porque as palavras ouvem-se, as obras vêem-se: as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos, e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelos ouvidos. (t. I, 15; grifos meus)

Para tornar mais evidente essa explicação, Vieira recorre a um *exemplum* narrativo, no qual se retoma o preceito retórico ciceroniano do *ponere ante oculos*:

Vai um pregador pregando a Paixão, chega ao pretório de Pilatos, conta como a Cristo o fizeram rei de zombaria, diz que tomaram uma púrpura e lha puseram aos ombros, ouve tudo aquilo o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e lha pregaram na cabeça, ouvem todos com a mesma atenção. Diz mais que lhe ataram as mãos e lhe meteram nelas uma cana por cetro, continua o mesmo silêncio e a mesma suspensão nos ouvintes. Corre-se neste passo uma cortina, aparece a imagem do *Ecce Homo*, eis todos prostrados por terra, eis todos a bater nos peitos, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas: que é isto? Que apareceu de novo nesta igreja? Tudo o que descobriu aquela cortina, tinha já dito o pregador. [...] Pois se isto então não fez abalo nenhum, como faz agora tanto? Porque então era *Ecce homo* ouvido, agora é *Ecce homo* visto; a relação do pregador entrava pelos ouvidos, a representação daquela figura entra pelos olhos. (idem, p. 16)

Retenho dessa longa citação, tão rica de possíveis interpretativos⁷, um traço determinante: a demonstração da superioridade da representação visual sobre o discurso oral, quanto aos efeitos persuasivos. Vieira recicla, em clave cristã, os argumentos básicos de defesa da imagem, aventados por Cícero, que buscam comprovar a força de uma eloquência cuja supremacia se deve precisamente ao fato de não poder ser traduzida em palavras. Qualidade da imagem, poder de ilusão, instantaneísmo do efeito e força do afeto que dele resulta: essas particularidades tornam a representação pictórica muito mais eloqüente do que a linguagem verbal. Desse modo, seria possível compreender a vocação vieiriana para o grandioso e o espetacular, tão característica do seu estilo (cf. CANTEL, 1959, p. 476), bem como seu interesse pelo aspecto cerimonial das celebrações eclesiásticas. A Alcir Pécora cabe o mérito de haver demonstrado que o jesuíta, ao advogar a integração desses dois aspectos, “na forma de ação persuasória pública que culmina com o sermão” (1994, p. 123), estaria reafirmando o postulado tridentino da adequação das pompas ostensivas ao teatro da fé (cf. idem, 124). Em síntese, mesmo em um breve exame da parenética vieiriana, torna-se patente o lugar de relevo atribuído não só às referências explícitas às representações picturais, como também ao uso de recursos lingüísticos criadores de sugestões visuais.

Partindo-se da constatação do papel paradigmático da imagem pictural, que, como vimos, funciona como princípio unificador dos diversos modos de representação no século XVII, torna-se inevitável investigar as razões de tal fato. Conforme parece evidente, em se tratando de uma época na qual as principais questões sempre eram rebatidas sobre um plano religioso, a teologia está na base da constituição desse paradigma pictural. O tema do *Deus pictor* na origem do universo e a idéia do mundo como *speculum Dei*, que remontam à patrística e foram amplamente difundidos pelos teóricos seiscentistas, servem para legitimar uma atividade figurativa cujo valor tinha sido contestado durante muito tempo.

Além da extrema importância das metáforas visuais na poética da época, esse

7 Dentre outros, consultar MENDES (1989, p. 205-33), OLIVEIRA (2003, p. 58-74) e HANSEN (1978).

modelo pictural invade progressivamente todos os campos, tanto teóricos quanto práticos: Deus, o rei, o erudito, o pregador, o poeta, o filósofo e o cortesão – todos esses se consideram pintores. Quer seja utilizada como metáfora, como comparação, como exemplo ou como prova, a *mimesis* pictural funciona como referência básica não só para todas as formas de representação, como também para designar a relação entre o pensamento e a palavra, conforme se verifica na seguinte afirmativa do padre B. Lamy:

Já que as palavras são signos que representam as coisas que se passam em nosso espírito, pode-se dizer que elas são como uma pintura de nossos pensamentos, que a língua é o pincel que traça essa pintura e que as palavras são as cores (apud MOLINO, 1977, p. 341).

Para concluir – e sem a possibilidade de aprofundar esse tema⁸ –, mencione-se apenas que, mesmo reconhecendo, do ponto de vista retórico, a eficácia do visualismo patético e empregando-o constantemente em seus próprios textos como poderoso recurso persuasivo, Antonio Vieira identifica a ambigüidade e o risco, sob um prisma teológico, de tal primado da visão, que, conseqüentemente, se torna objeto de uma minuciosa crítica em diferentes trechos dos seus sermões. Finalizemos, pois, paradoxalmente, nosso texto, que destaca a importância do visualismo patético nas artes seiscentistas, com as seguintes observações do iniciano:

E que não haja o filósofo de crer aos olhos [...] a mesma natureza lhe ensina com notável exemplo. Na íris, ou arco celeste, todos os nossos olhos jurarão que estão vendo variedade de cores, e contudo ensina a verdadeira filosofia que naquele arco não há cores, senão luz e água. (*Sermão do Santíssimo Sacramento*, 1645. In: VIEIRA, 2000, p. 89)

Bem sei que ver e não ver implica contradição, mas a cegueira dos escribas e fariseus era tão grande que podiam caber nela ambas as partes desta contradição. Os filósofos dizem que uma contradição não cabe na esfera dos possíveis: eu digo que cabe na esfera dos olhos. (*Sermão da Quinta Quarta-Feira da Quaresma*, 1669; In: VIEIRA, 2000, p. 182-183)

Sabeis [...] por que vos manda Deus que chorem os olhos por todos os pecados? É porque os olhos são a fonte de todos. (*Sermão das lágrimas de São Pedro*, 1669; In: VIEIRA, 2000, p. 244)

Assim, mesmo reconhecendo a grande eficácia persuasiva dos elementos visuais, o jesuíta se pauta pela teologia como modelo primeiro da retórica, apresentando uma concepção do signo de base escolástica, participativa, analógica, ainda dominante no contexto ibérico da época. Em síntese, apesar do destaque do paradigma pictural no sermonário de Antonio Vieira, configurado como *ut pictura rethorica*, a imagem mais nítida da retórica traçada em sua obra é a de uma eloqüência firmemente ancorada nos fundamentos teológicos, que, com Adolfo Hansen (1994, p. 30), podemos condensar no símile *ut theologia rethorica*.

8 Para maiores desdobramentos, cf. OLIVEIRA, 1992.

Referências

- ARISTÓTELES. *The Rethoric and The Poetics*. New York: Random House, 1954.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- BARILLI, Renato. *Rhetoric*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1989.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Paris: Seuil, 1971.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *La folie du voir*. De l'esthétique baroque. Paris: Galilée, 1986.
- CANTEL, Raymond. *Les sermons de Vieira – étude du style*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, 1959.
- CASSIN, Barbara. *Ensaio sofisticos*. São Paulo: Siciliano, 1990.
- CHARPENTRAT, Pierre. *L'Art baroque*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.
- COSTA LIMA, Luiz. *O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- COSTA LIMA, Luiz. *Metáfora: do ornato ao transtorno*. In: *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- COSTA LIMA, Luiz. *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DA VINCI, Leonardo. *Traité de la peinture*. Paris: Delagrave, 1925.
- DUBOIS, Claude-G. *Le Baroque: profondeurs de l'apparence*. Paris: Larousse, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'éloquence: rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genebra: Droz, 1980.
- GONÇALVES, Aguinaldo J. *Laokoon revisitado*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- GRACIÁN, Baltasar. *Agudeza y arte de ingenio*. 5ª ed. Madri: Espasa-Calpe, 1974.
- GRACIÁN, Baltasar. *El Discreto. El Criticón. El Héroe*. México: Editorial Porrúa, 1986.
- HANSEN, J. Adolfo. *Vieira, estilo do céu, xadrez de palavras*. In: *Discurso* nº 9. São Paulo: LECH, 1978.

- HANSEN, J.Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.
- HANSEN, J.Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HANSEN, J.Adolfo. Pós-moderno e barroco. In: *Cadernos do mestrado/Literatura* n. 8. Rio de Janeiro: UERJ, 1994. p. 28-55.
- HORÁCIO. Arte poética. In: HORÁCIO, ARISTÓTELES, LONGINO. *A poética clássica*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.
- LEE, Rensselaer. *Ut pictura poesis*. La teoria humanistica de la pintura. Madri: Cátedra, 1982.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. Le coloris ou le discours consumé. In: *Les Fins de l'Homme*. Paris: Galilée, 1981.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. *La couleur éloquente*. Paris: Flammarion, 1989.
- LOYOLA, Inácio de. *Obras completas*. 4ª ed. Madri: Católica, 1982.
- MARAVALL, José A. *La cultura del Barroco*. 4ª ed. Barcelona: Ariel, 1986.
- MENDES, Margarida V. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.
- MOLINO, Jean. Qu'est-ce que le style au XVII^e siècle?. In: MOLINO, Jean et alii. *Critique et création littéraire en France au XVII^e siècle*. Paris: CNRS, 1977. p. 337-359.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia de. *Ut pictura rhetorica: uma aproximação da sermonística vieiriana*. Dissertação de Mestrado. UERJ/Instituto de Letras, 1992. Mimeo.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia de. *Por quem os signos do bem: uma abordagem das letras jesuíticas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia de. Aristóteles e a imagem nas lentes seiscentistas: deslocamentos e reciclagens. In: ROCHA, Fátima Cristina (org.). *Cenas do discurso: deslocamentos e transformações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- OROZCO, Emilio. *Maneirismo y Barroco*. 4ª ed. Madri: Cátedra, 1988.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira*. São Paulo: Edusp; Campinas: Unicamp, 1994.
- PERNIOLA, Mario. Icônes, visions, simulacres. In: *Traverses*, nº 10. Paris: Minuit, 1978.
- PRAZ, Mario. Emblema, impresa, epigramma. *Studi sul concettismo*. Milano: R. Carabba Editore, 1934.
- SARDUY, Severo. *Barroco*. Lisboa: Vega, 1988.
- SELIGMANN-SILVA, M. Introdução/Intradução. In: LESSING, G.E. *Laocoonte ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- TESAURO, Emanuele. *Il canocchiale aristotelico*. Berlim/Zurique: Verlag Gehlen, 1968.

TRIMPI, Wesley. The early metaphorical uses of *skiagraphia* and *skenographia*. In: *Traditio*, n. XXXIV. New York: Fordham University Press, 1978.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*. Porto: Lello e Irmãos, 1907-1909. 15 vol.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*, vol. 1. Org. de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

YATES, Francis. *L'Art de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1975.

Um exemplar seiscentista dos *Sermões*

Célia Marques Telles

Universidade Federal da Bahia, CNPq

RESUMO

Ao buscar informações sobre as fontes relativas ao Padre Antonio Vieira no Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, o resultado inicial da pesquisa ligada às atividades do Grupo de Pesquisa Estudos Vieirianos foi a localização no acervo de alguns exemplares seiscentistas dos *Sermões*. A partir do conhecimento de que Vieira preparara para publicação doze dos volumes dos *Sermões*, buscou-se identificar quais daqueles exemplares poderiam corresponder a essa edição cancelada pelo autor. Cinco dos volumes selecionados preenchiam os requisitos materiais necessários, sendo, então, separado para análises extrínseca e intrínseca o exemplar da segunda parte, aquele que apresentava melhor condição física do suporte. A análise extrínseca, além da informação do livreiro-impressor e da data de publicação, levou em conta o formato do livro, o papel usado, a encadernação e suas marcas, o tipo de impressão. Por seu turno, a análise intrínseca, na direção do que aponta Aníbal Pinto de Castro, prendeu-se ao exame de alguns dos aspectos lingüísticos que mostram a presença no texto impresso de elementos de caráter arcaizante. Combinados os resultados das duas análises pode-se afirmar que o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia possui exemplares da edição *princeps* da obra do Padre Antonio Vieira.

ABSTRACT

In the search of information about the sources related to Padre Antonio Vieira in the Mosteiro de São Bento da Bahia, inside the Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, the initial result of the reserach linked to the activities of the Vieirianos Studies Research Group was the finding of some sixteenth century copies of the *Sermões*. From the previous knowledge that Vieira had prepared twelve volumes of the *Sermões* for publication, there was an attempt of identification of which of those copies could correspond to that edition authorized by Vieira. Five of the selected volumes fulfilled the necessary material requirements, so the copy of the second part was separated for extrinsic and intrinsic analysis because it presented the best physical condition of the support. The extrinsic analysis, besides the information of the booh seller printer and the date of publication, took into consideration the format of the book, the kind of paper used, the binding and its marks, the kind of printing. The extrinsic analysis, in the

direction indicated by Anibal Pinto de Castro, focused on the examination of some linguistic aspects which show the presence of elements of archaic character in the printed text. After combining the results of booth analysis, it is possible to state that the heap of the Mosteiro de São Bento da Bahia has copies of the *editio princeps* of the works of Padre Antonio Vieira.

Cópia impressa de Vieira

Universidade Federal de Bahia, Bahia

As principais informações sobre as fontes relativas ao Padre Antonio Vieira no Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa de Letras e Linguagem, foram obtidas a partir do trabalho de pesquisa realizado no decorrer das atividades do Grupo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Bahia. A partir do conhecimento de algumas exemplares existentes nos arquivos, foi possível estabelecer a existência de algumas cópias impressas de obras de Vieira no Mosteiro de São Bento da Bahia, o que levou à preparação de um levantamento bibliográfico das obras de Vieira existentes no Mosteiro de São Bento da Bahia. Este levantamento bibliográfico foi realizado a partir de uma pesquisa realizada no Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa de Letras e Linguagem, em 1973. A partir do conhecimento de algumas exemplares existentes nos arquivos, foi possível estabelecer a existência de algumas cópias impressas de obras de Vieira no Mosteiro de São Bento da Bahia, o que levou à preparação de um levantamento bibliográfico das obras de Vieira existentes no Mosteiro de São Bento da Bahia. Este levantamento bibliográfico foi realizado a partir de uma pesquisa realizada no Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa de Letras e Linguagem, em 1973.

In the search of information about the sources related to Padre Antonio Vieira in the Mosteiro de São Bento da Bahia, inside the Centro de Documentação e Pesquisa de Letras e Linguagem, the initial result of the research linked to the activities of the Portuguese Studies Research Group was the finding of some sixteenth century copies of the *Sermões*. From the previous knowledge that Vieira had prepared twelve volumes of the *Sermões* for publication, there was an attempt of identification of which of those copies could correspond to that edition authored by Vieira. Part of the selected volumes fulfilled the necessary material requirements, so the copy of the second part was separated for extrinsic and intrinsic analysis because it presented the best physical condition at the aspect. The extrinsic analysis besides the information of the book seller, printer and the date of publication, took into consideration the format of the book, the kind of paper used, the binding and its marks, the kind of printing. The extrinsic analysis, in the

RESUMO

CONCLUSÃO

1 Introdução¹

Um dos recortes que me coube dentro das atividades do Grupo de Pesquisa Estudos Vieirianos foi buscar, no âmbito do Estado da Bahia, informações sobre as fontes relativas ao Padre Antonio Vieira. Como primeira etapa, sabedora que o material do Arquivo Público do Estado da Bahia já estava sendo examinado, selecionei o Mosteiro de São Bento da Bahia. Teria sido neste Mosteiro que, por volta de 1685, o irmão de Antonio Vieira se teria homiziado².

Ao iniciar a busca das fontes para o estudo da obra do Padre Antonio Vieira disponíveis na Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, no Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, encontraram-se seis exemplares seiscentistas dos *Sermões*: dois deles em fase de restauração, outro de consulta impraticável dado o estado de deterioração do suporte e três outros muito estragados, mas perfeitamente possíveis de serem consultados.

Um dos dois exemplares em fase de restauração é a publicação da sétima parte dos *Sermões*, catalogado segundo a etiqueta colada no ângulo superior direito, sobre

1 Apresentam-se os agradecimentos ao Mosteiro de São Bento da Bahia, ao Mui Reverendíssimo Arquiabade, Dom Emanuel d'Able do Amaral, a Sua Eminência Dom Gregório Paixão, ao Diretor da Biblioteca, Dom Rafael José Soares de Freitas, e aos Diretores das Faculdades São Bento, Dom Clemente Medeiros e Dom Adriano de Araujo Carvalho, pois sem a aquiescência de todos eles e a hospitalidade do Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, este trabalho não poderia ter sido realizado. Um agradecimento, ainda, pela atenção e pela acolhida, ao bibliotecário Reinaldo Barbosa Lopes, assim como a Ghrassy Ribeiro, restauradora do Laboratório de Restauo do referido Mosteiro e aos demais funcionários da Biblioteca. Foi ainda inestimável na coleta de dados a colaboração de Alicia Duhá Lose, coordenadora do Curso de Letras das FSB, pesquisadora da FAPESB dentro das FSB e pesquisadora da FAPESB, sob minha supervisão em programa de estágio pós-doutoral, junto do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, e de uma das minhas bolsistas, Laurete Lima de Guimarães.

2 Informação dada pelo Arquiabade Dom Emanuel d'Able do Amaral, numa das primeiras conversas tidas a propósito do trabalho que iria ser desenvolvido.

parte do título, “Litt. Eccles. / XXXIII B / 0758”. Tem o carimbo, em tinta roxa, onde se lê na parte externa: “Bibliotheca / Abattia S(ancti)³ Benedicti”; no centro: “Bahia”. Traz na folha de rosto:

SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Iesu, / Pregador de Sua Magestade / SEPTIMA PARTE / [ornamento: da Companhia de Jesus] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros. / [linha cheia] / M. DC.LXXXII. / *Com todas as licenças necessari[as], Et Privilegio R[ea]l*⁴

o que, aliado às demais características, comprova ser um dos exemplares da *editio princeps*. Por sua vez o outro exemplar em fase de restauração é uma edição da Universidade de Coimbra, datada de 1658, anterior à edição preparada pelo Padre Antonio Vieira⁵.

O exemplar referente à edição da *Undécima parte* encontra-se muito danificado pelos insetos, sendo impossível a sua consulta sem dilacerá-lo ainda mais. Traz no ângulo superior direito, abaixo do título, a etiqueta de catalogação: “Litt. Eccles. / XXXIII B / 0760”. Traz carimbado em tinta roxa, acima da etiqueta: “1785”. Traz o carimbo de forma oval, em tinta roxa, na parte externa: “Bibliotheca / Abattia S(ancti) Benedicti”; no centro: “Bahia”. Na folha de rosto lê-se:

{SER}MOENS / DO / {P;} ANTONIO VIEYRA, / da Companhia de / IESU, / Pregador de Sua Magestade [†] / UNDECIMA PARTE, / OFFER{ECI}DA / à Serenissima Rainha da / GRÃ BR{E}TANHA. / [ornamento: da Companhia de Jesus] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / M.DC.LXXXVI{.;} / {Co}m todas as Licença[s] necessarias, & P[rivilegio] Re[al]

indicando ser um dos exemplares cuja edição foi preparada pelo Padre Antonio Vieira.

Outro exemplar é o da décima quarta parte – editado postumamente – também muito danificado, mas passível de consulta. Como os anteriores traz no ângulo

3 Na transcrição conservadora do texto usam-se os operadores: () para o desenvolvimento de abreviaturas; / para separar as linhas; [] para descrever marcas textuais; { } para indicar as interpolações; [†] para indicar suporte danificado; [↘] para indicar *scripta* descendente à direita; [↓] para indicar o reclamo.

4 A propósito da Imprensa Régia vejam-se as observações de: MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista*: do autógrafo ao impresso. Lisboa: INIC; Centro de Ling. da Univ. de Lisboa, 1991. p. 13.

5 Traz na folha de rosto: “Semam / que pregov / O P. Antonio Vieira da Companhia / de Iesv, na Casa professa da mesma / em 16 de Agosto de 1642 / na festa que fez a S. Roque {Antonio} / Tellez da Sylva do Concelho de Sua Magestade Governador, & / Capitam Geral do Estado do Brasil, &c / [ornamento: da Companhia de Jesus] / Em Coimbra com tod{as as} {lic}enças {ne}cessarias. / Na Impressam de Thomm[†] [†] I[m]pressor / da Unvrsidade {no a}nno de 1658”. Traz a etiqueta de catalogação, no ângulo superior direito: “Bibl. Eccles. / XXIII C / 0789”. Aparado para encadernação.

superior direito, abaixo do título, a etiqueta de catalogação: “Litt. Eccles. / XXXIII B / 0761”; abaixo da etiqueta: “1761”. Traz o carimbo de forma oval, em tinta roxa, na parte externa: “Bibliotheca / Abattia S(ancti) Benedicti”; no centro: “Bahia”. Na folha de rosto lê-se:

SERMOENS. / E / VARIOS DISCURSOS / DO PADRE ANTONIO VIEYRA. / da Companhia de Iesu. Prêgador / de Sua Magestade. / TOMO XIV / Obra posthuma. / DEDICADA / À PURÍSSIMA CONCEYÇAM / DA / VIRGEM MARIA / NOSSA SENHORA. / [ornamento: da Companhia de Jesus] / LISBOA. / POR VALENTIM DA COSTA DESLANDES. / Impressor de Sua Magestade. / [linha] / M.DCCX. / Com todas as licenças necessarias

Além dos sermões este volume traz outros tipos de textos, um dos quais é a carta do Reitor do Collegio da Bahia⁶, Joannes Antonius Andreonus, na ocasião da morte do Padre Antonio Vieira, na qual faz referência ao andamento da publicação da obra de Vieira:

...novumque, ac singulare auxilium sibi à superveniente morte ereptum dolebunt, ad meliores opes è sacrarum literarum scrinijs maximâ facilitate eruendas. Undecim iam ille sermonum libros summo studio elaboratos, praeter alia opuscula non minùs pretiosa, vulgaverat, eâ aviditate passim conquisitos, quam caetera tum etiam rationum desideria testantur; eorumque versiones / celeri manu paratae. Utque datae fidei se verum a fertorem ostenderet, duodecimum nunc mittebat praelo donandum; quem Benjamin [†]um prae caeteris sibi charum dicebat, sed posthumum fore vaticinabatur; nunc verè post humatum Patrem lucem visurum.⁷

onde se nota a referência à preparação dos volumes décimo primeiro e décimo segundo dos sermões.

Em artigo publicado na *Revista do Livro*⁸, Luiz Felipe Baeta Neves ressalta a função do Padre Vieira como *editor de si mesmo*:

6 CARTA DO P. REYTOR DO COLLEGIO DA BAHIA em que dá conta ao Padre Gèral da morte do P. Antonio Vieyra. & refere as principaes acções de sua vida. In: SERMOENS. E VARIOS DISCURSOS DO PADRE ANTONIO VIEYRA. da Companhia de Iesu. Prêgador / de Sua Magestade. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes. Impressor de Sua Magestade. M.DCCX. t. 14, p. 307-320. Obra posthuma, dedicada à Puríssima Conceyçam da Virgem Maria Nossa Senhora.

7 Ibid., p. 293-294. cujo conteúdo pode ser compreendido, a partir de uma tradução livre, como se segue: “... lamentarão a morte inesperada [do Padre Antonio Vieyra] que podia extrair da arca letras sacras, com os melhores recursos e com a máxima facilidade. Por ele já haviam sido elaborados com o mais alto zelo onze livros de discurso, além de publicados outros opúsculos não menos preciosos, buscados aqui e ali com cuidado e ansiedade, a que ainda a razão é testemunha de outros desejos; [existindo também] traduções de outras [obras] preparadas com mão diligente. De qualquer modo, apresenta-se ao ofertador a verdade da fé dada, agora enviara [ele, o Padre Vieyra] o décimo segundo para ser impresso; o qual Benjamin [†] dizia ser-lhe caro diante dos demais. [pois] sendo póstumo predizia o futuro, e que agora, com justiça, deverá vir à luz depois de sepultado o Padre.”.

8 NEVES, Luiz Felipe Baeta. Padre Antônio Vieira, S. J., autor & editor. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 44, jan. 2002. p. 80-86

Como se sabe, já no período final de sua vida, Vieira passa a cuidar da organização e edição de papéis seus. O que seria um “castigo” a ele imposto em uma fase de declínio político acabou por propiciar a preservação e divulgação de extenso material que, assim, reverte o “castigo” a ele imposto e se torna fonte excepcional para o conhecimento da obra de Vieira e de seu tempo.

Este empreendimento derradeiro do jesuíta acrescenta à longa e variada lista de atividades que exercera – sacerdote, pregador, missionário, diplomata, escritor, político – a de editor. Um raro “editor de si mesmo”, não apenas porque cuida de parte de sua produção intelectual para publicá-la e, deste modo, fazer dela instrumento mais poderoso de ação na cena histórica, mas também porque sua obra escrita pode ser vista como a escrita de sua vida.⁹

Finalmente, o último dos exemplares encontrados no acervo até o momento é a publicação de dois sermões, também editado por Miguel Deslandes, em 1690. Acha-se catalogado, segundo a etiqueta colada na parte superior da margem direita: “Litt. Eccles. / XXXIII B / 0759”. Traz também o carimbo, em tinta roxa: na parte externa: “Bibliotheca / Abattia S(ancti) Benedicti”; no centro: “Bahia”. Na folha de rosto lê-se:

PALAVRA DE DEOS / EMPENHADA, E DESEMPENHADA: / *EMPENHADA* NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA / Rainha N. S. Dona Maria Francisca / Isabel de Saboya; / *DESEMPENHADA* / NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS / pelo nascimento do Principe D. João Primoge- / nito de SS. Magestades, que Deos guarde. / Pregou hum, & outro / O P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Iesu, Pregad{or} de S. Magestade{,} / *O primeyro* / Na Igreja da Misericórdia da Bahia, em 11. de Setem- / bro, anno de 1684. / *O segundo* / Na Cathedral da mesma cidade, em 16. de. / Dezembro, anno de 1688. / [ornamento fitomórfico, em formato de fundo de lâmpada] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de S. Magestade. / *Com todas as licenças necessarias Anno 1690*

Trata-se de uma reedição desses dois sermões, revista por Antonio Vieira, como vem declarado:

Vão emendados ne{s}ta impressãõ os erros intole- / ráveis da primeyra: & mais declaradas algumas / cousas que entãõ se entenderãõ mal: & tambem dey- / xadas alguma, que ainda agora corria o m{e}smo risco¹⁰.

o que demonstra tratar-se de edição revista pelo próprio autor: Vieira além de ser editor de si mesmo (reúne o conjunto da obra, escolhe o texto a ser publicado segun-

⁹ Ibid., p. 82.

¹⁰ À p. 1 do exemplar acima indicado.

do um critério de seleção aleatório¹¹) é um editor cuidadoso. A esse propósito afirma Luiz Felipe Baêta Neves¹² que Vieira é um autor que se preocupou com a edição de suas próprias obras, ressaltando:

E disto se ocupou intensamente, em especial já no final de sua longa vida, e sem delegar tarefas que julgava suas. Vieira é um fazedor de livros, um cultor do conhecimento que adviria de um Livro, um leitor de muitos livros que não cansa de citar.¹³

O sexto exemplar, aquele em melhor estado de conservação, ainda que muito deteriorado, a edição da *Segunda parte*, será objeto de análise a seguir¹⁴.

2 A segunda parte dos *Sermões*

Roger Laufer, na *Introdução à textologia*¹⁵, ao tratar dos problemas materiais da edição dos textos, assinala:

Os livros *falam* aos leitores enquanto objetos significantes; *falam* também aos profissionais, enquanto objetos significados: aos livreiros, através de seus títulos, aos encadernadores através das marcas que assinalam a ordem das folhas; acresçam-se a estes últimos os compradores, a quem o livro *fala* através das cintas que os envolvem e das manchetes publicitárias¹⁶.

Foram essas marcas do livro, cujo valor textológico reside na medida em que sejam interpretáveis¹⁷, que permitiram a análise feita. O trabalho analítico levou em conta aspectos extrínsecos e intrínsecos do livro. A análise preliminar desse exemplar mostrou tratar-se de um livro editado em 1682 “Na Officina de Miguel Deslandes,

11 Aníbal Pinto de Castro assinalando que “o pregador dava ao conjunto da sua obra um superior sentido escatológico”, adverte, logo em seguida: “Para não demorar mais a edição desistira de organizar as matérias segundo uma ordem temática e decidira ir publicando aqueles cuja revisão fosse aprontando.” (CASTRO, Aníbal Pinto de. Os sermões de Vieira: da palavra dita à palavra escrita. In: MENDES, Margarida Vieira; PIRES, Maria Lucília; MIRANDA, J. Costa (Org.). *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 87).

12 NEVES, Luiz Felipe Baêta. Pequenas notas e comentário sobre a idéia de catálogo, a propósito de um *catálogo* relativo ao grande autor e fazedor de livros padre Antônio Vieira. In: NEVES, Luiz Felipe Baêta (Org.). *Padre Antonio Vieira: catálogo do acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: EDUERJ; MINC; FBN; DNL, 1999. p. 16.

13 Ibid.

14 Para a análise do livro impresso foi muito útil o trabalho de: HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimp. fac-similar. São Paulo: Hucitec; INL; Fund. Nac. do Livro, 1983. Em especial, t. 2, p. 45-49. Por outro lado, para a descrição da edição e para as informações sobre os fatos lingüísticos foi de grande utilidade a edição de Evelina Verdelho de: LIVRO DAS OBRAS DE GARCIA DE RESENDE. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. Ed. crítica, estudo textológico e lingüístico por Evelina Verdelho. p. 57-101 e p. 642-778.

15 LAUFER, Roger. *Introdução à textologia*; verificação, estabelecimento, edição de textos. Trad. de Leda Tenório da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1980.

16 Ibid., p. 85.

17 Ibid., p. 121.

à sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros". Tal fato despertou a atenção, considerando-se que foi Miguel Deslandes quem imprimiu a *editio princeps* da obra de Vieira.

Uma consulta ao artigo de Aníbal Pinto de Castro, *Os Sermões de Vieira: da palavra dita à palavra escrita*, reforçou a inquietação referida, pois ele, ao lembrar o *modus scribendi* de Antonio Vieira, adverte

... que a edição *princeps*, publicada em Lisboa, entre 1679 e 1748, aparece como base indiscutível de qualquer edição moderna e assim têm precedido todos os editores, respeitando a sua última intervenção, sobretudo até ao tomo XII (Lisboa, Miguel Deslandes, 1699), *Palavra de Deus empenhada e desempenhada*, ainda preparado por ele ou sob a sua supervisão, pois que a esse tempo já lhe minguavam as forças e lhe faltava de todo a vista. As licenças de impressão estão, com efeito, datadas da Baía, de Junho de 1697, escassas semanas portanto antes do seu passamento¹⁸.

A partir dessa informação, concentrou-se a análise no exemplar *Litt. Eccles. XXXIII B 0757 1752*.

2.1 O exemplar *Litt. Eccles. XXXIII B 0757 1752* do Mosteiro de São Bento da Bahia

O exemplar do acervo da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia traz na folha de rosto as informações que "como já foi assinalado" levam a acreditar tratar-se de um exemplar do segundo volume publicado, a segunda parte dos *Sermões*, impresso na "Officina de Miguel Deslandes¹⁹", com a data de "MDCLXXXII" (Fig. 1), que traz na folha de rosto:

SERMOENS / DO / P(ADRE) ANTONIO VIEIRA / DA COMPANHIA DE JESU. / Prégador de Sua Alteza. /; SEGVNDA PARTE / DEDICADA / No Panegyrico da Rainha Santa / AO SERENISSIMO NOME / DA PRINCEZA N(OSSA) S(ENHORA) / D(ONA) ISABEL. / [ornamento: da Companhia de Jesus] / Em Lisboa. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / à sua custa, & de Antonio Leyte Pereira Mercador de Livros. / M.DC.LXXXII. [1682] / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

18 CASTRO, Aníbal Pinto de. *Os sermões de Vieira: da palavra dita à palavra escrita...*, p. 86.

19 A consulta ao site <<http://genealogia.neotopia.pt/familias/fam>>, acessado em 9 de março de 2007, informa que se trata de nome de origem francesa, adaptado à forma portuguesa: Deslandes. Antonio Ribeiro dos Santos, na *Memoria para a historia da typografia portugueza do seculo XVI*, lista entre os impressores, em Lisboa no Século XVII, Miguel Deslandes, informando ainda que ele teria sido honrado com o título de Tipógrafo Régio (SANTOS, Antonio Ribeiro dos. *Memoria para a historia da typografia portugueza do seculo XVI*. Lisboa: séc. XVII. Acesso pelo site <<http://purl.pt/238>>, em 9 de março de 2007. Maria Emilia Lavoura, em *O livro impresso e o manuscrito coexistem: o surto do livro impresso*, ao tratar do livro seiscentista em Portugal, destaca as características do livro impresso na casa de Miguel Deslandes: "obras ornadas com iniciais floreadas e vinhetas, além de belos frontispícios gravados em cobre." (LAVOURA, Maria Emilia. *O livro impresso e o manuscrito coexistem: o surto do livro impresso*. In: D'ALVARENGA, João Pedro et al. *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: INAPA, 1992. p. 202

Como assinala Roger Chartier, na folha de rosto acham-se referidos os elementos autenticadores do livro: "... cada obra é assim referida em três nomes próprios: o do autor, o de para quem é dedicado e o do livreiro ou editor-impressor, redobrado por sua marca."²⁰ Por sua vez, também na folha de rosto podem ser vistas as indicações próprias ao regime de livraria: a menção do privilégio, marca da autoridade real, o lugar da edição e o nome do impressor, e, destinado ao eventual comprador, o endereço onde se pode encontrar a obra²¹. No que tange a essa última informação, o exemplar traz a autorização de publicação datada de 25 de novembro de 1682, e deverá ser vendido por "doze tostões", conforme taxação de 24 de novembro de 1682.

Américo Cortez Pinto, em *Da famosa arte da imprimissão*²², assinala que pelo dispositivo das filigranas (ou marcas d'água)²³, das vergaturas e dos pontusais²⁴ se reconhece o número de folhas do caderno, assim, com pontusais horizontais e com filigrana na dobra, o formato do livro é *in quarto*²⁵.

Desse modo, trata-se de um exemplar de formato *in quarto*, em papel avergoado²⁶ e filigranado, já muito acidulado, medindo 210mm x 150mm, bastante corroído pela broca e pelo cupim, com as folhas já se soltando da encadernação, com manchas de *foxing*. De acordo com a ficha do Catálogo Geral, o livro recebeu as indicações que figuram no selo colado na folha de rosto: "Litt. Eccles. XXXIII B 0757 1752". Acha-se atualmente integrado ao acervo do *Centro de Documentação e*

20 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Trad. de Mary del Priore. Brasília: EDUNB, 1998. p. 47. Sobre editor ou livreiro-editor, veja-se: CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001. p. 50 e 47, respectivamente.

21 *Ibid.*, p. 48.

22 PINTO, Américo Cortez. *Da famosa arte da imprimissão; da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar*. Lisboa: Ulisseia, 1948.

23 Prefere-se usar o termo *filigrana*, conforme BOCKELKAMP, Marianne. *Objets matériels*. In: HAY, Louis (Dir.). *Les manuscrits des écrivains*. Paris: Hachette, 1993. p. 88-89; e BUONOCORE, Domingo. *Vocabulário bibliográfico: términos relativos al libro, al documento, a la biblioteca y a la imprenta, para uso de escritores, bibliógrafos, bibliófilos, bibliotecarios, archivistas, librerías, editores, encuadernadores y tipógrafos*. Santa Fé (Argentina): Castellví, 1952. s.v. *Marca d'água* é forma encontrada em KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. *A origem do livro: da Idade da pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL; Fundação Pró-Memória, 1986. p. 228-229.

24 A propósito de pontusais veja-se: FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc*. Lisboa: Guimarães, 1988. s.v.

25 PINTO, Américo Cortez, op. cit., p. 19, n. 2.

26 Também denominado *papel verjurado* (com *vergaturas* ou *verjuras*), com pontusais na horizontal, em consequência da dobradura para encadernação *in quarto*.

Pesquisa do Livro Raro Dr. Norberto Odebrecht, sem catalogação moderna, aguardando restauro.

Notam-se filigranas lançadas no meio da folha, sem contramarca, encontradas em sessenta e oito folhas (v. Tabela 1). A primeira série dessas filigranas representa três globos dispostos verticalmente, encimados por uma cruz: o primeiro deles traz, sistematicamente, um crescente lunar; o segundo pode ter uma figura zoomórfica ou letras maiúsculas dispostas lado a lado ou dispostos em forma de triângulo; o terceiro traz também uma figura zoomórfica²⁷ (Fig. 2). A segunda tem forma retangular e representa um grifo, sobre as patas traseiras. O exame mostrou a existência do primeiro tipo em vinte e oito folhas e do segundo nas quarenta restantes (Fig. 3). Ressalte-se que, ao se considerar a posição da filigrana no meio da folha, na dobradura ou imposição²⁸ dos cadernos, o desgaste do suporte e a posição desta relativamente à mancha impressa, nem sempre é fácil distinguir os elementos da filigrana.

Encadernação, cordoadada, capa em couro, sobre papelão, medindo 210mm × 150mm, com 45mm de lombada. Identificação na lombada, em papel vermelho, parcialmente danificado, impresso em ouro, onde se lê: “[...] MON / [...] P. / [...] YRA”. Quanto à foliação, somente trazem numeração as páginas do texto dos *Sermões* (p. 1-470). As *Aprovações* e as *Licenças*, a tábua de conteúdo do livro, que antecedem o texto dos quinze sermões, e os *Índices* não trazem numeração das páginas. A encadernação possui 67 cadernos: 1 caderno relativo às primeiras páginas, 59 cadernos de texto e 7 cadernos de índice. Cada caderno tem duas folhas duplas, achando-se as assinaturas²⁹ na margem inferior direita, no recto, como vai indicado na Tabela 2. Todas as folhas possuem reclamo. Há glosas lançadas à margem externa. A página possui as seguintes dimensões: 210mm × 150mm; mancha escrita: 172mm (175mm com o reclamo) × 111mm; impressão em duas colunas, col. a, medindo 168mm; col.b, medindo 170mm (com o reclamo). Margens: superior = 13mm; inferior = 20mm; esquerda = 20mm; direita = 20mm.

A folha de rosto traz no ângulo superior direito um selo colado, picotado, com margens em azul, escrito em tinta preta, em letra cursiva inclinada para a direita: “Litt. Eccles. / XXXIII B / [carimbado em tinta roxa] 0757”; abaixo do selo, um carimbo em tinta roxa, com o número: “1782”. Na parte inferior da página, no espaço em branco, à direita, em posição inclinada para a esquerda carimbo em tinta roxa,

27 A filigrana representando três globos encimados por uma cruz é encontrada no fôlio 5ro. do coc. MIC1 0006, datado de 15 de maio de 1767, *Justificativa de Bernardo Luis da Fonseca*, no *Inventario de Bens de Bento Cardozo por falecimento de sua mulher*, editado por Arlete Silva Santos, imagem reproduzida à f. 97 da tese de doutorado (SANTOS, Arlete Silva. *Nas entranhas da escrita do século XVIII*: edição e estudo terminológico. Salvador: UFB; PPGLL, 2004. f. 97. Tese orient. por Albertina Ribeiro da Gama).

28 Veja-se, a propósito de *imposição* ou *dobradura*, LAUFER, Roger. *Introdução à textologia*; verificação, estabelecimento, edição de textos. Trad. de Leda Tenório da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 98-99.

29 Sobre *assinatura*, veja-se também LAUFER, Roger, op. cit., p. 95-96; ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; INL; FNP, 1986. p. 274-275.

de forma oval, escrito na parte externa: “BIBLIOTHECA / ABBATIA S(ANCTI) BENEDICTI”, na parte interna: “BAHIA”. A informação contida no selo é relativa à localização do livro nas estantes da biblioteca, como se pode perceber na antiga ficha de catalogação do livro³⁰, colocada dentro do exemplar (Fig. 4), onde se lê: “Título: *Sermões* / Autor: *Vieira S. J.* / Armario: 33 Prat(e)l(eir)a B N(umer)o na Prat(e)l(eir)a 757 / Catal(ogo) Geral 1782 Série *Litt(eratura) Eccl(esiastica)* / Edição *Lisbôa* Ano 1682 / [\5 v(o)l(ume)s] / [linha divisória] / Observações: [6 linhas pontilhadas].

Após a folha de rosto, impressas em uma coluna, seguem-se as aprovações, separadas uma da outra por uma linha reta. Como nas páginas de portada dos *Sermões*, na parte superior, uma esquadria retangular, um ornamento em cercadura³¹, com motivos fitomórficos, dispostos em três linhas, a exterior circundando a interior.

São, ao todo, três aprovações, que ocupam três páginas (não numeradas):

- APPROVAÇAM Do M. R. P. M. Fr. JOAM / de Deos, da Serafica Ordem de S. Francisco, Califi- / cador do Santo Officio &c. (6 linhas de texto, no recto. Datado: “S. Frâncisco da Cidade 17. de Janeiro de 682”. / Ass. Fr. Joaõ de Deos. Margem inferior à esquerda: § ij.);
- APPROVAÇAM Do M. R. P. M. Fr. THOME / da Conceyçaõ, da Ordem do Carmo, Calificador / do Santo Officio, &c. (6 linhas de texto, no recto. Datado: “Engenho Carmo de Lisboa 3. / de Fevereyro de 168{2}”. / Ass. Fr. Thomè da Conceiçaõ. Margem inferior à esquerda: § ij.);
- APPROVAÇAM DO M. R. P. M. Fr. JOAM / da Madre de Deos. Provincial que foy da Provincia / de Portugal da Serafica Ordem de S. Francisco. Prè- / gador de S. Alteza. Examinador das Tres Orde)s Mi- / litares. E hoje dignissimo Arcebispo da Bahia, &c. (23 linhas de texto no verso da folha e 26 linhas no recto. Datado: “S. Francisco da Ci- / dade 26. de Fevereyro de 682”. / Ass. Fr. Joaõ da Madre de Deos.).

No verso da terceira folha tem início a publicação das licenças, num total de quatro, que ocupam também o recto da quarta folha:

- LICENÇAS. / da Religião. / (11 linhas, no verso. Datado: “Dada na Bahia aos 30. de / Junho de 681.” / Antonio de Oliveyra.);
- Do Santo Officio. (5 linhas, no verso. Datado: “Lisboa 4. de Feverey- / ro de 1682.” Ass.: Manoel Pimentel de Sousa. Fr. Valerio de S. Raymundo.);

³⁰ Papel cartonado, medindo 120mm × 110mm, de data relativamente recente, parcialmente impressa, com informações manuscritas com os dados de catalogação do exemplar.

³¹ A propósito de cercadura, veja-se: MCMURTRIE, Douglas. *O livro: impressão e fabrico*. Trad.: Maria Luisa Saavedra Machado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1969. p. 253.

Do Ordinário. (3 linhas, no recto. Datado: “Lisboa 7. / de Fevreyro de 1862.”. Ass. Serrão.);

Do Paço (4 linhas no recto. Datado: Lisboa [†]. de F{eve}reiro de 682.” Ass.: Roxas. Lamprea. Rego. Noronha.). A isso seguem-se mais 2 linhas. Datado: “Lisboa 24. de Novembro de 682.” Ass.: Manoel Pimentel de Sousa. Manoel de Moura Manoel. / Jeronymo Soares. Fr. Valerio de S. Raymundo. / Joaõ da Costa Pimenta. Bento de Beja de Noronha.).

Finalmente, no recto da quarta folha, a autorização da publicação: “Pode correr. Lisboa 25. Novembro 682”. Ass.: Serrão. Logo abaixo, a taxaço: “Tayxaõ este Livro em doze tostoens. Lisboa 24. / de Novembro de 682.”. Ass.: R{oxas}. Basto. Rego. Lamprea. Noronha.

No verso da quarta folha vem o sumário da publicação: “SERMOENS, / Que contém esta Segunda Parte.”:

I.	Sermaõ da Rainha S. Isabel.	Pag. 1.
II.	Sermaõ de N. Senhora da Gloria.	27.
III.	Sermaõ da primeyra Dominga de Quaresma.	53.
IV.	Sermaõ da terceira Quarta feyra da Quaresma.	86.
V.	Sermaõ de Santo Antonio em Roma.	126.
VI.	Sermaõ de S. Roqu{e.}	147.
VII.	Sermaõ de S. Pedro Nolasco.	184.
VIII.	Sermaõ da sexta Sexta feyra de Quaresma.	215.
IX.	Sermaõ da quinta Dominga de Quaresma.	242.
X.	Sermaõ de N. Senhora da Graça.	273.
XI.	Sermaõ de Santo Antonio no Maranhão.	309.
XII.	Sermaõ de S. Bartholomeu.	346.
XIII.	Sermaõ do Mandato.	371.
XIV.	Sermaõ do enterro dos ossos dos enforcados.	402.
XV.	Sermaõ da primeyra Dominga do Advento.	428.

Os sermões incluídos pelo Padre Antonio Viera nessa segunda parte foram proferidos em Lisboa, na Bahia, no Maranhão e em Roma, entre 1637 e 1674, mostrando o itinerário percorrido pelo jesuíta entre a Europa e as terras brasileiras. Note-se que três deles não trazem a data (Tabela 3)³².

O texto dos quinze sermões traz as seguintes características de impressão. As páginas de portada têm, na parte superior, uma cercadura com motivos fitomórficos. A do primeiro sermão é a única que apresenta formato diferente: duas palmas simetricamente distribuídas, trazendo ao centro uma coroa (Fig. 5). Nas demais quatorze folhas de portada, a esquadria retangular, também com motivos fotomórficos, traz uma moldura circundando duas linhas. A partir daí, em uma coluna, o título do ser-

³² Para a cronologia da pregação de Vieira, veja-se: MARQUES, João Francisco. A cronologia da pregação de Vieira. In: MENDES, Margarida Vieira; PIRES, Maria Lucília; MIRANDA, J. Costa. *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 126-127.

mão, com indicação do local onde foi pregado e a data. Uma linha separa o título do texto dos sermões. O texto inicia-se com uma letra inicial ornamentada com motivos fitomórficos e animais (serpente e ave), com tamanhos diferentes, ocupando entre seis e três linhas. Texto em duas colunas, com reclusas, usando-se itálico para as citações em latim. Todos os sermões trazem como mote uma citação do Evangelho (de Lucas, João ou Mateus) ou um Salmo. Ao final de cada sermão preenche-se o espaço em branco com um ornamento³³ em formato de fundo de lâmpada, com motivo fitomórfico, de tamanho variável segundo o espaço em branco (Fig. 6, 7 e 8)³⁴. Quando o espaço não é suficiente não há ilustração, como é o caso da p. 345.

2.2 Características intrínsecas do exemplar

Procedeu-se à colação de alguns elementos (materiais e textuais) desse exemplar com um dos exemplares da *editio princeps*³⁵ do acervo da biblioteca do Instituto Teológico Santo Inácio, em Belo Horizonte³⁶, a partir da comparação das folhas de portada de quatro dos sermões que integram essa *Segunda Parte*, com quatro das reproduções facsimiladas reproduzidas na edição de Alcir Pécora³⁷. Trata-se das portadas de:

- *Sermam da terceyra Quarta feyra da Quaresma* (p. 86), onde se vêem gralhas comuns às que se acham na *editio princeps*: à L. 3 do título, a vírgula após QUARESMA assume a forma de um grafo, acima da caixa da linha;
- *Sermam de S(anto) Antonio* (p. 126), na qual à L. 12, col. a, há um grafo pouco abaixo da pontuação, em *Assi foy*; à L. 2, da col. b, se nota a quebra nos últimos grafemas da linha na forma *prodigioso*; à L. 7, col. b, existe uma falha no grafema *g*, em *Egypto*.
- *Sermam da sexta Sexta feyra de Quaresma* (p. 215), onde no mote ao sermão,

33 Sobre ornamento consulte-se: MCMURTRIE, Douglas, op. cit., p. 249-266.

34 Colocadas às p. 26, 52, 85, 125, 146, 183, 214, 241, 272, 308, 370, 401 e 427.

35 Para a localização de um desses exemplares da *editio princeps*, foi muito útil o artigo de Maria Cândida Ferreira de Almeida, *A editio princeps dos Sermões do Padre Antônio Vieira*, também publicado neste número. A partir dele foi possível, numa visita ao Instituto Teológico Santo Inácio, em Belo Horizonte, realizada em março de 2007, fazer a colação entre os exemplares do Mosteiro de São Bento da Bahia (através de cópias digitalizadas cedidas pela instituição) e o exemplar daquele Instituto.

36 Cabe aqui um agradecimento aos funcionários da biblioteca do Instituto Teológico Santo Inácio, que permitiram em curto prazo a consulta ao exemplar desejado.

37 VIEIRA, Antônio, Pe. *Sermões*. São Paulo: Hedira, 2000. 2v. Org.: Alcir Pécora. Vejam-se, respectivamente as ilustrações das folhas de portada de: *Sermam da Terceyra quarta feyra da Quaresma* (p. 247), *Sermam de S. Antonio, pregado em Roma...* (p. 277), *Sermam da Sexta feyra da Quaresma* (p. 295), *Sermam do Mandato* (p. 341).

podem ser observadas uma diferença no primeiro *l* do grafema duplo *ll* e uma separação no sufixo verbal da forma *Collegerunt*.

Sermam do Mandato (p. 371), na página identificada com a assinatura *Aaa ij*, com o reclamo *para*, nota-se que a glosa lançada à margem direita, L. 9-10, col. b) é a mesma: “Joann. / 13.I”.

Outro erro conjuntivo entre os exemplares do Mosteiro de São Bento da Bahia e do Instituto Teológico Santo Inácio é a foliação: repetição da página 107 (em lugar da 109), nos dois exemplares.

Compararam-se também algumas das formas lingüísticas documentadas no texto dos dois exemplares, o do Mosteiro de São Bento e o do Instituto Teológico Santo Inácio. O exame de alguns dos aspectos lingüísticos mostra a presença de elementos de carácter arcaizante, documentando-se não apenas as formas apontadas por Aníbal Pinto de Castro³⁸, ao falar das contrafações:

Será, além disso, importante recordar que, com a mesma data e as mesmas referências bibliográficas da edição príncipe, existem pelo menos mais duas outras que dela diferem por vários pormenores gráficos, que vão das vinhetas às capitais e aos tipos, mas sobretudo por numerosas diferenças de lição, sendo que uma apresenta formas mais arcaizantes, mesmo quando em todas se encontrem formas alternantes do tipo *ũa / uma; pera/para; fermoso/formoso*, etc. Quer se trate de contrafações clandestinas, como sustentou Júlio de Moraes, quer se trate de edições diferentes feitas em função de um acordo entre o autor e o impressor, como prefere o Padre Serafim Leite, o texto que deverá servir de base será sempre o da edição que apresenta formas mais arcaizantes. E assim estamos a proceder, na edição que temos em preparação.³⁹

A colação entre os exemplares do Mosteiro de São Bento e do Instituto Teológico Santo Inácio mostrou a existência de variantes textuais conjuntivas dos tipos classificados e enumerados a seguir⁴⁰.

Grafia de *pr*:

... por huma / Debora *prantada* na testa de / hum exercito. (SRSI, p. 3, col. b, L. 34)

Uso de <h> nas formas do artigo indefinido (de modo geral se tem *hũa* ou *huma*), mas há formas sem o <h>:

& se bem / repararmos na vida de S. Ro- / que, achalohemos semelhan- / te, naõ aos outros

38 CASTRO, Aníbal Pinto de. Os Sermões de Vieira: da palavra dita à palavra escrita...

39 Ibid., p. 86.

40 O resultado agora apresentado corresponde à colação efetuada nos seis primeiros sermões, indicados pelas siglas: SRSI = *Sermam da Rainha Santa Isabel*; SGMMD = *Sermam da Gloria de Maria Mãe de Deos*; SPDQ = *Sermam da primeira Dominga da Quaresma*; STQFQ = *Sermam da terceyra Quarta feyra da Quaresma*; SSA = *Sermam de Santo Antonio*; SSR = *Sermam de S. Roque*.

Santos, se- / não ao mesmo Christo, & / não só *hũa* vez semelhante a / Christo; senão quatro vezes semelhante. (SSR, p. 149, col. b, L. 11)

Ora eu andey buscan- / do no nosso Evangelho *algũa* / coroa, ... (SRSI, p. 6, col. a, L. 13)

Forma do advérbio oração: *si*

Si per- / doarey, respondeo Deos, ou / o Anjo em seu nome. (STQFQ, p. 88, col. b, L. 10)

E como / o Anjo, que a seis petições de / Abraham tão benevolamen- / te tinha sempre dito *si*: se / elle continuasse, & instasse / com a septima, era força- / do a dizer Não; por se não / atrever a pronunciar esta du- / rissima palavra, desapareceo, / & escondeose. (STQFQ, p. 89, col. a, L. 22)

Duas vezes bemaven- / turados nas vozes do Evan- / gelho, & quatro vezes des- / graciado nos successos, nos / encontros, & nas tragedias / da vida? *Si*. (SSR, p. 149, col. 1, L. 8)

Registro das variantes *fermoso* / *fermosura* / *fermosissimo*

...dahi / he que lhe vem toda a graça, / & toda a *fermosura*. (SRSI, p.15, col. b, L. 19)

...a graça & a *fermosura* do / vestido de fôra, toda lhe vem do vestido de dentro. (SRSI, p.15, col. b, L. 24)

Mas esta / mesma gala em Isabel assenta- / da sobre vestiduras Reaes, he / muito mais vistosa, muyto mais / *fermosa*; porque toda a graça, & *fermosura* lhe vem das [↓ guar-] // guarniçoens, & bordaduras / de ouro, que por bayxo da / orla estão reluzindo: (SRSI, p.15, col. b, L. 34 e 36)

E nes- / ses escudos Reaes, cubertos, / & sobreve{s}tidos de burel as- / pero, & grosseyro, diz David / que consiste todo o realce da / gala, & toda a *fermosura*, & / gloria da filha do Rey: (SRSI, p. 16, col. b, L., 5)

...apontando / em roda para todo este map- / pa universal, taõ grande, taõ *fermoso*, taõ vario, disse assi:... (SPDQ, p. 56, col. a, L. 17)

Assim como os An- / jos quando apparecem aos / homens se vestem de corpos / fantasticos, que parecem cor- / pos *fermosissimos*, & não saõ / corpos... (SPDQ, p. 61, col. b, L. 18)

Que cousa / he a *fermosura*, senaõ huma / caveira com um volante por / cima? (SPDQ, p. 65, col. b, L. 17)

Registro das variantes *ventagens* / *aventejar*

Sou contente: / mas não me contento só com / isso: o que peço a Deos, he que / sayas taõ eminente nellas, que / me faças grandes *ventagens*, / & sejas muito mayor que teu / pay: ... (SGMMD, p.38, col. a, L. 24)

...porque a hum Rey tão / famoso, & glorioso como Da- / vid, nenhuma outra felicida- / de, nem gloria lhe restava pa- / ra desejar, senão que tivesse / hum filho que em tudo se lhe / *aventejasse*, & o excedesse, & / que o throno do mesmo filho / fosse muito mais levantado, & / sublimado que o seu. (SGMMD, p. 45, col. a, L. 21)

...& so as mes [↓ mas] // mas *ventagens* de Gloria, em / que infinitamente se vâ exce- / dida, serão as que mais glo- / riosa a fazem, & de que mais / se gloria? (SGMMD, p. 44, col. a, L. 1)

...só a / Christo se pareceo na virtu- / de deste Divino contagio, / excedendo nella a Saõ Pedro, quando menos em duas gran- / des *ventagês*. (SSR, p.179, col. b, L. 27)

Grafia de <J> por <hi>

Subi, Senhora, subi, subi ao / trono da Gloria, que vos está / aparelhado sobre todas as / *Jerarchias*, que là vos espe- / ra outra palma infinitamente / mais gloriosa. (SGMMD, p. 39, col. a, L. 14)

Grande / gloria da Senhora he, como / lhe canta a Igreja, verse exal- / tada no Ceo sobre todos os / Coros, & *Jerarchias* dos Espiritos Angelicos; ... (SGMMD, p.39, col. a, L. 27)

Mas a mayor Gloria de / Maria não consiste, em que o / seu throno exceda o de todas / as *Jerarchias* creadas, senão em ter hum Filho, cujo trono / excede infinitamente o seu. (SGMMD, p. 45, col. b, L. 11:

...passando em silē{c}io os outros / dons sobrenaturaes, que to- / caõ a cada hũa das *Jerarchias* / em que veneraõ, & reconhe- / cem a soberana superiorida- / de, com que a Senhora, como / Rainha de todas, incompara- / velmente as excede; ... (SGMMD, p. 46, col. a, L. 20)

...que a sua Casa se levantaria, / & estenderia mais que a de Ja- / cob, que seria Rainha sua, & de todas as *Jerarchias* dos An- / jos, Senhora dos homens, Em- / peratriz de todo o creado, & / que esta Magestade, & gran- / deza, tambem a lograria sem / fim? (SGMMD, p. 51, col. a, L. 12)

Aglutinação decorrente de juntura externa

Atèqui o que o Filho / recebeo do Padre necessaria- / mente, & sem eleiçaõ sua. (SGMMD, p. 47, col. b, L. 22)

Pois *exahi* por / que ha tantas almas venaes. (SPDQ, p. 60, col. a, L. 25)

Uso do til sobre a vogal para indicar nasalidade ou ausência do til:

Quando o Eter- / no Padre quiz dar Mãy a seu / Unigenito, foy cõ tal *miramê-* / to, [†]tenção à grandeza, & / Magestade da que sublimava [↓ à taõ] // a taõ estreito e soberano pa- / rentesco, que naõ sò quiz que / fosse sua, isto he, do mesmo / Pay a eleiçaõ da Mãy, senaõ / que fosse da Mãy a / eleiçaõ do Filho. (SGMMD, p. 49, col. b, L. 33-34)

Esta definição he fundada / na doutrina *commua* dos Pa- / dres, confirmada por muytos // Pontifices, & geralmente re- / cebida de todos os Caconis- / tas, & Theologos. (SSR, p. 160, col. b, L. 34)

...mas se nesta desgraça / *commua* ouve homens mais / mofinos, & mais desgraça- / dos que os outros, quem pô- / de duvidar, que forão os fa- / bricadores da Arca de Noe? (SSR, p. 166, col. b, L. 12)

Formas com metátese

Na boca da *bivo-* / *ra* poz a natureza a peçonha, / & juntamente a triaga. (SPDQ, p. 56, col. b, L. 30-31)

Mas co- / mo se podem evitar, ou ata [↓ lhar] // lhar estas occasiões, sendo os / pretendentes, & as *pertençõ-* / *es*, os requerêtes, & os reque- / rimentos tantos? (STQFQ, p. 93 col. a, L. 2-3)

Em havendo lugares / vagos, de todas as partes con- / correm tum{ultu}ariamente a / elles os *pertendentes*, não por / impedir (que só o impedem / huns a outros) ... (STQFQ, p. 107 [i. e. 109], col. a, L. 17)

No gover- / no M{o}narchico he mu{i}to fa- / cil ata [†] [†]os estes incon- / venientes, anticipando o va- / cuo de tudo aquillo, que s{e} // póde *pertender*, ou pedir, cõ / prevenir diligentemente; que / não haja lugares vagos. (STQFQ, p. 107 [i. e. 109], col. b, L. 1)

E se a publi- / ca aceitação deste acto se di- / latou; foy com atte{n}ção, & / Providencia pater{na} do *Vi-* / *gayro* {de} Chr{i}sto, para que / no entretanto podesse lograr / a Igreja os repetidos exem- / plos de taõ constante sojei- / çãõ, & obediencia; [...] (SSA, p. 143, col. b, L.30-31)

Manutenção de vogais nasais em hiato

& eu sen- / do essa alma minha, naõ ha / de haver no mundo cousa taõ / baixa, taõ *vãa*, & taõ vil, pe- / la qual a naõ dè sem nenhum / reparo? (SPDQ, p. 58, col. b, L. 16)

Bem sabe toda Eu- / ropa com quantos discursos; / & ainda direyos mal inter- / pretados, procurou a Politi- / ca menos *Christãa* tentar a / obediencia Portugueza, em / tantos annos. (SSA, p. 144, col. b, L. 25)

Uso da forma hipônima *vianda*

Pedio Esaú a seu irmaõ / hum pouco daquella *vianda* [lentilhas]; mas elle aproveitando-se da / occasiãõ, & da necessidade, / respondeo, que dar naõ, mas / vender *si*: que se Esaú lhe ve) - / desse o seu morgado, começa- / ria desde logo a lhe dar aquel- / les alimentos. (SPDQ, p. 59, col. b, L. 26)

Formas com *a* protético

Final- / mente, que cousa he a mesma / vida senaõ huma *alampada* / *acceza*, vidro, & fogo? Vidro, / q̄ com hum *assopro* se faz, fogo, / que com hum *assopro* se apa- / ga (SPDQ, p. 66, col. a, L. 24)

Fechamento de vogais átonas pretônicas

Pois se Judas / não só he Demonio por mal- / dade, mas em Judas está por / realidade o mesmo Demonio, como se *ajuelha* Christo diante de Judas? (SPDQ, p. 74, col. b, L. 16)

...co- / mo pois se *ajuelha* Christo a / hum homem, que he Demo- / nio, & dentro do qual está o / Demonio? (SPDQ, p. 74, col. b, L. 24)

Por todo o Mundo não do- / brou Christo o *juelho*, nem o / podia dobrar a hum Demo- / nio transfigurado em homem: / & por huma alma lançouse de / *juelhos* aos pes de hum ho- [↓ mem,] // que era Demonio; & / que tinha dentro de si o Demo- / nio (SPDQ, p. 74, col. b, L. 31, 35)

Por todo o Mundo não / conseguiu o Demonio, que / Christo se *ajuelhase* a elle: / por huma alma, senão conse- / guio, [†] {se *ajue*} *lhasse* a elle, conseguiu, que se *ajuelhasse* / diante delle. (SPDQ, p. 75, col. a, L. 5, 7, 8)

Ah idolatras do Mun- / do! que tantas vezes dais a / alma, & dobrais o *juelho* ao / Demonio, ... (SPDQ, p. 75, col. a, L. 12)

...assi como se / houvesse posto de *juelhos* / diante do Demonio, para o / adorar, assi se podia pôr de / *juelhos* diante de Deos, para / pedir perdaõ... (SPDQ, p. 79, col. a, L. 12, 15)

Uso da forma *rezão*

Contra o sofisticado de- / stas *rezões* (verdadeira- / mente tem muyto da vaidade- / de) parece que são mais soli- / das as do ditame contrario. (STQFQ, p. 91, col. a, L. 4)

A *rezão*, ou consequencia he manifesta. (STQFQ, p. 93, col. a, L. 18)

Porque os Reys não / imitão este exemplo do Rey / dos Reys, & por isso se vem / taõ perseguidos de petições, / & tão atribulados de reque- / rimentos, de que senão po- / dem desembaraçar, mais cõs- / trangidos da consequencia, / que obrigados da *rezaõ*: de- / vendo, & querendo negar a / muitos, & não o podendo fa- / zer, pelo que tem concedido / a poucos. (STQFQ, p. 95, col. a, L. 21)

E logo os / vassallos senão atreveraõ a / pretender as *semrezoens*, & / se benzeraõ de pedir como / de tentação: ... (STQFQ, p. 100, col. b, L. 3)

R{†} // muit{†} {†}so S. {P}edro Chry- / sologo, & {†}irase com *re- / zãõ*, de que sendo hum só fi- / lho o que pediu esta dispen- / sação, o pay a concedeo logo / a ambos: ... (STQFQ, p. 106, col. b, L. 2-3)

... e contra a for- / ça (ou forçosa, ou forçada) / desta consequencia não va- / lem soluçoens de mayor *re- / zãõ* (STQFQ, p. 108, col. a, L. 16-17)

... porque o que / a Ley nega a todos sem inju- / ria, depois que se concede a / hum (ainda que seja com *re- / zãõ*) não se pôde negar a ou- / tro sem agravo. (STQFQ, p. 108, col. b, L. 13-14)

A *rezaõ*, com que / Christo lhes tapou a boca; / foy com dizer, que aquelles / lugares já estavaõ destinados / & dados a outrem: ... (STQFQ, p. 112, col. b, 20)

He co- / stume da vossa terra faltar á / justiça, & á *rezão*, & dar por / escuza, que naõ he costume? (STQFQ, p. 116, col. b, L. 7)

A censura deste, que se ca- / ma costume, he que naõ he / costume, senão abuzo contra- / rio á natureza, á *rezão*, á / virtude, & prejudicial á Re- / publica:... (STQFQ, p. 117, col. b, L. 15)

Ve-se Antonio sobre os Alta- / res, cõ as mãos carregadas de / memoriaes, como primeyro / valido de Deos, & como bom / valido, despachados logo. / Ve-se a casa, onde nasceo, con- / vertida, & consagrada com / magnificencia Real, em sum- / ptuoso Templo{:;} & ve-se com / religiosa *rezão* de estado fun- / dado sobre as abobadas do / mesmo Templo o Capito- / lio, ou Senado daquella tri- / umphante Cidade: [...] (SSA, p. 128, col. a, L.29)

A *rezão* disto n{ão} a / ha, a *semrezão* si, & he esta: / porque os homens costumaõ / conhecer nos outros, não a / pessoa, senão a fortuna; [...] (SSR, p. 153, col. a, L. 1, 2)

Pois valha- / me Deos, Evangelista enten- / dido, Evangelista amante, se / quereis ponderar as *rezoens* / de dor, que ouve no nasci- / mento de Christo, não esta- / vão ahi as circunstancias do / tempo, & as do l{o} gar. (SSR, p. 155, col. a, L. 15)

He porq(ue) Chri- / sto, como quem taõ bem sa- / bia pezar as *razoens* d{†} / sentio mais o verse {desco} / nhecido naquella hora, que o // verse desamado. (SSR, p. 155, col. a, L. 33)

Grande *sem- / rezaõ* foy, que os Ministros / da Babilonia lançassem no / lago dos Leoens a Daniel, mas á vista do respéyto, que / lhe guardarão os mesmos / Leoens, ainda tem mais qui- / lates a *semrezão*. (SSR, p. 156, col. b, L. 25-26, 32)

Que solte a lingua / hum animal, para pedir *re- / zão* a hum Profeta de tão pou- / ca *rezão*, que ouze soltar a / lingua cõtra o mesmo Deos? (SSR, p. 157, col. a, L. 23-24, 26)

Com tu- / do não deyx a ser difficul- / {†} a *rezão* della. (SSR, p. 161, col. a, L. 5)

A *rezão* foy; / porque nos quiz Christo / mostrar quanto tinha de fi- / neza o deixarse prender por / nós. (SSR, p.164, col. b, L. 15)

A *rezão* de não se / querer condenar hum ho- / mem, he taõ cabal, que não / ha mister ajudada de outra. / Pois se S. Paulo dá por *rezão* / da sua penitencia o não se / querer condenar; porque / acrescenta a circunstancia de / ser Prêgador: *Ne cum alijs / praedicaverim?* (SSR, p. 167, col. a, L. 23, 27)

Vamos á segunda. A / segunda *rezão*, ou miseria / porque tenho pelo mais des- / graciado de todos os males a / peste, he, porque nas outras / enfermidades o mayor bene- / ficio, que vos pode fazer, / quem vos ama, he estar com / vosco: [...] (SSR, p. 172, col. b, L. 28)

A *rezão*, & a piedade tem alli / cruelmente prezos, & sitia- / dos os miseraveis, para que se / matem antes a pé quedo en- / tre si, & não sayão a matar os / outros; [...] (SSR, p. 174, col. b, L. 30)

Que *rezão* teve logo / Christo para não querer / morrer, senão no ar, & ao ar? (SSR, p. 176, col. b, L. 23)

Uso da forma *tamanho* como comparativo

Deos he justo, / & justissimo, antes a mesma / justiça: eu não lhe tenho feito / nenhuns

serviços (porque / sirvo a outros Deoses) para / que me façam *tamanhas* mer- / ces pois como terey eu atre- / vimento para lhe pedir; o que / me promete Isaias? (STQFQ, p. 100, col. 1, L. 21, 23)

Uso da forma *saial*

Despe as armas de Saul, / vestese do seu *sayal*, vayse ao / rio, escolhe sinco pedras, & / sae: *Elegit sibi quinque lim- / pidissimos lapides de torrente.* (SSA, p. 134, col. a, L. 25)

Dispa logo Anto- / nio as armas de Agustinho, / vistase do *sayal* de Francisco, / & com as sagradas Quinas diante saya seguro, & confia- / do o Menor, que elle vence- / rá o Gigante. (SSA, p. 134, col. b, L. 11)

Equivalência de *qua* a *ca*

Assi / avia de ser para *calificar* Por- / tugal, que não só era filho, / mas filho obedientissimo. (SSA, p. 144, col. b, L. 18)

Foram observados, ainda, alguns erros óbvios:

... que seus *proprios* patentes, / & em sua *ptopria* patria... (SSR, p. 153, col. a, L. 29-30)

...bemaventurança, *porqne* se... (SSR, p. 157, col. b, L. 3)

3 Conclusão

Com o levantamento dos elementos relativos ao suporte do livro (formato, encadernação, papel) e os resultados das análises extrínseca e intrínseca – considerando-se nessa última os elementos do suporte impresso e as variantes textuais que mostram a presença no texto impresso de elementos de caráter arcaizante – acredita-se poder afirmar que o acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia possui exemplares da *edição princeps* da obra do Padre Antonio Viera.

Resta prosseguir na busca e localizar os demais exemplares, que, por certo, existirão no acervo.

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; INL; FNP, 1986.
- BOCKELKAMP, Marianne. Objets matériels. In: HAY, Louis (Dir.). *Les manuscrits des écrivains*. Paris: Hachette, 1993. p. 88-101.
- BUONOCORE, Domingo. *Vocabulario bibliográfico: términos relativos al libro, al documento, a la biblioteca y a la imprenta, para uso de escritores, bibliógrafos, bibliófilos, bibliotecarios, archivistas, libreros, editores, encuadernadores y tipógrafos*. Santa Fé (Argentina): Castellví, 1952.
- CARTA DO P. REYTOR DO COLLEGIO DA BAHIA em que dá conta ao Padre Gèral da morte do P. Antonio Vieyra, & refere as principaes acções de sua vida. In: SERMOENS, E VARIOS DISCURSOS DO PADRE ANTONIO VIEYRA, da Companhia de Iesu, Prègador / de Sua Magestade. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade. M.DCCX. t. 14, p. 307-320. Obra posthuma, dedicada à Purissima Conceyçam da Virgem Maria Nossa Senhora.
- CASTRO, Anibal Pinto de. Os Sermões de Vieira: da palavra dita à palavra escrita. In: MENDES, Margarida Vieira; PIRES, Maria Lucilia; MIRANDA, J. Costa. *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 79-94.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história; conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Trad. de Mary del Priore. Brasília: EDUNB, 1998.
- DESLANDES. <<http://genealogia.neotopia.pt/familias/fam>>, acessado em 9 de março de 2007
- FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc*. Lisboa: Guimarães, 1988. s.v. Pref. José V. de Pina Martins.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimp. fac-similar. São Paulo: Hucitec; INL; Fund. Nac. do Livro, 1983.
- KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. Marcas d'água. In: KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. *A Origem do livro: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1986. p. 228-229. Com a colab. de Walter D. Cohn.
- LAUFER, Roger. *Introdução à textologia; verificação, estabelecimento, edição de textos*. Trad. de Leda Tenório da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1980.

- LAVOURA, Maria Emília. O livro impresso e o manuscrito coexistem: o surto do livro impresso. In: D'ALVARENGA, João Pedro et al. *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: INAPA, 1992. p. 176-216.
- LIVRO DAS OBRAS DE GARCIA DE RESENDE. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. Ed. crítica, estudo textológico e lingüístico por Evelina Verdelho.
- MARQUES, João Francisco. A cronologia da pregação de Vieira. In: MENDES, Margarida Vieira; PIRES, Maria Lucília; MIRANDA, J. Costa. *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 117-134.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: INIC; Centro de Ling. da Univ. de Lisboa, 1991.
- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro; impressão e fabrico*. Trad. de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1969. Pref. e notas de Jorge Peixoto.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. Padre Antônio Vieira, S. J., autor & editor. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 44, jan. 2002. p. 80-86
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. Pequenas notas e comentário sobre a idéia de catálogo, a propósito de um *catálogo* relativo ao grande autor e fazedor de livros padre Antônio Vieira. In: NEVES, Luiz Felipe Baêta (Org.). *Padre Antônio Vieira: catálogo do acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: EDUERJ; MINC; FBN; DNL, 1999. p. 11-16.
- PINTO, Américo Cortez. *Da famosa arte da imprimissão; da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar*. Lisboa: Ulisseia, 1948. 507p.
- SANTOS, Antonio Ribeiro dos. *Memoria para a historia da typografia portugueza do seculo XVI*. Lisboa: séc. XVII. Acesso pelo site <<http://purl.pt/238>>, em 9 de março de 2007.
- SANTOS, Arlete Silva. *Nas entranhas da escrita do século XVIII: edição e estudo terminológico*. Salvador: UFBA; PPGLL, 2004. Tese orient. por Albertina Ribeiro da Gama.
- VIEIRA, Antônio, Pe. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2000. 2v. Org.: Alcir Pécora.

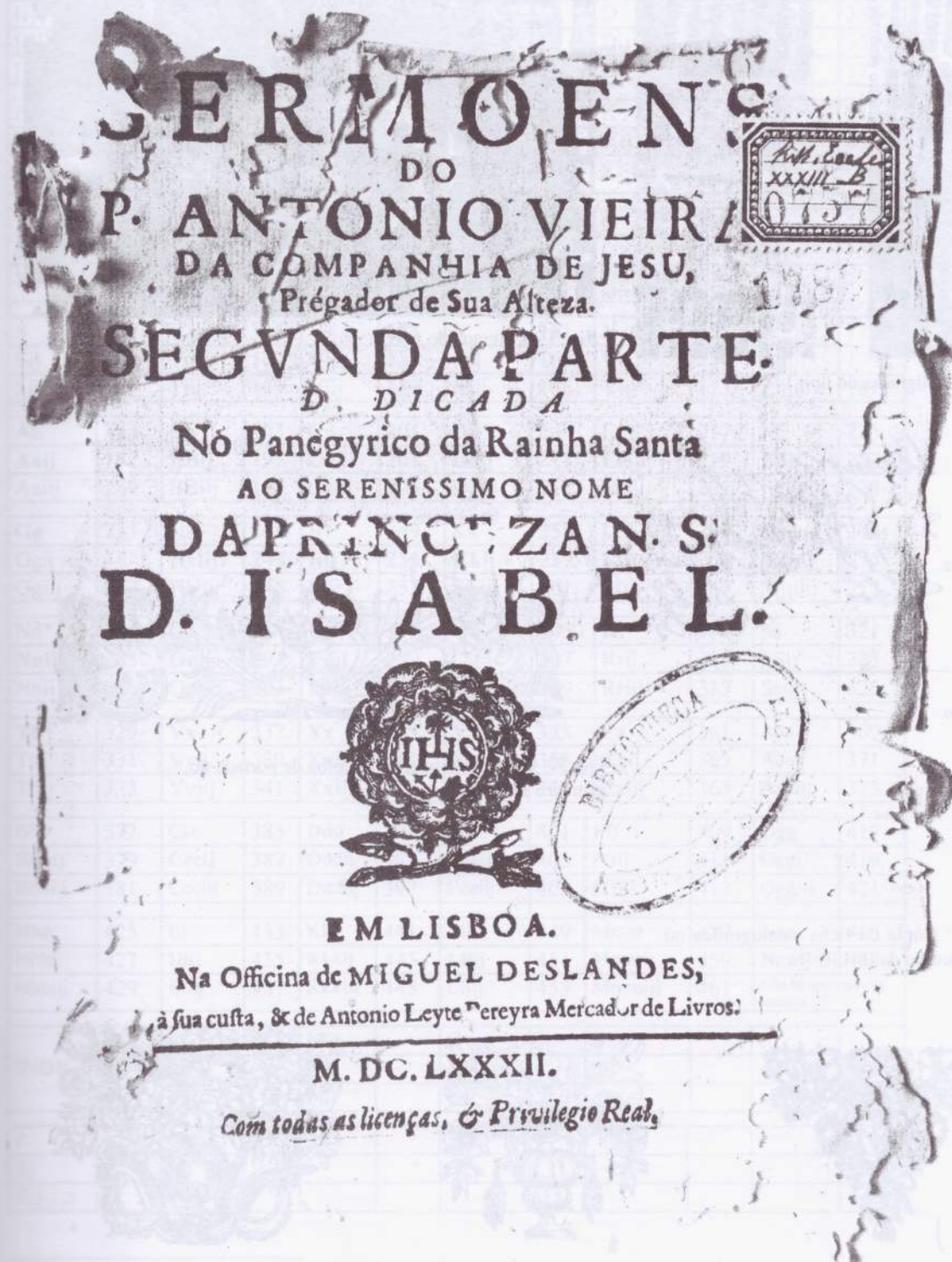


Fig. 1 d Folha de rosto do exemplar da BMSB.



Fig. 2 – Filigranas do tipo 1



Fig. 3 – Filigrana do tipo 2

Título: *Sermões*
 Autor: *Vieira J.J.*
 Armário: *33* Prati. *B* N.º na Prati. *757*
 Catal. Geral: *1782* Série: *1.ª ed.*
 Edição: *Publ.ª* Ano: *1682*
5 vls

Observações:

Fig. 4 – Cópia da ficha catalográfica no antigo acervo da BMSB



Fig. 5 – Cercadura superior da folha de portada do primeiro sermão



Fig. 6 Ornamento, p. 146



Fig. 7 Ornamento, p. 272



Fig. 8 Ornamento, p. 427

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FILIGRANAS

cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.
[i]		A	1	B	9	C	17	D	25	E	33
[ij] ⁴¹		Aij	3	Bij	11	Cij	19	Dij	27	Eij	35
[iij]		Aiij	5	Biij	12	Ciij	21	Diij	29	Eiij	37
F	41	G	49	H	57	I	65	K	73	L	81
Fij	43	Gij	51	Hij	59	Iij	67	Kij	75	Lij	83
Não há marcação da terceira		Giiij	53	Hiiij	61	Iiiij	69	Kiiij	77	Não há marcação da terceira	
M	89	N	97	O	105	P	113	Q	121	R	129
Mij	91	Nij	99	Oij	107	Pij	115	Q2	123	Rij	131
Miij	93	Niij	101	Oiij	107	Piij	117	Não há marcação da terceira		Riij	133
S	137	T	145	V	153	X	161	Y	169	Z	177
Sij	139	Tij	147	Vij	155	Xij	163	Yij	171	Zij	179
Siij	141	Tiij	149	Viij	157	Xiij	165	Yiij	173	Ziij	181
Aa	185	Bb	193	Cc	201	Dd	209	Ee	217	Ff	225
Aaij	187	BBij	195	Ccij	203	Ddij	211	Eeij	219	FFij	227
Aaiij	189	BBiij	197	Cciij	205	Ddiij	213	Eeiij	221	FFiij	229
Gg	233	Hh	241	Ii	249	Kk	257	Ll	265	Mm	273
Ggij	23 ^[5]	HHij	243	Iiij	251	Kkij	259	Llij	267	Mmij	275
Ggiij	237	HHiij	245	Iiiij	253	Kkiij	261	Lliij	269	Mmiij	277
Nn	281	Oo	289	Pp	297	Qq	305	Rr	313	Ss	321
Nnij	283	Ooij	291	Ppij	299	Qqij	307	Rrij	315	SSij	323
Nniij	285	Ooiij	293	Ppiij	301	Qqiij	309	Rriij	317	Ssiij	325
Tt	329	Vv	337	Xx	345	Yy	353	Zz	361	Aaa	369
Ttij	331	Vvij	339	Xxij	347	Yyij	355	Zzij	363	Aaiij	371
Ttiij	333	Vviij	341	Xxiij	349	Yyiij	357	Zziij	365	Aaiiij	373
Bbb	377	Ccc	385	Ddd	393	Eee	401	Fff	409	Ggg	417
Bbbij	379	Cccij	387	Dddij	395	Eeeij	403	Fffij	411	Gggiij	419
Bbbiij	381	Ccciij	389	Dddiij	397	Eeeiij	405	Fffiij	413	Gggiij	421
Hhh	425	Iii	433	Kkk	441	Lll	449	Mmm	457	Nnn	465
Hhhij	427	Iiiij	435	Kkkij	443	Lllij	451	Mmmij	459	Nnnij	467
Hhhiiij	429	Iiiiij	437	Kkkiiij	445	Lliij	453	Mmmiij	461	Não há marcação da terceira	
ÍNDICES	a		b		C		d		e		
	aij		bij		cij		dij		eij		
	aiij		biij		ciij		diij		eiij		
f		g									
fij		gij									
fiij		giij									

41 Indicam-se em negrito as folhas onde se acham as filigranas.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CADERNOS

cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.	cad.	p.
[i]		A	1	B	9	C	17	D	25	E	33
[ij]		Aij	3	Bij	11	Cij	19	Dij	27	Eij	35
[iij]		Aiij	5	Biij	12	Ciij	21	Diij	29	Eiij	37
F	41	G	49	H	57	I	65	K	73	L	81
Fij	43	Gij	51	Hij	59	Iij	67	Kij	75	Lij	83
Não há marcação da terceira		Giij	53	Hiij	61	Iiij	69	Kiij	77	Não há marcação da terceira	
M	89	N	97	O	105	P	113	Q	121	R	129
Mij	91	Nij	99	Oij	107	Pij	115	Q2	123	Rij	131
Miij	93	Niij	101	Oiij	107	Piij	117	Não há marcação da terceira		Riij	133
S	137	T	145	V	153	X	161	Y	169	Z	177
Sij	139	Tij	147	Vij	155	Xij	163	Yij	171	Zij	179
Siij	141	Tiij	149	Viij	157	Xiij	165	Yiij	173	Ziij	181
Aa	185	Bb	193	Cc	201	Dd	209	Ee	217	Ff	225
Aaij	187	BBij	195	Ccij	203	Ddij	211	Eeij	219	FFij	227
Aaiij	189	BBiij	197	Cciij	205	Ddiij	213	Eeiij	221	FFiij	229
Gg	233	Hh	241	Ii	249	Kk	257	Ll	265	Mm	273
Ggij	235	HHij	243	Iiij	251	Kkij	259	Llij	267	Mmij	275
Ggiij	237	HHiij	245	Iiiij	253	Kkiij	261	Lliij	269	Mmiij	277
Nn	281	Oo	289	Pp	297	Qq	305	Rr	313	Ss	321
Nnij	283	Ooij	291	Ppij	299	Qqij	307	Rrij	315	SSij	323
Nniij	285	Ooiij	293	Ppiij	301	Qqiij	309	Rriij	317	Ssiij	325
Tt	329	Vv	337	Xx	345	Yy	353	Zz	361	Aaa	369
Ttij	331	Vvij	339	Xxij	347	Yyij	355	Zzij	363	Aaij	371
Ttiij	333	Vviij	341	Xxiij	349	Yyiij	357	Zziij	365	Aaiij	373
Bbb	377	Ccc	385	Ddd	393	Eee	401	Fff	409	Ggg	417
Bbbij	379	Cccij	387	Dddij	395	Eeeij	403	Fffij	411	Gggij	419
Bbbiij	381	Ccciij	389	Dddiij	397	Eeeiij	405	Fffiij	413	Gggiij	421
Hhh	425	Iii	433	Kkk	441	Lll	449	Mmm	457	Nnn	465
Hhhij	427	Iiiij	435	Kkkij	443	Lllij	451	Mmmij	459	Nnnij	467
Hhhiij	429	Iiiiij	437	Kkkiij	445	Lliij	453	Mmmiij	461	Nnniij	Não há marcação da terceira
ÍNDICES	a		b		c		d		e		
	aij		bij		cij		dij		eij		
	aiij		biij		ciij		diij		eiij		
f		g									
fij		gij									
fiij		giij									

TABELA 3 – CRONOLOGIA, LOCAL DE PREGAÇÃO DOS SERMÕES PUBLICADOS NA “SEGUNDA PARTE”

Título	Local da pregação	Data	Pág.
Sermam / da quinta Dominga / da Quaresma	Na Cathedral de Lisboa	anno 1651	p. 242-272
Sermam / de Nossa Senhora / da Graça	Em Lisboa, na Igreja de N(ossa) Senhora dos / Martyres	anno 1651	p. 273-308
Sermam / da primeira Dominga / do Advento	Na Capella Real	anno 1652	p. 428-470
Sermam / ao Enterro dos ossos / dos enforcados	Na Igreja da Misericordia da Bahia	anno de 1637 / Em que ardia aquelle Estado em guerra.	p. 402-427
Sermam / da gloria de / Maria / Mãe de Deos, / em dia da sua gloriosa Assumpção,	Na Igreja de Nossa Senhora da Gloria, em Lisboa	no anno de 1644	p. 27-52
Sermam / do / Mandato	Na Capella Real	anno de 1645	p. 371-401
Sermam / de S(anto) Antonio	Na Cidade de S(aõ) Luis d{o} Maranhãõ	anno de 1654 ⁴²	p. 309-345
Sermam / de S(aõ) Pedro, / Nolasco	No dia do mesmo Santo, no qual se dedicou a Igreja de Nos ² / sa Senhora das Mercês, na Cidade de Saõ Luis / do Maranhão. / Com o Santissimo Sacramento exposto	s.d.	p. 184-214
Sermam / da Primeira / Dominga / da Quaresma	Na Capella Real	no anno de 1655	p. 53-85
Sermam / de / S(aõ) Roque	Na Capella Real	anno de 1659. avendo Peste no Rey- / no do Algarve	p. 147-183
Sermam / da sexta Sexta feyra / de Quaresma	Na Capella Real	anno de 1662	p. 215-241
Sermam / da Terceyra Quarta feyra / da Quaresma	Na Capella Real	no anno de 1670	p. 86-125
Sermam / da Rainha Santa / Isabel	Em Roma na Igreja dos Portuguezes	no anno / de 1674	
Sermam / de / S(anto) Antonio	Em Roma, na Igreja dos Portuguezes, & na occasiãõ, em que / o Marquez das Minas, Embaxador Extraordinario do / Principe nosso Senhor fez a Embaxada de Obe- / diencia á Santidade de Clemente X	s.d.	p. 126-146
Sermam / para o dia / de S(aõ) Bertholameo	Em Roma / Na occasiãõ de promoçãõ de Cardeas.	s.d.	p. 346-370

⁴² Com a seguinte informação sobre a data: “Este Sermão (que todo he allegorico) prègou o Autor tres dias / antes de se embarcar occultamente para o Reyno, a procurar / o remedio da salvação dos Indios, pelas causas que se appon- / taõ no (primeir)o Sermão do (primeiro) Tomo. E nelle tocou todos os pontos / de doutrina (posto que per{se}guida) que mais necessarios erãõ / ao bem espiritual. & temporal daquella terra, como facilmen- / te se pôde entender das mesmas allegorias.”.

TABLE 1 - ECONOMIC DATA FOR THE PERIOD 1970-1975

Year	Population	GDP	Per Capita GDP	Exports	Imports	Trade Balance
1970	10,000,000	100,000,000,000	10,000	10,000,000,000	10,000,000,000	0
1971	10,500,000	105,000,000,000	10,000	10,500,000,000	10,500,000,000	0
1972	11,000,000	110,000,000,000	10,000	11,000,000,000	11,000,000,000	0
1973	11,500,000	115,000,000,000	10,000	11,500,000,000	11,500,000,000	0
1974	12,000,000	120,000,000,000	10,000	12,000,000,000	12,000,000,000	0
1975	12,500,000	125,000,000,000	10,000	12,500,000,000	12,500,000,000	0

The data in this table are based on the following assumptions: (1) The population is assumed to grow at a constant rate of 5% per year. (2) The GDP is assumed to grow at a constant rate of 5% per year. (3) The per capita GDP is assumed to be constant at 10,000. (4) The exports and imports are assumed to be equal to the GDP. (5) The trade balance is assumed to be zero.

O uso do onde e correlatos nas *Cartas do Maranhão* de padre Antônio Vieira

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este texto é o resultado de observações sobre o comportamento dos localizadores ONDE e seus correlatos, no século XVII, nas *Cartas do Maranhão* de Vieira, com especial enfoque na relação das formas ONDE e AONDE. Verifica-se a distribuição dessas formas, valores semânticos, contextos de uso. Os resultados obtidos são comparados com dados do português falado atual. Este trabalho, de enfoque pancrônico, leva em consideração que, ao lado da variação e mudança peculiares a todo o sistema lingüístico, há evidências de estabilidade nas relações semânticas e de uso.

ABSTRACT

This paper is the result of observations about the behavior of the locator ONDE and its correlates in the 17th century in Vieira's *Cartas do Maranhão*, with special focus on the relationship of the forms ONDE and AONDE. It focuses on the distribution of these forms, their semantic values and the contexts in which they are used. The results are compared with data of current spoken Portuguese. The focus is based on the assumption that there is evidence of relationships, both regarding semantic values and the contexts in which they are used, in addition to the variation and peculiar changes of the linguistic system.

O uso do *onde* e correlatos nas Cartas do Mosteiro de padre António Vieira

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este texto é o resultado de observações sobre o comportamento das formas *onde* e seus correlatos, no século XVII, nas Cartas do Mosteiro de Vieira, com especial ênfase na relação das formas *ONDE* e *ONDE*. Vieira, ao se referir a essas formas, valores semânticos, contextos de uso, etc., a distribuição dessas formas, valores semânticos, contextos de uso, resultados obtidos são comparados com dados de português falado atual. Este trabalho, de caráter descritivo, leva em consideração que, ao lado da variação e mudança ocorridas a todo o sistema linguístico, há evidências de estabilidade nas relações semânticas e de uso.

This paper is the result of observations about the behavior of the locators *ONDE* and its correlatives in the 17th century in Vieira's *Cartas do Mosteiro*. It focuses on the relationship of the forms *ONDE* and *ONDE*. It focuses on the distribution of these forms, their semantic values and the contexts in which they are used. The results are compared with data of current spoken Portuguese. The focus is based on the assumption that there is evidence of relationship, both regarding semantic values and the contexts in which they are used, in addition to the variation and peculiar changes in the linguistic system.

ONDE

ONDE

Neste texto, verifica-se a distribuição do ONDE e seus correlatos, valores semânticos e contextos de uso, nas *Cartas do Maranhão* do Pe. Antônio Vieira, no século XVII, pondo-se sob enfoque a relação ONDE / AONDE, considerando-se os estudos de Cambraia (2002). Os dados obtidos são comparados com dados desta sincronia, na língua falada.

O ONDE é um locativo de sentido genérico, indicando *lugar em que*. É considerado um dos itens mais antigos da língua, e, segundo a classificação de Gonçalves (1993 *apud* CAMBRAIA, 2002), insere-se no rol dos itens de origem popular, por possuir uma tradição ininterrupta na história do português.

No português arcaico – com limites cronológicos entre os séculos XIII e XIV (MATTOS E SILVA, 1989) – existiam as forma HU, com a sua variante U, e ONDE, a primeira indicando localização estática, *ponto em que*, e direção, *ponto a que*, associado à preposição *per*, *ponto através de que*; a segunda indicando proveniência, *ponto a partir de que*, quer no seu sentido espacial, quer nocional, quer temporal, quer possessivo, quer contextual (MATTOS E SILVA, 1989, p. 247). Com o esvaziamento das acepções de proveniência e direção e a progressiva adoção de preposições para marcar essas duas idéias, o HU foi caindo em desuso (séculos XIV-XV), permanecendo a forma ONDE, como um localizador universal. Precedido de preposição, atende às várias acepções indicadoras de lugar, marcando oposições semânticas.

Cambraia (2002), em suas pesquisas sobre a origem do AONDE, de uso no português contemporâneo com as acepções de *lugar em que* e *lugar a que*, observa a presença dessa forma no primeiro texto em língua portuguesa, a obra trecentista intitulada *Livro de Falcoaria*, de autoria de Pero Menino. A data de composição do *Livro de Falcoaria* é dada como pertencendo ao último quartel do século XIV, conforme Cunha (1986 *apud* CAMBRAIA, 2002). As pesquisas empreendidas por Cambraia (2002) levam-no a admitir que o surgimento do AONDE se deu no século XIV, inferindo, a partir daí, que deveria ser pouco freqüente nessa fase arcaica, passando a ocorrer mais do século XVI em diante.¹

¹ Em Nota, Cambraia (2002, p. 43) diz que a baixa freqüência do AONDE, no século XIV, explicaria por que essa forma não é mencionada em vários manuais de história do português, tais como Dias (1970), Huber (1986), Nunes (1989), Williams (1991).

Sobre a origem do A do AONDE, esse autor chega à conclusão de que este A é uma preposição que na fase arcaica indicava os dois valores, direção e permanência, segundo Mattos e Silva (1989, p. 627-628). O AONDE teria aparecido nesse processo de mudança, entre os séculos XIII e XV, segundo Bonfim (1993 *apud* CAMBRAIA, 2002) em que o ONDE estava perdendo o seu valor etimológico de *lugar de que* e assumindo dois novos valores *lugar a que* e *lugar em que*. Para Cambraia (2002), a anexação do A ao ONDE seria exatamente para reforçar esses dois valores recém-adquiridos, valores esses que a preposição A já expressava. O A do AONDE tinha, portanto, como função reforçar os valores *lugar em que* e *lugar a que*, por oposição a *lugar de que* expresso pelo *de de donde*. No *Livro de Falcoaria*, o AONDE ocorre apenas com os valores de *lugar em que* e *lugar a que*, mas nunca com o valor de *lugar de que*. Cambraia (2002) conclui que o AONDE não seria apenas uma variante do ONDE, mas tinha essa função de demarcar os valores de *lugar em que* e *lugar a que* recém adquiridos pelo ONDE. O AONDE tem, dessa forma, uma origem polissêmica.

No *Livro de Falcoaria*, códice A², Cambraia (2002) identifica 23 ocorrências dos locativos em questão: 14 do ONDE, 3 do AONDE, 2 do DONDE e 4 do POR ONDE. Quanto ao contexto sintático, esses locativos ocorrem em orações relativas restritivas (ORR), a maior quantidade de ocorrência, ou em orações relativas apositivas (ORA), ou em orações relativas livres (ORL) (cf. CAMBRAIA, 2002, p. 53).

Com referência ao valor semântico, o AONDE apresenta em suas três ocorrências o valor de *lugar em que*. Sobre essas ocorrências, a conclusão a que esse autor chega é que, considerando-se a relação do AONDE com o verbo/locução verbal da oração subordinada em que esse item ocorre, percebe-se haver, nos três usos, o valor de *lugar em que*; entretanto, se se considerar a relação do AONDE com o verbo da oração principal, nota-se o valor de *lugar a que*. São apresentadas as três ocorrências do AONDE:³

(1) “(...) poen os ditos ferros bem quentes no lugar *aonde* he a fistola gerada (...)”⁴
(Grifo do autor)

(2) “(...) debes de fazer assy: vay *aonde* matão cabras ou cabrões (...)”⁵ (Grifo do autor)

2 São três códices, o A o B e o C. Cambraia (2002) utiliza o códice A, para sua pesquisa, por ser considerado o mais completo.

3 Cambraia (2002, p. 58)

4 Lapa, 1931 *apud* Cambraia, 2002 p. 58

5 Lapa, 1931 *apud* Cambraia, 2002 p.58

- (3) “(...) queimarás o falcão, que ouiver fistola, nos lugares *aonde* a tiver con as pontas que tem pera syma (...)” (Grifo do autor) ⁶

O AONDE nos exemplos (1) e (2) possui, portanto, os dois valores: *lugar em que*, em sua relação com o verbo / locução verbal das orações subordinadas a que o *aonde* pertence; e *lugar a que*, em sua relação com o verbo da oração principal *vay*. Mas no exemplo (3) possui apenas o valor *lugar em que*, tanto o verbo da oração subordinada (*tiver*), quanto da oração principal (*queimarás*) não implicam na idéia de direção. Cambraia (2002, p. 59) diz que esses mesmos valores expressos pelo AONDE, também eram expressos pelo ONDE, sem qualquer preposição. Apresenta os seguintes exemplos:

- (4) “(...) filha o acevar cecotrim e moio e amaço con o mel e poenlho en aquelle lugar *onde* lhe as penas come (...)” (Grifo do autor)⁷
- (5) “(...) ali *onde* há de vir a materia negra antre alva, ve huas cagateas que semelhão de ratos e o falcão tolhe de tarde e tarde (...)”⁸ (Grifo do autor)

Cambraia (2002) questiona, então, que oposição semântica a preposição *a* marcaria, já que o ONDE expressava esses valores?

Quanto ao contexto de surgimento do AONDE, Cambraia (2002, p. 62) levanta uma hipótese: “[...] é bem possível que o primeiro contexto de ocorrência fossem os períodos em que houvesse uma ORL subcategorizada pelo verbo da principal; posteriormente, tal forma teria se espreado para outro contexto – as ORRs.” O autor demonstra que a ocorrência do AONDE é categórica em ORLs subcategorizadas pelo verbo da principal (exemplo (2)), e acrescenta que o ONDE não ocorre nesse contexto, ocorre apenas em ORL não subcategorizada. O autor reforça o seu argumento, apresentando um exemplo em que o verbo *ir* flexionado é usado com a preposição *a*, em contexto semelhante ao do exemplo (2) no *Livro de Falcoaria*:

- (6) “(...) ao outro dia metelhe o mel agranado pola boca e vá *ao* ventre (...)”⁹ (Grifo do autor).

⁶ Lapa, 1931 apud Cambraia, 2002 p. 58

⁷ Lapa, 1931 apud Cambraia, 2002 p.59

⁸ Lapa, 1931 apud Cambraia, 2002 p. 59

⁹ Lapa, 1931 apud Cambraia, 2002 p. 60

E conclui:

Isto sugere que o **a** teria sido anexado ao **onde** em ORLs porque, neste contexto, sua presença seria interpretada como um elemento subcategorizado pelo verbo da oração principal. (CAMBRAIA, 2002 p. 63).

O estudo empreendido por Cambraia (2002) é motivador para as observações a serem feitas sobre esses locativos nas *Cartas do Maranhão* do Pe. Antonio Vieira (século XVII). Nessas, são usadas as formas ONDE, AONDE, DONDE, POR ONDE. Consideram-se, na análise empreendida, algumas variáveis. Parte-se do que apresentam Mattos e Silva (1989) e Cambraia (2002) sobre o histórico do AONDE e seus correlatos, no período arcaico, e a partir do que os dados do século XVII deixam entrever. Assim identifica-se, nas *Cartas do Maranhão*, o significado que apresenta o ONDE (permanência, indicando *lugar em que*; direção, indicando *lugar a que*; e conclusão (o ONDE discursivo), no sentido de *logo, donde*, esse já expresso no século XIV, n' *Os Diálogos de São Gregório* (cf. MATTOS E SILVA, 1989)); o AONDE indicando permanência e direção; o DONDE, procedência e conclusão; o POR ONDE, passagem por um lugar. Os valores de permanência, direção, procedência e passagem por um lugar podem ser usados como uma referência ao espaço concreto, ou a um espaço abstrato, e mesmo com um sentido mais abstrato ainda, quando alguns desses itens assumem apenas uma função de nexos, como uma conjunção. Esses valores semânticos já estão expressos no português arcaico, conforme atestam os estudos de Mattos e Silva (1989).

O ONDE tem como valor fundante uma referência a espaço físico; por transferência metafórica, esse item é usado com outros valores mais abstratos, como uma referência a Tempo, Noção (espaço abstrato, relativo a eventos, sentimentos etc.), e com valor mais abstrato ainda, quando é usado como um conectivo. Usos abstratos de itens que têm como sentido-fonte o espaço estão previstos nos processos de mudança por gramaticalização. Os processos de mudança pelos quais o ONDE passou na fase arcaica do português, já registram valores encontrados em outras sincronias, como se verifica no português do século XVII e no português atual (KERSCH, 1996; OLIVEIRA, 1997; SOUZA, 2003).

O ONDE apresenta, nas *Cartas do Maranhão* do Pe. Antonio Viera, um total de ocorrências que suplanta o de seus correlatos. Observe-se o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. ONDE e seus correlatos – total de ocorrências

ONDE	81
AONDE	13
DONDE	12
POR ONDE	13
ONDE conclusivo	6

Observe-se, a seguir, a distribuição do ONDE, no Quadro 2.

Quadro 2. Distribuição do ONDE nas *Cartas do Maranhão* de Vieira

ONDE	Lugar concreto		Lugar em que	Lugar a que	Lugar de que	Lugar por que
			70	01	-	-
Lugar abstrato	Tempo		01	-	-	-
		Noção	05	-	-	-
Nexo						04

Pelos dados, observa-se que o ONDE com valor de Lugar concreto, indicando *lugar em que*, possui o mais alto número de ocorrências, 70. Esse é o valor mais básico e o mais canônico do ONDE. Os outros valores mais abstratos estão, assim, distribuídos: com valor de Tempo, identifica-se apenas 01 uso; e com o valor de Lugar abstrato nocional, 05 usos.

Indicando direção, *lugar a que*, há apenas 01 uso; e com valor de conclusão, estabelecendo apenas nexos, 04 usos.

Seguem alguns exemplos:

ONDE – Espaço Físico – permanência

- (7) “A estas mesmas praias vem, no seu tempo, quase todo o Pará a fazer a pesca das tartarugas (...) e assim as têm em currais ou viveiros, *onde* entra a maré (...)” (A.V.CM. p. 356). (ONDE ~ em que)

ONDE – Espaço Físico – direção

- (8) “Ao outro dia fomos aportar junto a um porto chamado Marapá, *onde* também pouco depois foi o capitão com as suas canoas.” (A.V.CM. p. 351 (ONDE ~ lugar a que)

ONDE – Tempo

- (9) “(...) mas provou Deus que valem pouco os discursos humanos *onde* a obra é de sua providência. (A.V.CM. p. 538) (ONDE ~ quando)

ONDE – Espaço Abstrato

- (10) “O mesmo confirma Bandarra nas suas respostas, falando das mesmas profecias, *onde* diz: (...) (A.V.CM. p. 518) (ONDE ~em que)

ONDE – Nexo (conclusivo)

- (11) “(...) e a ressurreição do rei novo hão-se de seguir as guerras do Turco, e então o há-de receber o Papa, e não só lhe há-de dar o pé, senão a mão.”

“*Onde* se deve notar a propriedade da história, (...)” (A.V.CM. p. 511)
(ONDE ~ logo, donde).

Observe-se o AONDE, no Quadro 3, a seguir. São no total 13 ocorrências, assim distribuídas:

Quadro 3. Distribuição do AONDE nas *Cartas do Maranhão* de Vieira

AONDE	Lugar concreto	Lugar em que	Lugar a que	Lugar de que	Lugar por que	
		05	07	-	-	-
Lugar abstrato	Tempo	-	-	-	-	-
	Noção	01	-	-	-	-
Nexo						-

O AONDE possui um total de ocorrências bem inferior comparado com o ONDE, são 13 usos. Esses usos indicam que o valor Lugar concreto indicando *lugar a que*, suplanta o uso de *lugar em que*, embora esse último sentido do AONDE tenha um número de ocorrências bastante significativo. É interessante notar que o AONDE é polissêmico como o ONDE, apresentando-se em variação com esse item.

Seguem alguns exemplos.

AONDE – Espaço Físico – direção

- (12) “Faço esta em Cabo Verde, *aonde* chegámos com trinta dias de viagem, (...)” (A.V.CM. p. 285).
- (13) “(...) e que o acidente do enfermo, e a tempestade da noite, foram dois correios da Providência Divina, o primeiro que veio tirar o padre de casa, o segundo

que o foi levar, como por força, ao lugar *aonde* Deus o havia mister”.(A.V.CM. p. 387).

- (14) “(...) e depois da boa vinda me convidou o capitão-mor Inácio do Rego Barreto para uma missão do rio Tocantins, *aonde* ele e já outros antes dele tinham mandado alguns índios principais das nossas aldeias (...)” (A.V.CM. p. 343).

AONDE – Espaço Físico – permanência

- (15) “(...) esperando naquele Senhor que está em todo lugar, e na Sua graça, que não depende de lugares, me possais mandar as mesmas desse *aonde* estais.” (A.C.M. p. 296)

- (16) “É o rio até aqui da largura de meia légua, quase sempre igual, salvo *aonde* algumas ilhas que tem pelo meio o dividem em dois canais.” (A.C.M. p. 362)

AONDE – Espaço Abstrato

- (17) “(...) mandando V. M. passar decretos, aos conselhos *aonde* tocar, que não seja admitido nem ouvido neles quem sobre estes particulares pretender inovar ou alterar cousa alguma”. (A.V.CM. p. 435). (AONDE ~ em quem)

Ao se comparar os contextos de uso do AONDE no século XIV, no *Livro de Falcoaria*, com os contextos de uso desse item em Vieira, observam-se semelhanças, mas também diferenças. Por exemplo, em (12), o uso do AONDE é condicionado pelo verbo *chegar*, de movimento, pertencente à oração subordinada apositiva, encabeçada por esse localizador. Quanto ao verbo da oração principal, este não implica em direção, é um uso que não encontra paralelo no *Livro de Falcoaria*.

Já a ocorrência do AONDE em (13) pode ser interpretada como a ocorrência desse item em (2), do *Livro de Falcoaria*, como possuindo dois valores *lugar a que* e *lugar em que*, apresentando, aproximadamente, os mesmos contextos de ocorrência, de acordo com a interpretação dada por Cambraia (2002). Nesta ocorrência, a oração relativa livre encabeçada pelo AONDE está subcategorizada pela locução verbal *foi levar*, da oração anterior; esse item assume, portanto, o valor de *lugar a que*, embora o verbo da oração iniciada por ele indique permanência.

Para discutir o exemplo (14), vai-se retomar Cambraia (2002). Esse Autor, ao analisar os três usos do AONDE no *Livro de Falcoaria*, observa que o valor de *lugar em que* está presente nesses três, considerando-se o verbo/locução verbal das orações subordinadas às quais o AONDE pertence: *he gerada* (1), *matão* (2) e *tiver* (3); mas considerando-se a relação do AONDE com o verbo da oração principal, em (1) e em (2), percebe-se o valor de *lugar a que* expresso pelos verbos *poen* e *vay*, respec-

tivamente. Em Vieira, a idéia de direção expressa pelo AONDE em (14) é condicionada por elementos contextuais diferentes das ocorrências encontradas no *Livro de Falcoaria*. No exemplo (14), a locução adverbial introduzida pela preposição *para* da oração principal proporciona a escolha do AONDE, que vai ter na oração seguinte a função de adjunto adverbial de direção.

Como uma síntese do que foi observado em relação ao AONDE, em Vieira ocorrem usos não identificados no *Livro de Falcoaria*, no século XIV, e que são freqüentes no português do Brasil atual, são as ocorrências (12) e (14). Nesses exemplos, observam-se outros fatores condicionadores do uso do AONDE. Quanto ao uso desse item indicando permanência, se confirma, em Vieira, a variação identificada desde o século XIV.

Observe-se, a seguir, a distribuição do DONDE. Há um total de 12 ocorrências.

Quadro 4. Distribuição do DONDE nas *Cartas do Maranhão* de Vieira

	Lugar concreto		Lugar em que	Lugar a que	Lugar de que	Lugar por que	
			-	-	06	-	
DONDE	Lugar abstrato	Tempo	-	-	-	-	-
		Noção	-	-	04	-	-
	Nexo						02

Das 12 ocorrências do DONDE, 10 indicam procedência, seu valor primeiro. Desses 10 usos, 06 indicam lugar concreto e 04 lugar abstrato, valor nocional. Dois usos do DONDE têm valor conclusivo, como o ONDE.

Seguem exemplos.

DONDE – Espaço Físico – procedência

- (18) “Mas posto que sucedeu assim, não faltou quem entrasse nas suspeitas, e desse ponto ao Paço, *donde* em amanhecendo me veio recado para que fosse falar a S.A. (...). (A.V.CM. p. 272)

DONDE – Espaço Abstrato – procedência

- (19) “Como a razão era tão poderosa, apelei para Deus, *donde* só podia vir o remédio, assim como só dele vem o castigo.” (A.V.CM. p. 353)

DONDE – Nexo – conclusivo

(20) “(...) depois de ouvidos os procuradores do Maranhão e Pará, com decreto de V. M., pedido por mim, que se lhe concedesse tudo o que fosse lícito e possível em consciência; e assim se fez. *Donde* se segue que tudo o mais que pretenderem é ilícito e injusto.” (A.V.CM. p. 566).

Observam-se usos do mais canônico, DONDE indicador de procedência (espaço físico), ao uso abstrato (esse item como indicador de lugar abstrato – nocional), e ao mais abstrato ainda, como conectivo. Nos exemplos (18) e (19), o DONDE é anafórico, embora o uso em (18) seja uma referência a espaço concreto e, no (19), seja uma referência ao espaço abstrato; no exemplo (20) esse item tem o valor de nexo, já com um uso mais abstratizado ainda.

Segue a distribuição de POR ONDE, no Quadro 5, a seguir. Há um total de 13 ocorrências.

Quadro 5. Distribuição de POR ONDE nas *Cartas do Maranhão* de Vieira

Lugar	Lugar	Lugar			
		em que	a que	de que	por que
POR ONDE	Lugar concreto	-	-	-	08
	Lugar abstrato	Tempo	-	-	-
		Noção	-	-	-
Nexo					

O POR ONDE tem 13 ocorrências, significando *lugar por que*. Dessas são 08 usos de lugar físico e 05 usos de valor abstrato. Seguem exemplos.

POR ONDE – Espaço Físico

(21) “Nesta aldeia, como em todas as outras *por onde* passamos, se fez doutrina aos índios, como era costume (...)” (A.V.CM. p. 354)

POR ONDE – Espaço Abstrato

(22) “(...) e procurar dispor as cousas de sorte que, ao menos, se digam tantas missas numa aldeia como na outra, porque este é o principal sinal *por onde* notam a desigualdade.” (A.V.CM. p. 376)

Pelo que se pode observar, também o POR ONDE apresenta usos com referência a lugar concreto e abstrato de sentido nocional.

Como um comentário parcial, pode-se dizer que nas Cartas de Vieira, o ONDE e seus correlatos têm uma distribuição mais ou menos equivalente aos encontrados por Cambraia (2002) no *Livro de Falcoaria*: o ONDE é majoritário em número de ocorrências, considerando-se os seus correlatos.

Também, pode-se registrar a identificação desses localizadores tanto com valor de espaço físico, o uso canônico, como com o valor de espaço abstrato. Não há menção feita por Cambraia sobre o uso do ONDE e seus correlatos com esse último valor no *Livro de Falcoaria* – embora esse ocorra n’*Os Diálogos de São Gregório*, do mesmo século.

Observem-se, a seguir, dados do português atual, falado em Salvador, para que se possam estabelecer comparações do uso de ONDE/AONDE, já que se está dando um enfoque especial a esses dois localizadores, identificando-os em sincronias diferentes, a partir do *corpus* de Vieira, com distância de três séculos, para trás e para frente. Os dados a serem apresentados são do *corpus* PEPP – Programa de Estudos do Português Popular de Salvador – da década de 90, cujos informantes são de escolaridade de nível Fundamental (1ª a 4ª série) e de nível Médio completo; e dados do *corpus* NURC/SSA/90, de informantes de nível superior.

As amostras do PEPP/SSA e NURC/SSA constituem ao todo 66 inquéritos, com 246 ocorrências do ONDE e 16 ocorrências do AONDE. Dessas 16 ocorrências do AONDE, 11 são com o valor de Espaço físico indicando permanência, *lugar em que*; 01 ocorrência com valor de Espaço abstrato e 04 ocorrências, com valor de Espaço físico indicando direção, *lugar a que*.

Seguem exemplos.

AONDE – Espaço Físico – permanência

(23) INF – “(...) quando eu voltava ficava jogando *aonde* hoje é ali o Cruzeiro de São Francisco, ali a gente fazia um baba....tremendo, jogando futebol (...)” [H4F06]¹⁰

(24) INF – “Arroz eu não sei agora, mas *aonde* eu morava era um hotel, uma pensão que na época eu dizia que era uma pensão metida a besta.” [M4U05R]

¹⁰ Os inquéritos estão codificados da seguinte forma: o primeiro valor é o gênero H ou M; o segundo, faixa etária 1,2,3,4; o terceiro, a escolaridade F (Fundamental), C (Colegial – Curso Médio), e U (Universitário). Quando os informantes forem do NURC/90, depois do número do inquérito vai existir a letra N, significando informantes novos, ou R, significando retornados, que são informantes da década de 70, que foram recontactados.

AONDE – Espaço Abstrato

- (25) INF – “Eu não sei bem italiano, não, o meu italiano não é muito bom, não, eu não sei *aonde* a gente aprendeu isso ...” [H3U3/R]

AONDE – Espaço Físico – direção

- (26) INF – “Por onde você entrava você tinha que sair (...) hoje não, você aí, qual quer lugar você vai, está aqui agora, eu vou pra, pra não sei *aonde*, entro num boteco desses aí e vai (...)” [H4F34]

A variação ONDE/AONDE é bem evidente nas seguintes ocorrências.

- (27) INF – “Deus, *onde* quer que elas vá, Senhor, guia Senhor sobre o Teu caminho (...) em nome de Jesus Cristo, Senhor, *aonde* quer que elas vá (...)” [H2F40]

- (28) INF – “(...) no dia foi dois velotrois quebrados, a gente pegou e levou pra casa, aí quando o meu pai chegou do trabalho, que ele olhou, “De quem é isso aí?”, “Ah, o rapaz jogou fora”, “*Aonde?*” “, Ah! lá ...”, “Que dia? Vombora lá”. Aí pegou eu e ele pelo braço e segurando o, os velotrois na mão, “*Onde* foi?”, “Foi aqui.” “*Aqui aonde?*” “Foi nessa casa aí, o rapaz aí jogou fora”, o rapaz disse aí “Não, não prestava mais, os meninos foram, pegou, eu mandei jogar tudo fora (...)” [H2F09]

Ainda a título de ilustração, seguem alguns exemplos de ONDE e AONDE, encabeçando algumas estruturas sintáticas da língua falada.

- (29) INF – Ah! Um, um jeito que sim porque a senhora vinha do Retiro, *aonde* ali tem o SESI, ali no Retiro, né? Ali a senhora vinha de pé pra sair cá em São Gonçalo *onde* tem a igreja de São Gonçalo, antigamente quando a empresa construiu a rodagem ali”. [M4F39]

- (30) INF – “Mas a minha vivência sempre foi aqui em Salvador, *onde* é uma cidade que eu a ... que eu gosto muito” [H4F06]

- (31) INF – (...) mas eu agradeço muito, foi *onde* eu aprendi um pouco, foi com ela” . [M2F29]

- (32) INF – “Olha, eu acho bom, eu acho bom quando, quando existe, eh..., *onde* fica definido o papel, entendeu?” [M2U11N]
- (33) INF - (...) eu acho que eles mesmo que não, *que não faz por onde*, ela olha pra, pra eles (...) [H2F09]

No *corpus* de língua falada, também o ONDE suplanta em número de ocorrências os seus correlatos. Quanto ao AONDE, observa-se que esse item se apresenta em variação com o ONDE, tal como ocorre com os dados do século XIV e do século XVII. Apenas mudam alguns contextos de uso. Na língua falada, há uma ampliação desses contextos, por força de fatores cognitivos e discursivo-pragmáticos da interação. O AONDE ocorre constituindo orações relativas restritivas (menor número de ocorrências), como em (24); em orações relativas livres como em (27); em orações subordinadas substantivas, como em (25) e em orações interrogativas, como em (28). As interrogativas, do ponto de vista sintático são independentes, mas semântica e discursivamente estão ligadas a outras estruturas. Caracterizam-se por serem perguntas “abertas”, que são respondidas por um interlocutor, formando os pares adjacentes, ou pares conversacionais. Podem ocorrer, também, sozinhas sem a resposta correspondente.

Há, ainda, digno de destaque, algumas estruturas com o ONDE, que evidenciam um grau de abstratização maior de uso desse item. O ONDE se apresenta não só em variação com outros itens da língua, mas também mais gramaticalizado. Observem-se os exemplos (30) e (31); nesses, o ONDE está em variação com o QUE; na ocorrência de número (31), esse item constitui uma estrutura típica cortadora. No exemplo (32), o ONDE está em variação com um conectivo temporal, o QUANDO. No exemplo (33), tem-se uma ocorrência do ONDE em frase feita. O que se pode observar é uma ampliação de contextos de ocorrências do ONDE e do AONDE, na língua falada, sendo esse, reconhecidamente, um espaço propício para a criatividade lingüística.

Considerações finais

Ao se refletir sobre o ONDE e seus correlatos, especialmente sobre o ONDE e o AONDE, do ponto de vista da variação e da mudança lingüística, observa-se que desde o século XIV, período de aparecimento do AONDE, segundo os estudos de Cambraia (2002), esse item se apresenta em variação com o ONDE.

Como síntese, vão se retomar alguns pontos levantados ao longo do texto, com referência a esses dois localizadores: primeiramente, serão apresentados os contextos sintáticos de ocorrência, nos três *corpora* aqui tomados, em seguida, os seus valores semânticos.

No *Livro de Falcoaria*, conforme nos apresenta Cambraia (2002, p. 53), o ONDE aparece em orações relativas restritivas; relativas apositivas e em orações relativas livres. Em Vieira, além dessas estruturas, o ONDE se apresenta como nexos, equivalendo a uma conjunção, destituída de sua função fórica.

Em dados do português atual, o que se observa são contextos sintáticos ainda mais ampliados, a exemplo de ocorrências do ONDE, em orações interrogativas diretas e indiretas e em contextos em que esse item se apresenta mais gramaticalizado, assumindo o valor do QUE relativo e de outros conectivos, em orações; além de ocorrer constituindo outras realizações frequentes na língua falada. Fica evidente que a dinâmica da língua oral, em situação de comunicação face a face, proporciona o surgimento de novas estruturas, por questões cognitivas e por força da situação comunicativa.

Quanto aos contextos sintáticos em que o AONDE ocorre, conforme nos apresenta Cambraia (2002), no *Livro de Falcoaria*, uma ocorrência é em oração relativa livre, subcategorizada pelo verbo da oração principal e duas ocorrências são em orações relativas restritivas. No século XVII, nas Cartas de Vieira, o AONDE se apresenta além desses ambientes sintáticos: há ocorrências em relativas apositivas, por exemplo, e ocorrências em que o sentido de *lugar a que* é motivado por outros elementos contextuais, como a locução adverbial formada com a preposição *para* da oração anterior, à constituída pelo AONDE, no exemplo (14). Observa-se uma ampliação do contexto sintático de ocorrência do AONDE, também com o valor de *para onde*, numa evidente variação das preposições *a* e *para*. Quanto ao uso do AONDE no português atual, esse se estende para além do que ocorre nos dois *corpora* citados, como são os usos em orações interrogativas diretas e indiretas, por exemplo.

Com referência aos valores semânticos do ONDE, identificados em Vieira, tem-se espaço físico, como valor mais básico, significando *lugar em que*; mas esse item assume também a idéia de direção, *lugar a que*. Esses valores espaciais ocorrem com uma referência a espaço concreto e a espaço abstrato. São valores encontrados também no século XX, na língua falada. No *Livro de Falcoaria*, não há usos do ONDE com referência a espaço abstrato, estando presente em outros textos do século XIV, como já foi referido. O ONDE ocorre também com valor conclusivo, em Vieira e no português atual.¹¹

O AONDE, no *Livro de Falcoaria*, apresenta os valores semânticos de *lugar em que* e *lugar a que*, com referência apenas a espaço físico. Em Vieira, esse item apresenta-se com os mesmos valores semânticos de *lugar em que* e *lugar a que*, mas com referência a espaço físico e espaço abstrato. Não ocorre como nexos, como o ONDE, mais gramaticalizado. Dados do português atual apresentam o AONDE com os valores identificados em Vieira; mas em contextos que expressam uma sintaxe própria da língua falada dos nossos dias.

¹¹ Esse valor já era existente no século XIV.

Para se refletir sobre os processos de mudança, numa visão pancrônica, vai-se tomar o sentido dado por Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999), que entendem por pancronia uma referência às forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal. Há a permanência de determinadas tendências que se atualizam em cada nova situação de comunicação. Essa idéia tem seus fundamentos no princípio do uniformitarismo proposto pelos neogramáticos e retomado por Labov (1994). Existe uma certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes. Ao lado da regularidade podem se apresentar novos usos gramaticalizados.

Verifica-se, no estudo do ONDE e de seus correlatos, em especial do ONDE/AONDE, que muitos dos usos se repetem e se atualizam nas diferentes sincronias. A polissemia do ONDE e do AONDE é observada desde o século XIV, em que esses itens são usados não só no sentido de espaço concreto, o valor fundante, mas no sentido de espaço abstrato, com os valores de tempo, noção e posse. Indicam permanência ou direção. E podem ocorrer mais abstratizados ainda nos diversos contextos da língua falada em especial.

O processo em que itens de sentido espacial são usados em sentido mais abstrato ocorre por transferência metafórica, um processo comum na língua, estando envolvidos nesse, aspectos cognitivos e comunicativos. Na sincronia atual, pelas amostras de língua falada analisadas, há alguns usos do ONDE e de seus correlatos que refletem valores antigos que estão na língua e outros, que, por força de contextos atualizados, refletem usos inovadores, estando envolvida aí a criatividade do falante, impulsionando a mudança.

Referências

- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do Padre Antonio Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional. T. 1 e 2. 1971, p. 263-568; p. 463-712.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*, 37 ed. Ver. aum. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa. In: COHEN, M. A.; RAMOS, Jânia. (org.) *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- CASTILHO, Ataliba, T. de. A Gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, nº 19, Salvador, p. 25-64, 1997a.
- CASTILHO, Ataliba, T. de. Língua falada e gramaticalização: o caso de mas. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 1: 107 – 120, 1997b.
- CASTILHO, Ataliba, T. de. *Introdução à lingüística cognitiva*. São Paulo: FAPESP, 2001. Relatório de Pesquisa. Inédito.
- CASTILHO, Ataliba, T. de. *Unidirecionalidade ou multidirecionalidade?* Mesa-redonda sobre Gramaticalização, XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, RS, 2002. (mimeo.)
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERREIRA, Lúcia Maria et alii. Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, n.9, Niterói, 2000, p.135-153.
- FURTADO da CUNHA, Maria Angélica et alii. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L.T.A.*, 15 (1), p. 85-111, 1999.
- FURTADO da CUNHA, Maria Angélica et alii. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
- HEINE, B., CLAUDI, U., HÜNNEMEYER F. *Grammaticalization. A conceptual framerwork*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P.J and TRAUGOTT, E. Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition, 2003.
- KERSCH, Dorotea Frank. A palavra *onde* no português do Brasil. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LAPA, Rodrigues (ED). *Livro de Falcoaria de Pero Menino*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- OLIVEIRA, Leonor de A. B. A trajetória de gramaticalização do *ONDE*: uma abordagem funcionalista. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias contemporâneas da mudança lingüística. *Comunicação* ao INTER-GT/ANPOLL, 1996 (mimeo).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador, 2003. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

Retórica Clássica e Latim no *Sermão de Santa Catarina*, de Vieira

João Bortolanza

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

O Latim é a própria Retórica de Vieira. Por isso, é possível, a partir de um levantamento das citações latinas, reconstruir todo o labor intelectual de Vieira, não apenas como uma das opções, mas como tarefa essencial para o entendimento a fundo do pensamento e da *argumentatio* de Vieira. É o que me proponho demonstrar no *Sermão de Santa Catarina*, que tem como epígrafe e mote apenas a expressão latina *ne forte*. A expressão é extraída da frase das virgens prudentes *ne forte sufficiat nobis et vobis*. Esse “para que não por acaso” passa a ser explorado a partir da etimologia *ne forte* > *Fortuna*, esta, por sua vez, representada pela roda, a roda da Fortuna, sempre instável. E a roda, com a palma e a espada, é um dos troféus da vitória da virgem mártir Catarina em sua imagem. Desfilam frases dos textos sagrados e de clássicos, como Sêneca, Plínio e Plutarco. Esse artigo mostra um pequeno resultado do projeto de pesquisa “Análise do Latim empregado por Vieira em seus Sermons”.

ABSTRACT

Le Latin c'est la Rhétorique même de Vieira. C'est pourquoi on peut à partir d'une enquête des citations latines rétablir tout le labeur intellectuel de Vieira, non seulement comme une option, mais plutôt comme une tâche essentielle pour l'intellection de la pensée et de l'*argumentatio* de Vieira. C'est ce que je me propose démontrer dans le *Sermon de Sainte Cathérine*, qui n'a pour épigraphe et thème que l'expression latine *ne forte*. Cette expression fait part de la réponse des vierges prudentes *ne forte sufficiat nobis et vobis*, et le “pour que ne pas par hasard” vient à être exploré à partir de l'étymologie *ne forte* > *Fortuna*, celle-ci, à son tour, représentée par la roue, la roue de la Fortune, toujours instable. Et la roue, avec la palme et l'épée, c'est un des trophées de la victoire de la vierge martyre Cathérine dans son image. Défilent des phrases des livres sacrés et aussi des classiques, comme Sénèque, Pline et Plutarque. Cet article montre un petit résultat du projet de recherche “Analyse du Latin employé par Vieira dans ses Sermons”.

Rétorica Clàssica e Latín no Romàno de Santa Catalina de Vitoria

1080 Reticorica

El latín é a lingua Rhetoric de Vitoria. Por tanto, é preciso, a partir de un
 levantamento das cinguentas latinas, recensear todo o léxico presente de
 Vitoria, non apenas como unha lista de palabras, senón como unha lista de palabras
 entendidas a través do pensamento e da argumentación de Vitoria. É o que
 nos propoñemos demostrar no ámbito do Santo Catecismo, que tamén como expresión
 é unha expresión latina de forte. A expresión e o contexto de forte das
 virtudes prudentes: un forte sufficiente e forte. Este "forte" que non é
 acaso, pero é ser explorado a partir da etimología de forte > fortis, e
 por un ver, representado pola toda, a toda da fortuna, sempre instable. É a
 toda, con a palma e a espada, é un dos tres us de virtute da virtute mactis
 Catecismo en sua lingua. O latín traza os textos sagrados e de clásicos,
 como Sacerdote, Plinio e Plutarco. Este artigo mostra un pequeno resultado do
 projeto de pesquisa "Análise do Latim empregado por Vitoria em seus Ser-
 mões".

OMUZER

El latín é a lingua Rhetoric de Vitoria. Por tanto, é preciso, a partir de un
 levantamento das cinguentas latinas recensear todo o léxico presente de Vitoria,
 non apenas como unha lista de palabras, senón como unha lista de palabras
 entendidas a través do pensamento e da argumentación de Vitoria. É o que
 nos propoñemos demostrar no ámbito do Santo Catecismo, que tamén como expresión
 é unha expresión latina de forte. A expresión e o contexto de forte das
 virtudes prudentes: un forte sufficiente e forte. Este "forte" que non é
 acaso, pero é ser explorado a partir da etimología de forte > fortis, e
 por un ver, representado pola toda, a toda da fortuna, sempre instable. É a
 toda, con a palma e a espada, é un dos tres us de virtute da virtute mactis
 Catecismo en sua lingua. O latín traza os textos sagrados e de clásicos,
 como Sacerdote, Plinio e Plutarco. Este artigo mostra un pequeno resultado do
 projeto de pesquisa "Análise do Latim empregado por Vitoria em seus Ser-
 mões".

ITJ67T28B

O Latim é a própria Retórica de Vieira. Desde a *Inventio*, em que, a partir de uma epígrafe, extraída de norma do Evangelho do dia, procura estabelecer as *res* ou *rationes* de seu discurso, ao mesmo tempo religioso e político, fazendo um “inventário de todos os argumentos e procedimentos retóricos disponíveis” (REBOUL, 2000, p. 54), não *ex nihilo*, mas calcados em frases e citações latinas que possam permitir uma *Dispositio* e uma *Elocutio* muito bem dispostas, estruturadas de acordo com as partes do discurso epidíctico a ser pronunciado.

Será possível, portanto, a partir de um levantamento desses excertos latinos, reconstruir todo o labor intelectual de Vieira, não apenas como uma das opções, mas como tarefa essencial para o entendimento a fundo do pensamento e da *argumentatio* de Vieira. É o que me proponho demonstrar nessa análise do Latim empregado por Vieira no *Sermão de Santa Catarina*, que tem como epígrafe e mote apenas a expressão latina *NE FORTE*, extraída do Evangelho de Mateus, da resposta e justificativa da recusa das Virgens Prudentes às imprudentes que lhe solicitaram óleo para suas “alâmpadas”: *NE FORTE non sufficiat nobis, et vobis* (Mt., 25, 9) – “para que porventura não seja suficiente para nós e para vós”.

Num primeiro momento, observemos algumas frases-chave, destacando alguns elementos:

- (1) *NE FORTE non sufficiat nobis, et vobis* (Mt., 25, 9) – Virgens Prudentes
- (2) *Et quattuor ROTAE per bases singulas... omnia fusilia* (III Reis, 7, 30) – Rei Salomão
- (3) *Et ecce ipse faciebat opus SUPER ROTAM* (Jer., 18, 3). – Roda do oleiro
- (4) *Plus reor hominibus ADVERSAM, quam PROSPERAM prodesse FORTUNAM* (Severino Boécio – *De Consol.* II, pros. 38) – Fortuna adversa e próspera
- (5) *ROTA IN MEDIO ROTAE* (Ez., 10, 10) – Carro de Ezequiel
- (6) *Noli timere, Abraham, ego protector tuus* (Gên., 15, 1) ou no original: *Ego SCUTUM tuum.* – Abraão, após a vitória sobre 4 Reis
- (7) *Intueor volumen hoc assiduum ROTAE, in qua VICISSIM IMA SUMMA, ET SUMMA*

IMA fiunt – Um dos 4 reis vencidos “tirando a carroça” ao rei do Egito Sesóstris

(8) *Hujus (Pelignoti) est tabula in porticu Pompei, in qua dubitatur ASCENDENTEM cum clypeo pinxerit, AN DESCENDENTEM.* (Plínio) – Escada por que se sobe e desce

(9) *Praecipit nobis Deus, ne comederemus, et ne tangeremus illud, NE FORTE moriamur* (Gên., 3, 3) – *NE FORTE* das néscias (Eva)

(10) *Quid prodest homini, SI MUNDUM universum lucretur, animae vero suae detrimentum patiatur?* (Mat., 15, 26) – *NE FORTE* das Prudentes: fortuna da alma

(11) Jônatas: *Veni, transeamus ad stationem incircumcisorum horum, SI FORTE faciat Dominus pro nobis* (I Reis, 14, 6) – *SI FORTE* dos sábios (Jônatas)

(12) *Da mihi montem istum in quo Enacim (Gigantes) sunt. SI FORTE sit Dominus mecum, et potuero delere eos* (Jos., 14, 12). – *SI FORTE* dos sábios (Caleb)

(13) *NISI FORTE rex auream virgam ad eum tetenderit pro signo clementiae* (Est., 4, 11) – *NISI FORTE* de Ester.

(14) *FORTUNA... postquam transmisso Tiberi ad Palatium appropinquavit, alas deposuit, talaria exuit, ac infideli et volatili globo misso, Romam intravit MANSURA* (Plutarco). Fortuna de Roma e seu cantado Império:

(15) *Imperium SINE FINE dedi.* (Aen, I, 278)

(16) *Studete potius gloriam vestram referre ad illum, a quo est, SI NON VULTIS EAM PERDERE, aut certe perdi ab ea.* S. Bernardo, Epist, 107 – Fortuna nas mãos de Deus

O que se destaca são já as pistas da construção temática e argumentativa do *Sermão de Santa Catarina*, impondo-se, ao primeiro relance, as epímones em torno de roda e fortuna, jogando com a instabilidade de ambas no que se refere a virgens prudentes e imprudentes e a impérios e vitórias. De um lado, é dia de Santa Catarina, a santa representada com uma palma, uma espada e uma roda; de outro, Portugal acabara de vir de uma vitória sobre Castela. Discurso claramente epidíctico, de caráter argumentativo e comprobatório, ao mesmo tempo panegírico, porquanto homenagem festiva à Santa vencedora, que mereceu a palma do Martírio, após ter triunfado sobre seu tirano imperador Maximino, e parenético, enquanto uma exortação aos vitoriosos de agora, que mais cuidadosos deveriam estar de sua vitória do que o foram de sua batalha.

Vejam os como se tece esse gênero epidíctico panegírico e parenético, que assim se abre: “Breve cláusula para tema; porém grande para sermão! É tão grande e tão forte a significação desse *NE FORTE*, que com ela se sustentam e são fortes todas as fortalezas: e as que não são fortes, nem se defendem, só por falta dela são fracas, só por falta dela se rendem e são vencidas.” Breve cláusula que já se amplia a exigir que o público aceite acompanhar o raciocínio e participar desse desafio: como um simples *ne forte* pode ser tão amplo e tão fundamental para a segurança de todos, a ponto de ligar força e fortuna?

Após o estranhamento inicial, o *exordium* magistral deixemo-lo novamente a Vieira:

E que quer dizer *ne forte*? Quer dizer: para que não por algum acaso: para que não por alguma desgraça: para que não por algum engano: para que não por alguma violência: para que não por algum descuido próprio, ou diligência e indústria alheia. É o *ne forte* um advérbio, sempre vigilante mas indeciso: é uma suspensão do que é: é uma dúvida do que será: é um cuidado solícito do que pode ser. É um receio temeroso do futuro, não esquecido do passado, nem divertido do presente: e neste círculo de todos os tempos acautelado para todos. Deriva-se a palavra *ne forte* daquela que o mundo chama Fortuna, e é uma força tão poderosa e tão forte, que desarma a mesma fortuna de todos os seus poderes.

Explora ao máximo a etimologia, associando o advérbio *forte* e o adjetivo *fortis* no substantivo *Fortuna*, aproveitando-se do emprego combinado de *forte* com a negativa final *ne* “para que não, por acaso ou por fortuna”, que permite pôr dúvidas à força e dar forças à dúvida da prudência. E, logo a seguir, acrescenta o outro aspecto do tema:

De prudentes e néscias se compõe toda a história do nosso Evangelho, gloriosa para umas, e trágica para outras. As prudentes foram as venturosas, porque disseram: *ne forte*: as néscias, as sem ventura, porque o não souberam dizer.

E, dentre as virgens, a “fortíssima e prudentíssima Catarina”, que soube, com as cinco prudentes, dizer o seu *NE FORTE non sufficiat nobis, et vobis* (Mt., 25, 9); ao desprezar “a coroa da Terra” que o imperador Maximino lhe oferecera, por “sujeita à roda da Fortuna”.

A *narratio* contempla a efigie da Santa, com os três troféus: uma palma, uma espada e uma roda. Do triplo troféu, deixará de falar das palmas, que, com suas raízes na terra, haverão de secar, com exceção apenas das palmas nas mãos dos vitoriosos do Apocalipse *Et palmae in manibus eorum* (Apoc., 7, 9); não haverá de falar da espada, que mesmo a trazida do céu por Jeremias “não defendeu o grande Macabeu”, sendo morto por essa sua própria espada *Gladius meus non salvabit me* (Sl., 53, 7); falará sim da roda, para que vejam que palmas e espadas vitoriosas devem temer “os desenganos a todo vencedor”, devem ter sempre ante os olhos a roda da Fortuna e pronunciar o seu *ne forte*.

A *narratio*, em sua estrutura bipartite, volta em seguida os olhos para a imagem clássica e mitológica da deusa *Fortuna* (“a deusa que traz [*ferre*]”, segundo o *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*): Figura de Mulher; mundo ou cornucópia ou leme nas mãos; de ouro ou de vidro; cega; asas nos pés; pés sobre uma roda. Se erraram em atribuir-lhe o papel de Providência Divina e em considerá-la cega, “acertaram – diz Vieira – os gentios na figura que lhe deram de mulher, pela inconstância; nas asas nos pés, pela velocidade com que se muda; e sobretudo em lhos porem sobre uma roda; porque nem no próspero, nem no adverso, e muito menos no próspero, teve jamais firmeza.”

Fortuna e roda passam a ser a epímone do *ne forte* e mais citações latinas, mais *exempla*, para a *amplificatio* característica dos epidícticos: um tema só com suas várias *res* ou *rationes*. Primeiramente, quanto à matéria que comporia a Fortuna: “Dos que a fizeram de ouro, diremos depois: o que agora somente me parece dizer, é que os que a fingiram de vidro pela fragilidade, fingiram e encareceram pouco” – note-se a preocupação com o *etos*, para ganhar a confiança do auditório, ao mesmo tempo em que brinca com a polissemia de fingir moldar/mentir, empregando a figura da antanáclase “explorando o uso da mesma palavra com vários sentidos” (TRINGALI, 1988, p. 141). Provoca o estranhamento, procurando envolver o público na *argumentatio* e conclui: “porque ainda que a formassem de bronze, nunca lhe podiam segurar a inconstância da roda”. E imediatamente entra com o *exemplum* do sábio por antonomásia, o rei Salomão.

Eis como ele lança os fundamentos do grande Templo: *Fecit decem bases aeneas, quattuor cubitorum longitudinis bases singulas, et quattuor cubitorum latitudinis* (III Reis, 7, 27). Nada mais lógico que bases sólidas, quadradas, todas de bronze. Mas – aí novo estranhamento – *Et quattuor ROTAE per bases singulas* (“e quatro rodas para cada uma das bases”) e *Tales autem rotae erant, quales solent in curru fieri; et axes earum, et radii, et canthi, et modioli, omnia fusilia*. (III Reis, 7, 30). Se nem o mais sábio arquiteto tal ousara, eis que o mais sábio assim assenta o Templo do Deus Altíssimo:

Aquela obra era o chamado mar Êneo, fabricado antes de espelhos, e para espelho dos que nele se fossem ver e compor (...) Quis pois o mais sábio de todos os homens, que na mesma traça, disposição, e ordem da fábrica, vissem e reconhecessem todos, que não há, nem pode haver neste mundo cousa alguma tão sólida, tão forte, tão firme, nem ainda tão santa (qual aquela era), que, como se estivesse fundada sobre rodas, não esteja sempre sujeita às voltas, declinações e mudanças de qualquer impulso, impressão, ou movimento contrário. Tudo o que se diz da Fortuna, e seus poderes, é fingido e falso; só uma cousa há nela certa e verdadeira, que é a roda.

A força da antanáclase do espelho – “fabricado antes dos espelhos, e para espelho dos que nele se fossem ver e compor” – num contexto em que se busca opor fragilidade do vidro com firmeza do bronze, empresta da Sabedoria do Rei Bíblico argumentos à inconstante falsidade e fragilidade da Fortuna.

Falta, porém, um outro elo. No campo da matéria da “fortuna”, há que trazer para o dia-a-dia dos ouvintes a matéria de que o homem se compõe, o barro, e a matéria de que se compõe a “fortuna” dos fatos presentes, a vitória de Portugal sobre Castela. Sem esquecer de trazer a *auctoritas* da Revelação, apresenta-nos Jeremias a cumprir o *mandatum Dei*, contemplando o oleiro com sua roda. *Et ecce ipse faciebat opus super rotam* (Jer., 18, 3). Este faz e desfaz vasos com seu barro, assim como Deus fará com seu povo, se “se lhe descompusesse e desmanchasse em suas mãos”. E antes de concluir o *exemplum*, vale-se do testemunho do senador romano Boécio:

Plus reor hominibus adversam, quam prosperam prodesse fortunam (De Consol. II, pros. 38), que é de se temer mais da fortuna próspera que da adversa, posto que aquela mente e esta instrui: Illa enim semper specie felicitatis, cum videtur blanda, mentitur: haec semper vera est, cum se instabilem mutatione demonstrat. Illa fallit, haec instruit.

Deus é que decide da Fortuna do mundo com sua roda: “Nela, e do mesmo barro faz Deus reinos, e desfaz reinos; desfaz Jerusaléns, e acrescenta Babilônias”. Começa a parênese: assim como Jeremias profetizou dos 70 anos de cativo, por causa da responsabilidade dessa matéria-barro que eram os judeus, assim a fortuna dos homens e dos portugueses pertence a Deus. Portugal também teve seus 60 anos de cativo e acaba de se libertar.

Reforça a argumentação com o carro de Ezequiel, o carro de Deus no Governo do Mundo, com sua dúplice roda *Rota in medio rotae* (Ez., 10, 10), a roda da fortuna e a roda do tempo “de tal modo unidas e travadas entre si, e tão independentes uma do curso da outra, que para a roda da fortuna dar uma volta inteira, não é necessário que a dê também inteira o tempo” – sem dúvida, tem-se aqui uma das mais belas alegorias da Fortuna.

Assim, numa só noite acaba o grande Império dos Assírios e Caldeus, passando aos Medos e Persas com a morte de Baltasar e sua substituição por Dario: *Eadem nocte interfectus est Balthasar rex Chaldaeus, et Darius Medus successit in regnum* (Dan., 5, 30-31). Assim, a antiga *Lugdunum* “anoitecendo cidade, amanheceu cinzas”, como conta Sêneca numa Epístola – e o longo e maravilhoso excerto de Sêneca acompanhe-se da não menos admirável tradução de Vieira:

*Tot pulcherrima opera, quae singula illustrare
urbes singulas possent, UNA NOX STRAXIT.
Et in tanta pace, quantum ne bello quidem
timeri potest, accidit.*

Aqueles famosos edifícios, que cada um deles pudera enobrecer e ilustrar uma cidade, todos igualou com a terra uma noite; e aconteceu na bela paz, o que nem da mais furiosa guerra se pudera temer.

*Quis credat? Lugdunum, quod ostendebatur
in Gallia, quaeritur.*

Quem tal crera? Aquela Lugduno, que se mostrava por maravilha da Gália, busca-se nela, e não se acha.

*Omnibus fortuna, quos publice afflixit, quod
passuri erant, timere permisit. Nulla res magna
non aliquot habuit ruinae suae spatium.*

A todos os que a fortuna afligiu publicamente, permitiu que temessem o que haviam de padecer, e a nenhuma cousa grande deixou de dar o tempo algum espaço à sua própria ruína.

*In hac una nox interfuit inter urbem maximam,
et nullam. Denique diutius illam periisse, quam
perit, narro.*

Só nesta entre a cidade máxima e o nada, não houve mais que uma noite. Ainda acabou mais depressa do que eu o escrevo.

Por isso, mais há que se temer as vitórias – *fortuna prospera* – que as derrotas – *fortuna adversa*. Assim o patriarca Abraão, que viera de uma vitória miraculosa, vencendo com apenas 318 homens nada menos que 4 reis, em vez de comemorar, apreensivo volta-se para o seu Deus e Este o consola, pede-lhe – a ele, vencedor! – para nada temer *Noli timere, Abraham, ego protector tuus* (Gên., 15, 1) “ou como se lê no original *Ego scutum tuum*”, acrescenta.

A própria história nos ensina. Eis a resposta de um dos quatro reis vencidos “tirando a carroça” ao rei do Egito Sesóstris: *Intueor volumen hoc assiduum rotae, in qua vicissim ima summa, et summa ima fiunt* (“Levo sempre postos os olhos nesta roda; porque vejo nela, que assim como esta parte que agora está em baixo, esteve já em cima; assim a que está em cima, com meia volta só torna a estar em baixo.”) – mais uma alegoria da Fortuna: *vicissim ima summa et summa ima fiunt*.

O mesmo Agamémnon, na tragédia homônima de Sêneca, contempla Tróia: *Stat avidus ira victor, et lentum Ilium metitur oculis* (ei-lo em pé vitorioso e ávido em sua ira a medir com seus olhos a agora calma Tróia) e diz “*Victamque quamvis videat, haud credit sibi potuisse vinci*” (vendo-a embora vencida, não a pode crer por ele próprio vencida) e acrescenta: *Tu me superbum, Priame, tu timidum facis*. Essa grandeza conquistada, esse herói descomunal vencido, estavam ao mesmo tempo deixando-o orgulhoso e tornando-o temeroso. Posto que a Fortuna é como uma roda ou como a escada de Pelignoto no Pórtico de Pompeu: *Hujus (Pelignoti) est tabula in porticu Pompei, in qua dubitatur ascendentem cum clypeo pinxerit, an descendentem*, em que não se pode dizer se o pintou subindo ou descendo, como se lê em Plínio. E pontifica persuasivo Vieira: “Toda escada, Senhores meus, ainda que em diferente figura, é também roda: porque pelos mesmos degraus se pode subir ou descer”. E exorta, chocando pela aparente contradição:

Não é minha tenção com este discurso querer que a muito nobre cidade de Lisboa entristeça sua alegria (...) O que só desejo é que toda esta monarquia de Portugal se não deixe inchar do vento da fortuna, que se fie dela, e a creia. Ouvi debaixo de um paradoxo o mais sisudo juízo da prudência militar (...) não há cousa mais para temer que a própria vitória.

No item VI, deixa claro que até aqui foi um “primeiro discurso” que versou sim sobre o tema, sobre as Virgens Prudentes do Evangelho, sobre a Fortuna relacionando-a ao tempo presente. E abre um segundo, olhos voltados para a “virgem prudentíssima que nos deu a roda” e os exemplos das suas vitórias, porque soube dizer o seu *ne forte*. E o novo discurso volta-se aos grandes feitos da Santa, num jogo magistral com as expressões *ne forte*, *si forte* e *nisi forte*, todas elas extraídas de *exempla*, mostrando-a, porém, como a merecedora por excelência do panegírico deste dia festivo.

Vai ao Gênesis e apresenta o contra-exemplo da primeira mulher, que, advertida por Deus *In quocumque die comederis ex eo, morte morieris* (Gên., 2, 17) – no dia em que comeres desse fruto, morrerás – diz à Serpente o que Deus ordenara:

Praecipit nobis Deus, ne comederemus, et ne tangeremus illud, ne forte moriamur (Gên, 3, 3). “O *ne forte* da néscia pôs dúvida, onde não podia haver dúvida: o *ne forte* das prudentes não admitiu dúvidas, onde podia haver muitas”. E chama o próprio Cristo, o Esposo que está para chegar (*Ecce Sponsus venit* – Mt., 25, 6), com a inapelável sentença *Quid prodest homini, si mundum universum lucretur, animae vero suae detrimentum patiatur?* (Mat., 15, 26) – o que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma? – e, não menos inapelável, Vieira interpreta: “Em matéria de salvação, não se há-de admitir dúvida, nem contingência, por menor ou mínima que seja”. Muito claro o dilema entre o *NE FORTE non sufficiat nobis, et vobis* das Virgens Prudentes e o *NE FORTE moriamur* da Eva imprudente.

Catarina, já vencedora, já *Sponsa* que saiu ao encontro do Esposo, preferindo o martírio a ceder ao Imperador, contrapondo o *ne forte* da Salvação eterna ao esplendor da *Fortuna* prometida, agora pode partir para o *si forte* de Jônatas e o *nisi forte* de Ester. E aqui Vieira, insubstituível:

Si forte, disse com novidade inaudita em lugar de *ne forte*, e é bem que reparemos muito na diferença destes dous advérbios: porque em tão pequena mudança de letras têm a significação totalmente contrária. O *ne forte*, significa, *para que não*, como já vimos: o *si forte*, quer dizer, *se porventura*: o *ne forte*, é advérbio seguro e frio: o *si forte*, animoso e ardente: o *ne forte*, fecha as portas ao temor: o *si forte*, abre-as à esperança: o *ne forte*, é freio para a cautela: o *si forte*, é espora para a ousadia: o *ne forte*, diz: não te arrisques: o *si forte*, diz: aventura-te: finalmente, o *ne forte* tem por efeito evitar o mal, que suspeita: e o *si forte*, tem por objeto empreender e conseguir o bem, a que aspira. Mas este bem não há-de ser qualquer bem ordinário e vulgar, senão grande, senão árduo, senão heróico, e que tenha mais graus de dificultoso, que de possível.

Se para o *ne forte* já fez longo epidíctico, para o *si forte* propõe dois *exempla* famosos “e tão medonhos, como atrevidos”, de Jônatas e Caleb. Jônatas apóia-se em Deus para passar às plagas dos incircuncisos *Veni, transeamus ad stationem incircumcisorum horum, SI FORTE faciat Dominus pro nobis* (se porventura o fizer o Senhor por nós – I Reis, 14, 6). E Caleb pede a Josué o monte Enacim, ou seja, dos Gigantes, pronunciando o seu *si forte*: *Da mihi montem istum, in quo Enacim (idest Gigantes) sunt, et urbes magnae, atque munitae*. (Dá-me este monte dos Gigantes, de grandes cidades bem munidas) *SI FORTE sit Dominus mecum, et potuero delere eos* (Jos., 14, 12) (se porventura Deus estiver comigo, também terei poder de debelá-los).

Catarina está diante duma implacável ordem imperial: oferecer sacrifícios ao favorecido dos deuses Maximino ou expor-se aos tormentos e à morte. O dilema apresenta-se a ela, não quanto à sua morte natural, mas entre a morte natural dela e a morte eterna alheia. Nas palavras de Vieira: “A morte é certa, a salvação duvidosa; mas a morte é minha, a salvação é dos próximos: aventure-se pois Catarina a conseguir a salvação alheia, e perca embora de contado a vida própria.” Eis um caso que só tem parecença com o de Ester, quando do edito de Assuero ordenando o extermínio dos Judeus: *Quod sive vir, sive mulier, non vocatus, interius atrium regis intraverit, absque ulla cunctatione interficiatur*. (Est., 4, 11) – que se homem ou mulher não

chamado entrasse no átrio régio, sem demora alguma fosse morto – com apenas um “senão” esperançoso *NISI FORTE rex auream virgam ad eum tetenderit pro signo clementiae* (a não ser que o próprio rei estenda-lhe em sinal de clemência seu cetro de ouro). De fato, Ester tinha uma condicional, um *nisi forte* como possível, que de fato se concretizou. Já Catarina tinha apenas o *si forte* sem o *nisi forte*, “a morte certa, e sem dúvida; os tormentos esquisitos, e iguais à sevícia e crueldade do tirano; e a tudo isso se ofereceu uma donzela (...) armada da sua eloquência, e acompanhada só de si mesma”. Eis que ousa expor a doutrina da fé verdadeira e atreve-se a condenar “o sacrilégio dos sacrifícios, a falsidade dos deuses com nome de imortais, sendo paus e pedras”. *Similes illis fiant, qui faciunt ea* : Sl., 113, 8 (“que iguais a eles se tornem os que os fazem”, como diz o salmista). Mas, assevera categórico Vieira, como “Não há cabeças mais duras de penetrar e converter, que as coroadas”, Maximino, se não se convenceu, aceitou um desafio proposto – “se o não fez católico da nossa fé, fê-lo herege da sua (... porque o que se põe em questão e disputa, igualmente se põe em dúvida; e quem duvida da sua fé, qualquer que seja, já é herege dela”. Chama o Imperador os 50 sábios para debaterem com Catarina. E, porquanto Catarina acabou por convencê-los da Verdade de sua Fé, todos eles acabam condenados à morte, “os filósofos à espada, Catarina à fome”.

No calabouço, solitária e priva de alimentação, Catarina não desiste de seu *si forte*, quando a própria mulher do Imperador secretamente vai até a masmorra. Como Pedro *cum esuriret*, viu descer aves do céu e virem ao seu encontro abundantemente animais da terra, e ouviu a voz do Céu a comandar-lhe: *Surge, Petre, occide et manduca* (“levanta-te, mata e come” – At. 10,13), assim a faminta Catarina, como disseram os amigos a Jó: *Quis det de carnibus ejus ut saturemur?* (Jó, 31, 31) transforma a visitante: “A imperatriz por fé transubstanciada em Catarina, e Catarina por doutrina transubstanciada na imperatriz”. Mais uma mártir, salva pela insaciável mártir da fome. Sentenciada a esposa, Maximino põe-lhe à Catarina 200 soldados para guardar-lhe a masmorra.

Não se intimida Catarina e converte esses mesmos soldados de que se diz proverbialmente *Nulla fides pietasque viris, qui castra sequuntur* (que não há fé e piedade nos homens que servem aos quartéis); esses mesmos que *Illudebant autem ei et milites* (escarneciam eles do próprio Cristo – Lc., 23, 36) e O crucificaram *Milites ergo cum crucifixissent eum* (Jo., 19, 23). Pois se “em Jerusalém O crucificaram, em Constantinopla O adoraram” e também receberam a coroa de Mártires no mesmo dia.

O final não poderia ser outro: o martírio de Catarina, que rivalizou com as sevícias de Nero e Diocleciano. Uma roda especial foi mandada fazer por Maximino, “armada por toda a circunferência de dentes ou pontas de ferro agudas, em forma de navalhas”, para que se movesse por sobre o corpo dela em idas e vindas, que “feririam as feridas”.

Duplo triunfo, para Catarina e para o sumo Imperador dos Romanos. Dupla roda: a roda de Catarina, a coroar-lhe o martírio, e a roda da Fortuna de Roma, assim apresentada por Plutarco:

*Fortuna Persis et Assyriis desertis, cum leviter
pervolasset Macedoniam et celeriter abjecisset
Alexandriam, Aegyptiosque, deinde et Syriam
peragrandō regnā extulisset et saepe conversa
Carthaginienses tulisset postquam transmisso
Tiberi ad Palatium appropinquavit, alas
deposuit, talaria exuit,
ac infideli et volatili globo misso, Romam
intravit mansura*

A Fortuna, depois de deixar os Persas e Assírios, depois de voar levemente pela Macedônia, e rejeitar Alexandre, e os que no Egito lhe sucederam, depois de andar pela Síria levantando e desfazendo reinos, e se deter, já próspera, já adversa, com os Cartagineses, passando finalmente o Tibre, chegou ao Capitólio romano e ali arrancou dos ombros as asas maiores, e descalçou dos pés as menores,

ali se despojou e desarmou do globo, ou roda variável e inconstante, e ali, isto é, em Roma, fez o seu perpétuo assento, para nela perseverar, e morar sempre firme, e sem mudança.

Roma, cantada por Virgílio em sua *Eneida*, tem sua Fortuna sem limites de tempo e espaço, seu Império não terá fim:

His ego nec metas rerum, nec tempora pono
Imperium sine fine dedi. (Aen, I, 278)

Mas, eis que nesse mesmo ano, o Império Romano se divide, e a divisão será o começo de seu fim. Eis que a roda implacável da Fortuna voltou-se contra Roma e “quebrados para sempre os ferrolhos das portas de Jano, acabaram-se os capitólios (...) acabaram-se enfim os mesmos imperadores, e só vivem e reinam, ao revés da roda da Fortuna, os que eles quiseram acabar.”

E a *peroratio* não poderia ser outra, senão a parênese: rendamos *Gratiam pro gratia* à Fortuna que é Graça, bênção do Alto, essa que nos deu a gloriosa Catarina por modelo, que nos deixa a sua Roda por troféu e apelo do *si forte* de Virgem Prudentíssima. Imitando o prudentíssimo *Si forte* da Santa da Roda, busquemos nós também a *Fortuna Prospera*, dizendo com São Bernardo: *Studete potius gloriam vestram referre ad illum, a quo est, SI NON VULTIS EAM PERDERE, aut certe perdi ab ea.* (“Ponde vosso empenho antes em atribuir a vossa glória a Ele, a quem só pertence, se não quiserdes perdê-la como também com toda certeza serdes perdidos por ela” – Epist., 107).

Breve cláusula para tão extenso e belo sermão: *Si forte*. Eis como se amplifica, como se faz Retórica Clássica. Tão latina, tramada e urdida de excertos seletos do Latim, e tão definitivamente modelar para a prosa portuguesa.

Referências

- DICIONÁRIO OXFORD DE LITERATURA CLÁSSICA GREGA E LATINA. Compilado por Paul Harvey; traduzido por Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Duas Cidades, 1988, 247p.
- VIEIRA, António. *OBRAS COMPLETAS. Sermões*. Prefaciados e revistos pelo Rev. Padre Gonçalo Alves. Porto: Lello & Irmãos, 1993, 5 Vol.

Ruy Barbosa, leitor do Padre Antonio Vieira

Jorge Vicente Valentim

Universidade Federal de São Carlos / Fundação Casa de Rui Barbosa

RESUMO

Abordagem do discurso e da arte oratória de Ruy Barbosa, a partir da verificação e do estudo das suas fontes primárias literárias portuguesas. As referências às fontes da tradição clássica portuguesa, sobretudo à obra do Pe. Antonio Vieira e sua presença constante, são analisados como índices reveladores de uma afinidade discursiva, de uma postura crítica e de uma leitura ensaística dos textos vieirianos, operados pelo jurista brasileiro.

ABSTRACT

This paper deals with Ruy Barbosa's discourse and oratory art, starting from the verification and study of his Portuguese literary and primary sources. The references to the Portuguese classical tradition sources, especially to the Priest Antonio Vieira and his constant presence, reveal traces of a discursive affinity, a critical attitude and an analytical reading of Vieira's texts done by the Brazilian jurist.

Orador, político, jurista, jornalista e escritor, Ruy Barbosa (1849-1921) é considerado uma das figuras primordiais da vida política e cultural do Brasil no período do entre-séculos (XIX-XX) e das primeiras décadas do século XX. Nesta época, profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorreram no cenário brasileiro, sobretudo no contexto do Império e da República, atingindo em cheio a instabilidade brasileira.

15
Revista de História da UFSCAR, 2007, vol. 15, n. 1, p. 15-25
Ruy Barbosa e Padre Antonio Vieira

Ruy Barbosa, leitor de Vieira Antonio

ANTONIO VIEIRA E SUA LINGUAGEM: Contribuição por Paul
Lutz e outros. Rio de Janeiro: Arquivo de História da Língua Portuguesa, 1973.

ANTONIO VIEIRA E SUA LINGUAGEM: Contribuição por Paul
Lutz e outros. Rio de Janeiro: Arquivo de História da Língua Portuguesa, 1973.

Jorge Vicente Valentim

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

1998. *Revista de História da Linguagem*, vol. 7, nº 1, pp. 1-10.

1999. *Revista de História da Linguagem*, vol. 8, nº 1, pp. 1-10.

ANTONIO VIEIRA E SUA LINGUAGEM: Contribuição por Paul
Lutz e outros. Rio de Janeiro: Arquivo de História da Língua Portuguesa, 1973.

Abordagem do discurso e da arte oratória de Ruy Barbosa, a partir da obra
de estudo das suas fontes primárias literárias portuguesas. As referências
às fontes da tradição clássica portuguesa, sobretudo à obra de
Antonio Vieira e sua presença constante, são analisadas como fontes
evolutivas de uma atividade discursiva, de uma poética crítica e de uma
leitura crítica dos textos vianenses, operados pelo jurista brasileiro.

This paper deals with Ruy Barbosa's discourse and oratory art, starting from
the verification and study of his Portuguese literary and primary sources.
The references to the Portuguese classical tradition sources, especially to the
first Antonio Vieira and his constant presence, reveal traces of a discursive
affinity, a critical attitude and an analytical reading of Vieira's texts done by
the Brazilian jurist.

RESUMO

ABSTRACT

Para Rejane Magalhães, memória viva da paixão e dos estudos ruianos, e para Caio Benévolo, *in memoriam*.

A pregação tem umas coisas de mais peso e de mais fundo, e tem outras mais superficiais e mais leves, e governar o leve e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede. Na boca de quem não faz a pregação, até o chumbo é cortiça. As razões não hão de ser enxertadas, hão de ser nascidas. O pregar, não é recitar. As razões próprias nascem do entendimento, as alheias vão pegadas à memória, e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento.

Pe. ANTONIO VIEIRA. *Sermão da Sexagésima*.

Mas, senhores, os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas idéias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espírito que os assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas.

RUI BARBOSA. *Oração aos moços*.

1. Ruy Barbosa e seu tempo

Seria esse o julgamento de Ruy Barbosa sobre sua posição na história das letras nacionais: julgava-se um político, amando a sua língua e procurando fazê-la correta e expressiva por ver nisso condição de um bom trabalho.

LUÍS VIANA FILHO. *Joaquim Nabuco. Ruy Barbosa*.

Orador, político, jurista, jornalista e escritor, Ruy Barbosa (1849-1923) é considerado uma das figuras primordiais da vida política e cultural do Brasil no período do entre-séculos (XIX-XX) e das primeiras décadas do século XX. Nesta época, profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorreram no cenário brasileiro, sobretudo no carioca, centro do Império e da República, atingindo em cheio a intelectualidade brasileira.

De acordo com José Murilo de Carvalho, já nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, período de transição do Império para a Primeira República, o Rio era caracterizado por uma consciência nova e ampliada, consequência do envolvimento com os problemas locais e nacionais, fazendo com que “grande parte dos fluminenses [fosse] pela primeira vez envolvida nos problemas da cidade e do país.” (CARVALHO, 1987, p. 16).

No que diz respeito à inserção cultural e intelectual desta época, segundo Afrânio Coutinho (2002, p. 14-16), a modernidade teve, no fim-de-século XIX no Brasil, as suas primeiras manifestações, ainda que tímidas e influenciadas pelos movimentos vindos da França. O olhar crítico de Machado de Assis, não só à sociedade burguesa da época – na sua produção ficcional –, mas, também, à produção literária brasileira e portuguesa vigentes – nas suas crônicas e críticas –, era já uma expressão sintomática do pensamento moderno que varria a Espanha e Portugal e aportava no solo brasileiro, dando às letras nacionais a sua mais autêntica representatividade e autenticidade modernas.

Se a escrita machadiana poderia ser lida como um sintoma da modernidade, é bom lembrar que o surgimento de correntes poéticas, voltadas para a palavra rara e a helenização classicizante do português, eram comuns no crepúsculo oitocentista brasileiro, a ponto de ainda se perpetuarem nos anos iniciais do século seguinte. Sobre este período, Alfredo Bosi (1969, p. 12) sublinha com propriedade que as primeiras décadas do século XX seriam marcadas por uma intensa (e tensa) convivência de tendências. De um lado, um nítido espírito de renovação, com propostas ousadas e prenunciadoras das inovações de 22, de outro, uma remanescente onda das tradições do já velho (e ultrapassado) século XIX.

Neste cenário, em que “a sociedade brasileira atravessava um dos períodos mais ricos de seiva do seu desenvolvimento intelectual” (DANTAS, 1949, p. 7) e em que as letras concentravam a produtividade mais fecunda da “*intelligentzia*” brasileira, encontramos um elenco profícuo da intelectualidade: José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Edmundo Bittencourt, o próprio Machado de Assis, Graça Aranha, Euclides da Cunha e, sobretudo, Ruy Barbosa, escritor que, de uma certa forma, deixou transparecer aquela confluência de tendências nos seus mais variados escritos. Conforme nos alerta João Felipe Gonçalves, o cuidado do autor da *Réplica* com a riqueza vocabular “envolvia uma pesquisa deliberada em dicionários, reveladora da escrita hermética que se empenhava em cultivar” (GONÇALVES, 2000, p. 104), e, também, nutria, ao mesmo tempo, um verdadeiro “horror às gramatiquices” (LACOMBE, 1966, p. 14), a uma certa tendência exibicionista de um eruditismo vazio e superficial, consideradas por ele como instrumentos do atraso da educação brasileira.

Sem entrar no mérito de enquadramentos e classificações estilístico-literárias, é possível perceber na escrita da “Águia de Haia” uma convivência altamente salutar do apuro vocabular com as apropriações lingüísticas mais pertinentes de sua época, evidenciando assim uma nítida postura de modernização, que, segundo

Américo J. Lacombe, podia ser percebida na sua “permanente preocupação de trazer, de suas incursões no mundo dos antigos, não uma língua morta, incompreensível e vazia, mas um idioma amplo, sonoro, orgulhoso dos tesouros do passado, mas retemperado na linguagem viva e popular, cotidiana, idioma que ele prezava acima de tudo” (LACOMBE, 1966, p. 18). Daí que, no lugar de criticar estilos e escritores – como foi o caso de Machado de Assis¹ –, as críticas ruínas eram dirigidas a determinados usos da língua portuguesa pelos escritores (principalmente, o dos códigos e das leis) de sua época. Era, portanto, munido de um olhar criterioso sobre a tradição e, simultaneamente, atento aos eventos lingüísticos de seu tempo.

Homem de vasta cultura, Ruy Barbosa sempre se viu mais como um homem da política e das leis, mantendo-se sempre em reserva à condição de escritor, de literato, que uma certa crítica de sua época sempre lhe outorgava. É bem conhecida a passagem de 1918, quando das homenagens do jubileu do orador, na Biblioteca Nacional, em que a utilização da expressão “cívico” foi agraciada pelo próprio Ruy Barbosa, posto que a entendia mais adequada que o termo “literário”, compreendido por ele como uma espécie de negação do político. Este sim, no pensamento ruiano, era a principal razão de sua produção intelectual. Ele próprio, depois de destacar algumas inserções pelo campo do literário – algumas tentativas homométricas “da poesia inimitável de Leopardi” (BARBOSA, 1966, p. 685)², o ensaio sobre Swift, o *Elogio a Castro Alves*, a oração do Centenário do Marquês de Pombal, o *Parecer* e a *Réplica* acerca do código civil, além de alguns outros discursos e críticas em jornais –, ressalta veementemente que toda a sua vida fora desdobrada “nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regimes estabelecidos e organização de novos regimes” (Ibidem).

Apesar das suas restrições abertas à condição de literato puro, Ruy Barbosa, na sua mais diversa produção escrita, sempre deixou transparecer um domínio pleno do legado de sua educação, fundamentada nos conhecimentos dos autores clássicos, sobretudo os de língua portuguesa, vindos d’além mar. Dentre eles, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Felinto Elísio, Pe. Antonio Vieira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz, apenas para citar alguns.

A partir de tal constatação, podemos estabelecer um vínculo de relações luso-brasileiras que ultrapassa o mero contato de leitura ou de exercício da língua, do qual a *Oração do Centenário do Marques de Pombal* e, sobretudo, a *Réplica* seriam

¹ Além das críticas de Machado de Assis a escritores brasileiros, como José de Alencar, Fagundes Varela, Gonçalves de Magalhães e Álvares de Azevedo, dentre outros, é bom destacar as suas críticas a Almeida Garrett e a Eça de Queiroz. Deste último, as relacionadas aos romances *O crime do Padre Amaro* e *O primo Basílio* geraram controvérsias e são, até hoje, frutos dos estudos da crítica literária.

² Como o *Discurso do Jubileu na Biblioteca Nacional* não se encontra nas suas *Obras Completas*, as referências ao texto em questão foram retiradas da antologia publicada pela Editora Nova Aguilar, com seleção, organização e notas de Virgínia Côrtes de Lacerda.

testemunhos incontestáveis de tal diálogo. Se na sua produção filosófica e filológica, a condição de escritor-literato pode ser aplicada e assumida na sua total acepção, acreditamos que não menos nas oratórias política, jurídica e acadêmica, onde inserções, referências e citações do repertório canônico da literatura portuguesa se fazem presentes como instrumentos de afirmação e argumentação do discurso da “Águia de Haia”.

Logo, partimos do princípio de que a base fundamentadora dos discursos ruianos está, na verdade, fincada no conhecimento estilístico-literário de poetas e prosadores da literatura universal e, sobretudo, da portuguesa, conseguindo aproveitá-lo na elaboração dos seus diferentes tipos de oratória. Basta lembrar, por exemplo, o memorial forense sobre a questão Minas X Werneck, em que o seu autor cita, dentre os muitos escritores do seu acervo, o dramaturgo Beumarchais e Miguel de Cervantes. Deste, retira um trecho significativo do *Dom Quixote* para iniciar as “Contas Preliminares” na “Sustentação dos Embargos do Estado Appellante”, ao replicar e enfrentar o jurista Rodrigo Otávio. Em outro trecho, onde aborda ensaisticamente o problema das contradições, percebemos o nítido domínio da oratória vieiriana, além de uma implícita referência ao mote da metamorfose do tempo, tão caro aos versos camonianos:

Se os deuses se houvessem reservado como privilégio divino essa faculdade, cada consumidor brasileiro de papel de escrever seria um Prometeu absorto em escalar as nuvens, não à procura do céu, mas em busca da prenda celeste de esgravatar divergências do ontem para o hoje nas opiniões alheias. Quando se topa, nas letras remexidas, com um desses achados preciosos, é dia de festa, ilumina-se a casa, emboca-se o megafono, e se anuncia ao longe que o adversário está esmagado.

Não há, entretanto, inutilidade mais inútil. Os homens de siso e consciência riem destas malícias. Só a ignorância ou a imbecilidade se não contradizem; porque não são capazes de pensar. Só a vulgaridade e a esterilidade não variam; porque são a eterna repetição de si mesmas. Só os sábios baratos e os néscios caros podem ter o curso das suas idéias igual e uniforme como os livros de uma casa de comércio, porque nunca escreveram nada de seu, nem conceberam nada de novo.

A sinceridade, a razão, o trabalho, o saber não cessam de mudar: não há outra maneira humana de acertar, e produzir. Varia a fé; varia a ciência; varia a lei; varia a justiça; varia a moral; varia a própria verdade; varia nos seus aspectos a criação mesma; tudo, salvo a intuição de Deus e a noção dos seus divinos mandamentos, tudo varia. Só não variam o obdorado, ou o fôssil, o apedeuta, ou o néscio, o maníaco, ou o presumido. [...] Assim, debaixo do céu, tudo obedece a essa eterna lei da transmutação incessante das coisas... Se todo o mundo se compõe de contradições, dessas contradições é que resulta a harmonia do mundo. Se das variações pode emanar o erro, sem as variações o erro não se corrige. [...] O homem não está em contradição consigo mesmo, senão quando o está com a sua natureza moral, que o ensina a considerar-se desonrado, quando atina com a verdade, e se obceca no erro. (BARBOSA, 1980, p. 203-205).

Se a passagem acima nos remete a uma releitura (irônica?) dos versos camonianos sobre a passagem do tempo – “Mudam-se os tempos, mudam-se as

vontades, / Muda-se o ser, muda-se a confiança; / Todo o mundo é composto de mudança” (CAMÕES, 1980, p. 115) –, aplicados à argumentação da natureza harmonicamente contraditória do homem, é preciso destacar ainda que outros exemplos tirados d’*Os Lusíadas*, dos *Autos* vicentinos e, principalmente, dos *Sermões* de Vieira, ultrapassam a condição de simples referências enumerativas e compõem o repertório crítico de um autêntico escritor ensaísta, no pleno exercício de sua atividade intelectual.

Neste sentido, podemos afirmar que, ao lado de Machado de Assis, Ruy Barbosa é uma das principais – se não, a principal – voz crítica e intelectual do final do século XIX e início do século XX, que se preocupou em ler criticamente não só o legado deixado por escritores do seu século e do seu tempo, como são os casos de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz, mas também, soube ler atentamente a tradição canônica em língua portuguesa, sem perder os olhos e as lentes do seu tempo:

Não sou dos que precisem de ser catequizados à verdade científica da evolução dos idiomas. Meu trato dos antigos escritores portugueses não me levou ao fetichismo da antigüidade vernácula, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sobre as leis da vida orgânica nas línguas. (...) Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que elas escondem ao modernismo pretensioso e ignaro, amo e uso também a linguagem de meu tempo, esforçando-me, entretanto, por lhe evitar os defeitos. (BARBOSA, 1953, v. I, p. 91-92).

Se alguns autores portugueses oitocentistas já haviam sido tomados como foco de atenção pela crítica machadiana, não menos pelo olhar arguto e crítico de Ruy Barbosa, que, por se considerar mais um político, um jurisconsulto, portanto, um homem fora do ciclo da produção ficcional de sua época, tinha talvez a oportunidade de olhar para o acervo com as lentes de um profundo conhecedor do *metier* tratado, sem, porém, ter-se deixado dominar pelo seu exercício efetivo.

Com isto, para além da presença dos aspectos jurídicos e políticos, concordamos com Américo J. Lacombe (1966 e 1978), que existe não só uma forte formação literária, no sentido pleno da palavra, na escrita de Ruy Barbosa, mas também um estilo literário, marcado por uma “clareza aliada à castidade” (LACOMBE, 1978, p. 132), transitando de um “barroquismo verbal” (Ibidem) a uma eloqüente simplicidade, que coexistem salutarmente, sem sobreposição de um sobre outro. São discursos que convivem inseparavelmente, a favor de uma escrita límpida e de um estilo próprio, único e consciente de que “não há língua definitiva e inalteravelmente formada. Todas se formam, reformam e transformam continuamente.” (BARBOSA, 1953, v. II, p. 392).

Tanto nos textos filológicos, quanto nos jurídicos, políticos e jornalísticos, é possível perceber, portanto, uma preocupação estilística na elaboração e no acabamento textuais. Daí que Américo J. Lacombe, muito corretamente, tenha chamado a atenção de que não se trata, pura e simplesmente, de uma demonstração pública de

intelectualidade e de erudição em si mesmas, mas, sobretudo, “de semântica e de estética” (LACOMBE, 1978, p. 127), colocando-nos, portanto, na rota do literário e, mais especificamente, do ensaístico.

A partir dos escritos de Ruy Barbosa, sobretudo de sua *Réplica*, levantamos a hipótese da prática (germinal ?) de um ensaísmo brasileiro sobre a produção literária portuguesa, não com o objetivo de colocar uma em detrimento de outra, mas de valorizar a produção intelectual (literária e/ou ensaística) em língua portuguesa, num impressionante diálogo de relações luso-brasileiras.

Ora, se pensarmos como Homero Pires, que a obra de Ruy Barbosa “foi construída sobretudo com o espírito da antigüidade clássica” (PIRES, 1949, p. 23), então, poderemos concluir que não é realmente possível achar o sedimento de suas idéias filológicas, jurídicas e políticas “fora dos livros, desses bons livros antigos, e neles, de par com uma grande biblioteca, é que tem de ser buscado e pesquisado” (Ibidem). Assim sendo, é possível vislumbrar no acervo de sua Biblioteca um vasto elenco de fontes primárias literárias portuguesas, com destaque significativo para as obras do Pe. Antonio Vieira, de quem Ruy Barbosa foi atento leitor.

2. Ruy Barbosa e a *Réplica*: contestação e afirmação

Todos os que escrevem trabalhos de arte, sentirão mil vezes a mesma necessidade. Ora, dentre eles, não conheço nenhum mais árduo que a codificação das leis civis de uma nacionalidade: e as codificações não devem menos à forma, que se lhes imprime, do que ao espírito, que se lhes sopra.

RUI BARBOSA. *Réplica*.

Se partirmos daquela que é considerada um ponto unânime da crítica ruiana, dentre os seus textos dedicados à filologia, e que mais evidencia o conhecimento do orador sobre o uso da língua mãe na produção intelectual (a *Réplica*), observaremos que, para além dos pareceres críticos sobre sintaxe, origem morfológica, neologismos e aplicações retóricas, “não se trata propriamente de gramática, como foi dito, mas especialmente de semântica e estética”, como bem pontuou Américo J. Lacombe (1978, p. 127). Logo, acreditamos tratar-se de um texto essencialmente ensaístico sobre a estilística da língua portuguesa.

Na verdade, esta foi uma das maiores polêmicas filológicas, por conta da discordância de Ruy Barbosa em relação ao redator do Código Civil, Clóvis Bevilacqua, encarregado pelo então ministro Epitácio Pessoa de elaborar um projeto diante da necessidade do estabelecimento de um Código de Direito Civil, almejado pelo governo de Campos Sales, antes da conclusão do seu mandato.

Talvez, por isso, diante de um curto prazo para sua realização, revisão e redação final; diante de divergências entre o pensamento mais renovador do seu autor e

o de tendência mais conservadora dos membros da comissão revisora da Câmara dos Deputados; diante do recorte do texto em mosaicos para os componentes da comissão de revisão; a primeira intervenção escrita de Ruy Barbosa (o *Parecer sobre a redação do projeto do Código Civil*), então presidente da Comissão Especial do Senado, tenha soado tão contundente. Na verdade, o fato é que o texto é uma exposição minuciosa, com um intenso rigor e um detalhismo hercúleo, não só sobre a retórica dos discursos codificadores, mas também, e sobretudo, sobre o domínio da vernaculidade.

É interessante observar que o cuidado e a preocupação em verificar e atestar as fontes etimológicas de cada expressão, presentes no *Parecer* e na *Réplica*, figuram entre os seus cadernos de anotações da juventude, datados de 1864 e 1865, sobretudo num caderno intitulado *Literatura, Ciência e Religião – Leituras em minhas horas vagas*, que, segundo Américo J. Lacombe (1978, p. 127-129), seria uma espécie de semente preconizadora do estilo e do pulso do estudioso escritor. Neste, há o procedimento de pesquisa das raízes e das origens de termos como “álbido”, “lentores”, “estrelajar”, “intempestivo” e “desjejuar-se”, dentre outros, que o seu autor repetiria, no parecer de 1902, ao deslindar minuciosamente algumas expressões, tais como “propositadamente”, “honorabilidade”, “desvirginamento”, “noivo” e “proceder”.

O caderno, acima citado, encontra-se nos *Anexos à Réplica*. Trata-se de um extenso apanhado, com mais de 500 apontamentos de leitura, onde sobejam as referências às suas bases clássicas portuguesas, a saber: António Feliciano de Castilhos, Frei Luís de Souza, Alexandre Herculano e Pe. Antonio Vieira, apenas para citar os mais referenciados pelo seu autor.

Tais escritores, lidos com um rigor minucioso³, atestam uma marca inconfundível do estilo de Ruy Barbosa: a preocupação com a clareza, a transparência, o apuro e o cuidado na redação. O fato de escrever um *Código Civil* ou redigir leis não significa necessariamente perder-se nos labirintos de termos jurídicos ou montar puzzles gramaticais. Como bem alerta o seu autor,

(...) para bem redigir as leis, de mais a mais, não basta gramaticar proficientemente. A gramática não é a língua. O alinhamento gramatical não passa de condição elementar nos exames de primeiras letras. Mas o escrever requer ainda outras qualidades; e, se se trata de leis, naquele que lhes der forma se hão de juntar aos dotes do escritor os do jurista, rara vez aliados na mesma pessoa. São as codificações monumentos destinados à longevidade secular; e só o influxo da arte comunica durabilidade à escrita humana, só ele marmoriza o papel, e transforma a pena em escopro. Necessário é, portanto, que, nessas grandes formações jurídicas, a cristalização legislativa apresente a simplicidade, a limpidez e a transparência das mais puras formas da linguagem, das expressões mais clássicas do pensamento. (BARBOSA, 1966, p. 905)

3 Sobre este procedimento ruiano, Américo J. Lacombe (1978, p. 127) referiu-se, muito apropriadamente, da seguinte forma: “Não basta ler, é preciso ler atentamente, estudar autor por autor”.

Parece-nos que, com tal declaração, o autor do *Parecer* não só não esqueceu os versos da “Profissão de fé”, de Olavo Bilac, “Porque o escrever – tanta perícia, / Tanta requer, / Que ofício tal... nem há notícia / De outro qualquer” (BANDEIRA, 1996, p. 197), como também os levou ao máximo do requinte e da intensidade crítica na sua *Réplica* à crítica do Professor Carneiro Ribeiro, conceituado filólogo baiano, ao *Parecer*.

Constituindo, talvez, uma das obras de maior fôlego da pena ruiana, a *Réplica* é uma demonstração vivaz da vasta cultura do nobre jurista. Leitor incontestado dos *Sermões* do Pe. Antonio Vieira, Ruy Barbosa chega a corrigir o filólogo e velho mestre, quando esse cita equivocadamente um trecho do pregador português. No lugar de “O que dirão a isso os todo-poderosos do mundo?”, Ruy Barbosa repreende Carneiro Ribeiro pela citação errada e relembra a expressão correta: “Que dirão agora a isto os todo-poderosos do mundo?” (BARBOSA, 1953, vol. I, p. 277).

Sem entrar no mérito da polêmica gerada pelo debate entre Ruy Barbosa e Carneiro Ribeiro, o fato é que a resposta daquele denunciava um erro nítido nas reprimendas do filólogo baiano: a referência a nomes de autores clássicos sem a citação de suas fontes. E, quanto a isto, Ruy Barbosa era por demais criterioso. Para ele, não só a redação dos códigos exigia um cuidado com a vernaculidade, mas também um cuidado com as fontes utilizadas para a elaboração da linguagem. Lembra-nos ele que “nas questões de linguagem tudo é o uso, e o uso se documenta com a escrita dos autores, que o estabeleceram ou o registaram. Ora a credibilidade, para os documentos, não se pode obter, senão mediante os caracteres externos de autenticidade que apresentaram” (Ibidem).

Por isso, numa das passagens mais interessantes da *Réplica*, sobre o estudo dos cacófatos, Ruy Barbosa aponta exemplos tutelares dos brasileiros Gonçalves Dias e Machado de Assis “verdadeiro modelo de boa linguagem, assim na correção, como no gosto” (BARBOSA, 1953, p. 165), e dos portugueses Camões, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Sobre este último, Ruy Barbosa chega a sublinhar o vocabulário de “opulência às vezes deslumbrante, de um colorido raro, de uma plasticidade maravilhosa” (Ibidem, p. 274), porém, não o considera um exemplo seguro de vernaculidade. Os barbarismos, os galicismos e os termos correlatos, traduzidos do francês⁴, fazem com que Ruy Barbosa chegue a uma verdade “universal e de universal consenso: não há escritor sem erros. Dos clássicos mais antigos aos mais modernos, todos os perpetraram” (Ibidem, p. 49). Contudo, não queria ele recair numa condição viciosa, posto que, se outros erraram, ele também até poderia fazer despreocupada e inconscientemente.

Ao contrário, tanto que, aos que o acusavam de um purismo irredutível, de um

4 Dentre os muitos exemplos elencados por Ruy Barbosa, destacamos um: os termos “tourbe” e “tourbière” são traduzidos por Ramalho Ortigão como “turba” e “turbeira”, no lugar dos comuns “turfã” e “turfeira” (BARBOSA, 1953, vol. I, p. 275).

“gosto da antigüidade levado ao arcaísmo” (BARBOSA, 1953, vol. II, p. 397), ele sublinha o fato de que “Não há língua definitiva e inalteravelmente formada. Todas se formam, reformam, e transformam continuamente” (Ibidem, p. 392). Daí Ruy Barbosa, sobre a questão levantada dos neologismos de origem literária, ter recorrido à *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Ribeiro de Vasconcelos, para justificar a sua aceitação, mediante “a uma necessidade da língua” (VASCONCELOS, 1900, p. 94), percebida pela sensibilidade do escritor, e não como um uso injustificado, feito à revelia. Por fim, declara:

Em relação a mim, porém, a nota de purismo, isto é, de oposição desenganada e sistemática às neologias, encontra no próprio substitutivo e suas notas a prova do falso testemunho, que me levanta. Ali, como em todos os meus escritos, não faltam palavras de toque moderno, verdadeiros neologismos, alguns de minha própria lavra, justificados pela sua utilidade e boa adaptação às formas portuguesas. (BARBOSA, 1953, vol. II, p. 394).

Ora, se realmente “não há escritor sem erros”, o próprio Ruy Barbosa também estaria sujeito a tais deslizos, aliás, jamais se intitulou dono de uma verdade lingüística absoluta. Neste sentido, é bom lembrar que os grandes momentos de contestação levantados na *Réplica* também serviram para afirmar o conhecimento retórico de Ruy Barbosa no uso da língua portuguesa, bem como a sua posição de primoroso leitor do Pe. Antonio Vieira. Basta lembrar a sua capacidade de percepção de erros de outros autores, e a ocorrência dos seus próprios. Sobre isto, Homero Pires dá-nos um interessante testemunho:

Amostra igualmente da atenção com que Rui Barbosa lia, é a sua nota a uma das páginas da *História do Futuro*, de Antônio Vieira, na qual o escritor português, referindo-se a S. Pedro como ‘o último dos apóstolos’, cita descuidadamente como dele um passo da carta *Ad Ephesios*, o que teve de Rui este reparo: ‘Aqui há inadvertência grande. Não é de S. Pedro, mas de S. Paulo, que são as epístolas *Ad Ephesios* e, portanto, o lanço delas aqui citado e transcrito’. Dessas faltas, porém, ninguém está isento. Igual cometeu o próprio Rui na *Réplica*, quando escreveu: ‘Minha divisa na vida pública tem sido aquilo do evangelista: *Per infamiam et bonam famam*’ E manda ver S. Paulo *Aos Corintios*, numa indicação infiel do texto. Demais, S. Paulo não é evangelista.” (PIRES, 1949, p. 40-41).

Mas, se os grandes mestres da língua “foram antes renovadores benfazejos do idioma pátrio, que não rejuvenesce unicamente com as locuções criadas agora de novo pela inventiva dos modernos, senão também com o revivescer das antigas” (Ibidem, p. 420), ele também poderia estar entre aqueles, rejuvenescendo inventivamente o idioma pátrio e, ao mesmo tempo, revivescendo a tradição legada pelos antigos mestres.

Não seria de todo precipitado afirmar que as conhecidas marcas de leitura de Ruy Barbosa demonstram a preocupação do jurista no conhecimento da língua e daqueles que a utilizaram nos seus mais diferentes gêneros. Assim sendo, as fontes literárias portuguesas constituem realmente a “seção em que a livraria de Ruy Barbosa é incomparavelmente mais rica” (PIRES, 1949, p.16). É bom lembrar que,

dentre os muitos títulos presentes na sua Biblioteca, os de autores portugueses tomam uma proporção considerável de destaque. O próprio Homero Pires (1949), num detalhado estudo sobre o acervo do orador, esclarece que “muitas literaturas aparecem com as suas histórias, escritas pelos mais acreditados especialistas” (1949, p. 16). Dentre as literaturas grega, latina, inglesa, francesa, italiana e alemã, o crítico ruiano põe “em *relevo a portuguesa, com a multidão imensa dos seus clássicos, em raras e acreditadas edições, e a castelhana*” (Ibidem, p. 17; grifo nosso).

Leitor do seu tempo, da sua língua e dos escritores portugueses, Ruy Barbosa traça um exercício ensaístico, estabelecendo um diálogo direto com aquele que seria a grande referência do seu ofício de jurista, orador e escritor de língua portuguesa: o Pe. Antonio Vieira.

3. Pe. Antonio Vieira e Ruy Barbosa: leituras e discursos em diálogo

Todos os donaires, porém, da verdadeira, da lídima linguagem portuguesa, Rui Barbosa os possui, e os exercita com soberana habilidade. Ele recebeu de António Vieira as chaves do mestrado do escultural idioma em que se exprime.

HOMERO PIRES. *Rui Barbosa, escritor e orador.*

Dentro dos dois volumes que compõem a *Réplica*, entre as quase duas mil referências e citações, o Pe. Antonio Vieira ocupa uma posição quantitativa expressiva. São ao todo 421 trechos recuperados por Ruy Barbosa, sendo 232 no primeiro volume e 189 no segundo. Ao lado de outros mestres da tradição literária portuguesa – como Pe. Manuel Bernardes, Frei Luis de Souza, D. Francisco Manuel de Melo, Gil Vicente, António Ferreira e Camões –, aparecem também os seus contemporâneos, tais como António Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão.

A presença maciça das referências aos escritores portugueses e, sobretudo, às *Cartas*, aos *Sermões* e às *Obras Inéditas* de Antonio Vieira, atesta a importância estilística e as ressonâncias dos autores coletados, presentes não só n’ *A Réplica* mas também no seu acervo. As conhecidas anotações e marcas de leituras de Ruy Barbosa, com seu lápis azul (ou vermelho, por vezes), confirmam a preocupação do jurista no observar e reverenciar as construções discursivas da língua, não apenas na escrita ensaística, mas também no exercício da oratória, gênero a que se dedicou e dominou de forma praticamente absoluta.

Neste sentido, justifica-se a presença freqüente do Pe. Antonio Vieira, se lembrarmos de que foi exatamente na oratória sacra, na arte parenética, que o escritor português marcou definitivamente o seu nome na literatura de língua portuguesa. Assim sendo, os pontos de contato entre o orador português e o brasileiro se estabelecem a partir de um pacto de singularidade na construção discursiva.

Longe daquela “prosa descontraída de disciplina rítmica e semântica de ou-

tros pregadores” e do “jogo aleatório de palavras dos sermonistas menores” (ÁVILA, 1971, p. 6), a oratória vieiriana preza pela elaboração criativa, “poliedricamente articulada” como num “mural em azulejo”, conforme a feliz afirmação de Afonso Ávila (Ibidem). Basta lembrar o início da segunda parte do *Sermão da Sexagésima* para visualizarmos a “precisão semântica e o rigor do amarramento sintático, além de mais eficaz como processo persuasório pela técnica da recorrência lingüística” (Ibidem), de que nos fala o crítico brasileiro;

O trigo que semeou o pregador evangélico, diz Cristo, que é a palavra de Deus. Os espinhos, as pedras, o caminho e a terra boa em que o trigo caiu, são os diversos corações dos homens. Os espinhos são os corações embaraçados com cuidados, com riquezas, com delícias, e nestes afoga-se a palavra de Deus. As pedras são os corações duros e obstinados, e nestes seca-se a palavra de Deus, e se nasce, não cria raízes. Os caminhos são os corações inquietos e perturbados com a passagem e tropel das coisas do mundo, umas que vão, outras que vêm, outras que atravessam, e todas passam, e nestes é pisada a palavra de Deus, porque ou a desatendem, ou a desprezam. Finalmente a terra boa são os corações bons, ou os homens de bom coração, e nestes prende e frutifica a palavra divina com tanta fecundidade e abundância, que se colhe cento por um: *Et fructum fecit centuplum*. (VIEIRA, 1957, p. 43).

Aproveitando a imagem apresentada acima, podemos afirmar que a escrita de Ruy Barbosa parece bem representar a terra boa, onde a semente da oratória vieiriana frutifica e deixa uma herança inquestionável, colocando o jurista brasileiro na mesma rota do padre português. O rigor, o cuidado e a elegância da escrita ruiana retiraram-no assim dos lugares comuns dos discursos de seu tempo.

Se, como bem sublinhou Américo J. Lacombe (1966, p. 17), é praticamente impossível, ao tratar-se da obra de Ruy Barbosa, deixar de mencionar aquele gênero, a que se dedicou, que “raramente atinge o campo da literatura: o dos memoriais forenses”, entramos, então, em consonância com o pensamento do pesquisador ruiano de que, sobre tal categoria, Ruy Barbosa conseguiu desenvolver um ensaísmo político com um *still nuovo*, completamente diferente da maciça carga de jargões jurídicos, da prosa seca e estéril e da linguagem desprovida de qualquer embasamento crítico-filosófico, tão comum em sua época. Não que, com isto, intentasse descaracterizar ou ficcionalizar o discurso jurídico, antes, procurava demonstrar que o tratamento na escrita de leis e processos não significava necessariamente que o seu autor não deveria e poderia lançar mão de recursos estilísticos da língua que dessem o seu efeito desejado. Afinal, no diálogo de instâncias discursivas e nas trocas intertextuais estaria o dinamismo da língua portuguesa.

Este mesmo dinamismo seria uma marca patente da obra ruiana, não só pelas trocas intertextuais com o Pe. Antonio Vieira, por exemplo, mas também pelo domínio da vernaculidade na construção da frase, bem como na elaboração de determinadas imagens e conceitos, como acontece na sua muito conhecida *Oração aos moços*:

A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras. Mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as

folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo humano, as gotas do mesmo fluido, os argueiros do mesmo pó, as raias do espectro de um só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu, até os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço, até aos aljôfares do rocio na relva dos prados. (BARBOSA, 1966, p. 666).

É interessante sublinhar que a dinâmica intertextual também está presente nos *Sermões* de Vieira. As citações iniciais dos versos bíblicos em latim, a princípio, poderiam dar a entender que se constituem puramente de matéria utilizada para o discurso parenético. No entanto, para além disto, elas confirmam não só o compromisso do autor com a veracidade das fontes citadas, mas também o aparato intertextual de Vieira, com um elenco envolvendo nomes, imagens e narrativas desde o Antigo ao Novo Testamentos. Margarida Vieira Mendes (2003, p. 103-104) chama-nos a atenção para o fato de Vieira utilizar intencionalmente tais citações em proveito da matéria tratada nos sermões, quando, muitas vezes, tematizava

(...) o empenho e a intromissão nas discussões públicas sobre a lei natural e as leis humanas, o contrato social, a justiça e a tirania, a escravatura e a igualdade dos homens, a desqualificação da nobreza de sangue e da aristocracia, a teoria antropológica do progresso da humanidade, as complexas relações entre a língua e o real, o cuidado com a beleza sedutora do discurso e a clara noção do seu estatuto estético, e, finalmente, a apreensão do discurso como acção, como actividade performativa e até demiúrgica, assente em “modos” elocutórios. (Ibidem, p. 58).

A retomada de trechos bíblicos, de conceitos teóricos, como os de Aristóteles, Túlio e Quintiliano – por sinal, grandes teorizadores da arte retórica –, de oradores evangélicos, como S. Basílio Magno, S. Cipriano e S. Gregório Nazianzeno, redimensionam o exercício intertextual de Vieira para longe de um exibicionismo vazio de intelectualidade. Como ele próprio exortara, “O pregar, não é recitar” (VIEIRA, 1957, p. 70), ou seja, a pregação, enquanto atividade textual e de linguagem não pode e não deve cair no erro da enumeração, da cópia, do plágio ou da exibição vazia e incoerente. As suas citações, a exemplo das “razões próprias” (Ibidem), nascem também do entendimento que possui dos autores citados e, através dele, consegue desenvolver uma linha de raciocínio argumentativo que costura, contrapõe e seduz pela palavra textual (sua) e intertextual (sua em diálogo com a de outros).

O próprio Vieira, no *Sermão do Bom Ladrão*, chega mesmo a declarar explicitamente a sua intencionalidade intertextual: “Declarado assim por palavras não minhas, senão de muito bons autores [S. Basílio Magno e Sidônio Apolinar]” (VIEIRA, 1958, p. 116). Mas, em se tratando das Sagradas Escrituras, tal efeito intertextual ganha uma dimensão, a partir do momento em que “há citação do texto, há tradução do mesmo e há *expansão*” (2003, p. 258), reiterando, portanto, um fenómeno muito caro à retórica barroca portuguesa que é a do “conceito predicável”, ou seja, um elemento argumentativo proposto em forma de “uma sentença engenhosa tirada da Sagrada Escritura, ou dos textos da Patrística artificialmente adaptada, para servir

de prova a determinada afirmação” (CASTRO, 1973, p. 132)⁵.

Se Vieira lança mão de tal recurso por diversas vezes, principalmente nos seus *Sermões*, concordamos com Margarida Vieira Mendes (2003, p. 125) no sentido de que o padre-autor, em obras como o *Sermão da Sexagésima*, “ficcionaliza, cria e recria” com tais situações “o perfil prototípico do pregador profeta”. Neste sentido, o já citado sermão pode ser lido como um autêntico exercício da intertextualidade, do conceito predicável e da meta-retórica, já que, nele, o Pe. Antonio Vieira expôs (não menos metafórica e intertextualmente) a sua concepção não só da arte de pregar, mas também da arte de evangelizar através da sementeira do evangelho:

Ecce exiit qui seminatur, seminare: Diz Cristo que saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas faz também caso de sair: *Exiit*, porque no dia da messe, hão-nos de medir a sementeira e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dependeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus, até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho, há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear, são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair são os que se contentam com pregar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. (VIEIRA, 1957, p. 37-38)

Dentro de uma concepção barroca mais ampla, podemos vislumbrar na arte do Pe. Antonio Vieira uma consonância plena com a estética dos séculos XVII e XVIII, se lembrarmos de que, na música, tal efeito de desenvolvimento variado a partir de um tema dado atingiu nas mãos de Johann Sebastian Bach o seu apogeu estético máximo. O contraponto (*punctus contra punctus*) enquanto técnica de composição musical, ou seja, o efeito de tecer um motivo melódico independente em superposição com outros elementos dele variantes de maneira perfeitamente unida (BRENET, 1976, p. 134), remonta desde os séculos XII e XIII e aporta quatro séculos depois no cenário musical europeu como, talvez, o grande recurso reiterador da estética barroca. A *Cantata BWV 4 (Christ lag in Todesbanden)* bem pode exemplificar o poder de criação contrapontística de Bach. Composta por uma pequena abertura (chamada de *Sinfonia* e escrita no estilo de outro compositor barroco, Buxtehude) e sete movimentos vocais, a *Cantata* é baseada no texto de um hino de Lutero e numa melodia do século XII. Para cada um dos movimentos vocais, utilizou-se Bach de estrofes do hino luterano, apresentando neles distintas e ricas variações melódicas.⁶

Ora, tal técnica de apresentar, desenvolver melódica e harmonicamente um determinado tema, explorando ao máximo as suas possibilidades dentro do tecido

5 Apesar de constar na obra de Anibal Pinto Castro, a definição de “conceito predicável” aqui apresentada é do Frei Caetano Barbosa, que em 1660 deixou um manuscrito de retórica religiosa em Portugal, *Rhetorica Ecclesiastica*, sistematizando elementos constitutivos da arte de pregar.

6 Sobre esta importante obra de Bach, consulte-se o clássico estudo de Karl Geiringer *Johann Sebastian Bach: o apogeu de uma era*.

contrapontístico, parece ganhar ressonâncias no discurso vieiriano no *Sermão da Sexagésima*⁷:

Hã de tomar o pregador uma só matéria: hã de defini-la, para que se conheça; hã de dividi-la, para que se distinga; hã de prová-la com a Escritura, hã de declará-la com razão, hã de confirmá-la com o exemplo, hã de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências, que se hão de seguir, com os inconvenientes, que se devem evitar; hão de responder às dúvidas, hã de satisfazer às dificuldades, hã de impugnar e refutar com toda a força de eloquência os argumentos contrários, e depois disto hã de colher, hã de apertar, hã de concluir, hã de persuadir, hã de acabar. Isto é sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar demais alto. (VIEIRA, 1957, p. 66)

Como, então, diante de tal formulação do pensamento meta-retórico e meta-parenético de Vieira não encontrar consonâncias com a elaboração da *elocutio*, da *narratio*, da *propositio*, da *confirmatio* e da *peroratio*, partes constituintes da composição dos sermões? Como não perceber o domínio retórico vieiriano de uma técnica de escrita triádica, fundamentada nos conceitos básicos de início, meio e fim (*exordium*, *corpus* e *finis*)? Como não encontrar laços de diálogos estéticos, intertextuais e (por que não dizer?) interdisciplinares com certas formas de composição musical, como a *Ária da Cappel*⁸, por exemplo, que reincidia sobre uma estrutura também triade (exposição, desenvolvimento temático e reexposição)?

Assim sendo, confirma-se o domínio de construção retórica de Vieira, que não só compreendia as formulações exigidas pela arte a que se dedicou, bem como conseguia vislumbrá-la dentro de um universo maior, o contexto seiscentista europeu e português, a ponto de tirar o gênero sermonístico de um lugar-comum, produto de "uma maquinaria falante, de uma série de técnicas, de automatismos e de *clichês*" (MENDES, 2003, p. 245), e projetá-lo numa dimensão artística, onde a frase-paradigma se multiplica

em outras tantas, isto é, em novos paradigmas, em torno dos quais o pensamento do escritor-orador irá articular-se com os elos de uma corrente, em círculos que se abrem, se fecham e se interligam, numa grande cadeia de giros frásicos. (ÁVILA, 1971, p. 7)

É esta a dinâmica composicional de Vieira. É esta a dimensão de sua arte que,

7 Quero destacar aqui que o mérito do estudo das aproximações retóricas entre a parenética de Vieira e a música de Bach pertence a Caio Benévolo Sierra Nogueira, autor de uma primorosa dissertação de mestrado sobre o escritor português e o compositor alemão (Vieira e Bach: a ubiqüidade do púlpito), defendida em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profª. Dra. Maria Thereza Abelha e com co-orientação musical da Profª. Dra. Gertrud Mersiovsky, duas das mais conceituadas pesquisadoras do barroco literário e da música barroca alemã.

8 *Ária da Cappel*. El plan esquematizado de estas árias con da capo bajo la fórmula A-B-A, estaba constituido por um tema principal expuesto y adornado en una primeira parte cuya repetición estricta servia de conclusión, después de que una parte central, construida sobre un tema secundario y en un tono relativo, habia sido opuesta a la primeira, de una manera más o menos contrastada. (BRENET, 1976, p. 40).

enquanto tema, não pode e não deve estar "fora da própria prática" (PÉCORA, 2001, p. 135).

Dialogando com a arte do padre-mestre, Ruy Barbosa resgata tão somente a consciência do domínio retórico e a sua vinculação à própria prática oratória, a que se dedicou e da qual se tornou um dos ícones representativos. É claro que a releitura do jurista brasileiro não passa necessariamente por uma retomada literal dos recursos labirínticos e contrapontísticos tão caros à estética barroca. Se assim o fizesse estaria ele recaindo num arcaísmo purista e extemporâneo, dando, aí sim, merecidamente aquilo que muitos de seus detratores o acusaram.

Ora, o exercício intertextual de Ruy Barbosa passa primeiramente por uma "fidelidade ao estudo dos clássicos" (LACOMBE, 1978, p. 137), que lhe serviram de fonte inesgotável para a composição de inúmeras obras jurídicas e acadêmicas. Rubem Nogueira chama-nos a atenção para o fato de que o orador-escritor valeu-se de tantas obras de autores clássicos e contemporâneos, a ponto de ser raríssimo encontrar um texto seu sem citações e referências de leituras. Com tal elenco que pudesse confirmar as suas argumentações, transformando-as quase que irrefutáveis. Ruy Barbosa criou o seu "argumento de autoridade" próprio (NOGUEIRA, 1966, p. 485). Nele, a presença do padre português torna-se eficaz e constante, se lembrarmos de sua "fidelidade à leitura de Vieira, que ele tinha realmente à cabeceira, e que conhecia como ninguém no Brasil, lendo a sua obra contínua, incessantemente" (LACOMBE, 1978, p. 137).

E não podemos nos esquecer de que o método de estudo de Ruy Barbosa fundamentava-se exatamente numa criteriosa e cuidadosa leitura, seguida de marcas e anotações. Era a forma do jurista sublinhar a importância de determinados autores dentro do universo da língua portuguesa. Se, realmente, "não basta ler, é preciso ler atentamente, estudar autor por autor", conforme nos elucidava Américo J. Lacombe (1978, p. 127), então, aplicando a forma ruiana de ler o texto vieiriano, ousamos afirmar que para o escritor brasileiro não bastava ler os *Sermões*, antes era preciso lê-los atentamente, sermão por sermão, anotando, observando e aproveitando alguns elementos de construção e recursos retóricos para o seu exercício de escrita.

Neste sentido, destacamos, por exemplo, o texto da *Campanha Presidencial de 1919, Às Classes Conservadoras*, onde seu autor, ao abordar "O mentiroso e o ladrão", evoca nitidamente a técnica argumentativa da parenética do Pe. Antonio Vieira:

Entre dois ladrões crucificaram os judeus a Jesus; porque não ousaram exercê-lo entre dois burlões. O ladrão prostitui, com o roubo, as suas mãos. O mentiroso, com a mentira, a própria boca, a palavra e a consciência. O ladrão ofende o próximo nos bens da fortuna. O mentiroso, não é no patrimônio, é na honra, na liberdade, na própria vida. Tanto vai do latrocínio à calúnia. Do ladrão nos livra a tranca, o apito, a guarda. Do mentiroso nada nos livra; porque o enredo, a invencionice, a detração, volatilizados no ar, depois de tramados, sussurrados, cochichados ou temperados com os condimentos do jornalismo, são impalpáveis como os germens das grandes epidemias. (BARBOSA, 1966, p. 404)

Ao abordar dialeticamente duas categorias – a do mentiroso e a do ladrão –, parece-nos que o orador não só lança mão do mesmo recurso vieiriano de associação de passagens bíblicas e/ou históricas com situações políticas vivenciadas para as construções argumentativas, mas traz à tona uma conhecida passagem do *Sermão do Bom Ladrão*, onde Vieira utiliza exemplarmente a figura de Alexandre, para expor, definir e diferenciar os grandes e os pequenos ladrões:

Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício: porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim. – Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? – Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza: o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar muito, os Alexandres. (...) O ladrão que furta para comer, não vai, nem leva ao inferno: os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera (...). (VIEIRA, 1958, p. 113-114).

Interessante observar que, nos seus diferentes desenvolvimentos oratórios, tanto Ruy Barbosa como o Pe. Antonio Vieira partem da mesma passagem do Evangelho: a crucificação de Jesus entre dois ladrões. Enquanto Vieira articula as suas argumentações, partindo do versículo bíblico *Domine, memento mei, cum veneris in regnum tuum: Hodie mecum eris in Paradiso*; (Ibidem, p. 99), para dialeticamente contrapor e compor visualmente os dois tipos de ladrões – o que rouba pouco e o que rouba muito – e o destino de cada um deles, Ruy Barbosa utiliza a lição do padre-mestre e articula sua linha de raciocínio entre duas categorias perigosas e, provavelmente, existentes no meio político de sua época, mostrando que, ao contrário do ladrão arrependido e perdoado por Cristo, recebendo dele a promessa do paraíso, o ladrão e o mentiroso deixam um rastro igualmente destruidor com conseqüências maléficas. Nada mais contemporâneo e atual que as duas abordagens do latrocínio e da calúnia.

Desta forma, o estilo⁹ de Ruy Barbosa distancia-se dos lugares-comuns da prática forense de seu tempo, porquanto nutre e pratica a consciência de que “a tribuna e a política eram mais poderosas se munidas das belas-letas, do arsenal da palavra trabalhada” (GONÇALVES, 2000, p 23). O lugar do seu discurso, portanto, é sim um lugar privilegiado da diferença que o coloca como um dos intelectuais mais produtivos de sua época, da mesma forma como o Pe. Antonio Vieira logrou o seu espaço enquanto orador e artista da língua portuguesa em sua época.

Ora, não estamos, então, em plena sintonia com o próprio conceito de atuação da intelectualidade? Não é a “capacidade de negar o existente” (COELHO, 2004, p. 16), de se inscrever no “processo da história que tem a ver com a capacidade da

9 E entendemos, aqui, por estilo, exatamente como o pensou o Pe. Antonio Vieira, no seu *Sermão da Sexagésima*: “O estilo pode ser muito claro e muito alto: tão claro que o entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem.” (VIEIRA, 1957, p. 62).

negação” (Ibidem, p. 17), que define desde o princípio o papel do intelectual? Negar o lugar-comum e inscrever / escrever o novo, a diferença, tornam-se verbos conjugados na escrita ruiana (e também, ousamos afirmar, na vieiriana), seja nos escritos filológicos, seja nos jurídicos, políticos ou jornalísticos, que o colocam na posição inquestionável de intelectual, e no seu caso específico, talvez, o grande intelectual do período do entre-séculos XIX-XX.

Leitor atento do Pe. Antonio Vieira, Ruy Barbosa também toma do mestre as lições do jogo retórico da dialética. Se, no escritor português, “o procedimento discursivo está sempre exemplarmente ajustado à proposição dialéctica” (ÁVILA, 1971, p. 6), seja pela dualidade antitética, seja pela disposição visual entre duas forças ou dois conceitos¹⁰ – aliás, como também ocorre no jogo dialético das tonalidades maiores e menores no tecido musical barroco – no escritor brasileiro, “incorrigível aproximador de contrastes”, a construção discursiva baseia-se “na escrita antitética”, onde “discute, argumenta, compara, cria imagens através das antíteses, que se lhe multiplicam nas páginas dos livros” (PIRES, 1966, p. 594). Ao abordar a temática da alma humana, por exemplo, Ruy Barbosa deixa registrada a lição do jogo dialético antitético, tomada pelos discursos do padre português:

Todas as influências que compõem a alma contraditória do homem, que o obscurecem, ou explicam, que o regeneram, ou degradam, os sentimentos que fortalecem, ou deprimem, os que criam, ou destroem, os que repelem, ou encantam, vão passando sucessivamente pelo fundo misterioso do vaso, onde a humanidade bebe, desde o princípio de sua criação, a ambrosia e o fel. E a eterna interrogação continua a preocupar eternamente as cabeças, que meditam, as imaginações, que cismam: onde está a felicidade? No amor, ou na indiferença? Na obediência, ou no poder? No orgulho, ou na humildade? Na investigação, ou na fé? Na celebridade, ou no esquecimento? Na nudez, ou na prosperidade? Na ambição, ou no sacrifício? (VIEIRA, 1966, p. 595).

Ora, como não entender a construção antitética de Ruy Barbosa como uma ressonância e uma leitura dos mesmos preceitos deixados por Antonio Vieira? Como não perceber no próprio jogo dialético de perguntas retóricas do jurista brasileiro, aquele mesmo gosto interrogador e interrogativo dos *Sermões* vieirianos? Basta lembrarmos, por exemplo, a parte I do *Sermão da Sexagésima*, onde Vieira finaliza com exclamações, afirmações e interrogações num puro jogo de proposições dialéticas:

Oh! que grandes esperanças me dá esta sementeira! Oh! que grande exemplo me dá este semeador! Dá-me grandes esperanças a sementeira, porque, ainda que se perderam os primeiros trabalhos, lograr-se-ão os últimos: dá-me grande exemplo o semeador, porque de-

¹⁰ Sobre as muitas designações e tratamentos que o termo granjeou, desde a Antigüidade à época de Vieira, consulte-se a já referida dissertação de Caio Benévolo. Nela, seu autor esmiúça em detalhes o tratamento teorizador dado ao termo conceito (*concepto*), concentrando-se sobretudo nas propostas de Baltasar Gracián (cf. p. 46-52).

pois de perder a primeira, a segunda, e a terceira parte do trigo, aproveitou a quarta e a última, e colheu dela muito fruto. (...) Será bem que o mundo morra à fome? Será bem que os últimos dias se passem em flores? Não será bem, nem Deus, quer que seja, nem há de ser. (VIEIRA. *Ibidem*, p. 42).

Um dos momentos ruianos mais elucidativos sobre a sua *práxis* deste jogo dialético pode ser encontrado na *Réplica*, nos capítulos onde aborda, contrapõe, argumenta e justifica as suas posições sobre os “Neologismos” (BARBOSA, 1953, p. 387-396) e os “Arcaísmos” (*Ibidem*, p. 397-435), a partir das críticas efetuadas pelo Prof. Carneiro Ribeiro, quando da escrita do *Parecer sobre a redação do Código Civil Brasileiro*.

É interessante observar o jogo dialético no próprio uso das epígrafes. Nos dois casos, para justificar-se de ambos os usos, Ruy Barbosa muito engenhosamente cita o mesmo poeta no pórtico dos dois capítulos. É de Filinto Elísio, poeta do século XVIII português, as duas citações iniciais, como forma de sustentar e credenciar o pensamento dialético de Ruy Barbosa.

De um lado, há a plena consciência do jurista brasileiro de que “não há língua definitiva e inalteravelmente formada. Todas se formam, reformam e transformam continuamente. Quem o não sabe? Que homem de medianas letras hoje o ignoraria?” (BARBOSA, 1953, p. 392), justificada aliás pela sua própria atitude diante dos usos lingüísticos adotados “Ali, como em todos os meus escritos, não faltam palavras de toque moderno, verdadeiros neologismos, alguns de minha própria lavra, justificados pela sua utilidade e boa adaptação às formas portuguesas” (*Ibidem*, p. 394) e corroborada pelas duas citações epigráficas de Filinto Elísio¹¹. De outro, também há o olhar crítico do autor sobre determinados modismo que categoricamente não aceita, tanto que afirma:

O gosto da antiguidade levado ao arcaísmo, isto é, a mania de rejuvenescer inutilmente formas anacrônicas, inteligíveis ao ouvido comum da época em que se exumam com o vão intuito de as modernizar, avulta entre os mais ridículos e insensatos vícios do estilo, no falar idiomas vivos” (*Ibidem*, p. 397).

Com uma postura incisiva e dura, Ruy Barbosa parece rejeitar um certo estilo pedante que vê nos usos modernos dos neologismos a forma mais dinâmica de se construir textualmente na língua materna. A grande questão levantada é a de que a pressa e a forma desajustada de compor e escrever as leis, que regiam a sociedade civil brasileira, não poderiam se acomodar diante de certos modismos. Pensando assim, o jurista brasileiro dá o seu veredicto não só sobre determinados termos do

¹¹ Abrindo o capítulo com uma epígrafe de Lucrécio (de *De rerum natura*), seguem-se duas de Filinto Elísio: “O modo de aperfeiçoar a língua materna é enxertando nela o precioso das outras” e “Imaginar que a língua portuguesa, ou já a antiga, ou já a moderna, tocou a baliza da perfeição, é imaginar uma quimera. Só quem nunca escreveu, quem não sabe o que é escrever, tal pode imaginar” (BARBOSA, 1953, v. II, p. 387).

projeto do Código Civil, sinalizados por ele em seu *Parecer*, mas também sobre as críticas sobre ele imputadas:

As novidades que refuguei, não passam de meia dúzia, e não as refuguei porque novidades, mas porque desnecessárias e bastardas: propositalmente, honorabilidade, agir, desvirginar, afetar, aural. (...) Viesses as neologias, mas bem reclamadas, bem derivadas e bem moldadas. Com estes requisitos não afinavam aquelas. Por isso as enjeitei. Nenhuma satisfazia à cláusula da necessidade. (...) adotar neologismos, como o afetar, na significação francesa, meramente por imitar o francês, usurpando a outros vocábulos acepções por eles melhor desempenhadas, seria bastardear, chibar e pedantear com ouropéis estrangeiros, unicamente por amor do pedantesco, do novo e do bastardo. (Ibidem, p. 400-401).

Sustentando-se nos exemplos deixados por Herculano, Oliveira Martins, Gonçalves Dias, Júlio Ribeiro e Almeida Garrett “Não tomava Garrett menos liberdades com o desusado e o antigo do que com o novo e o forasteiro” (Ibidem, p. 419), Ruy Barbosa fundamenta a sua argumentação na rejeição de determinados usos “modernos” da língua portuguesa, tendo na sua retaguarda, outra citação do mesmo poeta mencionado no pórtico do capítulo sobre os neologismos: Filinto Elísio¹². Desta forma, procura conjugar o antigo e o arcaico com o novo e o atual, procurando dar-lhes uma consonância no seu tratamento:

Não convertamos, portanto, em espantinho o nome de *arcaísmo*. Todas as gerações assistem ao reabrir de palavras antiquadas, que outra vez, ao influxo de novos tempos, rebentam de seu, espontâneas e belas, sob a pena dos escritores de bom gosto. Com os *arcaísmos* a lei é a mesma que a respeito dos *neologismos*: usarem-se “discretamente, quando necessários, ou úteis”. (Ibidem, p. 427).

Mais uma vez, aqui, parece que os laços retóricos unem os discursos de Ruy Barbosa e Antonio Vieira. O primeiro colocava-se absolutamente reticente em relação aos usos da língua portuguesa nos autos jurídicos e nas redações das leis, bem como às críticas apontadas por ele no seu *Parecer*. Se o estilo moderno invocava certas construções neológicas que feriam a estilística da língua portuguesa, então, Ruy Barbosa levantava a voz contra a maneira aleatória com que tais usanças eram operadas. E o seu rigor não era menor em relação às aplicações de termos arcaicos. Dois pesos, duas medidas, tanto para um, quanto para o outro, a regra era a mesma: o uso não estava proibido, antes procurava-se coerência, coesão, praticidade e ne-

¹² Precedendo duas citações (uma de Marco Girolamo Vida e outra de António de Figueiredo), Ruy Barbosa abre o referido capítulo com outras duas de Filinto Elísio: “É caso mui digno de notar que os meus críticos de água doce não me acusem senão de palavras antigas... Ora esses que me argüem de antigualha, tomem o trabalho... e contem as palavras antigas, e vão ao mesmo tempo fazendo outro rol das modernas, e, feita a soma, verão que por uma antiga, que a necessidade do assunto, ou a redondez da frase me inclinou a usar, encontrarão com vinte modernas, que talvez me granjeariam a acusação de modernista” e “Deixemos essa ridicularia de querer campar por amigo de Azurara e Castanheda. A palavra que mais enérgica me explica o pensamento, é a de que lanço mão, sem lhe perguntar de quantos anos é.” (BARBOSA, 1953, v. II, p. 397).

cessidade. Vale lembrar que o próprio Ruy Barbosa, rigoroso com os outros e, principalmente, consigo próprio, não abriu mão de utilizar certos neologismos e também determinados arcaísmos, da mesma forma como não abria mão de utilizar tanto as fontes literárias contemporâneas suas, quanto as mais antigas, sempre com o intuito e a necessidade de fazer valer o seu argumento de autoridade.

Ora, não seriam essas as mesmas críticas tecidas por Vieira no seu *Sermão da Sexagésima*? Ali também o padre orador não falava “contra os estilos modernos” (VIEIRA, 1957, p. 60) de se pregar? Também ele não se colocava de forma reticente diante daquele “estilo tão empedado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afetado, um estilo tão encontrado a toda a arte a toda a natureza” (Ibidem, p. 59), a ponto mesmo de questionar a sua compreensão por falantes da mesma língua, “É possível que somos portugueses, e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz?” (Ibidem, p. 62)?

Se Vieira serve-se do *Sermão* para, através dele, suscitar dúvidas e questionar a maneira moderna de se pregar, com o estilo culto, não menos a sua proposta se torna moderna e inovadora, posto que também ali, no *Sermão da Sexagésima*, idéias são interligadas, argumentos são tecidos contrapontisticamente e os discursos são “vestidos e ornados de palavras” (Ibidem, p. 68) desdobradas e labirinticamente costuradas. Assim, a lição primeira do domínio do *verbo* criador não é para os ouvintes (ou leitores), mas para ele próprio, pois, aprendendo primeiro, teria como colocar os preceitos em prática: “Quero começar pregando-me a mim. A mim será, e também a vós: a mim, para aprender a pregar; a vós, para que aprendais a ouvir.” (Ibidem, p. 44). Desta forma, dois pesos, duas medidas, afinal “palavras sem obras são tiro sem bala: atroam mas não ferem” (Ibidem, p. 54).

4. Ruy Barbosa e Pe. Antonio Vieira: ícones da oratória em língua portuguesa.

Busquei sempre a expressão, ou a sintaxe, de feitio mais português, em não embaraçando ela a transparência do pensamento legislativo e o seu acesso ao entendimento comum.

RUI BARBOSA. *Réplica*.

Toda a produção de Ruy Barbosa parece estar diretamente ligada a um lugar de destaque e de diferença, seja do ponto de vista retórico-discursivo, seja do ponto de vista argumentativo, ou, ainda, do ponto de vista bibliográfico. Também singular parece ser a sua postura diante das suas fontes de pesquisa, posto que são as provas irrefutáveis de sua mentalidade e de sua cultura multifacetada. Concordamos com Homero Pires, quando afirma que:

A sua formação processou-se sobretudo pelos livros, servindo-lhe estes como de faróis, que lhe descobriam e iluminavam os caminhos que tinha por diante. À proporção das leituras, à

proporção de cada contato com uma revelação bibliográfica notável, iam-lhe ficando no temperamento marcas e sulcos profundos, abriam-se-lhe ao entendimento orientações diversas e novas. (PIRES, 1949, p. 2).

A preocupação de Ruy em fundamentar o seu argumento de autoridade não reside unicamente no alicerce e na sustentação de nomes textuais credenciados e probos. Todos os nomes que compõem o elenco de escritores clássicos e contemporâneos seus são seguidos de detalhadas referências bibliográficas, com indicações editoriais, datas, volumes, páginas e, em determinados casos, estrofes e parágrafos.

Seguindo, portanto, a suma de que “é preciso ler atentamente, estudar autor por autor” (LACOMBE, 1978, p. 127), as informações bibliográficas constantes nos inúmeros exemplos da *Réplica*, por exemplo, atestam a preocupação da fidedignidade de pesquisa, o cuidado com a orientação para o leitor e a incorruptibilidade do trecho citado, servindo como base e fundamento para a argumentação e a sustentação dos temas abordados.

Até nisso, Ruy Barbosa parece ter aprendido com o padre-mestre, se lembrarmos que tal preocupação também existia nos *Sermões* do Pe. Antonio Vieira. É claro que não no mesmo grau de minuciosidade da pena ruiana – e por razões históricas e cronológicas óbvias, em se tratando de um escritor do século XVII, bem anterior à época de Ruy Barbosa – mas, nem por isso, privou-se o orador de deixar registrado de forma detalhada não só a fonte das citações bíblicas, no original em latim, mas também o local e a data onde o sermão foi pregado e/ou publicado, quando existem, e em quais circunstâncias.¹³

Intelectuais, homens das artes oratória e retórica, defensores de uma escrita fundamentada na originalidade e na probidade acadêmica e bibliográfica, Antonio Vieira e Ruy Barbosa podem ser incluídos entre aqueles que defenderam uma utilização consciente e coerente da língua portuguesa, longe de purismos arcaicos ou modismos neológicos. Cada um soube, à sua maneira, articular, manipular e argumentar a língua, sem menosprezar a bagagem de suas heranças clássicas e sem deixar de olhar criticamente para aquilo que se produzia em suas diferentes épocas.

Talvez, por isso, concordamos com Homero Pires (1966, p. 586), quando afirma que Ruy Barbosa foi “um temperamento polimorfo, o mais rico e variadamente dotado dos seus pares” e reafirmamos a criação de sua *Réplica* como um autêntico exercício de ensaísmo literário, para além das configurações filológicas que o seu texto possa abarcar. É no olhar crítico, é no pesquisar o uso e a escrita da língua, é na reflexão cuidadosa, criteriosa e coerente sobre as diversas categorias sintáticas e semânticas, presentes nos mais distintos escritores das literaturas portuguesa e bra-

¹³ Sobre este aspecto, Margarida Vieira Mendes ainda chama a atenção para um dado bibliográfico importante. Em algumas edições aparece inclusive o número do tomo onde o sermão foi publicado, como é o caso do “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda” (2003, p. 23-24).

sileira (e, eventualmente, também nas demais literaturas européias), que o trabalho de escrita de Rui Barbosa encontra bases irrefutáveis.

Ora, mas não é esta também, de certa forma, a dinâmica do exercício de escrita do Pe. Antonio Vieira? Como bem pontuou Caio Benévolo Nogueira (1998, p. 52),

Antônio Vieira é um nome absolutamente singular nas histórias das literaturas portuguesa e brasileira, porquanto é um dos poucos grandes nomes de letras que se dedicam à oratória. Sua obra deste caráter é tão volumosa e manifesta qualidades críticas tão notáveis, que nos habilita plenamente a atribuir a seu autor um lugar de destaque, não só no contexto lusófono, como no de todo o Ocidente.

Dois grandes nomes da oratória, duas grandes produções retóricas e um mesmo domínio discursivo. As literaturas de língua portuguesa ficam eternamente gratas.

Referências:

- ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, vol. III
- ÁVILA, Affonso. "Antônio Vieira e o 'usar bem do jogo'". In: *Colóquio / Letras*, n. 4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 5-17, 1971.
- BANDEIRA, Manuel (org.). *Antologia de Poetas Brasileiros – Fase Parnasiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- BARBOSA, Rui. *Anexos à "Réplica"*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969 (*Obras Completas*. Vol. XXIX:1902, tomo IV).
- BARBOSA, Rui. *Réplica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953, vols I e II (*Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XXIX: 1902, tomos III e IV).
- BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.
- BARBOSA, Rui. *Questão Minas X Werneck*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990 (*Obras Completas*. Vol. XLV:1918, tomo IV).
- BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- BRENET, Michel. *Diccionario de la Música: histórico y técnico*. Barcelona: Editorial Ibérica, 1976.
- CAMÕES, Luís de. *Sonetos de Camões*. Corpus dos Sonetos Camonianos. Ed. e Not. Cleonice Serôa da Motta Berardinelli. Lisbonne, Paris: Centre Culturel Portugais; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- CARA, Saete de Almeida. "Pré-Modernismo: Poesia e Crítica Literária". In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. "Aspectos históricos do Pré-Modernismo Brasileiro". In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Eduardo Prado. "Novas configurações da função intelectual". In: MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro (org). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

COUTINHO, Afrânio. "Realismo. Naturalismo. Parnasianismo." In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A Literatura no Brasil. Era Realista / Era de Transição*. 6ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2002, vol. IV, p. 4-20.

FIGUEIREDO, Fidelino de. "A personalidade literária de Rui Barbosa". In: *Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, 1942, vol. I.

GEIRINGER, Karl. *Johann Sebastian Bach: o apogeu de uma Era*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

LACOMBE, Américo Jacobina. "Rui, escritor". In: BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 13-18.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro & Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MANGABEIRA, João. *Ruy: o estadista da República*. São Paulo: Martins, 1960.

MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro (org). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1978, vol. VI.

MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 2003.

MOURA, Américo de. "Rui e A Réplica". In: BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 879-901.

NOGUEIRA, Caio Benévolo Sierra. *Vieira e Bach: a ubiqüidade do púlpito*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1998 (Dissertação de Mestrado em Ciência da Literatura, Sub-área: Poética. Mimeo).

NOGUEIRA, Rubem. "Rui Barbosa e a técnica da advocacia". In: BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 479-495.

PÉCORÁ, Alcir. "As artes e os feitos". In: *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 135-167.

PIRES, Homero. *Rui Barbosa e os livros*. 5. ed. Casa de Rui Barbosa, 1949. In: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>.

PIRES, Homero. "Rui Barbosa, escritor e orador". In: BARBOSA, Rui. *Escritos e Discursos Seleto*s. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966, p. 583-609.

REALE, Miguel. "Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia". In: BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.

SILVA, Luís Gonzaga do Nascimento e. "Prefácio". In: BARBOSA, Rui. *Questão Minas X Werneck*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990, p. ix-xxxiii (*Obras Completas*. Vol. XLV:1918, tomo IV).

SPINA, Segismundo; CROLL, Morris W. *Introdução ao Maneirismo e à Prosa Barroca*. São Paulo: Ática, 1990.

VASCONCELOS, Ribeiro de. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Paris: Aillaud, 1900.

VIANA FILHO, Luís. "Joaquim Nabuco. Rui Barbosa." In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A Literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2002, p. 183-203.

VIEIRA, Pe. António. "Sermão da Sexagésima". In: *Sermões*. São Paulo: Editora das Américas, 1957, vol. I.

VIEIRA, Pe. António. "Sermão do Bom Ladrão". In: *Sermões*. São Paulo: Editora das Américas, 1958, vol. V.

A *editio princeps* dos Sermões do Padre Vieira

Maria Cândida Ferreira de Almeida

Universidad de los Andes (Colômbia)

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo da *editio princeps* dos Sermões do Padre Antônio Vieira. Meus objetos foram os livros editados no século XVII, pertencentes à Biblioteca do Instituto Santo Inácio (ISI), em Belo Horizonte. O trabalho envolveu não só a descrição formal do objeto livro, mas também, uma reflexão sobre o próprio papel do objeto "livro", a partir do sermão "Nossa Senhora da Penha de França" de Vieira. Baseada nessa reflexão sobre o livro, proponho uma análise dos elementos de controle da leitura. Este trabalho, então, se sustenta sobre dois eixos centrais: uma reflexão sobre os elementos envolvidos na produção material do livro, e os mecanismos de controle da leitura, do qual participam autor, editor, censor e crítico literário. O censor, que tinha papel fundamental na edição de um livro no século XVII, vai ser substituído pelo crítico no século XX; a obra de Vieira publicada nos dois momentos propicia uma visão dessa transformação.

ABSTRACT

This article presents a study of the *editio princeps* of Sermões by the priest Antonio Vieira. It encompasses the books edited in the 17th century, pertaining to the library of Instituto Santo Inácio (ISI), in Belo Horizonte. The project involved not only the formal description of book as an object, but also a reflection on its proper paper in Vieira's sermon "Nossa Senhora da Penha de França." Based on that, an analysis of the elements of reading control is established. This paper investigates the elements involved in the material production of the book and the mechanisms of reading control, in which the author, publisher, censor and literary critic participated. The censor, who had basic paper in the edition of the book in the 16th century, is replaced by the critic in the 20th century; thus, published in two different periods, Vieira's work propitiates a vision of this transformation.

A edição púncaps dos Sermões do Padre Vieira

Maria Cândida Ferreira de Almeida

This article presents a study of the editio púncaps of *Sermões do Padre António Vieira*. It encompasses the books edited in the 17th century, pertaining to the library of Instituto Santo Inácio (ISI), in Belo Horizonte. The project involved not only the formal description of book as an object, but also a reflection on its proper place in Vieira's sermons "Nomes deuses de França de França de França". Based on that, an analysis of the elements of reading control is established. This paper investigates the elements involved in the material production of the book and the mechanisms of reading control, in which the author, publisher, reader and library critic participated. The error, who had basic paper in the edition of the book in the 16th century, is replaced by the critic in the 20th century; thus, published in two different periods, Vieira's work propitiates a vision of the translation.

This article presents a study of the editio púncaps of *Sermões do Padre António Vieira*. It encompasses the books edited in the 17th century, pertaining to the library of Instituto Santo Inácio (ISI), in Belo Horizonte. The project involved not only the formal description of book as an object, but also a reflection on its proper place in Vieira's sermons "Nomes deuses de França de França". Based on that, an analysis of the elements of reading control is established. This paper investigates the elements involved in the material production of the book and the mechanisms of reading control, in which the author, publisher, reader and library critic participated. The error, who had basic paper in the edition of the book in the 16th century, is replaced by the critic in the 20th century; thus, published in two different periods, Vieira's work propitiates a vision of the translation.

RESUMO

RESUMO

LEITOR.

DA folha que fica atraz(se a leste) haerás entendido a primeyra razaõ, ou obrigaçaõ, porque começo a tirar da sepultura estes meos borroës, que sem a voz que os animaua, ainda refuscitados faõ cadaerces.

Padre Antonio Vieira - Prólogo ao leitor publicado no primeiro tomo da *editio princeps*

A história do livro no Brasil é retomada para que possamos compreender seu duplo caráter de objeto desejado e proibido. Lembrando que a maior parte da obra de Vieira foi divulgada em manuscrito na Bahia, enquanto a tipografia ainda era proibida, percebe-se que essa proibição da fabricação do livro não impedia a criação, acentuava ainda mais a dependência em relação a Portugal e o controle da censura sobre as obras editadas.

A reflexão sobre o livro enquanto objeto permitiu-me pensar na própria materialidade do livro, e associar a história material do livro à produção da *editio princeps* dos *Sermões*, pertencente ao Instituto Santo Inácio, uma faculdade de teologia e filosofia situada em Belo Horizonte. Além de poder avaliar seu estado atual, nessa análise, pretendo enfocar o controle sobre a leitura, que envolve o aspecto formal.

Proponho-me também a discutir a questão da autoria, levando em conta três papéis funcionais: o do autor, o do editor e o do censor ou crítico. Roger Chartier, citando Foucault, afirma que a autoria não começa necessariamente, quando o “autor” vive do lucro de sua obra, mas sim, quando as autoridades o punem pelo que escreveu. Seguindo essa linha de pensamento, Vieira torna-se um autor exemplar. Suas palavras, principalmente aquelas que foram escritas, provocaram sua perseguição no período da Santa Inquisição, a entidade responsável em vigiar os “desvios” do mundo cristão, que, na Europa e nas colônias, fez muitas vítimas. Vieira acumulou, durante o período mais intenso de sua vida política, diversas acusações junto aos tribunais da Santa Inquisição. Depois da morte do Rei D. João IV, seu protetor, sua prisão foi finalmente pedida e, por mais de dois anos, Vieira esteve ocupado em defender-se do que escrevera em uma carta de consolo à Rainha D. Luisa de Gusmão, quando da morte do esposo. Com o fim do processo, sua voz continuou vigiada e impedida de se manifestar sobre determinados assuntos, principalmente a defesa de judeus.

As relações da autoria com o mercado é outra questão enfocada nesse traba-

lho. Com o advento da imprensa, no século XV, começa a ser formado um mercado de leitores que, ao adquirirem o livro, participam da formação de uma indústria de livros e da subsistência do autor. Contudo, o mecenato exercido não só pelo rei, mas também por burgueses ou nobres, permaneceu ao lado da relação de mercado. Essa convivência aparece nos frontispícios dos livros, onde a dedicatória ao rei ou a outra autoridade, convive com o nome do mercador que custeou a obra. Nesta primeira edição de Vieira, encontramos, em alguns tomos, a dedicatória a uma autoridade e o nome do mercador de livros, Antônio Leyte Pereira, neste caso, é interessante notar que foi um mercador o patrocinador do livro e não a própria Companhia de Jesus; mais contemporaneamente, as ordens religiosas organizaram suas próprias editoras e são elas que patrocinam os títulos que interessam à religião.

A dependência em relação ao apoio do rei e do mercador demonstra os limites impostos ao autor, que se via obrigado a agradar à autoridade e ao público. Assim, a carreira literária de Antonio Vieira é marcada pela proibição da Santa Inquisição, pela necessidade de agradar ao rei e a outras autoridades, e pelo reconhecimento do público; esses envoltimentos, entretanto, não impediram que tivesse uma intensa produção e que sua obra sempre despertasse interesse, colocando-o ainda hoje entre os maiores escritores da língua portuguesa.

Quanto ao reconhecimento do público, ele se manifestava, não só pela grande audiência que comparecia às Igrejas, mas também, sob a forma de freqüentes publicações de sua obra, como uma edição espanhola em três partes que trazia sermões reconhecidos e outros espúrios. Sobre a existência de tal edição, indicada pelo orador no tomo I da edição portuguesa, podemos concluir que o nome de Vieira estampado num livro corroborava sua venda. Em um texto com o título de *Lista dos Sermoens, que andaõ impressos com nome do author em varias linguas, para que se conheça quaes saõ proprios, & legitimos, & quaes allejos, & supostos*, Vieira trata das edições em línguas estrangeiras e dos problemas decorrentes da tradução. O grande alcance dos *Sermões* pode ser percebido pela relação de publicações autorizadas feitas na França, na Itália e na Espanha.

As edições feitas em Madrid, entre os anos de 1662 e 1678, constam de três partes, dentro das quais aparecem sermões, que Vieira reconhece como seus, e sermões "alheios". A primeira parte foi autorizada pelo sermonista, que se vê obrigado a agradecer a oportunidade e lastimar-lhe o resultado. Vieira apresenta no texto reparos aos sermões da primeira parte, explicando as faltas de cada sermão. Faz também uma crítica ao tipo de tradução, feita "*Verbo ad verbum, isto he, mal, & como não deuéirão, pela distancia das linguas*", apontando para os limites desse tipo de tradução; trata, ainda, de incorreções do texto e mesmo de partes que faltam. Outro problema elencado por Vieira trata de sermões que foram transformados em discursos. Vieira critica a iniciativa dos tradutores; porém, podemos perceber que eles produziram textos políticos a partir de textos religiosos, sob títulos como "*Discurso sobre la buena politica de los tributos*", podemos inferir dessa atitude uma coerência com a expectativa do público espanhol, mais interessado no aspecto filosófico dos ser-

mões, ou ainda, por que os tradutores perceberam a importância do conteúdo político, trazido pelos sermões e preferiram dar-lhe maior destaque.

O surgimento de um público leitor e conseqüentemente de um mercado para os livros foi possibilitado pela reprodução tipográfica, assim, o livro impresso dentro do universo barroco não é um objeto único, ele traz toda concepção formal e filosófica de um tempo em que predomina o fazer artesanal, mas, ele é reproduzido já nos moldes industriais. Talvez por isso, e também devido à colonização tardia da região, em Minas Gerais, encontramos três, e talvez haja mais, coleções da *editio princeps* de Antonio Vieira. O acesso a essa obra propiciava um aparato teológico que deveria suprir a ausência devido a proibição das Ordens Primeiras, assim encontramos os livros de Vieira em escolas teológicas ou seminários de instalação recente no estado, locais onde ela exercia o papel de manuais para reflexão, ou em bibliotecas públicas, indicando o uso em práticas seculares.

O Padre Antonio Vieira (1608-1697) viveu praticamente todo o século XVII e dele participou ativamente. Sua vida construiu-se toda no sentido de participar dos principais acontecimentos políticos de Portugal. Enquanto sua atuação se dava no sentido de engrandecer aquele país, sua obra, formadora do espírito cristão, falava para qualquer ouvido católico. Seu trabalho reflete a idéia barroca de arte, segundo a qual teologia + política + retórica = Arte; Vieira sempre se valeu do púlpito para suas inserções políticas, mas seus dotes de pregador lhe interessavam menos que a causa do Quinto Império.

Seus dotes de escritor manifestaram-se logo e, ainda noviço na Companhia de Jesus, aos 16 anos, foi escolhido para escrever a "Carta Anua", em latim, dirigida ao Geral da Companhia, na qual são relatados os sucessos da comunidade jesuíta. Esse foi o primeiro de muitos momentos em que Vieira se fez notar através das palavras e teve sua palavra escrita transformada em documento da história do Brasil e de Portugal. Aos 30 anos, Vieira voltou a Portugal, onde assumiu um papel político junto à Corte de D. João IV; o casal real se valia de seus conselhos e ele participava ativamente do governo. Vieira não voltaria a ter a mesma influência após a morte do rei, quando seus inimigos chegaram ao poder, levando-o, afinal, às barras da Inquisição. Depois do processo, o orador partiu para Roma, onde pretendia pedir uma revisão de sua pena, e passou a viver uma espécie de exílio.

A história da publicação dos sermões começa, justamente, em Roma. Quando o Geral da Companhia, João Paulo Oliva, que preparava Vieira para sucedê-lo como Pregador do Papa e para ser Assistente de Portugal em Roma, instigou-o a colocar em ordem suas anotações "para se imprimirem em diversas línguas". Segundo João Lúcio Azevedo, biógrafo de Vieira, acrescentando que a ordem foi atendida:

sem gosto, e talvez só por obediência, como diz porque na admiração distante do leitor não se comprazia muito: o que lhe dava contentamento, e ele no púlpito buscava, era a fascinação do orador, o domínio, pela ação imediata do auditório numeroso e presente." (AZEVEDO, 1931, II tomo, p. 118)

Essa contrariedade está expressa na carta ao leitor do primeiro tomo, e, enquanto os sermões eram bem vistos e aclamados, a obra mais cara a Vieira, a *Clavis Prophetarum*, era perseguida e proibida. Essa obra, composta de quatro livros, cujo tema era a interpretação dos profetas, foi seguida por outro trabalho, não menos perseguido a *História do futuro*. Esses escritos, interpretando as profecias do sapaiteiro Bandarra, suscitaram as desconfianças da Santa Inquisição e forneceram motivo para um processo que terminou por levar Vieira ao cárcere.

Os entreveros com a Inquisição atrapalharam seus planos anteriores de publicação de sua *História do futuro*, posto que os anos corriam e, sem o aval material de um livro, sua história seria uma “história do passado” e seu autor “seria meramente o profeta das coisas acontecidas”. Vigiado pelas autoridades eclesiásticas e por D. Pedro, Vieira teve os originais do livro lidos antes de terminados. Contudo, parece que o Regente ficou satisfeito com a obra, pois ordenou, através de um decreto do secretário de Estado, que o Provincial o “assistisse com o necessário para ser terminada em breve a composição”. Porém, essa parte, a única que sobrou da *História*, só foi publicada após a morte de Vieira.

Em sua estadia na corte papal, Vieira aproximou-se muito do Geral da Companhia, João Paulo Oliva, homem de gosto refinado cuja casa era freqüentada pela elite católica, como a rainha Cristina da Suécia e o escultor Bernini. Impressionado pela oratória de Vieira, o Geral resolveu fazê-lo seu sucessor como orador do Papa; para tanto, o jesuíta português teve que aprender uma nova língua. Vieira se dizia velho para tal empreitada, porém, os resultados não podiam ter sido melhores. Em sua estréia como orador em italiano, teve na assistência “pessoas notáveis da nobreza romana, alguns prelados e seis cardeais”. O sucesso foi tão grande, que, de certa feita, seu público chegou a contar com dezenove cardeais. Nos sermões que se seguiram, foi necessário colocar guardas à porta dos templos onde ele ia pregar para impedir que o público menos graduado se apossasse dos melhores lugares antes da chegada das autoridades. Quem não ia ouvi-lo estava fora de moda, naquela Roma contra-reformista.

Nesse período, quando a fé estava sempre no centro da vida das pessoas, lazer e rituais católicos se misturavam. Assistir aos sermões de Vieira era um acontecimento; porém, a sociedade não se limitava às comemorações convencionais; e, como consequência da proibição de encenações teatrais na Quaresma, foram criados os oratórios. O público ia aos templos para ouvir uma “ópera sacra” que era acompanhada de uma prédica no púlpito, o que minimizava o caráter profano do evento. Durante a quaresma, os espetáculos teatrais eram proibidos, e os oratórios os substituíam, contando com as mais belas vozes e os melhores oradores para abrihantá-los. Foi justamente nos oratórios da Rainha Cristina da Suécia, que Vieira pregou o “Sermão das Cinco Pedras de David”, colaborando com sua fulgurante retórica para o sucesso da rainha convertida.

O êxito diante da rainha não interessava a Vieira, pois ele temia despertar os ciúmes do Regente D. Pedro, de quem esperava um chamado para voltar a Portugal

e ocupar o antigo lugar de prestígio junto à Corte. Como o chamado não vinha, Vieira, com todo seu talento de orador, foi alcançando posições importantes em Roma, o que fez com que a pena que o levava a corte papal fora totalmente extinta e o orador não poderia mais sofrer qualquer admoestação pelo Santo Ofício português. De fato, mais tarde, o sucesso fez com que, D. Pedro o chamasse de volta, mais para afastá-lo de Roma do que para dar-lhe o antigo lugar de prestígio junto à Corte. Aproveitando-se da antiga promessa de D. Pedro de apressar a publicação do primeiro tomo dos sermões, Vieira usa-a como pretexto diante do Geral Oliva, para voltar. Regressando a Lisboa, contudo, o sermonista não regressa ao poder, e esperou inutilmente que o Regente necessitasse de seus conselhos.

O primeiro tomo dos sermões, já estava pronto, mas foi grande a demora dos censores do Santo Ofício para fornecer as licenças, e por isso, ele recebe mais uma mostra de que a sua situação em Portugal continuava a mesma. Vieira já pensava em novo exílio quando, após mais de seis semanas, recebeu das mãos do Regente os manuscritos sem nenhum reparo. O sucesso em Roma fez com que a censura se acautelasse e o Regente prometeu que não haveria demora na autorização dos tomos seguintes. Em dezembro de 1678, o livro encontrava-se no prelo e Vieira já começava a elaboração do segundo tomo. Em uma de suas cartas, ele afirma que: “*o que se aperta na prensa é o coração*”. É a dor do esquecimento político que o machuca enquanto prepara a glória literária de que será alvo nos séculos vindouros.

O indulto do Pontífice a Vieira amainou a perseguição da Inquisição, ele pode assim, imprimir dois tomos sem nenhuma objeção. Todavia, a situação em Portugal não se mostrava tão favorável e, quarenta anos após sua primeira partida, Vieira voltou ao Brasil, “desenganado de muitas vaidades” e, segundo ele, para morrer.

Na Bahia, recolheu-se em um sítio chamado de Tanque e lá continuou seu trabalho literário, pretendendo ainda concluir a *Clavis prophetarum*. Contudo, as ofensas continuavam a chegar de Portugal, onde a Inquisição, restaurada, era comemorada em festas de rua, enquanto a esfinge do orador era queimada por estudantes de Coimbra. As pessoas mais próximas aconselharam-no a continuar a publicar seus sermões em língua estrangeira. Porém, Vieira não acreditava que obteria o mesmo reconhecimento ou a mesma compreensão em outra língua e envia o terceiro tomo para ser impresso em Portugal.

Nessa época, enquanto produzia sua obra, Vieira já era tema de estudos: no ano de 1683 recebeu da Universidade do México um exemplar de “umas conclusões teológicas”. A comunidade intelectual hispânica lhe dedicou honras máximas: o frontispício do volume exibia seu retrato cercado de emblemas de triunfo: palmas, trombetas e a fênix imortal. Vieira registrou a contradição: desacatado em Portugal, louvado por estrangeiros.

Uma vez mais, entretanto, conflitos políticos se interpunham entre o autor e sua obra. A família que lhe restava na Bahia, também afeita a participar da política, teve seu nome envolvido no assassinato do violento Alcaide-mór, parente e aliado

do governador Antônio de Sousa Meneses, o “Braço de Prata”. Essa situação fez com que novamente Vieira se afastasse da escrita para intervir no processo criminal. Os novos problemas políticos foram seguidos por problemas de saúde e os tomos, que vinham sendo editados de ano em ano, entre 1686 e 1689, passaram a sair de dois em dois anos até a última edição em 1697.

Os sermões, para esta primeira coleção, não foram organizados segundo um tema, a publicação foi sendo feita com aqueles que estavam “mais prontos”, e foram classificados como “discursos vários”; em meio a esses, dois tomos com sermões homenageando Nossa Senhora aparecem sob o título de *Maria Rosa Mystica*¹, Parte I e II; também há um tomo dedicado, exclusivamente, a São Francisco Xavier e outro com o título *Palavra de Deus empenhada e desempenhada*. Em princípio, Vieira tencionava publicar os sermões em doze tomos ou partes; os títulos, organizados segundo temas específicos não estavam previsto nessa série.

Em 1691, quando Vieira enviou o sétimo tomo dos *Sermões*, ele já retirava da venda dos livros o seu sustento, e o de seu secretário, com o restante, ainda ajudava as missões. A morte de Vieira deixou incompleta a *Clavis*; mas, o tomo duodécimo dos *Sermões*, foi enviado pronto a Portugal, na mesma nau que levou a Lisboa a notícia de sua morte. Então, Vieira viu publicado até o volume onze dessa *editio princeps*, os demais volumes foram organizados pelos detentores de seu espólio. Muito doente, recorreu, já no final da vida, à ajuda do Padre Bonucci, a quem ditava seus textos. Esse padre, conhecedor do método de trabalho e das idéias do orador, completava as lacunas da memória e ordenava os capítulos dispersos, assumindo, assim, o papel de co-autor nesses últimos trabalhos de Vieira.

Vieira, ensaísta?

Tento o ensaio e me perco na sua própria amplitude; muitas portas abertas não desvelam a passagem. Tento o compromisso assumido com/por Barthes (1977, p. 7): Ensaio: “gênero incerto, onde a escritura rivaliza com a análise”. Tento mais, pois a forma do ensaio traz à superfície da escrita a encenação de histórias e a dramatização de enunciados, procedimento que revitaliza a dimensão experimental e provisória do relato de experiência, por se distinguir do caráter demonstrativo e fechado dos tratados.

Ao escrever-se sob o signo do precário e do inacabado, a forma ensaística ajusta-se à escrita que joga com os intervalos e lapsos da memória, permitindo o movimento de idas e vindas e o gesto de apagar e rasurar o texto de ontem. Neste

¹ Os sermões constantes na *Rosa Mystica* são o cumprimento de um “voto feito e repetido por ocasião de grandes perigos”. São sermões compostos em tempos diversos e alguns, pregados em travessias marítimas, e outros que nunca foram pregados, frutos de entretenimento literário. A devoção a Nossa Senhora é a primeira de todas na voz de Vieira, por isso, aparecem sermões dedicados a ela também em outros tomos da coleção.

espaço intermediário entre a ficção e a teoria, o sujeito se envolve nas malhas da enunciação e se ficcionaliza, distanciando-se da imagem redutora do autor empírico. O autor ao configurar-se enquanto texto, ser de papel, dilui-se na escrita, que o substitui e o suplementa.

Marcado pela indefinição e pela dúvida, o ensaio desempenha um papel mediador na transmissão do impasse cultural enfrentado pelo pensamento contemporâneo. A pretensa falta de sistematização que o envolve impulsiona o jogo metafórico e a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos. Território de reflexão textual que coincide com prática e produção da escrita, o ensaio é um saber em processo e constituição.

Por sua inclinação particularista e avessa à universalização, a forma ensaística, segundo Adorno, tem o mérito de questionar a identificação do conhecimento com a ciência organizada e com a supremacia do sistemático. O discurso da ciência positivista revelou-se inoperante exigindo-se a gradativa mudança de paradigma e de recorte analítico. Reconhecendo no ensaio o caráter fragmentário e o teor crítico, Adorno aponta para a releitura do próprio discurso filosófico, ao abandonar fórmulas prontas de pensamento e a ilusória objetividade dos discursos científicos, valorizando o traço subjetivo na escrita enquanto prova de não-identidade (SOUZA, 1994, p. 17-18). Por outro lado, Adorno também apresenta uma máxima positivista segundo a qual “o escrito sobre arte não deveria ter, em si, nada de artístico, e, portanto não deveria pretender qualquer autonomia da forma”. (ADORNO, 1986, p. 169)

Eneida apresenta uma definição de ensaio tocando os principais problemas que preocupavam Adorno em seu texto “O Ensaio como forma”, especialmente o conflito enunciado por Lukács e Benjamin. Adorno apresenta-o na abertura de seu trabalho: como lidar com o que está no limite indefinível da obra de arte e da observação teórica? Tal conflito se manifesta na oposição sujeito/objeto proposta pelo positivismo, que não cabe no ensaio, já que nele as fronteiras se diluem, a subjetividade aflora e o resultado se apresenta em similitudes com a obra de arte, denotando uma oscilação entre arte e reflexão, inconcebível ao espírito cientificista. Adorno (1986, p. 168) lembra que a corporação acadêmica só tolera como filosofia aquilo que se reveste com a dignidade do universal, do permanente, e, hoje em dia, porventura, com a dignidade do “originário”.

O ensaio se incompatibiliza com esse propósito, pois faz emergir a fragmentação, o precário, o mutável, a perda da totalidade, a afluência do sujeito:

O ensaio relativiza o que afirma, não se prendendo a nenhum apriorismo teórico e nem se instalando, definitivamente, sobre uma posição conquistada, mas ao contrário, se colocando sempre em atitude auto-reflexiva, em processo de constante atualização. (LIMA, 1995, p. 36)

A crítica literária brasileira havia tentado o caminho acadêmico da rigorosa objetividade pela via estruturalista da antropologia e da lingüística (questões que jamais devem ser colocadas: primeiro: o que o autor quis dizer com isso?); enfrenta-

va, assim, a crítica leiga de “rodapé”. Contudo, nesse esforço de ciência, foi atacada por erigir um discurso indecifrável. A crítica universitária também trilhou a via sociológica, centrada no contexto, sempre em mutação, como diz Adorno, o que impossibilita ao crítico a emissão de uma palavra final sobre a obra. Na atualidade, assistimos a uma volta do sujeito ao espaço da ciência, imbricado com seu objeto, guiado e até mesmo dominado por ele. Os pensadores contemporâneos se apóiam em outras subjetividades e em novos paradigmas para apresentar novos modelos de pensamento. Outras direções se deixam entrever e quem diz ao pesquisador o caminho a seguir é a obra e não a teoria, que dela decorre e encontra sua existência no a posteriori. Sem lentes científicas que se antepõem ao objeto e embaciam, ainda que não apaguem, a presença do sujeito, encontramos outras possibilidades que não constituem necessariamente uma crítica impressionista. (Ainda ouço o didático alerta: “A liberdade do texto não pode ocultar o erro, o engano metodológico”). A teoria não deve mais servir de camisa de força para o texto literário. A relação entre teoria e texto deve se dar no campo da complementaridade, como queria Benjamin, da igualdade como queria Barthes, ou do prazer como quer Umberto Eco.

A retomada da forma ensaio está presente em outras áreas das ciências humanas e propiciou à crítica brasileira um reencontro com o leitor. A tradição ensaística tinha lugar no aparato didático do desejo de ser compreendido, da clareza e da acessibilidade da linguagem, manifestadamente em Antônio Cândido; a proposta contemporânea da crítica escritural confere ao crítico um lugar menos confortável em função das dificuldades que propõe, pois exige a elaboração de um texto crítico dotado de valor estético. Com essa nova vertente, a relação prazerosa com a leitura se instalou no texto crítico, que se aproxima cada vez mais da autoria. A crítica escritural propiciou um espaço maior para o texto limiar, não só para a ensaística literária mas para todos os textos inclassificáveis, já que a escritura, linguagem como objeto, não sendo literatura, agrega os textos que a tomam como um suporte da escrita. Proponho, então, retomarmos a pergunta: “Vieira é ensaísta?”

Leila Perrone-Moisés já associara a noção de escritura à obra de Vieira apoiando-se nas próprias palavras da introdução aos Sermões: “Nunca me persuadi a sair à luz com semelhante gênero de escritura de que o mundo está cheio.” (BARTHES, 1989). Contudo, a tensão se apresenta: o *horror vacue* do Barroco, que busca preencher todo o espaço numa espécie de totalidade sempre incompleta, pode ser desenhado na subjetividade do ensaio? Seguindo Alexandre Eulálio, responderemos que sim: para o crítico, a oratória sacra constituiu a expressão literária de uma vida social que se organizava em torno da Igreja, e era, ao mesmo tempo, a fonte do discurso que regulava a sociedade na instância religiosa e na civil. Os sermonistas atingiam vasta audiência, bem superior à dos fechados grupos literários. O sermão se desdobra no discurso moralizador da tribuna sacra e em brilhantes peças de oratória. Alexandre Eulálio elege Vieira o instaurador da tradição do sermão cultista, que “vai prevalecer como uma das linhas mais ortodoxas do ensaio”; contudo, recua dessa posição ao afirmar que o sermão não possui da “atitude mental do ensaio

senão a aparência”, alinhando-se, assim, à posição de Lukács em relação a esse gênero: “A forma do ensaio até hoje ainda não percorreu o caminho da autonomização que a sua irmã, a poesia, há muito já deixou para trás: desenvolve-se a partir de uma primitiva unidade com a ciência, a moral e a arte”. (apud: ADORNO, 1986, p. 167)

O papel moral do sermão não é compatível com a ciência, para Alexandre Eulálio (1992, p. 18) e nem com a arte, para Lukács. Para o crítico brasileiro, a semelhança entre o sermão e o ensaio resume-se ao “comentário como mote e glosa, no qual a entonação tem decisiva importância.”; porém, ao se reportar à sermonística romântica, Eulálio não retira dela a influência sobre o “jornalismo de ensaio, quando judicioso e moralizador” que começava a se instalar na nascente imprensa brasileira.

Outra proximidade, a ser estabelecida reside na marca da oralidade que a ensaística e o sermão contêm. A voz tornada letra, nas duas formas de expressão, ressoa o desejo de comunicação entre o autor e o leitor/ouvinte, o texto apresenta-se mais ligado ao seu receptor, a fala é mais intensa, freqüentemente mais direta. Vieira, apesar de ser considerado por algumas taxonomias anacrônicas “um sermonista cultista”, proclamava justamente essa transparência do texto:

Se gostas da afetação e pompa de palavras, e do estilo que chamam culto, não leias. Quando este estilo mais florescia, nasceram as primeiras verduras do meu (que perdoarás quando as encontrares), mas valeu-me tanto sempre a clareza, que só por que me entendiam comecei a ser ouvido. (VIEIRA, 1951 p. LXII)

O imperativo de ser compreendido dirige a voz que se faz texto; ensaio e sermão se pautam por esse mesmo propósito. A ambição da totalidade, rejeitada pelo ensaio, está presente no texto seiscentista do Padre Antonio Vieira, que busca ocupar todo o mundo material com imagens/palavras que revelem o mundo imaterial; seus sermões tentam abarcar o mundo, e não há tema pertinente à vida do século XVII, que ele não tenha abordado. Além da política, motivo constante nos sermões, e o mais estudado em sua obra, Vieira tratou também da morte, do sonho (há autores que lêem nele linhas precursoras da psicanálise), do amor, dos negros, das guerras, de livros...

O Livro mundo

O livro é um objeto que se soma aos esforços humanos de constituição da memória para tentar superar os movimentos do tempo e da distância, que apagam o vivido. A memória humana é limitada e insuficiente para realizar o desejo de guardar *ne varietur*; ela está sujeita a produzir múltiplas versões dos fatos. Então, para fixar uma versão única, a memória lança mão da escrita como um instrumento que dá segurança, que detém a fluidez da fala e do vivido. A palavra escrita está menos sujeita às intervenções criativas da memória, ela fixa a narrativa, detendo-a no tempo do momento em que foi produzida.

O documento escrito tem um caráter de sólido monumento, mas, outra vez o

todo escapa: esse monumento não é a memória coletiva bruta, é apenas uma parte dela sujeita, no momento da leitura a um processo de reexame, reorganização e até mesmo de retificação, ou seja, sujeito à criação. A organização da fala num texto é regida primeiramente pela estrutura da língua e não pelos fatos. Desse modo, uma narrativa repleta de acontecimentos vibrantes ao ser fixada, tanto pela escrita quanto pela fala, é submetida a regras estilísticas elaboradas na convenção lingüística que esquematizam o acontecido.

O importante da escrita é que ela mantém a memória de um fato no tempo e no espaço, superando o momento da emissão e recepção da fala. A escrita atravessa os séculos e ressoa até os dias de hoje. Porém, contra todas as expectativas, essa fixação não implica tornar a linguagem translúcida, torná-la única e sólida, como um cristal. Vejamos a intervenção dos partícipes dessa empreitada de fixação da voz.

A história do livro tal como a escreve Svend Dahal é fascinante, mas iremos-nos deter apenas em um pequeno trecho, onde ele trata dos primeiros livros impressos, entre eles, um livro de salmos, produzido por Fust, capitalista alemão, ex-sócio de Gutenberg, e pelo calígrafo tornado impressor, Schöffler. No livro eles registraram:

Este psaltério ha sido producido mediante la artistica invención de imprimir y producir letras sin ningún escrito a pluma y a la gloria de Dios acabado por la diligencia de Johann Fust, vecino de Maguncia, y Peter Schöffler, de Gernshein, en el año 1457 la víspera de la Asunción (14 de agosto).

Nesse pequeno trecho, percebemos a anunciação de um projeto reservado ao livro: fixar o tempo e o local de onde vem essa voz que nos fala. Delimitar o ponto de origem e registrar a posse do falador. Ainda no mesmo trecho encontramos um outro elemento importante do livro impresso: o editor, segundo autor de todo e qualquer livro. Klaus Wagner nos lembra que desde esta primeira edição de Fust e Schoffer a obra sai da oficina com a marca dos impressores, uma distinção que se converteu no transcorrer do tempo em um elemento “essencial e integrante do livro impresso” (WAGNER, 1982, p. 45) que antecede o atual copyright.

Outro aspecto do problema da autoria e edição é que no período em que foram editados os volumes dos Sermões a figura do editor coincidia com a do impressor:

Entendemos hoy que el impresor, “artífice que imprime”, y el editor, “el que saca a la luz pública la edición de una obra”, constituyen, en el complejo engranaje del comercio librero, dos profesiones separadas y bien delimitadas en sus contenidos. Esto no siempre fue así, y en la época que nos ocupa sucede a menudo, que se confunden ambas actividades en quehaceres de una misma persona. Lo mismo que hubo libreros-editores, hubo también impresores-editores, y de una forma incipiente existe ya la figura del profesional que hoy llamamos editor. (WAGNER, 1982, P. 31)

O artista criador de letras, que reproduz a voz do outro criador. Esse personagem tão importante na confecção do livro e que vai participar com o autor na sua criação, assinando a obra com ele.

O papel desses personagens é produzir um texto que deve ser lido tal qual foi escrito; a idéia do livro é que ele traga a palavra final, imóvel, única, e principalmente, que a leitura seja também única. Mas esse não é um projeto que envolve somente o autor e o editor, faltam-nos ainda outros participantes do controle da leitura: o comentador ou crítico e o censor. Mesmo que o crítico reconheça seu limite, e aceite que a sua leitura não é a última, ele escolhe uma via de interpretação do texto que fixa uma leitura, aliando-o mais fielmente ao escritor que à figura libertária do leitor. O leitor, cuja rebeldia e vadiagem vencem a esse rigoroso exército que não quer admitir essa liberdade de leitura. O leitor, como um sabotador de uma ordem idealizada, busca livros proibidos, lê fora de hora, compreende à sua maneira cada palavra, põe rostos desconhecidos ao escritor nas personagens, lê a ele mesmo como personagem, enfim desobedece ao controle pretendido pelos produtores do livro. O leitor por sua importância na história do livro ganhou destaque e perspectiva própria de abordagem, tornou-se personagem principal da história, que não era sua, mas para quem dava significado. E, assim, a leitura torna-se multiplicadora de livros e, no trabalho crítico, torna-se livros ela mesma.

O universo cristão nos diz que “Deus deu ao homem dois livros: o Mundo e a Bíblia”; e a leitura desses dois livros tem produzido uma multiplicação dos livros originais. Contudo, a idéia de *liber mundi* não se limita ao universo cristão, vamos encontrá-la também em outras religiões que têm um livro original, no judaísmo e no islamismo. A leitura desses livros é submetida ao rigor dos doutores da fé. O Corão não é decifrado posto que é a palavra de Alah dada diretamente aos fiéis (como o seu nome indica, ele é recitado, deve ser decorado na extensão de seus 6 200 versos e repetido fielmente). Desse modo, suas palavras são reproduzidas cotidianamente pelos fiéis em meio às atividades mais corriqueiras.

Alef. Lam. Mim.

Este é o livro de que não se pode duvidar, um guia para os que temem ao Senhor.

Crêem no invisível, recitam as preces e gastam do que lhes outorgamos,

E crêem no que te foi revelado e no que foi revelado antes de ti e esperam a vida eterna.

(Al Corão, trad: CHALLITA, s/d. p.3)

Assim, esses livros dominam e organizam a cultura à qual pertencem. Mas para além do âmbito do religioso, a imagem de um *liber mundi* persiste em autores leigos e contemporâneos, como Borges, que também procuram ler/escrever o livro mundo. Essa escritura, que parece fácil, não se produz de modo direto, não espelha o mundo tal qual ele se nos apresenta aos olhos. Essa escritura se dá mediada pela linguagem, ela produz o mundo na linguagem, encena-o, mas não o contém. O livro, nesse espaço, que pode ser definido como hermenêutico, é o texto mesmo, ou seja, a linguagem escrita como lugar privilegiado de manifestações de um sentido que aí deve ser buscado por meio do trabalho de interpretação. Uma civilização do livro, assim entendida, é capaz de produzir textos de um caráter arquetipal; ela os produz de fato, e neles se espelha ou se define, e sua hermenêutica propicia a significação de suas idéias e de seus valores.

Dentro da ótica cristã, os livros que Deus deu ao homem contêm a sua palavra encoberta. A palavra original fixa-se no livro, que é letra ou texto e que se reflete na realidade arquetipal como livro sagrado (Vaz, 1986, p. 170). Dentro desse processo, a leitura e interpretação do texto têm importância fundamental:

A possibilidade mesma em termos de constituição de um determinado tipo de saber, da leitura como “desvelamento”, ou da leitura hermenêutica, é que se mostra como significativa de um tipo de linguagem característica da “civilização do livro”.² Não é a disposição do leitor que propicia essa atitude mas a concepção da verdade como “revelação” à qual corresponde uma determinada concepção de linguagem como estrutura heurística capaz justamente de captar a verdade e permitir essa espécie de reflexão sobre si mesma, que é o “desvelamento” da verdade captada no espaço hermenêutico. (VAZ, 1986p.172)

Vaz produz aqui uma reflexão voltada para a leitura do texto sagrado, porém ele parte desse ponto específico para discutir a linguagem, código que guarda segredos que devem ser “desvelados” pelo leitor. Mas o paralelismo dessas duas questões – o texto mítico e o texto mundano – vai além de seu desvelamento pelo leitor. Sobre os textos podemos pensar mesmo na instância da sua produção: enquanto o texto mítico é fundado na idéia de correspondência entre o mundo como “cosmo” e a alma, correspondência essa que é fruto de uma referência comum ao arquétipo ideal, o texto mundano constrói o mundo que só existe a partir dele.

Encontramos a mesma idéia tratada por Ítalo Calvino (1996): “o mundo não existe, só a linguagem existe”. Assim, todo e qualquer texto seria partícipe da fundação do real. Calvino apresenta uma outra idéia em oposição a essa: “a linguagem comum não tem sentido, o mundo é literalmente inexprimível”. Parece-me, entretanto, que não se tratam de idéias opostas e sim complementares, já que o texto só existe no mundo e é alcançado por ele.

No período Barroco o mundo divino e o mundo profano estiveram mais próximos, e tentaram ser um o espelho do outro, expressos na linguagem; nesse momento o mundo dos homens tentou mais disciplinadamente interpretar o mundo sagrado e é quando essa hermenêutica viveu um momento particular e brilhante. A encenação do divino tomou conta da linguagem humana e a integração livro/mundo, os dois livros de Deus, foi intentada com intensidade.³ Essa busca reafirmou para o homem barroco a impossibilidade dos ícones profanos de expressarem o sagrado, e acirrou

2 Vaz opõe a idéia de uma “civilização do livro” à “civilização do impresso”, a primeira contém as religiões que possuem um livro mítico, judaísmo, islamismo e cristianismo; a segunda é a civilização científico-tecnológica. (VAZ, 1986, p. 168)

3 Deleuze (1991, p. 15) expressa iconograficamente essa idéia na sua alegoria da “casa barroca”: a partir da noção de que “o traço barroco é a dobra que vai ao infinito”, ele lembra que a dobra se multiplica em duas direções, “segundo dois infinitos, como se o infinito tivesse dois andares: as redobras da matéria e as dobras da alma”(op. cit. p.13).

a oposição que ele buscava superar constituindo assim uma falta que traduziu o inexplicável, o que não se consegue exprimir.

Enquanto no mundo católico a Bíblia representava o pilar de uma determinada cosmovisão, com maior ênfase na iconografia, na Reforma de Lutero, a imprensa teve papel essencial: “con razón se ha dicho que la rápida victoria de la Reforma tuvo como condición la invención de la imprenta” (DAHAL, 1972, p.139). O reformista publicava a baixos preços seus opúsculos de propaganda e os vendia em feiras, o que ocasionou uma prodigiosa democratização do livro, cujos desdobramentos se podem ver na luta pela educação do homem comum. Com o aumento de reformados a Contra-Reforma principiou a produção de uma rica iconografia; assim, as igrejas se tornaram a bíblia do homem comum, que, analfabeto ou pouco instruído em leituras formais, poderia ler com mais facilidade nas paredes recobertas de mensagens cristãs e seria especialmente seduzido pela intensa beleza das edificações barrocas. Essa ênfase na produção de imagens para a decoração de igrejas é um projeto que vinha do final da Idade Média, mas que encontra o seu ápice no barroco.

Em meio a essa parede iconográfica, está o púlpito, palco privilegiado de onde soa a voz que interpreta os livros de Deus para que não haja novos desvios, uma voz poderosa que direciona as leituras sagradas, tentando evitar outras rebeldias. Dentre as vozes que ocuparam o púlpito, uma se destacou acima de todas as outras – a voz de Padre Antonio Vieira.

Mesmo que assim não o desejasse, Vieira foi um sermonista de renome, tendo sido convidado a Roma para lá permanecer como pregador. Ainda contra a sua vontade, foi obrigado por seus superiores a escrever e publicar seus sermões. Esses textos trazem a dupla marca da oralidade, primeiro porque são sermões e, segundo por terem a marca de sua época.

Nos séculos XVI e XVII a leitura implícita dos textos literários ou não, constituía-se numa oralização, e seu “leitor” aparecia como o ouvinte de uma palavra lida. Dirigida tanto ao ouvido quanto ao olho, a obra brinca com as formas e procedimentos aptos a submeter o texto às exigências próprias da performance oral. (CHANTIER, 1994, p.17)

Mas seria essa voz sempre obediente, seguidora dos maiores da Igreja, uma voz que não soa, mas simplesmente ecoa? Não, essa era uma voz a serviço de Deus, mas que, por vezes não servia bem aos seus pares. Uma voz que foi ameaçada pela Santa Inquisição, dela se defendeu e continuou a ler o Mundo e a Bíblia e pregar e pregar, somando à condição de criador a de leitor privilegiado.

Escolhi o tema livro para falar de Vieira porque o sermonista empreendeu todos os papéis que envolvem a escritura. Leu o mundo e a Bíblia, pregou seus sermões, censurou-os e finalmente editou-os em vida. No Barroco ainda não havia o especialista e Vieira será o emissor da voz tornada papel, fixada em tipos e páginas e que atravessa os séculos, justos três séculos (o primeiro tomo dos sermões saem à luz em 1679). Vieira constrói um livro que é um livro/mundo, contudo, ao falar do

livro, lembra aos seus ouvintes, agora leitores, os limites do texto escrito. É, segundo João Adolfo Hansen, essa voz que se ergue

contra Lutero, que afirma o direito divino dos reis como forma de controle da desordem irremediável da falta de Luz em que o Pecado lançou as ovelhas; contra Maquiavel, que abole a lei natural e as virtudes dela derivadas em favor da *virtù* da raposa e do leão. (PÉCORA, 1994, p. 16)

Na voz de Vieira, a História aparece como história sacra. Não podia ser diferente: fora a Bíblia o primeiro livro impresso, dessa maneira o livro mítico participa da perpetuação material das idéias; o livro mítico e o livro material fundidos em um só objeto participam da construção da história do pensamento. Vieira, enquanto leitor da História seria um Hermes da hermenêutica, como o denomina Hansen? Entregaria ele aos seus espectadores e a seus leitores a mensagem decodificada? Não! Nele o código é multiplicado, torna-se labirintico, enreda o ouvinte, qual canto de sereia, e o afoga na ilusão de tudo saber, de que tudo pode ser finalmente compreendido. Mas se esse é um artifício retórico, Vieira lembra que não se pode escrever tudo, portanto não se pode ler o todo em nenhuma parte.

No sermão de Nossa Senhora de Penha de França⁴, Vieira transforma uma falta em presença: ao ser convocado para falar dos milagres atribuídos ao santuário, pediu um livro que contasse as histórias desses milagres, mas tal livro não existia. A partir dessa falta Vieira apresenta uma discussão sobre o livro em todas as suas nuances. Já que livro não havia, Vieira vai justificar sua ausência e o primeiro de seus argumentos trata justamente do que não pode ser escrito:

Pois se não é insuficiência, se não é indevoção, se não é descuido: por que razão não há livro da história e milagres de Penha de França, d'este nome, d'este templo, d'esta imagem, d'este assombro do mundo, a que justamente podemos chamar o maior e mais público theatro da Omnipotencia? Sabeis por quê? **Porque do que não cabe em livros, não ha livros.**

A passagem que se segue trata dos evangelistas e de sua missão de escrever o Novo Testamento. Cada apóstolo, após ler os livros já feitos, se propunha a escrever a versão mais completa:

Chegam todos os três Evangelhos às mãos de S. João: parecendo-lhe, como verdadeiramente era, que lhes faltava muito por dizer, resolve o Discípulo amado a escrever quarto Evangelho. Assim o fez, e assentou a pena S. João.

Mas ao final de sua empreitada, vendo que ao contrário do que pretendia, João não conseguiria superar seus antecessores, acrescentou ao final de seu livro duas regras:

4 Citações a partir do volume X da edição de 1951 da Lello & Irmão, mas com a ortografia atualizada.

Saibam todos os que leram este livro, que n'ele não estão escriptas todas as obras e maravilhas de Christo, nem a menor parte d'ellas; porque se todas se houveram de escrever, nem em todo o mundo couberam os livros.

E por que pareceu a Vieira que João disse nessas duas regras mais que em todo o seu evangelho? Vieira pergunta e mais a frente responde:

O que se escreve, ainda que seja muito, cabe na pena; o que se não pode escrever, é maior que tudo que cabe nela. O que se escreve, tem número e fim; o que se não pode escrever, confessa-se por inumerável e infinito.

Vieira aponta aqui para um dos elementos que dão ao escritor e ao leitor uma segurança com relação ao livro. Dentro do livro, tudo o que está escrito parece alcançável pelo entendimento, porém o livro aponta para o que não se pode escrever, o sagrado que o mundo dos homens não consegue abarcar. Na escrita está contido o não escrito, na finitude das páginas encontramos a infinitude do mundo. O mundo escrito é um mundo protegido; no escrito, temos a sensação de que tudo está sob controle, mas a vida fora do livro permanece incontrolável, fundando a impressão de que a correspondência mundo/livro não é possível; então, mundo e livro de sinônimos passam a opostos. O mundo não cabe no livro:

Muito mais disse logo S. João no que não escreveu, que no que escreveu. No que escreveu disse maravilhas de Cristo, mas não disse todas; no que não escreveu, disse todas, porque mostrou que eram tantas, que se não podiam escrever. No que escreveu venceu aos três evangelistas, porque disse muito mais que todos eles; no que não escreveu, venceu-se a si mesmo, porque disse muito mais do que tinha escrito.

A imagem da literatura como uma forma de saber aponta para um saber inalcançável já que o texto vai se relacionar com o que ainda não foi escrito e com o que nunca poderá ser escrito. Mas, se o livro, a escritura, não propicia o saber, de que servem os livros? Vieira esboça uma resposta na terceira parte do seu sermão:

O fim para que os homens inventaram os livros, foi para conservar a memória das coisas passadas contra a tyrannia do tempo, e contra o esquecimento dos homens, que ainda é maior tyrannia. Por isso Gilberto chamou aos livros, reparadores da memória; e S. Máximo, medicina do esquecimento: *Scriptura memoria reparatrix est, oblivionis medicamentum*.

Livro e História nascem juntos, segundo LeGoff “no século XVI, em 1552, aparecem os *memoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma.”(LEGOFF, 1994, p. 460).

O Livro vem auxiliar na luta contra o esquecimento e não é por acaso que Vieira neste sermão trata também da memória; o “Sermão de Nossa Senhora de Penha de França” foi pregado no convento da Sagrada Religião de Santo Agostinho, foi o Pai dos Patriarcas quem deixou como “herança ao cristianismo medieval um aprofundamento e uma adaptação cristã da teoria da retórica antiga sobre a memória” (LEGOFF, 1994, p.445).

Na luta contra o tirania do tempo, o desejo da constituição do livro funda-se na possibilidade de conservação do passado. Mas só serão fixadas as coisas que passam: “e as coisas que não passam nem acabam; as coisas que permanecem sempre, não hão mister livros”. Nessas “coisa” o homem barroco situa o sagrado, tudo aquilo que o mundo profano e passageiro não pode alcançar.

Por que o Livro vence a destruição do tempo? “Onde o tempo acaba as coisas, é bem que as perpetue a memória dos livros”. Essa superação do tempo se dá no Livro por ele fixar as palavras do passado no presente e preservá-las para o futuro, que é, às vezes, incerto. O Livro se desloca e carrega consigo o lugar de onde veio, tornando-se assim, a presença do que está ausente no tempo e no espaço.

O livro é a mais perfeita imagem de seu autor: tão perfeita que não se distingue ele, nem tem outro nome: o livro, visto por fora, não mostra nada; por dentro está cheio de mistérios: o livro, se imprimem muitos volumes, tanto tem um, como todos, e não têm mais todos que um: o livro está juntamente em Roma, na Índia, e em Lisboa, e é o mesmo: o livro, sendo o mesmo para todos, uns percebem d'elle muito, outros pouco, outros nada: cada um conforme a sua capacidade: o livro é um mudo que fala; um surdo que responde; um cego que guia; um morto que vive; e não tendo ação em si mesmo, move os ânimos, e causa grandes efeitos.

A editio princeps dos Sermões do Padre Vieira: características formais

Através do estudo da história do livro podemos reconstituir a elaboração da *editio princeps* dos *Sermões* do Padre Vieira. Três séculos depois dessa primeira edição debruçamo-nos sobre esse passado em palavras que herdamos de Portugal. A maior parte dessa primeira edição dos sermões vem à luz sob os cuidados do pregador; estamos, então, lidando com uma edição “autorizada” e reconhecida por ele. Nessas páginas, encontramos também os últimos momentos da prensa manual que foi sendo substituída, ao longo do século XVIII, por tecnologia mecânica. Papel e tinta continuaram se aprimorando e o livro foi perdendo o fetiche de objeto artesanal. A edição dos *Sermões* não conheceu o tempo da valorização do trabalho artesanal, quando edições luxuosas eram criadas para colecionadores exigentes. À época da primeira edição, a imprensa já havia se espalhado por todas as regiões ocidentalizadas, já se conhecia a reprodução em larga escala e assistia-se a um processo de vulgarização do objeto livro. Portanto, mesmo sendo tricentenária, temos diante de nós uma edição comum, com um ornamento, que apesar de hoje nos parecer excepcionalmente encantador, era, em seu tempo, uma prática comum.

A escrita conheceu os mais variados suportes: paredes de caverna, pele de animais ou barras de cerâmica sustentaram o desejo do homem de guardar ou comunicar seus pensamentos. Porém, o livro de papel, que teve a sua forma aprimorada durante muitos séculos, constituiu a melhor maneira de sustentar a palavra humana. Hoje acompanhamos o surgimento de livros e bibliotecas virtuais e a sobrevivência do livro de papel está ameaçada pelo disquete e pela tela do computador. O livro, no

seu surgimento, tal como as tábuas de Moisés, foi louvado e reverenciado, mas poderá ter um futuro de peça de museu particular, no qual o leitor saudosista reencontrará as linhas do passado, em sua forma original.

Vieira, ao escrever sua *História do Futuro*, não imaginava o século XX tecnicista que estava por vir; seu livro ainda tem a calma dos tempos idos, exige de nós uma leitura concentrada e paciente, não se revela nas rápidas obviedades da mensagem contemporânea. Seu primeiro livro tem páginas delicadas, em papel feito um a um, numa encadernação sóbria e anônima.

O papel

Tal como o livro, o papel é fruto de um acúmulo da experiência de várias culturas. Iguiniz, em seu *El Libro* (1946) nos conta a história do papel: sua invenção é atribuída aos chineses que, já no século II da era cristã, fabricavam-no com fibras de bambu e amoreira. Da China, o livro passou à Coreia e, mais tarde, ao Japão. Com a conquista do Turquestão, os árabes aprenderam a manufatura do papel com seus prisioneiros chineses e substituíram a matéria prima por trapos de algodão usados. Pelas mãos dos árabes, a fabricação do papel chegou à Europa, no século IX, quando parte da Península Ibérica foi dominada. Mas somente no século XII o papel foi produzido com o linho, numa fábrica pioneira na Espanha, e desse país ele se espalha por todo continente.

A utilização de diferentes matérias primas empregadas por cada novo fabricante de papel não alterou os processos de fabricação, que pouco variaram até a introdução da máquina. Somente no século XVIII, o processo manual, chamado de “cuba de mão”, foi substituído pelo processo mecânico e químico. Portanto, o papel da *editio princeps* de Vieira foi produzido utilizando-se o processo manual da cuba, no qual as folhas são feitas uma a uma. O processo envolvia diversas etapas, começando-se por amaciar os trapos brancos por meio de umidade, até que se desmanchassem; o linho resultante desse processo era macerado em uma pia especial para que se reduzisse a uma pasta. A pasta era, então, agitada dentro da cuba para se conseguir uma maior homogeneidade da polpa, que seria, posteriormente, retirada com uma peneira para que se escorresse toda a água. A umidade que ainda restava era retirada com um feltro e a massa estendida sobre uma tela, geralmente, de finíssimos fios de cobre, para que secasse totalmente. Para que se pudesse escrever com tinta comum o papel era ligeiramente banhado em uma cola de origem animal, retirada da cartilagem ou de ossos de pequenos animais domésticos, como o coelho.

Nesta *editio princeps* dos *Sermões*, o papel é mais rústico e a impressão parece “borrada”. Em um dos tomos, porém, o de número 11, o papel é de melhor qualidade, mais fino, a impressão não está tão “borrada”, as letras estão mais nítidas, as citações latinas em itálico estão mais legíveis. Nas demais edições não há variação significativa na qualidade do papel.

Para a identificação da origem do papel, como uma espécie de marca do fabricante, eram feitas marcas d'água, que podem ser vistas quando colocamos uma folha contra a luz. Essa marca era feita no centro das folhas e a sua posição no livro vai variar conforme o corte do papel. Nesta edição é possível encontrar muitas dessas marcas d'água, elas apresentam desenhos muito variados, o que pode indicar uma diversidade de fornecedores do papel. A flor de Liz (símbolo heráldico), a cruz (símbolo da igreja católica) e a coroa (símbolo do estado absolutista) são desenhos frequentes, mas aparecem também estrelas, luas e ornamentações sem forma definida.

Os papéis produzidos na Europa do século XII ao XIX eram mais resistentes e duráveis do que o primeiro papel da era industrial. Por isso os livros desse período que foram armazenados adequadamente estão em muito bom estado. Porém, a coleção do ISI foi atacada por um dos grandes inimigos da conservação do papel – os insetos; os outros inimigos são: a luz, fungos, poluição atmosférica, temperatura e umidade. São três insetos que mais atacam o papel: o térmita (cupim), anôbio (caruncho) e o lepisma (traça ou peixinho prateado). A coleção dos *Sermões* parece-me vítima do anôbio que devora o papel de forma larvar, e tem um ciclo médio de 12 meses, cuja principal característica de destruição é a forma rendilhada da depredação.

O manuscrito medieval era primorosamente decorado pelos monges miniaturistas que tinham a especial tarefa de escrever artisticamente a primeira letra, e as epígrafes dos capítulos, além de pintar adornos e ilustrações não necessariamente ligados ao texto. Esse costume não foi abandonado imediatamente após o começo da impressão dos livros. O lugar das letras capitulares, ou seja, letras de tamanho maior que abrem o texto, era deixado em branco e, posteriormente, decorado por um remanescente miniaturista. Com o desaparecimento desses artistas a ilustração e a decoração da letra passam a ser feitas por meio de gravações em metal, que têm um desenvolvimento paralelo ao da tipografia⁵. Assim, a ilustração em metal acompanha a imprensa até ser substituída pela fotografia, atravessando períodos de maior ou menor destaque.

Svend Dahl situa no século XVII o “triunfo da gravura em cobre”. Os dois tipos de gravuras mais usados – em metal e em madeira – são feitos de modos diferentes: a gravura em madeira surge a partir do relevo da madeira esculpida, tal como a impressão tipográfica, a gravura em metal surge dos sulcos feitos na placa. Por isso, a impressão deve ser separada; a gravura em cobre deixa uma marca do aprofundamento do papel nas bordas da prancha, possibilitando sua identificação. A gravura em metal, pelas dificuldades que causa à impressão, tornou-se apenas um acessório, o que não aconteceu com a gravura em madeira ou xilogravura, que permaneceu até ser substituída pela fotografia.

A preocupação com o efeito visual é uma das marcas da escrita do século

⁵ O mestre tipógrafo era, muitas vezes, também um artista gravurista; entre eles o que mais se destacou foi Albrecht Dürer que até hoje tem sua obra em gravura exposta e reeditada.

XVII. Nesta *editio princeps*, encontramos a gravação em madeira para a decoração, sempre que há espaço no final dos textos, percebendo-se uma preferência pelos arranjos florais que aparecem em vasos, ora de palha trançada ora de metais. Também encontramos arranjos com anjos e flores. Um desses ornamentos apresenta uma figura como uma espanholete, porém o adereço na cabeça remete para um cocar indígena como acontece com alguns *atlanti* no Brasil e em Portugal.

A preferência pelos arranjos florais fica clara ao final de cada edição. Quando há espaço para o ornamento, ele é, geralmente, um arranjo de flores, mesmo que no interior do livro a decoração com anjos tenha predominado. Esses ornamentos com flores variam muito na sua forma; aparecem desde simples cestas com três flores até elaboradíssimos arranjos com uma maior variedade de desenhos florais. As flores de alguns ornamentos têm forma geometrizzante, interessante notar, entretanto, que essas formas não ocorrem em ornamentações antropomórficas.



Ornamentos com flores em cestos.



Ornamentos de flores em vasos de metal.

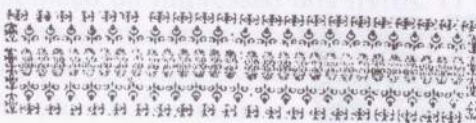
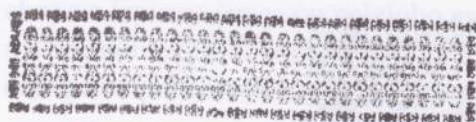
Abrindo os sermões aparece sempre uma vinheta retangular; no primeiro sermão, ela é mais elaborada. Os arranjos mais simples são grades com flores estilizadas; os mais elaborados têm no centro um escudo das Quintas, onde aparecem duas figuras vestidas, sentadas sobre folhas de acanto, com arranjos florais nas extremidades.



Barra decorativa do primeiro sermão.



Ornamentos antropomórficos com anjos.



Barras simples.



Ornamento antropomórfico.



Ornamento estilizado.

Uma gravura de metal, que adorna o tomo 11, reflete todo o gosto barroco pela decoração exuberante, com folhagem de acanto, figuras antropomórficas e zoomórficas que sustentam a coroa de Portugal. Parece ser uma gravura em metal, por trazer marcas das bordas, contudo é um desenho de traço rústico em se comparando com outros produzidos na mesma época. Acredito que esta decoração especial se deve ao fato deste tomo ter sido dedicado à D. Catarina, irmã de D. Pedro, rei de Portugal, pois na parte inferior do desenho, entre as patas dos leões encontramos as letras **C** e **R** numa espécie de camafeu. Não significariam essas letras Catarina Rainha? Não encontrei resposta a essa questão nos livros de João Lúcio Azevedo, porém ele trata por diversas vezes da homenagem que Vieira fez a rainha ao dedicar a ela seu undécimo tomo.

As ornamentações desta edição dos *Sermões* parecem não trazer uma significação relacionada diretamente com o texto, cumprindo um papel de adereço ou decoração, que traz, contudo elementos do imaginário cristão, e são, portanto, carregadas de simbologia.

mente inclinados. Esses tipos foram criados pelo impressor francês Francisco de Bologne, mas ficaram conhecidos como “Aldinos”, por terem sido usados pela primeira vez pelo famoso tipógrafo veneziano, Aldo Manucio, o velho⁷. A diferença entre o tipo original do século XV e aqueles utilizados pelos tipógrafos do século XVII não são significativas a ponto de definirem um novo tipo; as variações recaem sobre o traço, que pode ser mais estreito ou mais largo, mais grosso ou mais fino.

§. I.

O mayor Santo entre os Doutores, & ao mayor Doutor entre os Santos celebra neste grande teatro como a Pay, a Primogenita de suas Familias. O Evangelho, que nesta solemnidade canta a Igreja, não só

Tom. 3.



Letras capitulares.

A coleção do Instituto Santo Inácio

A edição que serve de base para este estudo estava na sala especial sobre a Companhia de Jesus da Biblioteca do Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte, que conta com um acervo de cerca de 100 000 tomos além de receber uma média de 400 periódicos. A biblioteca foi iniciada pelo padre Leonel França em 1926, que deu-lhe um perfil filosófico, a fim de atender à Faculdade Eclesiástica criada pelos jesuítas. Além da *editio princeps* do ISI, consultei para este trabalho, a coleção pertencente à Biblioteca Pública Municipal de São João del Rei e a coleção do antigo Colégio Caraça, em Santa Bárbara.

Na Biblioteca do ISI, foram encontrados onze tomos dos quinze que compuseram a primeira edição da obra do Padre Antonio Vieira; são eles os números II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIV. Contudo, segundo Júlio de Moraes, em artigo da revista portuguesa *Brotéria*, só podem ser consideradas como “primeira edição”, livros que guardam determinadas características, como certas ornamentações ou a presença de incorreções tipográficas; as demais seriam o que o articulista chamou de “edições clandestinas”. Seguindo as observações do autor, pode-se concluir que, dos dez tomos, apenas três pertencem à primeira edição; são eles os tomos VI, VII e X. O cuidado dos editores em copiar a edição original se estende à errata, que é mantida na nova edição, mas, no corpo do texto, os erros desapareceram. Isso acon-

7 Em seu livro *A ilha do dia seguinte*, Umberto Eco vai utilizar esse tipo numa homenagem a Aldo Manucio, reforçando assim o diálogo com o período Barroco.

tece, por exemplo, no tomo V; os erros constantes na errata desapareceram no texto. No tomo 6, que supõe-se ser uma primeira edição, os erros permanecem.

Dentre os livros da coleção do ISI, somente o tomo X não foi publicado por Miguel Deslandes. Esse tomo, que traz a segunda parte da *Rosa Mystica*, foi impresso na oficina Craesbeckiana e não apresenta no frontispício o emblema da Companhia de Jesus. Os tomos de número II a XIII foram impressos, pelo mesmo Miguel Deslandes, já o tomo catorze foi impresso por outro Deslandes, Valentius da Costa Deslandes. Contudo não varia o patrocinador da edição, foram todos feitos a “à custa de Antonio Pereyra, Mercador de Livros”.

MARIA
ROSA MYSTICA
EXCELLENCIAS, PODERES,
E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO

COMPENDIADAS
EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGRICOS
fobre os dous Evangelhos della Solemidade, Novo, & Antigo
OFFEREGIDOS
À SOBERANA MAGESTADE DA MESMA
SENHORA,
Pelo P. ANTONIO VIEIRA,
DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO
de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de
que por sua immentia Benignidade, & poderosissima Inter-
cessão sempre sahio livre.

II. PARTE.



LISBOA.
Na impressão Craesbeckiana. Anno M. DC. LXXXVIII.
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.
Com todas as Licenças, & Privilegio Real.

A coleção apresenta lombadas diferentes, o que pode indicar que os volumes não formam um conjunto original. No “desenho” da lombada percebe-se a variação do espaçamento entre os “gomos”: os tomos II, III, V, VI, VII, IX, XII e XIV têm cinco espaços, e os tomos VIII, X e XI apresentam seis. Apesar disso, as capas são muito semelhantes na cor, no tipo usado para marcar o tomo e na grafia do nome de Vieira, que, por sua vez, também varia no interior do tomo; aparecendo grafado em alguns volumes com Y e em outros com I.

A capa da coleção é de couro marroquino e está em bom estado de conservação, ao contrário das páginas internas dos tomos mais antigos que apresentam perfurações de insetos e as páginas estão se separando da encadernação. Os últimos tomos estão em bom estado. Nas páginas internas, um leitor pouco cuidadoso marcou partes do texto com um lápis vermelho; essas marcas aparecem em quase todos os tomos, no corpo do texto, sublinhando-o ou riscando-o, e nas bordas. No tomo 10, aparecem traços de caneta e, eventualmente, em outros tomos, traços de lápis de cor.

A coleção está toda marcada por um *ex-libris* que foi colado na primeira folha, mas não está preenchido. Outros *ex-libris* mais simples aparecem, também podem ser vistos na forma de pequenas tiras de folha pautada, com o nome do proprietário. As diversas bibliotecas por onde a coleção passou, também deixaram suas marcas. Seguindo as marcas dos antigos proprietários, podemos “rastrear” a história mais recente da coleção. Contudo, dificilmente saberemos através delas quem foi o primeiro proprietário. É quase certo que essa coleção pertenceu a particulares antes de pertencer às diversas instituições dos jesuítas.

Comparando essa edição com outra obra do século XVII, também pertencente ao ISI podemos perceber como a edição dos *Sermões* é mais rústica. O pequeno livro *Praxis Exercitiorvm Spittualium P.N.S. Ignatii*, do Padre Sebastiano Izquierdo Alcarazense, foi publicado em Roma, pela Typis Varesij, em 1678. Ele traz o emblema da Companhia de Jesus, que tem, porém, um traço mais fino e delicado do que o usado por Miguel Deslandes. Todas as bordas das páginas são decoradas por uma guirlanda de flores e há gravuras de metal ilustrando todo o livro. É um texto em latim, portanto com um público leitor bem mais amplo que a edição portuguesa dos *Sermões*.

Apesar do nome *Sermões*, nessa edição são reproduzidas também exórdias e cartas, além de observações sobre a vida de Vieira, como a que aparece no tomo VII sob o título de “Advertência Necessária”. O tomo VIII contém, ainda, textos sobre os sonhos de São Francisco Xavier sob os títulos de “Xavier Dormindo” e “Xavier Acordado”. Aparecem também nesse tomo, textos de dedicatórias de outros padres da Companhia. Os tomos finais são de papéis diversos, que incluem a censura de Vieira ao livro de Antonil.

Os livros são abertos pelo frontispício, que especifica a parte da obra, e os nomes do tipógrafo e do editor. Em alguns tomos, também aparecem uma dedicatória; Vieira ofereceu ao rei D Pedro, à sua irmã e à Nossa Senhora. As dedicatórias aos reis revelam a dependência que o autor ainda tem das autoridades do Estado.

O frontispício é seguido das aprovações ou censuras e das licenças: primeiro aparece a da religião, seguida, pela do Santo Ofício, a do Ordinário, e, finalmente, a do Paço. É justamente nas licenças e aprovações que a figura do censurado – o autor – funde-se à do censor. Em dois tomos, Vieira desempenha os dois papéis e, então, intenta controlar duas vezes a leitura de seu texto. Na Sexta parte, é ele mesmo quem dá a licença da Religião, apresentando-se como Visitador da Província do Brasil e Pregador de Sua Majestade. É ele quem concede a licença ressaltando, porém, que os “seus” sermões foram examinados e aprovados por outros membros da “mesma Companhia”. No tomo 13, publicado depois de sua morte, sua aprovação aparece na licença da ordem. Nessa licença, ele se divide em *Antonio Vieyra da Companhia de Jesu Visitador da Província do Brasil*, que dá a licença ao *Padre Antonio Vieyra, Pregador de Sua Magestade* em julho de 1689.

O fato de Vieira ocupar ao mesmo tempo o papel de censor e censurado, de-

monstra que não havia grande variação entre esses dois lugares. A autoria não se opõe à ordem, que autoriza a publicação dos livros. Se em algum momento de sua trajetória política, Vieira meteu-se em conflitos, esses conflitos se mostraram contingências e não implicam em um confronto com a cosmovisão de seu tempo.



L I C E N Ç A S .

Da Ordem.

Antonio Vieyra da Companhia de Jesu Visitador da Provincia do Brasil, por comissão que tenho de N.M.R.P. Tyiso Gonçalves, Preposito Géral, dou licença para que se possa imprimir hum Tratado, cujo titulo he, *Palavra de Deos empenhada, & desempenhada*, composto pelo Padre Antonio Vieyra, Prégador de Sua Magestade; o qual foy revisto, & approvedo por Religiosos doutos della, por Nós deputados para isso; & em testemunho de verdade dei esta sub-scripta com o meu final, & sellada com o sello de meu officio. Dada neste Collegio da Bahia aos 19. de Julho de 1689.

Antonio Vieyra.

Após as licenças, encontramos a errata seguida de um sumário que tem como nome “*Sermoens, que contém essa Segunda Parte*”, cujos títulos são numerados com algarismos romanos e as páginas com algarismos arábicos. Ao final de cada tomo, encontramos dois índices: o *Index Locorum Sacre Scripturae* ou *Índice dos Lugares da Sagrada Escritura*; e o *Índice das couzas notáveis*, no qual os temas tratados são apresentados com um pequeno trecho do texto ou um pequeno resumo.

No tomo 14, editado após a morte de Vieira encontramos um *Índice Universal*, que foi elaborado em ordem cronológica, dividido em *Sermões das festas móveis* e *Sermões das festas imóveis*. Encontramos, também, uma parte de papéis variados, com sermões relacionados aos eventos políticos e ainda censuras que Vieira havia feito para outras publicações. São duas as censuras, uma ao livro de Antonil, *Harmonia da Escritura Divina* e a história de São Domingos da Província de Portugal.

Proponho, para a conclusão deste trabalho, uma comparação entre a *editio princeps* e edições mais recentes da obra de Vieira, o que nos propicia algumas observações sobre a postura dos editores, um dos agentes de controle da leitura. Tomarei para essa análise a edição da Lello & Irmão Editores, de 1951, com prefácio do Rev. Padre Gonçalo Alves, e nota dos editores. Comentarei também, a edição da Nova Alexandria, que traz três sermões da Quarta-feira de Cinzas; essa edição, intitulada *A Arte de Morrer*, foi organizada por Alcir Pécora, professor da Unicamp, que teve publicada e premiada sua tese de doutoramento, *Teatro do Sacramento*, sobre a relação entre os sermões de Vieira e a política, trabalho sobre o qual também tratarei. É também de Alcir Pécora, reconhecidamente o maior entendido da obra de Antonio Vieira na atualidade, a edição dos Sermões feita pela editora Hedra, que abordarei ao

final. Analisarei a edição dos *Autos do Processo de Vieira na Inquisição e a Apologia das coisas profetizadas*, ambas organizadas por Adma Muhana, que igualmente apresenta um interessante estudo sobre Vieira em sua dissertação de mestrado; o primeiro livro foi editado pela Unesp (Universidade Estadual de São Paulo) e pela Fundação Cultural do Estado da Bahia e o segundo pela editora Cotovia de Lisboa.

Compartilhando uma perspectiva da edição com Chartier, tentarei demonstrar a diferença e as semelhanças entre o período barroco e a modernidade na elaboração do livro. Chartier, tratando da questão do editor, lembra que:

...as formas físicas – por meio das quais os textos são transmitidos aos seus leitores (ou ouvintes) – afetam o processo de construção do sentido. Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua representação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1994, p. 35)

A liberdade de expressão tornou-se uma das principais bandeiras da luta pelas liberdades individuais, a partir da democratização das relações sociais, construídas na Revolução Francesa e na luta pela independência das colônias européias. Assim, a imprensa e a edição de livros começam a demonstrar maior independência em relação às autoridades religiosas e civis. Licenças e censuras, do começo da era da impressão, foram substituídas por prefácios ou ensaios críticos. Dessa maneira, a voz autorizada recomenda e não simplesmente permite a leitura do texto. Na edição de 1951, da Lello & Irmão, encontramos a autorização concedida pelo próprio Vieira e seus pares no primeiro volume, que traz um “*Prologo do Auctor*” constante da *editio princeps*, e a apresentação de um reverendo. Vozes seculares, também investidas de autoridade, vieram se somar às das autoridades eclesiásticas. As edições contemporâneas passaram a ser acompanhadas de apresentações e ensaios críticos feitos por intelectuais reconhecidos, cujas leituras são legitimadas por teses acadêmicas e pesquisas sobre a obra.

Na edição da Lello, o prefaciador não deixa de registrar “um a um, na série dos séculos todos os elogios em honra do insigníssimo Vieira, tecidos pelas mais eminentes individualidades religiosas, literárias, sociais”. A essa apresentação, seguem-se os elogios que partiam do Papa Clemente X, de reis, como D. João IV e D. Pedro II, de censores da obra, do Padre Manuel Bernardes, por “vários lexicógraphos portuguezes e estrangeiros”, da poetisa brasileira D. Amélia Rodrigues e de Pinheiro Chagas, entre outros. As licenças cederam lugar às vozes reconhecidas e autorizadas que justificam a reedição da obra de Vieira. Nesta edição também falam os editores:

É com íntimo desvanecimento que encetamos a publicação completa de todos os sermões de Vieira, crentes em que prestamos assinalados serviços às letras pátrias, a todos quantos pregam, lêem, estudam e cultivam a nossa esplêndida literatura clássica. (VIEIRA, 1951, p. XXXV).

Em meio a esse cacho de adjetivos, os editores se esquecem de falar que os livros de Vieira sempre tiveram uma boa aceitação do público, através dos séculos, e que continuam sendo procurados.

No volume 1 da edição da Lello, exceto pelo “Sermão da Sexagésima”, os sermões não são os mesmos que aparecem no primeiro tomo da *editio princeps*. Essa diferença se deve ao intento anunciado pelos editores na nota de apresentação que visava exceder “na forma esthetica” a edição original, através da

notulação crítica de muitos sermões onde resplandece a eloquência e o gênio do primacial orador, na ordem litúrgica, finalmente, do ano religioso em que vão dispostos, formando volumes regulares e uniformes os Sermões do Advento, Natal, Circuncisão, Epiphania, Quaresma, Paschoa, Pentecostes e *infra annum*, os panegíricos de Nossa Senhora e dos Santos, os gratulatórios, os eucarísticos, os fúnebres, os políticos, os deprecatórios, os parentéticos, os genethliacos, os prognósticos, e os quinze Sermões que Vieira compôs e consagrou à glorificação de S. Francisco Xavier (VIEIRA, 1951, p. XXXVI).

O projeto inicial de Vieira aparece na carta ao leitor da primeira edição e foi reproduzido pela Lello sob o título de prólogo. Tal projeto, que ele próprio, afinal, não seguiu, propunha que:

uns serão panegíricos, outros gratulatórios, outros apologéticos, outros, políticos, outros bélicos, outros náuticos, outros funerais, outros, totalmente, ascéticos: mas todos quanto a matéria o permita (e mais do que em tais casos se costuma) morais. (VIEIRA, 1951, p. LXIII)

A opção final de Vieira foi editar os que estavam “mais prontos”; o que deu liberdade aos editores posteriores para reorganizar a obra conforme melhor lhes convinha. Porém, o pregador acrescentou, talvez à guisa de justificava: “E creio te não será menos grata esta mesma variedade para alterar assim, e alumiar o fastio, que costuma causar semelhança.” (VIEIRA, 1951, p. LXIII)

Como podemos perceber, os novos editores não deram atenção a essa observação, e reuniram no mesmo volume, o volume I da Lello, o conjunto dos *Sermões da Dominga do Advento*. O mesmo fez Alcir Pécora, quando optou por reunir os sermões que tratam do tema da *artes moriendi*, ainda que tenha feito a ressalva de que “são três sermões magistras, e muito diversos entre si”, talvez, exatamente para prevenir o leitor do “fastio da semelhança”. Já na edição da Hedra, Pécora explicita sua opção: reunir “todos os meus favoritos” (PÉCORA, 2001, p. 9).

A edição d’*A Arte de Morrer* merece algumas observações sobre seus aspectos formais. Já na capa, encontramos uma referência à *editio princeps*, na figura de um arranjo floral claramente inspirado numa decoração que aparece na I parte da *Rosa Mystica*. Porém, o singelo cesto de trançado de palha, encontrado na primeira edição, foi substituído por uma ameaçadora caveira. A troca reflete a opção contemporânea pela redundância: se si trata da morte, é “adequado” explicitá-la com uma caveira. O engenho barroco foi substituído por uma mensagem óbvia. O artista do

século XVII jamais se mostrava ambíguo ou óbvio, ele construía enigmas, cujo sentido só era alcançado após a compreensão das partes. “A *ars* se articula segundo a *techné*”, ou seja, artifício e arte do engenho. A arte era pressuposta como um princípio de análise e outro de síntese, como uma idéia de jogo que está em toda parte. Assim, era agudo aquele que encontrava a relação entre opostos, tanto autor, quanto público. A capa traz essa relação na medida em que apresenta flores e caveira; porém, o título desmancha o engenho, já que arte liga-se a flores, e caveira a morte. A capa, que poderia ter a estrutura de uma espécie de emblema, no qual um texto se liga a uma imagem produzindo uma simbologia, cria apenas redundância.

Na parte interna do livro, encontramos capitulares e decorações ao final do texto. O diálogo da decoração das capitulares se faz mais com tais letras do começo do século XX, que com as do período barroco. As letras aparecem dentro de uma decoração de colunas; a letra **B** é acompanhada por um barril de madeira cortado; a letra **E** aparece com uma roda também cortada. Ao contrário das edições seiscentistas, onde a letra é decorada por arranjos que a destacam, aqui ela aparece deslocada, intrusa, numa ornamentação à qual ela não pertence. As decorações no final do texto trazem homenzinhos com trajes medievais, bufões em cenas que remetem para a leveza. Esses desenhos, assim como os ornamentos seiscentistas, não fazem referências ao texto, tampouco não remetem à iconografia do período.

A edição do *Teatro do Sacramento* de Alcir Pécora tem uma belíssima capa; ela apresenta, no centro, uma imagem de São Miguel e Almas cujo gesto aponta para a falta da balança, atributo dessa representação. A escolha de uma imagem incompleta aponta para a falta, o apagamento que a memória sofre e sobre o qual os pesquisadores posteriores vão trabalhar, buscando completar um pouco mais os documentos que permanecem. Em torno de São Miguel, encontram-se a reprodução de um mapa, de uma partitura, de um frontispício e de duas caravelas, todos são documentos que auxiliam o pesquisador na sua jornada rumo ao passado. O miolo foi impresso em papel creme – Polem Rustic Areia, tal como a edição d’ *A arte de Morrer* e da *Apologia das coisas profetizadas*. A tonalidade varia, mas a opção por um papel que remeta às coisas amarelecidas pelo tempo permanece.

Os livros organizados por Adma Muhana são mais bem acabados, ambos com capa dura, que confere à edição melhor preservação. Para a *Apologia das coisas profetizadas*, Adma preparou apenas a organização e a fixação do texto, de modo que seu nome só aparece na parte interna do livro. Já na edição de *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*, o nome de Muhana aparece na capa, com a descrição de todo o seu trabalho – “edição, transcrição, glossário e notas” – explicitando o papel do editor como co-autor; ainda que o livro contenha textos de diversas autoras, constantes do processo, o nome que aparece na capa em destaque é o da pesquisadora. Uma encadernação interna com a reprodução de um manuscrito sobre um fundo marrom e uma reprodução fac-símile de uma folha do processo com o carimbo da Torre do Tombo lembram que Muhana é uma pesquisadora que trabalhou com documentos originais num trabalho de crítica genética. O trabalho com fontes origi-

nais é um trabalho de “reconstrução – ainda que impossível na sua totalidade – de um material fragmentado, espedaçado, lacunar, sujeito às intempéries da história, do jogo do tempo, dos vazios da memória e dos buracos das páginas” (CURY, 1993, p. 80). O editor, na crítica genética, reconstrói os fragmentos do tempo, dá-lhes uma nova ordem e os espacializa em forma de livro, posicionando-se ao lado do autor, como aquele que dirige a leitura do texto.

A opção dos editores mais recentes da obra de Vieira tem sido por uma organização temática, facilitando a leitura para o leitor que busca temas específicos na vastíssima obra do orador ou mesmo a compreensão de um período através de assuntos pertinentes à cosmovisão dominante da época, como o tema da *artes moriendi*, abordado por Pécora e o da Santa Inquisição, do livro de Muhana.

Editio Princeps dos *Sermões* do padre Vieira consultadas para este trabalho.

Coleção de Obras e Raras da Biblioteca do ISI:

Lisboa: Miguel Deslandes, tomos: II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIV. M DC LXXXII a M DCC X. e Officina Craesbeckeana, tomo VI, M DC LXXXVIII.

Biblioteca Municipal de São João del Rei, MG.

Tomos: II, III, V, VI, VII, X, XII, XIV

Antigo Colégio Caraça - Santa Bárbara, MG.

Tomos: II, III, IV, V, VI, VII, XI (a coleção possui alguns tomos repetidos)

CRONOLOGIA DAS PRIMEIRAS EDIÇÕES PORTUGUESAS DOS SERMÕES⁸

1644_____ Publicado em Madrid, dois tomos de sermões traduzidos para o castelhano; texto deturpado e contendo sermões alheios que o autor renegou.

1668_____ Sermão não pregado e impresso por ordem do Padre Manuel Fernandes, confessor de D. Pedro.

1679_____ 1ª edição dos *Sermões* - Primeira Parte

1682_____ 1ª edição dos *Sermões* - Segunda Parte

1683_____ 1ª edição dos *Sermões* - Terceira Parte

1685_____ 1ª edição dos *Sermões*

1686_____ 1ª edição da *Rosa Mystica* - Primeira Parte

1688_____ 1ª edição da *Rosa Mystica* - Segunda Parte

1689_____ 1ª edição dos *Sermões* - Quinta Parte

⁸ Para outras edições ver PÉCORA (1994 e 1995), CANTEL (1960) e AZEVEDO (1931).

- 1690 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Sexta Parte
 1690 _____ Palavra de Deus Empenhada e Desempenhada
 1692 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Sétima Parte
 1694 _____ *Xavier Dormindo e Xavier Acordado* - Oitava Parte
 1696 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Undécima Parte
 1699 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Parte Duodécima
 1710 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Tomo XIV
 1718 _____ 1ª edição do “Livro Antepimeiro” da *História do Futuro*
 1722 _____ Opúsculo com o título de *Notícias Reconditas* em defesa dos cristãos novos, atribuído à Vieira, publicado em Londres em italiano pelo rabino de origem portuguesa David Neto.
 1735 _____ 1ª edição das *Cartas*, organizada pelo Conde de Ericeira e o oratoriano Antônio dos Reis.
 1746 _____ Publicação dos poemas *Vozes Saudosas*, pelo jesuíta André de Barros⁹.
 1748 _____ 1ª edição dos *Sermões* - Tomo XV e publicação de *Voz Sagrada*, ou Suplemento às *Vozes Saudosas*.

Referências

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.
- ALCARAZENFE, Sebastiani Izquierdo. *PRAXIS EXERCITARVM SPIRITUALIUM. P.N.S. IGNATII*. Roma: Typis Varesij. M DC LXXVIII. col. obras raras da Biblioteca do ISI.
- DE KEMPIS, Thomæ. *Vitorius Christiani Soliloquim Animæ*. Colon: Ioannem Kinckium e socios. M. DC.XLIII.col. Particular.
- AL CORÃO*. Trad. Mansur Challita. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacinal Gibran. S/D.
- AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antônio Vieira*. Porto: Livraria Clássica, 1931.
- AVILA, Afonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- BARTHES, Roland. *A Aula*. Trad. e Pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.
- CALVINO, Ítalo. *A Palavra Escrita e a não escrita*. Jornal do Brasil, caderno Idéias, 3 de Agosto de 1996.

⁹ André de Barros foi o primeiro biógrafo de Vieira e teve acesso às anotações de uma espécie de diário do sermônista que desapareceu.

CANTEL, Raymond. *Prophetisme et Messianisme dans l'oeuvre d'Antonio Vieira*. Paris: Hispano-Americana, 1960.

50 ANOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA. Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. Belo Horizonte. 1941-1991. (folder).

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros - Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary del Priore. Brasília: UNB, 1994.

CURY, Maria Zilda Ferreira. A pesquisa em acervos e o remanejamento da crítica. In: *Manuscritica* - Revista de Crítica Genética, n. 4, dez, 1993.

DAHL, Svend. *História del Libro*. Trad. Alberto Adell. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

DELEUZE, Gilles. *A Dobra Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papyrus, 1991.

EULALIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. In: *Língua e Literatura*: Revista do Departamento de Letras da FFLCH da USP. São Paulo: Ano XIV, 1989.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Palavra, Mito e História no Sermão dos Sermões do Padre Antônio Vieira. IN: *Narrativa - Ficção & História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. trad. de M. P. Villalobos e L.L. de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiros, 1985.

IGUINIZ, Juan B. *El Libro*. México: Porrúa, 1946.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LIMA, Rachel Esteves. O Ensaio na crítica brasileira contemporânea. in: *Revista de Estudos de Literatura*. Fale, UFMG. Belo Horizonte: vol. 3 , outubro de 1995.

LIMA, Rachel Esteves. *A Reação ao Beltrismo*. (inédito)

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.

MORAIS, Julio. Edições clandestinas dos Sermões do P. Antônio Vieira. *Brotéria*, XXXIX: 11, 1939.

MOTTA FILHO, Edson. *Noções de Conservação de Material Arquivístico*. Apostila.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-teórico-política*. São Paulo: Edusp/Unicamp, 1994.

PERUCCI, Suely. Iluminuras nos Livros de Compromisso de Irmandades e Ordens Terceiras de Ouro Preto e Mariana: uma Abordagem. *Revista do IAC*. Ouro Preto: dez. 1994, n. 1.

PESSOA, José Eduardo Marco. *Conservação de Documentos Manuscritos e Impressos*. Apostila.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SOUZA, Eneida Maria de. Tempo de Pós-crítica. Cadernos de Pesquisa. Belo Horizonte, Napq/Fale/UFMG, n. 20/nov.1994.

SOUZA, Laura Mello e. Pombal, déspota ilustrado. In: *Jornal de Resenhas*. São Paulo: Folha de São Paulo/ Discurso Editorial/USP, 07/08/96. Especial. p.9.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia: Problemas de Fronteira*. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

VIANA, Mário Gonçalves. *Antologia de Sermões Padre Antônio Vieira*. Ensaio Histórico-Crítico. Porto: Educação Nacional, 1939.

WAGNER, Klaus. *Martin de Montedoca y su prensa: contribución al estudio de la imprenta y de la bibliografía sevillanas del siglo XVI*. Anales de la Universidad Hispalense. Serie; Filosofia y letras, n. 63. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1982.

A negação prefixal nas *Cartas da Bahia* do Pe. Antonio Vieira

Lucas S. Campos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

De posse dos conceitos básicos referentes ao processo de gramaticalização e da descoberta de uma possível trajetória desse processo de mudança linguística, iniciou-se a análise das *Cartas* do Pe. Antonio Vieira, nos seus anos finais na Bahia, editadas por José Lemos Azevedo, através da Imprensa Nacional de Lisboa, no ano de 1971. Foi possível detectar no “corpus” construções em que ocorre o passo inicial do processo de gramaticalização do *não* como prefixo, isto é, o seu emprego precedendo o participio em orações subordinadas adjetivas reduzidas, estágio em que os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo ambos representados pelo item lexical *não* se enfraquecem, criando uma área de intersecção entre o advérbio e o prefixo.

ABSTRACT

This study is based upon the concepts referring to the grammaticality process and of the discovery of a possible development of the process of linguistic change. The study focuses on the letters of Father Antonio Vieira during his last years in Bahia, edited by José Lemos Azevedo, through Lisbon's National Press in 1971. In the corpus under analysis, it was possible to detect constructions in which the initial step of the grammaticality process of *não* appears as a prefix, i.e. its usage preceding the participle in adjectival reduced sentences. In this stage, the limits between the free form of the adverb and the fixed form of the prefix both represented by the lexical item are not weakened, thus creating an intersection area between the adverb and the prefix.

A pesquisa intitulada “A trajetória de gramaticalização dos prefixos na história da língua portuguesa” vem sendo desenvolvida no Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, contando com o apoio do PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa, da Universidade Federal da Bahia – UESB, através do projeto GRAM – Aspectos da Gramaticalização na História do Português.

Neste artigo, apresentam-se os resultados dos dados colhidos nas *Cartas da Bahia*, do Pe. Antonio Vieira.

Uma vez que se vem estudando as modificações experimentadas pelos prefixos de negação no decorrer dos séculos, tentando-se explicar a trajetória empreendida pelo *não* que, originalmente um advérbio, vem também sendo empregado como prefixo, foram tomados como base os pressupostos teóricos do Funcionalismo, corrente lingüística que, de acordo com Neves (1997, p.1), é difícil ser caracterizada, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos, em geral, ligam-se diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram e não a características definidoras da corrente teórica em que eles se inserem.

Dentro, porém, do que vem sendo denominado *funcionalismo*, existem modelos muito diferentes, entre os quais podem ser destacadas similaridades suscetíveis de se constituírem num denominador comum, capaz de fornecer a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Partindo desse princípio, a autora aponta que qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural tem como questão básica a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

A análise funcionalista examina a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões lingüísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação; portanto, paralelamente à noção de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se, no funcionalismo, um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

No seio do Funcionalismo insere-se a gramaticalização, processo que tem sido objeto de estudos variados e conceituação diversa.

Lehmann (1982, p.VI) denomina gramaticalização “o processo que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical.”

Heine e Reh (1984 *apud* Castilho 1997, p.26) conceituam gramaticalização como “uma evolução na qual as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica e em substância fonética”. Consideram-na um tipo especial de mudança lingüística situada no *continuum* que se estabelece entre unidades independentes e unidades dependentes tais como clíticos, partículas auxiliares, construções aglutinativas e flexões.

Hopper e Traugott (1993, p.18) a definem como “the study of grammatical forms, however defined, viewed as entities undergoing processes rather than as static objects.”¹

Castilho (1997, p.31), enfim, conceitua o processo de gramaticalização, como:

o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Como todo fenômeno de mudança lingüística, a gramaticalização não ocorre de forma estanque, mas lenta e gradualmente, a partir de uma série de estágios que se desencadeiam paralelamente a alterações semânticas, oriundas de dois processos bastante produtivos, a metáfora e a metonímia.

A metáfora vem sendo indicada como ponto central da mudança semântica, como um elemento que se refere à mudança de sentido de uma situação externa para uma situação avaliativa, perceptiva, cognitiva ou até mesmo textual. São vários os conceitos de metáfora, mas a maioria deles compartilha de características comuns, particularmente no que se refere à associação lógica de sentido das palavras ou expressões envolvidas e à transferência de um sentido mais concreto para um mais abstrato. Muitos estudos têm demonstrado ser o processo de gramaticalização fortemente influenciado por associações metafóricas.

A metonímia diz respeito à mudança de um significado, ocasionada por itens que se associam sintaticamente. Processa-se a partir da necessidade de tornar a mensagem mais completa e segue a direção imposta pela clareza e relevância da informação.

A metáfora está ligada ao problema da representação e a metonímia ao problema de como expressar as atitudes do falante. A metonímia expressa a mudança de

1 O estudo das formas gramaticais vistas como entidades em processo e não como objetos estáticos.

sentido, mas, no processo de gramaticalização, não tem o *status* equivalente ao da metáfora.

O processo de gramaticalização é regido por princípios dos quais selecionamos alguns entre os indicados por Lehmann, Hopper e Castilho:

- Obrigatoriedade: a nova forma obedece às regras e princípios do paradigma em que se insere.
- Condensação: simplificação das formas gramaticalizadas e dos constituintes com os quais elas se relacionam.
- Fixação: a nova forma apresenta perda de liberdade sintática.
- Divergência: permanência da forma lexical original como um elemento autônomo, suscetível de sofrer as mesmas mudanças que um item lexical comum.
- Especialização: a forma gramaticalizada assume um novo sentido semântico mais geral.
- Persistência: permanência, na forma gramaticalizada, de traços do significado da forma original.
- Decategorização: a nova forma assume atributos das categorias secundárias.
- Reanálise: é uma nova interpretação, baseada em inferências aplicadas a formas antigas, a partir de conhecimentos prévios, o que resulta na mudança de sentido das mesmas; ou seja, parte-se do princípio da *abdução* que é distinto da indução e da dedução. Através da abdução, apagam-se os limites entre determinados constituintes, estabelecendo-se novos “cortes”, sem alterar a manifestação superficial da unidade sobre a qual se está operando.

Em pesquisa anterior, com base em um *corpus* constituído por 122 exemplares do jornal “A Tarde”, Campos (2000, p. 109-112) considera a classe gramatical da forma base a que se associam os prefixos de negação, como a variável que representa um aspecto fundamental, para que se possa compreender e explicar a gramaticalização do *não* como prefixo.

Foi, então, detectado o emprego do *não*, como prefixo, junto a:

substantivos:

- (1) Os inspetores constataram a NÃO-EXECUÇÃO de serviços.

adjetivos:

- (2) (...) cada pessoa leve um quilo de alimento NÃO-PERECÍVEL. e

participios empregados como adjetivos:

- (3) As inscrições de textos (...) NÃO-EDITADOS (...) poderão ser feitas até o dia 15.

Constatou-se que o emprego do *não* prefixal ocorre com maior frequência junto aos participios – 61 ocorrências em 224 registros, o que representa 27% do total de ocorrências, correspondendo a um peso relativo de .69; em seguida, com os adjetivos – 85 ocorrências em 491 registros, ou seja 17% do total, chegando-se a um peso relativo de .50. Os substantivos constituem a classe mais refratária ao emprego do *não* prefixal, com apenas 14% de frequência absoluta (53 ocorrências em um universo de 382), o que se reflete no peso relativo de .38, considerado desfavorecedor.

A partir da análise dos dados concluiu-se serem esses valores perfeitamente ajustados à visão subjacente à proposição dessa variável, uma vez que se previa uma escalada na gramaticalização do *não* como prefixo.

Considerando uma possível trajetória de gramaticalização, admitiu-se, no ponto de partida do processo, ser o *não* empregado como advérbio normalmente em orações subordinadas adjetivas desenvolvidas, como no exemplo a seguir:

- (4) O veículo era dirigido por pessoa QUE NÃO ERA HABILITADA

O passo seguinte (e talvez decisivo) do processo ocorre com a forma reduzida dessas orações subordinadas adjetivas, que se realizam com a forma verbal no participio:

- (5) O veículo era dirigido por pessoa NÃO-HABILITADA.

Nesse estágio, os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, ambos representados pelo item lexical *não*, se enfraquecem perigosamente criando uma área de intersecção entre as duas categorias propostas. O passo seguinte é a extensão do uso do *não* – agora efetivamente como uma partícula anteposta, ou um prefixóide, como exemplificado em:

- (6) NÃO SATISFEITOS, alguns fiscais investiram contra os estudantes.

Porém, junto a um adjetivo, o *não* ainda pode ser analisado como um advérbio, já que a essa categoria gramatical se atribui também a função de modificar o sentido de um adjetivo. Embora a gramática tradicional estabeleça que o advérbio é a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio, em se tratando do advérbio de negação, a incidência é sempre sobre o verbo da oração. Fato diverso ocorre quando o *não* passa a ser empregado com os substantivos, como exemplificado em (7):

(7) A NÃO-OCORRÊNCIA de acidentes pode ser creditada à sorte.

Nesse momento, não se sustenta mais a análise tradicional do *não* como advérbio, já que, normalmente, o escopo de atuação dessa categoria não inclui os substantivos. Fica, assim, caracterizada a gramaticalização do *não* como prefixo.

De posse dos conceitos básicos referentes ao processo de gramaticalização e da descoberta de uma possível trajetória desse processo de mudança linguística para o *não*, iniciou-se a análise das *Cartas* do Pe. Antonio Vieira, nos seus anos finais na Bahia, editadas por José Lemos Azevedo, através da Imprensa Nacional de Lisboa, no ano de 1971. A exemplo dos procedimentos metodológicos adotados em trabalhos anteriores, a recolha das amostras caracterizou-se como um *levantamento lexical*, isto é, percorreu-se o texto em busca de ocorrências de itens lexicais portadores de um dos prefixos tradicionais de negação (*a-*, *des-*, e *in-*) ou de substantivos, adjetivos ou participípios, empregados como adjetivos precedidos do *não*.

Essa estratégia permitiu observar e confrontar não só o desempenho dos prefixos de negação encontrados no *corpus*, como também a possível origem de cada um dos derivados por eles formados. No tocante a esse trabalho, entretanto, centramos a atenção no emprego do *não* como prefixo, conforme os resultados que passamos a apresentar.

Foi possível detectar nas cartas, construções em que ocorre o passo inicial do processo de gramaticalização do *não* como prefixo, isto é, o seu emprego precedendo o participípio em orações subordinadas adjetivas reduzidas, estágio em que os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, ambos representados pelo item lexical *não*, se enfraquecem criando uma área de intersecção entre o advérbio e o prefixo:

Não esperada - ... Chegou o correio de Pernambuco com excepção NÃO ESPERADA, porque faltou a costumada mercê e honra da carta de V. Ilm^a. Outras muitas me entregou o mesmo correio, posto que tarde, em todas as quais leio uma novidade tão alheia do favor de V. Ilm^a para com os religiosos da Companhia ... (CB, CCXXIX, l. 2 - p. 570)

Não infusas - Só afirmo a V. M.^{as}, sem paixão nem affecto próprio, que os meios de salvar as almas, principalmente deste gênero, em nenhuma religião estão mais bem ordenados estabelecidos que na companhia, pelo fundamento das linguas, NÃO INFUSAS pelo Espírito Santo mas aprendidas com imenso trabalho. (CB, CCLVI, l. 50 - p. 638).

Foi também detectada a segunda fase do processo de gramaticalização do *não* como prefixo, anteriormente descrito, representada pela extensão do seu emprego junto a um adjetivo, embora, nesse caso, ainda possa ser analisado como um advérbio, já que a essa categoria gramatical se atribui também a função de modificar o sentido de um adjetivo.

Não ingrata - De mim só posso dizer a V. Ex.^a. que ainda vivo, nunca esquecido, como devo, de rogar à Divina Majestade nos guarde e conserve a vida de V. Ex.^a por muitos anos, como a Pátria NÃO INGRATA e os criados de V. Ex.^a havemos mister. (CCLXVIII, l. 101 - P.662).

Não livre - Meu Senhor - Muito desejara eu, pois que não posso de outro modo, ao menos com a pena própria, transladar neste papel alguma parte das idéias ou confusões que revolve dentro de si o coração e mal cabem nele; mas nem mão tenho para escrever nem juízo para ditar, NÃO LIVRE ainda totalmente de umas sezões malignas em que foram os delírios contínuos. E, posto que do que falei neles não puderam os circunstantes entender a causa de me sobrevir este acidente lendo as cartas que me chegaram no primeiro da frota, a que V. S.^a. o poderá coligir facilmente. (CB, CXCIX, l. 5 - p. 503).

Observa-se que nos dois últimos exemplos a língua dispõe de um antônimo lexical para os adjetivos precedidos pelo “não”: *grata* e *presa*, o que indica uma opção do autor pelo emprego da partícula negativa na posição prefixal.

Assim, os dados obtidos são considerados relevantes para a consolidação da tese de gramaticalização do *não* como prefixo, sendo o período compreendido entre os séculos XVII e XIX revelador não somente no sentido de elucidar a trajetória de gramaticalização desse item lexical, mas também no que diz respeito à revelação das primeiras ocorrências do *a-*, com sentido negativo, visto que na documentação consultada no período compreendido entre os séculos XIII e XVII não foi detectado o emprego desse prefixo com valor negativo.

Referências

- AZEVEDO, José. *Cartas do Pe. Antônio Vieira*. t. 2, p. 463-712. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971.
- CAMPOS, Lucas. *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2001.
- CAMPOS, Lucas. 2004. *A negação prefixal na história da língua portuguesa*. Tese de doutoramento, Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
- CASTILHO, Ataliba. A gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: EDUFBA, 1997.
- COROMINAS, José; PASCUAL, José. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980.
- CUNHA, Antônio. Geraldo. *Diccionario etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ERNOUT, Antonie.; MEILLET, Antonie. *Dictionnaire etymologique de la langue latine – histoire des mots*. 13 ed. Paris: Klincksieck, 1951.
- FERREIRA. Aurélio. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA. Aurélio. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin français*. Paris: Hachette, 1934.
- HEINE, Bernard; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F.. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul. *Some recent trends in grammaticalization*. Annu. Ver. Anthropol 25, 1996.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization a programatic sketch*, *akup*, n.48, v.1, 1982.
- LI CHING. *Sobre a formação de palavras com prefixo no português actual*. In: Separata do Boletim de Filologia XXII, p. 3-100, 1973.
- MACHADO, José Pedro. *Diccionario etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. (3 v.) Lisboa/São Paulo: Confluência/Horizonte, 1967.
- NEVES, Maria. Helena. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, [1977] 2001.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed., melhorada e aumentada em Lexeologia e Formação de palavras e Sintaxe do Português Histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

Estudo de processos de gramaticalização e de semanticização de preposições: expressão das relações de instrumento e modo

Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

À luz da teoria funcionalista, faz-se um estudo dos processos de gramaticalização e de semanticização de preposições nos séculos XIV, XVI e XVII. Trata-se de itens que expressam relações de INSTRUMENTO e MODO, na função de adjunto adverbial, adotando-se também os pressupostos da teoria localista. São enfocados textos representativos de cada século indicado, a saber: século XIV – *Diálogos de São Gregório*; século XVI – *Livro das obras de Garcia de Resende*; e século XVII – *Cartas do Maranhão* de Antonio Vieira. Vale ressaltar a importância desses textos, uma vez que nos *Diálogos de São Gregório*, emprega-se o português arcaico, correspondendo ao período, em que não havia ainda a normatização e tendo como características grande variação na escrita e forte influência do latim; o *Livro das obras de Garcia de Resende*, do século XVI, época em que houve a normatização, embora o texto apresente ainda como característica certa variação na escrita, porém com uma língua não tão próxima do latim; e, finalmente, nas *Cartas do Maranhão* de A. Vieira, percebe-se a presença da normatização, tratando-se de um texto que apresenta uma escrita mais cuidada e sem variação. No que se refere à aplicação da teoria localista, verifica-se que as preposições, apesar de exprimirem, inicialmente, relações espaciais, com o passar dos séculos, se abstraem, cada vez mais, chegando a expressar também relações temporais e relações ainda mais abstratas.

ABSTRACT

This work is intended to study the processes of grammaticalization and semanticization of prepositions in the 14th, 16th and 17th centuries, according to the fundamentals of the functionalist and localist theories. These are items that express relations of INSTRUMENT and MODE, functioning as adverbials. The texts studied are representative of each century: 14th century – *Diálogos de São Gregório*; 16th century – *O Livro das obras de Garcia de Resende*; 17th

century – *Cartas do Maranhão* by Antonio Vieira. The texts are important for different reasons: *Diálogos de São Gregório* was written in archaic Portuguese, at a moment when a norm did not exist, with many differences in word spelling and strong influence from Latin. *O Livro das obras de Garcia de Resende* was written after the norm was created. However, it still presents variations in writing, although the language is not so close to Latin. *Cartas do Maranhão* was written in accordance with the norm, presenting a language with no variation. As far as the localist theory is concerned, the prepositions that initially expressed space relations became more and more abstract and finally got to express time relations and even more abstract relations, with the passage of time.

Roselyta Maria Galvão Fagundes Poggio

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A luz da teoria funcionalista, faz-se um estudo dos processos de gramaticalização e de semanticização de preposições nos séculos XIV, XV e XVII. Trata-se de textos que expressam relações de INSTRUMENTO e MODO, na função de adjunto adverbial, adotando-se critérios de preposições da teoria localista. São analisados textos representativos de cada século localista de acordo com o século XIV – *Diálogos de São Gregório*; século XV – *Cartas do Maranhão* de Antonio Vieira; século XVII – *Cartas do Maranhão* de Antonio Vieira. Vale ressaltar a importância desses textos para o estudo das relações de São Gregório, que se o português arcaico, correspondendo ao período em que não havia ainda a normatização e sendo como características grandes variações na escrita e forte influência do latim, e para o estudo da teoria de Fagundes, época em que houve a normatização. Quanto ao texto analisado ainda como característico desta variedade de texto, tal porém com uma função não tão próxima do latim e instrumental, nos *Cartas do Maranhão* de A. Vieira, percebe-se a presença de normatização, tratando-se de um texto que apresenta uma escrita mais cuidada e sem variações. No que se refere à aplicação da teoria localista, verifica-se que as preposições, apesar de exprimitarem inicialmente relações espaciais, com o passar dos séculos, se abstratizam, tendo por isso, chegado a expressar também relações temporais e relações ainda mais abstratas.

This work is intended to study the processes of grammaticalization and semanticization of prepositions in the 14th, 15th and 17th centuries, according to the fundamentals of the functionalist and localist theories. These are texts that express relations of INSTRUMENT and MODO, functioning as adverbials. The texts studied are representative of each century: 14th century – *Diálogos de São Gregório*; 15th century – *O Livro das obras de Garcia de Resende*; 17th

000000

000000

1 Introdução

Este trabalho insere-se em uma pesquisa maior, no projeto que estuda os processos de gramaticalização e os campos semânticos das preposições.

De início, na tese de Doutorado, fez-se um estudo das preposições, partindo-se da sua etimologia e investigando-se a trajetória desses elementos de relação no latim do século VI e no português arcaico do século XIV.

Dando continuidade a esta pesquisa, realizou-se um trabalho com alunos do Curso de Especialização, enfocando o estudo desses elementos de relação em textos do século XVI, pesquisa esta que teve como resultado a elaboração de algumas monografias, finalizando-se com a publicação de um livro (2004).

No momento atual, no Projeto coletivo “Aspectos da gramaticalização na história do português” – GRAM, vinculado ao PROHPOR, estão sendo analisadas as preposições no século XVII, nas *Cartas do Maranhão e da Bahia* do Padre Antonio Vieira.

Fez-se um estudo comparativo das preposições nos diversos séculos pesquisados, com o objetivo de examinar os processos de gramaticalização de algumas delas e verificar as mudanças semânticas ocorridas com esses elementos, desde a sua origem até o século XVII, buscando-se também comprovar os postulados da teoria semântica do localismo, ao aplicá-los ao estudo das preposições.

A gramaticalização pode ser vista como um processo pancrônico, que apresenta uma perspectiva diacrônica porque envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica porque implica variação, sem referência ao tempo.

Assim, em termos diacrônicos, investiga-se a origem das formas gramaticais e analisam-se os processos históricos. Segundo P. Hopper e E. Traugott (1993), a gramaticalização é considerada como um parâmetro explicativo para a compreensão da gramática sincrônica. Nesse último aspecto, o estudo está voltado para a investigação dos fenômenos sintáticos e pragmático-discursivos.

Uma das mais conhecidas abordagens semânticas que pode ser aplicada ao

estudo da gramaticalização é a localista (HJELMSLEV 1935; ANDERSON, 1971, 1973; LYONS 1967, 1977; POTTIER 1974; HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER, 1991), segundo a qual, há expressões espaciais, linguisticamente mais básicas do que outras espécies de expressões, servindo de moldes estruturais para elas. De acordo com essa hipótese, muitas estruturas que aparecem na gramática podem ser derivadas do domínio do espaço. Conforme assinalam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 12), a acepção de 'modo' corresponde ao grau maior de abstração na escala apresentada pela teoria localista.

Para a elaboração deste trabalho, partiu-se do caminho inverso do que foi estudado anteriormente. Fez-se um levantamento das preposições integrantes de cada campo semântico nos textos dos diversos séculos enfocados, estabelecendo-se uma comparação entre eles.

2 Campo semântico do instrumento

Para o campo semântico do INSTRUMENTO, no latim do século VI, estão documentadas as preposições: **A/ AB, AD, CUM, DE, PER, PRO** e **SUPER**, como se vê nos exemplos abaixo:

LATIM

Século VI:

AB

[...] *sic Moyses in heremo edoctus **ab** angelo mandatum dedit.* (DSG, 1, 20, 3-4)

('E outrossi Moises no deserto polo anjo aprendeu aquelas cousas'. (DSG, 1, 2, 26))

AD

[...] *cumque his, qui **ad** videndum eum venerat.* (DSG, 1, 40, 23-24)

('E pois aquel lavrador [...] soube per aqueles que o conhecian quen era'. (DSG, 1, 11, 5))

DE

[...] *ad horam viro refectionis illius ex vicina silva corvo venire consueverat, et panem **de** manu eius accipere.* (DSG, 2, 91, 18-19; 92; 1)

('E quando veo a hora de comer, el seendo ja aa mesa, veo huu corvo dua mata

que está preto do moesteiro, a qual el sempre dava pan con sa mão, ca sempre naquela hora o corvo hi viinha'. (DSG, 2, 8, 10))

EX

[...] *quo vocato, alii quoque septem fratres ex nomine sunt vocati.* (DSG, 1, 47, 23)

('E depois desto chamaron outros sete frades e cada huu per seu nome'. (DSG, 1, 16, 7-8))

PER

[...] *eumque per capillos tenuit, rápido quoque curso rediit.* (DSG, 2, 90, 10-11)

('[...] e travou dos cabelos do monge [...] e tiroo-u aa riba'.. (DSG, 2, 7, 6))

SUPER

[...] *super semetipsum sacros códices in pelliciis saeculis missos dextro levoque latere portabat.* (DSG, 1, 33, 8-9)

('Per si meesmo levava os livros santos en que estudava en seu colo e en sacos de peles, huu do lado destro e outro do lado seestro'. (DSG, 1, 7, 23))

Entretanto, ao se fazer o estudo etimológico desses elementos, pôde-se verificar que cada um deles possui um sentido de base diferente. Assim, **A/ AB** têm o sentido de 'afastamento do exterior de', **AD**, 'direção', **DE**, 'afastamento de cima para baixo', **EX**, 'afastamento do interior de', **PER**, 'percurso' e **SUPER**, 'situação superior'.

Nos textos do século XIV, que se referem à tradução dos textos latinos dos *Diálogos de São Gregório*, estão registradas, no campo semântico do INSTRUMENTO, as preposições **CON**, **DE**, **PER/ PELO** e **POR**.

PORTUGUÊS

Século XIV:

CON

[...] *ben como se o quebrantasseim con hua pedra.* (DSG, 2, 3, 13)

DE

E porque aas vezes o achavan jazer antr'as mouteiras vestido das peles das animalhas. (DSG, 2, 1, 16)

PER

[...] ali deve homem sofrer aqueles que son maaos, quando son muitos ajuntados ensembra huu a outro bõõ **per** cujos bõõs eixemplos se poden correger. (DSG, 2, 3, 55)

POR

E el tan toste enviou **polos** menihos, que ja fezera ir deante. (DSG, 1, 28, 33).

Como se pode observar, todas essas formas foram herdadas do latim, conservadas na passagem para o português. Etimologicamente, **CON** significa ‘companhia’, **DE**, ‘afastamento de cima para baixo’, **PER/PELO**, ‘percurso’ e **POR/POLO** (de **PRO**), ‘em frente de’. Vale ressaltar que todas essas formas possuem o sentido de base diferente.

No que diz respeito ao campo semântico do INSTRUMENTO, nos textos do século XVI, estão documentadas as formas **A**, **COM**, **DE**, **PELA** e **POR**, exemplificadas a seguir:

Século XVI:

A

[...] tratavam em matar el-rey **a** ferro ou com peçonha [...] (GR, p. 231, l. 2463-2464)

COM

E desi os preceitos da lei e os mandamentos da Igreja, **com** um tratado de ouvir a missa [...] (JB, p. 240, l. 52)

DE

[...] e os cavaleyros ajuntaram hua coroa de espinhos e poseram-lha sobre a cabeça, e vestiram-no **de** hua vestidura de púrpura [...] (GR, p. 518, l. 306)

PER

[...] que, **pela** tua Santa Cruz, remiste o mundo [...] (JB, p. 285, l. 165)

POR

E antes de Pero Jusarte partir, ho marquês **por** Lopo da Gama cavaleyro de sua casa mandou mostrar [...] (GR, p. 189, l. 1227)

Verifica-se também, nesse caso, que todas essas formas foram herdadas do latim e conservadas na passagem para o português, tendo como sentido de base: **A**, ‘direção’, **COM**, ‘companhia’, **DE**, ‘afastamento de cima para baixo’, **PER/ PELA**, ‘percurso’ e **POR** (de **PRO**), ‘em frente de’.

Já no texto do século XVII, nas *Cartas do Maranhão* de Vieira, estão documentadas as preposições **COM** e **POR**, também conservadas do latim, sendo exemplificadas a seguir:

Século XVII:

COM

[...] mandou logo três ministros de justiça, **com** três decretos seus, que mos fossem notificar a qualquer navio onde eu estivesse. (AV, CM, p. 274, l. 234)

POR

Os do Conselho Ultramarino, e todos os mais ministros **por** cujas mãos passaram estes dois requerimentos, se edificaram muito deles, [...] (AV, CM, p. 278, l. 336)

Ao se comparar os textos das duas línguas, percebe-se que, no português dos séculos XIV, XVI e XVII, houve uma redução no quadro das preposições usadas para expressar o INSTRUMENTO, uma vez que, na passagem para a língua portuguesa, as formas **A/ AB** e **EX** desapareceram e que, nessa língua, não se registra o emprego de **SOBRE** (< **SUPER**) para expressar esse conceito. Entretanto, nesse século, foi acrescentado o emprego da preposição **COM**, uso que se mantém ainda no momento atual.

A título de exemplificação, observa-se que, enquanto a língua latina prefere a sinonímia ao empregar várias formas, como **A/ AB**, **EX** e **DE** para expressar o conceito de AFASTAMENTO, com diferenças sutis entre as mesmas, a língua portuguesa opta pela polissemia, empregando, por exemplo, a forma **DE**, para expressar esse conceito (AFASTAMENTO).

Entretanto, após a análise, percebe-se um enriquecimento semântico desses itens no português.

No que diz respeito ao processo de gramaticalização, pode ser observado que as formas latinas **AB** e **EX** desapareceram como preposições, sendo usadas apenas como prefixos na língua portuguesa; as demais preposições encontram-se entre aqueles itens que se mantiveram na trajetória para o português, passando apenas por algumas alterações fonéticas (**AD**, **DE**, **PER/ PRO** e **SUPER**); além do mais, as preposições latinas **PER** e **PRO** se fundiram no português, tendo como resultado a forma **POR**.

Pode-se constatar que são empregadas preposições provenientes do latim e conservadas na língua portuguesa, em todos os períodos observados. Também se pode verificar que, para expressar as relações de QUALIDADE: INSTRUMENTO, em todos os textos do português aqui analisados, houve o emprego das preposições **COM** e **PER/ POR**.

No que se refere à aplicação da teoria localista, observa-se que, com relação às preposições aqui estudadas, o que ocorreu foi que, apesar de exprimirem, inicialmente, relações espaciais, com o passar dos séculos, se abstraem cada vez mais, chegando a indicar também relações temporais e relações ainda mais abstratas.

3 Campo semântico do modo

Para o campo semântico do MODO, no *corpus* do latim do século VI, estão documentadas as preposições: **A/AB**, **AD**, **CUM**, **DE**, **EX**, **EXTRA**, **IN**, **INTER**, **PER**, **PRO** e **SUPER**, como se vê nos exemplos abaixo:

LATIM

Século VI:

AB

- (1) [...] *sed quia ab infirmis potest mentibus dubitari*- (DSG, 2, 133, 25-26)
(‘Mais porque aqueles que son de pequena fé poden duvidar’ (DSG, 2, 12, 6))

AD

- (2) [...] *adque ad sacrum ordinem accessit*. (DSG, 2, 104, 15)
(‘[...] e feze-se ordiar d’ ordiis sagradas.’ (DSG, 2, 16, 7))

CUM

- (3) [...] *ut qui sancto viro Fortunato pueros cum praetio reddere oboedientia subiectus noluit*. (DSG, 1, 65, 5-6)
(‘Depois que aquel que non quis obedecer ao santo bispo nen lhi dar os meniños polo preço que lhi dava’ (DSG, 1, 28, 41a))

DE

- (4) [...] *quia cuius cor sese in alta suspenderit, nequaquam verba de ore illius incassum cadebant*.’ (DSG, 2, 114, 5-6)

(‘Ca aquel que sempre tragia seu coração raigado no amor de Deus non podia palavras dizer que fossen em vão e em devaneio’ (DSG, 2, 23, 4))

EX

(5) [...] *cumque iam tardius ad cellam redissent, benedictionem patris **ex** more petierunt* (DSG, 2, 99, 5-6)

(‘E quando se tornaram para o mosteiro foron tomar a beençon do honrado padre San Beento assi como era do custume’. (DSG, 2, 12, 5))

EXTRA

(6) [...] *eiusque mentem in extasi rapuit, **extra** se quidem, sed super semetipsum fuit*. (DSG, 2, 82, 21-23)

(‘E estes taes com quer que anden **fora de** si meesmos pero non caen sô si’. (DSG, 2, 3, 45))

IN

(7) [...] *cum repente turbo caelitus factus, rebus illic omnibus **in** sua stabilitate manentibus*. (DSG, 1, 38, 3-6)

(‘E enton levantou-se huum vento [...] e todalas outras cousas que no logar siiam ficaron a salvo.’ (DSG, 1, 9, 5))

INTER

(8) [...] *cumque adhuc ad mensam sederent, et **inter** sacra conloquia tardior se hora protraheret*. (DSG, 1, 126, 4-5)

(‘E, seendo ainda aa mesa, porque se deleitavan en falar de Deus’ (DSG, 2, 33, 8))

PER

(9) [...] *sed dum in eis multos ire **per** abrupta vitiotum cernerit*. (DSG, 2, 71, 7-8)

(‘E porque San Beento vio muitos daqueles que en estas artes estudavan envoltos en mui pecados’ (DSG, 2, 1, 17))

PRO

(10) [...] *quem eisdem verbis **pro** praedictis puerolis iterum episcopus rogavit*. (DSG, 1, 64, 2-3)

(‘E o bispo o rogou com grande homildade que lhi desse aqueles menihos.’ (DSG, 1, 28, 27))

SINE

(11) [...] *adque ad eorum habitaculum tendens, sine benedictione de monastério exissit.* (DSG, 2, 116, 13-14)

([...] e sa madre mais ca devia partiu-se do moesteiro sen lecença e sen beençon do abade. (DSG, 2, 24, 3))

Ao se fazer o estudo etimológico desses elementos, pôde-se verificar que cada um deles possui um sentido de base diferente. Assim, **A/AB** têm o sentido de 'afastamento do exterior de', **AD**, 'direção', **CUM**, 'companhia', **DE**, 'afastamento de cima para baixo', **EX**, 'afastamento do interior de', **EXTRA**, 'situação fora de', **IN**, 'localização estática', **INTER**, 'situação intermédia', **PER**, 'percurso', **PRO**, 'na frente de' e **SINE**, 'exclusão', todos se referindo a uma situação espacial.

Nos textos do século XIV, que correspondem à tradução dos textos latinos dos *Diálogos de São Gregório* (século VI), estão registradas, no campo semântico do MODO, as preposições **A**, **CON**, **DE**, **EN**, **PER/ PELO** e **POR/ POLO** e **SEN**, além da locução prepositiva **FORA DE**, apontadas nos exemplos a seguir:

A

(12) *E ao braado do monge que esto disse logo o espiritu maaõ entrou nos lombardos.* (DSG, 1, 64, 2-3)

CON

(13) *E os frades que hi moravan decian de cima do monte sempre con gram trabalho a hua lagoa.* (DSG, 2, 5, 3)

DE

(14) *Pedro, muitas cousas parecen boas e non-no son, se non fazen de bõõ coração.* (DSG, 1, 25, 13)

EN

(15) *En duas maneiras, Pedro, saímos nós de nós meesmos.* (DSG, 2, 3, 42)

PER

(16) *E todos aqueles que o seguen devotamente son juntos con el per devoçon.* (DSG, 2, 16, 37)

POR

(17) *E per estas palavras que el disse entenderon muitos homens por verdade que aquel clérigo [...] guardava aqueles soldos en ouro.* (DSG, 1, 19, 16)

SEN

(18) *E tomou sete menihas **sen** vestidura nen hua e meteu-se en huu horto da cela em que siia San Beento.* (DSG, 2, 8, 20)

FORA DE

(19) *E estes taaes como quer que anden **fora de** si meesmos pero non caen sô si.* (DSG, 2, 3, 45)

No que diz respeito ao século XVI, estão documentadas no campo semântico do MODO, as formas **A**, **COM**, **DE**, **EM**, **PER**, **POR**, **SEM** e **SOBRE**, exemplificadas a seguir:

A

(20) [...] *e aos brados lhe acudiram molheres [...]* (GR, p. 229, l.2399-2400)

COM

(21) [...] *a denotar que com alegria devemos oferecer a Deos.* (JB, p. 269, l.58)

DE

(22) *Pera a qual hida se ajuntaram em Alcácer donde partiram quatrocentos de cavalo e mil e dozentos homens de pee.* (GR, p. 306, l. 4709; 4710)

EM

(23) *E em muy grande maneyra criava e doctinava hos moços e a todos; [...]* (GR, p. 140, l. 107)

PER

(24) *E per ésta maneira fazem muitas outras composições .[...]* (JB, p. 329, l. 684)

POR

(25) [...] *hos quaes por modo de conselho praticou sobre o que acerca da vinda do príncipe devia de fazer [...]* (GR, p. 207, l. 1729)

SEM

(206) *Que cuidando quam proveytosa, honesta, e justificada sua embaixada era e sem razam dos despachos dela, [...]* (GR, p. 195, l. 11387)

SOBRE

(27) *E porém dalli por diante como prudente começou a entender e olhar por muytas cousas, e andar **sobre** aviso do duque e ter delle muitas sospeytas [...]* (GR, p. 186, 1141)

Já no texto do século XVII, nas *Cartas do Maranhão* de Vieira, estão documentadas as mesmas preposições que nos séculos XIV e XVI, e mais novas formas, que são as locuções prepositivas **EM NOME DE** e **POR MODO DE**, exemplificadas a seguir:

A

(28) *No caminho tomei o navio do Maranhão, que também já ia à vela, a despedir-me dos padres; [...]* (AV, CM, p. 275, l. 247)

COM

(29) *[...] com me ter visto nela tantas vezes **com** a morte tragada.* (AV, CM, p. 275, l. 263)

DE

(30) *[...] e esta foi a resposta com que os deixamos **de** alguma maneira satisfeitos, [...]* (AV, CM, p. 313, l. 203)

EM

(31) *Vieram logo buscar-nos à caravela o Padre Francisco Veloso e o Padre Tomé Ribeiro, os quais me pagaram **em** alegres abraços [...]* AV, CM, p.315, l. 251)

POR

(32) *[...] e assim eu a não tive **por** segura, até que ma entregou por escrito [...]* (AV, CM, p. 276, l. 287)

SEM

(33) *Queixou-se de que os padres se embarcassem **sem** sua licença, a que satisfaz [...]* (AV, CM, p. 326, l. 559)

EM NOME DE

(34) *Pelo que, Rei e senhor, prostrados aos reais pés de V. M., e **em nome de** todas as almas que nestas vastíssimas terras de V. M. estão continuamente descendo ao Inferno, [...]* (AV, CM, p. 305, l. 1129)

POR MODO DE

(35) [...] e para serem introduzidos a ele pedem a entrada a Fernando, que, já dissemos, representa a El;Rei, e dizem assim **por modo de diálogo** [...] (AV, CM, p. 492, l. 699)

Como se pode observar, nos três séculos estudados, todas as preposições empregadas para expressar o conceito de 'MODO' foram herdadas do latim, conservadas na passagem para o português. Etimologicamente, **A** significa 'direção', 'aproximação', **CON**, 'companhia', **DE**, 'afastamento de cima para baixo', **EN**, 'localização estática', **PER/PELO**, 'percurso' e **POR/POLO** (de **PRO**), 'em frente de', **SEN**, 'exclusão' e **SOBRE** (de **SUPER**), 'situação superior'. Vale ressaltar que todas essas formas possuem o sentido de base diferente.

Ao se comparar os textos do português dos séculos XIV, XVI e XVII com o latim do século VI, verifica-se que, além da redução do quadro das preposições, novas formas iniciam seu processo de gramaticalização. Trata-se do emprego de locuções prepositivas. No século XVI, emprega-se a locução prepositiva **FORA DE** para traduzir a preposição latina **EXTRA** e, no século XVII, as locuções **EM NOME DE** e **POR MODO DE**.

No que diz respeito ao processo de gramaticalização, na passagem do latim para o português, pode-se dizer que as preposições latinas **AB**, **EX** e **EXTRA** desapareceram, sendo empregadas como prefixos na língua portuguesa; as preposições **AD**, **CUM**, **DE**, **IN**, **INTER**, **PER**, **PRO** e **SINE** se mantiveram, apresentando, no entanto, algumas alterações fonéticas. Além do mais, no que se refere às preposições **PER** e **PRO**, ambas se fundiram, tendo como resultado a preposição portuguesa **POR**, que abarcou as acepções das duas formas latinas.

Com relação às preposições da língua portuguesa, pode-se dizer que: no século XIV, há um grupo de preposições que se mantiveram na sua trajetória do latim para o português (**A**, **CON**, **DE**, **EN**, **PER**, **POR** e **SEN**), e que, além desses itens, tem-se a locução prepositiva **FORA DE**, resultante do processo de recategorização de **ADV > PREP**, quando o advérbio **FORA** passou a ser usado, compondo uma locução prepositiva; no século XVI, apenas aparecem preposições providas do latim e mantidas no português; e, no século XVII, além das formas mantidas, há ocorrências das locuções prepositivas **EM NOME DE** e **POR MODO DE**, ambas provenientes da recategorização de Nomes (**NOME** e **MODO**) em preposição (**N > PREP**).

No que se refere à aplicação da teoria localista, como já foi referido anteriormente, observa-se que as preposições aqui estudadas, apesar de exprimirem, inicialmente, relações espaciais, com o passar dos séculos, se abstraíram cada vez mais, chegando a indicar também relações temporais e relações ainda mais abstratas.

Referências

- CASTILHO, Ataliba T. de . A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador: EDUFBA, v. 19, p. 25-64, 1997.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin français*. Paris: Hachette, 1934.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.
- LAKOFF, George, JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- LINDSAY, W. M. *A short historical latin grammar*. 2 ed. Oxford: Claredon, 1937.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio. *Lingüística e Literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004.
- POGGIO, Rosauta Maria G. F.. Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim. 3 v. *Tese* (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- POGGIO, Rosauta Maria G. Fws. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- POTTIER, Bernard. *Systématique des éléments de relations*. Paris: Klincksieck, 1962.
- SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

Violência fundadora e Antonio Vieira

Sandro Ornellas

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

O ensaio mapeia geneologicamente algumas marcas escritas da violência fundadora na cultura brasileira, tomando na sua segunda metade sermões do Padre Antonio Vieira, sobretudo alguns daqueles voltados para o contexto colonial brasileiro da escravização de indígenas e negros africanos, para pensar a violência no Brasil como atuante desde a produção de um imaginário colonial.

Para Zilda, Tatiana, Vilma e Junior

ABSTRACT

The essay maps genealogically some written traces of the founding violence within Brazilian culture. The second part of the essay deals with some of the sermons of Father Antonio Vieira, mainly some of those that are directed to the Brazilian colonial context of native Brazilian and native African slavery in order to promote some thoughts over violence in Brazil present ever since the production of our colonial imaginary.

173
Revista Brasileira de História, vol. 25, no. 50, 2005

1. Estados da violência

A violência é uma força instituinte. Para além do modelo pacificador do contrato social, o modelo conflitual da guerra se apresenta como origem oculta do surgimento das sociedades humanas, um tipo de origem à qual se acessa apenas através das marcas, das cicatrizes, das incisões, das impressões e dos rastros que o corpo social sofre e expõe à sua superfície. Os rastros são consequência dessa violência fundadora, que é a guerra, e da permanente violência da vida sobre os corpos, que se processa cotidianamente. Essa é uma força pulsante que os corpos carregam à flor da pele. A agressividade simultaneamente criadora e destruidora, a crueldade que é experimentada sob a forma de inscrições físicas, como escarificações, tatuagens e outros ritos – marcas de pertencimento –, e da lei, que quando transgredida é aplicada na forma de suplícios, castigos ou regimes disciplinares diversos (cf. FOUCAULT, 1987). O corpo é aí precisamente uma espécie de *transdutor de signos*, o principal agenciador dessa violência generalizada, para o qual “convirá dar um lugar de importância, à sua aptidão para emitir e receber signos, para os inscrever sobre si mesmo, para os traduzir uns nos outros” (GIL, 1987, p. 32). A lógica dos sacrifícios em muitas sociedades opera exatamente movida pela força dessa violência dos e sobre os corpos. Violência dos signos, violência do poder.

Tratando da passagem – talvez fosse mais preciso falar em *prensagem* – dos corpos individuais às metáforas de corpo social e de corpo político, Foucault afirma que “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 168). Isso implica que o exercício do poder também pode ser visto como um exercício criador que faz proliferar os sentidos de coletividade, um ato de força e de vivificação na prensagem dos corpos por uma escrita banhada em sangue, uma escrita que atua com a força de lei. É através da violência que se lançam sobre os corpos as pontes metafóricas que substituirão a crueldade de sangue por uma perspectivação do poder mais unificada, mais transcendente e com pretensões à universalidade. O poder passa, então, a agir sob a forma de instituições legitimadas pelos discursos escritos, na palavra de Deus, na letra da lei, no livro escolar, no manual médico – violências monopolizadas e/ou

Violência fundadora e Antônio Vieira

1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

Luís de Albuquerque

1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

of the...
fundadora...
de Padre Antônio Vieira...
com a violência no Brasil como elemento...
1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

the essay...
within Brazilian culture...
to the Brazilian...
in order to promote...
1991, vol. 25, n. 1

1991, vol. 25, n. 1

reguladas pelo Estado. Aliás, o Estado é a face sempre atualizada dessa guerra virtual, guerra instituinte da violência do *socius*.

O Estado sempre atualiza a guerra através dos seus aparelhos de captura e disciplinamento, das suas instituições capilarizadas que ordenam as práticas sociais e hierarquizam as relações humanas. Ordenamento e hierarquização que são a escrita literal da violência, da crueldade e da lei nos corpos e que são os instrumentos para que o poder se exerça mais e mais absoluto e para que a “justiça” seja efetivamente praticada. A “justiça” nesse caso é precisamente a montagem de um sistema de diferenças hierárquicas que visam manter coercitivamente a “paz” social, “paz”, no entanto, originada a partir de um Estado (oculto) de guerra. O Estado existe em toda materialidade do exercício do poder, justamente em toda escritura cuja força de impressão deixa gravadas marcas sobre os corpos, formando-os corpos educados, corpos civilizados, inculcando-lhes o autocontrole, apaziguando-lhes a reciprocidade da violência. A tradição dos *livros de civilidade* é exemplar desse controle sobre os corpos que se processou nas cortes europeias durante o início da modernidade no renascimento. Sua disseminação “adequou” a antiga nobreza medieval de tradição bélico-cruzadista a formas mais *cortesas* e *civilizadas* de sociabilidade (cf. ELIAS, 1994). O soneto a seguir, de Luís de Camões, exemplifica a ambivalência da *civilidade* que a dama retratada parece levar na expressão descrita pelo poeta, uma expressão de simultânea graciosidade e auto-censura:

Um mover de olhos, brando e piedoso,
Sem ver de quê: um riso brando e honesto,
Quase forçado; um doce e humilde gesto,
De qualquer alegria duvidoso:
Um despejo quieto e vergonhoso;
Um repouso gravíssimo e modesto;
Uma pura bondade, manifesto
Indício da alma, limpo e gracioso:
Um encolhido ousar; uma brandura;
Um medo sem ter culpa; um ar sereno;
Um longo e obediente sofrimento:
Esta foi a celeste formosura
Da minha Circe, e o mágico veneno
Que pôde transformar meu pensamento. (CAMÕES, 2003, p. 301)

A *prudência* e a *discrção* gracianescas da amada, entre a *simplicidade* e *naturalidade* do *topos* da *aurea mediocritas* e a contenção de certos gestos e movimentos (se impostos pelo olhar do poeta para a amada ou se auto-impostos através de regras de cortesia, pouco importa, no caso), é isso o que esse poema mostra da regulação social ordenada pelos novos códigos cortesãos de comportamento. Essas novas codificações decodificam a antiga violência de sangue e maquinam Estados absolutistas fortemente centralizados e hierarquizados. É sob o corpo do rei que o corpo social, a partir de então, vai se organizar; o corpo do rei é todo o sistema

político, e protegê-lo é proteger o Estado. Seu lugar é o de ponto transcendente pelo qual, por analogia, vai se montar toda a organicidade do Estado absolutista monárquico europeu entre os séculos XV e XVIII. O rei vai pacificar o Estado feudal e se erguer acima dos súditos como figura simultaneamente temporal e eterna, com o Estado assumindo a configuração de máquina centralizada de gestão do poder, também temporal e espiritual. É nesse período que se introduzirão nas monarquias européias “os exércitos regulares, a burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado” (ANDERSON, 1984, p. 17). A esse aparato do poder, se somarmos a penetração lenta, mas vigorosa, da imprensa e do livro, a máquina de inscrição de um poder absolutamente despótico se transcendentaliza e afia as presas de controle que posteriormente darão conformidade à máquina capitalista e ao Estado Moderno. O aparato do poder se subtiliza mais e mais através dos regimes discursivos que lhe dão materialidade e atuação sobre os corpos.

A rígida hierarquia política que se estabelece nesse momento tem como modelo uma hierarquia religiosa e eclesiástica. A presença da Igreja na formação dos Estados Absolutos não pode nem deve ser lida simplesmente como pretexto a um processo de dominação política. A Igreja é o principal canal discursivo, o principal duto escrito para a *epistème* das monarquias absolutas, a Bíblia é o livro e a religião é o grande texto da época. O déspota trabalha estabelecendo uma filiação direta com Deus e intermediando-o para o território e o “povo”. Daí a presença dupla do corpo do rei e sua poderosa força como principal agenciador da máquina imperial. A hierarquia celeste é representada por uma hierarquia humana, encabeçada pelo Rei:

Segundo nossa venerável tradição, toda hierarquia presta plenamente conta de todas as santas realidades que lhe são submissas. Qualquer que seja, ela totaliza de maneira perfeitamente integral todas as santas realidades que lhe pertencem. Tem-se razão, conseqüentemente, de dizer que nossa hierarquia envolve em si todas as santas realidades que pertencem à sua competência e que é graças a ela que o divino sumo sacerdote, uma vez consagrado, poderá participar em todas as mais santas operações que dele dependem, conforme seu nome grego de hierarquia (princípio do sagrado) bem o indica. Quem diz hierarquia diz, na verdade, coleção ordenada de todas as santas realidades; do mesmo modo, quem diz “hierarca” designa um homem deificado e divino, instruído com todo santo conhecimento, em quem toda a hierarquia que dele depende encontra o meio puro de se completar e de se exprimir (PSEUDO-DIONÍSIO, 2004, p. 203-4).

No Portugal clássico, as “santas realidades” são precisamente submissas à e ordenadas pela hierarquia. O “homem deificado e divino” não é um simples prelado ou o Papa, mas o próprio rei, considerado como Vigário de Cristo (“Rex vicarius Christi”). A doutrina dos dois corpos do rei (cf. KANTOROWICZ, 1998) legitima não só o entendimento da sacralidade do rei e do reino, mas também a própria inscrição do Estado como um Corpo Místico Católico, tal e qual a santa mãe Igreja Católica. Quanto à sacralidade do rei, a Unidade Divina por ele figurada se estende por todo o reino e “povo” português, constituindo a base explicativa do mito do

Milagre de Ourique, bem como do Sebastianismo. Em ambos, a escrita do reino português se funda como uma instituição divina, elaborada desde a aparição de Cristo a Afonso Henriques na batalha de Ourique, lutando contra o muçulmano e legando a toda sua descendência o privilégio de prescindir da mediação do Vaticano e do Papa para a mediação com Deus. Esse mito de fundação, que se registra como uma guerra contra os “inimigos da fé”, sugere a poderosa presença da violência como traço originário do reino que se pretende “escolhido” para a expansão da fé. Jacqueline Hermann vasculha com afincos as entrelinhas dessa escrita e avalia o quanto desse mito é escrito junto com a ascensão da Casa de Avis ao poder em Portugal, em 1385 (HERMANN, 1998, p. 149-156), o que implica no aporte de alguns traços à cena que se quer montar. O primeiro deles é a necessidade dos Avis em legitimar-se no poder perante a Igreja e os demais reinos católicos, pois a Casa fora apoiada por uma burguesia letrada de estirpe cristã-nova, contra a tradicional nobreza guerreira (REBELO, 1982, p. 195-240); o segundo traço é que, para legitimar-se, os letrados serão encarregados em escrever as crônicas dos reis e do reino, inscrevendo-lhes a marca da divindade necessária a uma nação cristã em permanente cruzada contra o muçulmano “infel”; e o terceiro traço é que precisamente com a Dinastia de Avis começa a expansão marítima e a formação do Império Marítimo Português, com a tomada de Ceuta em 1415. Assim começou a escrita do Estado Imperial Português, criando-lhe o indefectível rastro da divindade.

2. Violência colonial

É exatamente pela hierarquia que se encena o conceito de “colonial”, pois o sistema colonial possui ambivalências que ficam registradas nos seus regimes discursivos (exército, burocracia, missões, escravidão, tributos, comércio etc.), sobretudo quando ele – simultaneamente à sua codificação – se depara com a diferença. Todo um enorme esforço discursivo é feito para poder costurar essa diferença e inseri-la no regime do Estado Absoluto. E é aí que encontramos os Estados Imperiais Ibéricos, mais particularmente o Império Português, e o trabalho de escritura do sistema colonial clássico. O trabalho de viajantes, soldados, poetas, missionários, juristas, teólogos, escrivãos, administradores coloniais, simples burocratas, colonos, missivistas em geral e letrados de toda espécie em (d)escrever a paisagem natural e os ambientes sociais das colônias representa o esforço de formatação e institucionalização das novas sociedades, escritas idealmente “à imagem e semelhança” das metrópoles, com um procedimento discursivo que caminha majoritariamente igualado ao discurso de matriz religiosa. A massa de inscrições forma um sistema cuja força na instituição de um imaginário sociocultural é notavelmente visível. *Por um lado*, quando se fala da formação das sociedades coloniais, via de regra frisa-se o fator violência como sinônimo de colonização. A violência seria a força mais expressivamente atuante nos processos coloniais em toda e qualquer latitude. Quer-se rasurar a diferença em nome e sob o nome de uma Identidade cujo princípio analógico e teológico lhe é fundamental. Só que toda rasura, como a dessa

violenta escrita colonial, *por outro lado*, é também diferença, todo grafismo é motor de diferença, pois a diferença é o que sempre escapa, excede, transborda os limites (que ela mesma ajuda a implantar) do poder. E o grafismo é sempre interpretável. Se o corpo é o que sempre escapa à representação, então o mesmo corpo que sofre a violência da impressão colonial também resiste, usando da mesma força como contra-discurso, re-instaurando a luta, a guerra, seja efetiva, seja política, que se imiscui como traço fundador e permanente também das sociedades colonizadas. Se há ordenamento e hierarquização de um lado, há resistência e transgressão do outro.

No espaço colonial, *por um lado*, repete-se a mesma cena discursiva metropolitana de fundação do Estado, com a montagem de um corpo social ordenado e hierarquizado, que só existe porque fundado na instituição disciplinar de uma “paz” possível. *Por outro lado*, no entanto, o discurso colonial se depara com uma diferença que vai propiciar a esse Estado se inscrever como Império dentro de um pensamento despótico de matriz teológica. Assim, a montagem do corpo sócio-político do Império Português, escrito então como o Corpo Místico do Estado Imperial Católico Português, se dá pela subalternização da diferença territorial, racial e sexual, subalternização pela violência física, retórica e sócio-política, pelo exercício agressivo de uma inscrição de sangue sobre o corpo do outro, com sua condução ao Corpo Místico do Império. O que implica dizer que a “paz” possível, nesse instante, só é “possível” dentro da lógica da semelhança, lógica identitária, universalizante e transcendental, que quer escrever o novo mundo dentro da ordem da prosa do (velho) mundo. E junto com o novo mundo, todos os corpos que nele habitam ou para ele foram transportados são impressos, inscritos, marcados, violentados por uma escrita que os identifica forçosamente, os insere, os “adequa” aos regimes disciplinares do Império.

A construção do sujeito colonial do discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder (BHABHA, 1998, p. 107).

Apesar da concordância, não interessa diretamente a este texto as reflexões de Homi Bhabha sobre as ambivalências do discurso colonial que vazam através do desejo da diferença sexual, mas as ambivalências que se gravam de forma mais crua – também presente nas práticas do desejo sexual nas colônias, na forma de estupro e sevícias de toda espécie. De qualquer modo, o que se entrevê, tanto nas formas do desejo sexual, quanto nas formas de suplício e disciplina e nas formas estritamente retóricas, é a presença ativa, forte e violenta da hierarquização dos corpos como prática definidora do discurso do poder colonial. Assim, podemos pensar que a diferença, racial e sexual, será a *vítima expiatória e sacrificial* para o trabalho e a manutenção do poder imperial na colônia, visto que a ordem social cumpre o papel de localizar, de um lado, as diferenças sob o controle das práticas

sacrificiais de suplício, e, de outro lado, os *escolhidos* do poder, seja político seja religioso (GIRARD, 1990, p. 69).

3. A máquina colonial

Poderosa, nesse sentido, é a produção sermonística do padre Antonio Vieira, particularmente aquela produzida para a (ou como resultado da) pregação missionária nas terras do Brasil. O rastro dos sermões é, dentro da economia das produções e representações do poder colonial, muito mais agressivo e violento do que suas cartas, relatórios e textos proféticos, pois se trata de inscrições francamente premeditadas do gesto de uma “escrita de conversão” (HANSEN, 2005), na qual as ferramentas e instrumentos persuasivos eram manipulados com vistas à formatação de “discursos integrativos em que a ordem retórica do conceito engenhoso é, imediatamente, a encenação do conceito político de ordem” (HANSEN, 1992, p. 325). Portanto, o poder se monta nos sermões por um jogo analógico no qual o conceito político de ordem será análogo ao conceito engenhosamente formulado na cena do sermão. Além disso, os sermões eram enunciados em contextos pedagógicos e de conversão muito mais concretos e pontuais, o que dá ao seu discurso uma força intervencionista e um poder de inscrição bem maior.

O *Sermão da Epifania*, pregado na Capela Real, no ano de 1662 (VIEIRA, 1998a), parece ser um dos melhores textos no qual se produz a complexidade da guerra de inscrições na cena colonial. Esse sermão foi pregado por Vieira pelo motivo da expulsão dos jesuítas do Maranhão pelos colonos, após violentas disputas quanto à posse do papel do indígena na máquina colonial. Como inscrever no corpo do outro o discurso hierárquico do colonialismo e, ao mesmo tempo, inscrevê-lo legítimo no corpo político? No sermão, Vieira escreve uma espécie de *síntese disjuntiva* da máquina colonial portuguesa nas terras do Brasil, com a simultaneidade das três máquinas de representação (cf. DELEUZE, GUATTARI, 1974) funcionando e sendo devidamente hierarquizadas pela ordem retórica do discurso do padre.

A *máquina despótica de representação imperial* é a própria cena do discurso de Vieira. É o texto que o Sermão escreve. É a defesa que Vieira faz da necessidade do Império Português em ter as missões jesuíticas nas terras brasileiras, pois só com elas o re-nascimento de Cristo poderia acontecer para a fundação da “Igreja Nova” no Novo Mundo, quando gentios seriam “conduzidos” ao “Império de Cristo pela Fé”. Essa “Igreja Nova” só poderia se realizar com a concorrência das “causas segundas”, que seriam os portugueses: “Havendo Deus criado o mundo na primeira criação por si só, e sem a ajuda ou concurso de causas segundas, nesta segunda criação tomou como instrumento dela os portugueses” (VIEIRA, 1998a, p. 117). É o discurso do messianismo português justificando a expansão marítima, a chegada, a força e a violência sobre a nova terra e os corpos ali existentes. É também esse mesmo discurso que Vieira vai usar para chamar a Rainha regente e o Príncipe herdeiro – destinatários e interlocutores na cena do sermão – a atentarem para que

o reino de Portugal, enquanto reino e enquanto monarquia, está obrigado, não só de caridade, mas de justiça, a procurar efetivamente a conversão e a salvação dos gentios, à qual muitos deles, por sua incapacidade e ignorância invencível, não estão obrigados. Tem essa obrigação Portugal enquanto reino, porque este foi o fim particular para que Cristo o fundou e instituiu, como consta da mesma instituição. E tem esta obrigação enquanto monarquia, porque este foi o intento e contrato com que os Sumos Pontífices lhe concederam o direito das conquistas, como consta de tantas bulas apostólicas (IDEM, IBIDEM, p. 214).

O alvo da “ameaça” de Vieira não é necessariamente a rainha e o príncipe, mas uma nova máquina que está inevitavelmente se construindo no horizonte da época. A *máquina civilizatória de representação capitalista*, em fase de formação, cujo corpo é combatido por Vieira na medida em que visa ao lucro onívoro comandado por um novo universal, que não mais o déspota transcendental: o capital. Essa máquina civilizatória separa Igreja e Estado e “cativa” gentios, pondo-os para trabalhar numa máquina abstrata e imanente. Vieira passa boa parte do sermão recorrendo a alegorias persuasivas. Afirma que em cada re-nascimento de Cristo há um Herodes para persegui-lo e querer matá-lo e lamenta que o Herodes, dessa vez, seja também cristão. Até que, num dado momento, após recorrer à passagem em que São Paulo tira o demônio do corpo de uma escrava que dava muito lucro a seus senhores e que estes reclamam da sua conversão, assevera que

os escravos licitos e sem demônio são muito poucos: os ilícitos, e com demônio, são quantos eles querem cativar, e quantos cativam; e como o seu interesse posto que interesse infernal consiste em terem escravos com o demônio, por isso querem antes o demônio que os apóstolos, e por isso os lançam de si: Quia exivit spes quaestus eorum, perduxerunt, Paulum et Silam [Vendo que se lhes tinha acabado a esperança de lucro, levaram a Paulo e Sila (At. 16, 19)] (IDEM, IBIDEM, p. 203-204).

No corpo do sermão, Vieira usa a expressão “interesse infernal”, mas a tradução da escritura bíblica (pertencente à *editio princeps* dos sermões) explicita o nome do demônio: *lucro*. Ele concorda com o *cativeiro lícito* de escravos cristianizados, pois estes serão *salvos*, abdicando do mundo demoníaco pelo mundo revelado de Deus; mas discorda que escravos sejam usados para se obter um *lucro* contrário àquele do interesse do Corpo Místico do Império Português, que ele mesmo lembrou – conforme se mostrou mais atrás – à Rainha regente. A ocupação e inscrição do novo mundo para Vieira não apenas é uma ocupação e inscrição militar do reino de Portugal, muito menos uma ocupação e inscrição de um *socius* mercantilista, mas uma ocupação que deseja inscrever-se nos corpos e nas almas dos contingentes humanos ali localizados. Portanto, para Vieira, não é apenas da exploração dos corpos e da violência física o que se trata no processo colonial, mas de uma outra forma de violência, a violência do discurso, a violência que rasura espíritos e disciplina corpos através da conversão e “salvação” das almas. Enquanto a máquina civilizatória do capitalismo trabalha com um universal imanente, como é o capital, preocupado tão simplesmente com os corpos cativos, para transformar o valor em mais-valia, a

máquina despótica do império crê num universal transcendente, que produz, identifica e “salva” as almas pela submissão ao portador da palavra divina. Dois discursos, duas violências operando dentro da mesma cena colonial. Vieira quer encontrar o ponto ótimo para o qual os discursos caminhem, quer identificá-los, quer que repartam o torrão e dominem (“salvem”) os corpos e almas. Visão conciliadora, visão integradora, visão unitária, visão cristã. Visão que quer novamente o palco, a cena preenchida pela Companhia de Jesus, arremessada fora do palco colonial, mas reinserida nele pela fala retórica do padre. Vieira quer devolver a cena ao espetáculo teatral (NEVES, 1997, p.194-195) que ele monta na epifania do sermão.

Mas há ainda uma terceira máquina nessa cena, a *máquina territorial de representação primitiva*. Nela Vieira (d)escreve e defende um corpo designado como *pobre* – porque próximo do mundo dos animais e na natureza selvagem –, porém com uma alma “rica” e passível de ser “salva”, posto que inteligente e apta a ser conduzida ao Corpo Místico do Império Católico Português, conduzida à máquina despótica que é produzida pelo próprio discurso de Vieira. Comparando a empresa dos missionários em salvar os gentios, chamando-os à vocação cristã, à estrela que guia os três Reis Magos, Vieira afirma que

as nossas estrelas fazem as suas missões entre as pobreza e os desamparos, entre os ascos e as misérias da gente mais inculta, da gente mais pobre, da gente mais vil, da gente menos gente de quantas nasceram no mundo (VIEIRA, 1998a, p. 192).

No entanto, enquanto tenta com a máquina de representação capitalista um ordenamento – que também faz as vezes de ameaça – que ponha Estado e Igreja a participarem novamente de uma mesma potência, da máquina imperial do seu sermão, a máquina de representação primitiva está absolutamente envolvida pela aguda violência dos seus conceitos e pela ordem dialética dos seus ornamentos. Isso dá ao seu discurso força na argumentação, e à máquina despótica exatamente aquilo que ela quer: um ponto transcendente que identifica e coloniza tudo de acordo com o seu referente maior. É particularmente visando a essa integração da máquina de representação primitiva à máquina colonial que Vieira vai desenvolver “uma teoria política do corpo e da alma” (NEVES, op cit, p. 195) que estará também presente em outros sermões, dedicados, por sua vez, ao cativo de africanos e seus descendentes no Brasil, como os de Nossa Senhora do Rosário. Os corpos *pobres* de indígenas e africanos, vistos ambos como “corpos pretos”, sofreram violentas classificações discursivas e disputas de propriedade, como um verdadeiro tribunal escrito.

4. Corpos julgados

Quando se afirma que a violência é instituinte na formação de todo Estado, a afirmação se torna ainda mais inquestionável quando se trata de Estados Coloniais. A máquina territorial assenhoreada carrega junto consigo os corpos dos seus habitantes, corpos que receberão as marcas da posse, sofrerão com as penas da escrita

que sobre eles se inscreverá. Aqui, o sangue deixará seu rastro vermelho gravado à flor da pele da memória, e os corpos descendentes dos corpos supliciados habitarão o desconfortável e ambivalente lugar da docilidade e da agressividade. Da violência originária à violência cotidiana, a lógica se mantém, pois no corpo a história e a representação têm seu ponto cego. O corpo é o próprio acontecimento. Tenta-se de tudo para controlá-lo, discipliná-lo, submetê-lo, civilizá-lo, mas a violência e a agressividade que sofre com as diversas práticas de representação só servem para atizar-lhe o gosto de sangue na boca. Vide a violência intestinal que retorna com força nas sociedades pós-coloniais contemporâneas.

Os sermões de Vieira são verdadeiros tribunais de julgamento do corpo do outro. A pena é certa, mas não necessariamente a mesma, para corpos indígenas e corpos africanos: a alma só será salva aderindo ao batismo cristão, já os corpos terão fins diversos, mas sempre com o objetivo de trabalhar unido ao Corpo Místico do Império Português. Ainda no *Sermão da Epifania*, argumentando pela presença dos jesuítas no Brasil, Vieira afirma que o corpo não pode ser entregue à sua própria mercê, pois os missionários do Evangelho abririam dois caminhos:

Um caminho para trazerem os Magos à adoração, outro para os livrarem da perseguição, um caminho para trazerem os gentios à fé, outro para os livrarem da tirania; um caminho para lhes salvarem as almas, outro para lhes libertarem os corpos. Neste segundo caminho está toda a dúvida, porque nele consiste toda tentação. Querem que aos ministros do Evangelho pertença só a cura das almas, e que a servidão e cativo dos corpos seja dos ministros do Estado. Isto é o que Herodes queria. (...) Ainda que um desses caminhos pareça espiritual, e o outro temporal, ambos pertencem à Igreja e às chaves de São Pedro, porque por um abrem-se as portas do céu, e por outro fecham-se as do inferno (VIEIRA, 1998a, p.194-195).

Trabalhando unido ao corpo político do império, o corpo colonizado estaria a salvo das penas eternas do inferno. A redução do corpo indígena à condição de corpo escravo é para Vieira um ponto importante na ação dos missionários, pois os gentios não poderiam jamais continuar padecendo da mesma forma brutal após se tornarem cristãos. Como tais, eles deveriam trabalhar (no Terceiro Estado ou como um inusitado Quarto Estado?) junto ao poder temporal da coroa portuguesa, e não para a usura e cobiça dos colonos que chama a certa altura de “criminosos e malfeitores tirados do fundo das enxovias, e levados a embarcar em grilhões” (VIEIRA, 1998a, p.208). Apesar disso, Vieira afirma a certa altura não ser sua “tenção que não haja escravos” (VIEIRA, 1998a, p.204), apenas que se organizem leis para os cativeiros, tornando-os “lícitos” e definindo o raio de ação de colonos e missionários sobre os corpos indígenas. Um verdadeiro *quem é quem* nas terras coloniais do Brasil, uma definição de como cada parte envolvida vai inscrever sua participação no processo de expansão e de implantação da coroa portuguesa na colônia e qual o grau de participação da fé e do comércio nesse processo.

Todo esse argumento mostra, todavia, seu limite retórico, e também histórico, quando Vieira trata dos escravos africanos. *Sem dúvida*, não se pode cobrar a lógica

iluminista da igualdade em sujeitos históricos pré-iluministas¹. Sabe-se que os negros africanos possuíam um estatuto diferente dos indígenas para os juristas e teólogos católicos europeus. O africano já estava inscrito no imaginário europeu desde a antiguidade. Na Idade Média, a narrativa bíblica de Cam era determinante para os juízos europeus a respeito do negro. A descoberta e colonização das Américas trouxeram à cena como novo personagem o ameríndio, que passou por todo um processo de avaliação e julgamento por parte de tribunais jurídico-teológicos para se saber do estatuto da sua humanidade. *No entanto*, todo esse rigoroso historicismo não pode esquecer que em terras coloniais a presença de um enorme contingente de escravos africanos, junto aos hábitos indígenas catalogados desde cedo por viajantes, provoca uma verdadeira reforma nas categorias imaginárias e institucionais europeias. Assim, transplantar para as terras coloniais os mesmos referenciais europeus da época é legítimo metodologicamente, mas tem seus claros limites quando lemos a cena colonial como uma conjugação absolutamente singular e nova (sim, nova...), principalmente em seus elementos humanos dinâmicos. Ao mesmo tempo, na Europa, se por um lado, a lógica da semelhança que Michel Foucault identifica na *epistème* até o século XVI se estende, é certo, até os séculos XVII e XVIII na Ibéria Contra-Reformista – o próprio Foucault classifica Dom Quixote como “Herói do Mesmo” –, por outro lado, também diz ser sua busca frustrada, não encontrando mais similitudes entre mundo e livros (cf. FOUCAULT, 1995, p. 61-65). Isso na mesma Ibéria. A diferença já fraturava o imaginário da semelhança. É exatamente no dinâmico elemento humano desse século XVII fraturado que alguns sermões de Vieira vão acender um traço de fogo sobre o corpo do outro.

De maneira, irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja ou vos pareça, não é o cativo total, ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela ametade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo, porém, na outra ametade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, não sois cativo, mas livres (VIEIRA: 1998b, p. 42).

Vieira assiste à violência da escravidão e à necessidade político-econômica dela, apontando os limites da razão teológica em *Sermões do Rosário* dedicados aos africanos e seus descendentes, escravizados em condições de verdadeira crueldade e suplício no Brasil colônia. Numa série de argumentos dedicados à distinção que os senhores fazem entre si e os escravos negros da África, no *Sermão XX*, do Rosário, Vieira afirma que “entre os homens, dominarem os brancos aos pretos é força, e não razão ou natureza” (VIEIRA, 1998c, p. 323). Ele estava ciente de que o corpo negro (do africano, mas também do índio) como um corpo “inferior”, “menor”, passível de escravização era naquele momento escrito, marcado e violentado por um ato de agressão (“força”) injustificada aos olhos de Deus, injustiça que ele combate ao

¹ É o argumento defendido e repetido permanentemente por João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, em seus inúmeros e importantíssimos estudos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

desfiar toda uma série de argumentos defendendo a cor negra dos juízos de que é objeto. No entanto Vieira também se mostra absolutamente incapaz de reagir com maior veemência à escravização. Seu clamor diante do suplício do escravo africano é incomparavelmente menor, quiçá inexistente, quando aproximado da sua luta contra o “cativeiro ilícito” do indígena. Se por estes, os jesuítas sofreram perseguições e chegaram a ser expulsos do Maranhão e Grão-Pará, pelos escravos africanos, Vieira apela *retoricamente* (e uso aqui a palavra em toda a sua amplitude: tanto no sentido da lógica discursiva e argumentativa legítima e plena no sermão, quanto no de argumentação destituída de sentido legitimamente justificado) para o fatalismo providencialista cristão, que entende a vinda de Cristo para a libertação das almas pelo sofrimento encarnado dos corpos.

Ao final da quarta parte do *Sermão XXVII*, Vieira promete: “E deste cativeiro tão dificultoso, e tão temeroso, e tão imenso é que eu vos prometo a carta de alforria pela devoção do Rosário da Mãe do mesmo Deus” (VIEIRA, 1998b, p. 51). Se o sofrimento da vida e do trabalho escravo é encarado por Vieira como “salvação”, coerentemente com a lógica cristã que preside o trabalho missionário da conversão e o trabalho do próprio cristão, perspectivamente ele pode e deve ser encarado como uma redução brutal do corpo do escravo. Malgrado toda a crítica projetada sobre a ganância e brutalidade dos senhores em muitas passagens – “todo aquele que cativar será cativo” (VIEIRA, 1998b, p. 66) –, Vieira não aponta alternativas – como faz com os indígenas, tão caros às missões jesuíticas –, endossando pela omissão a escravização do negro africano, inclusive do cristianizado. Os interesses político-econômicos da conversão e da manutenção da mão-de-obra escrava ganha as cores da obviedade. Se o corpo do outro é violentamente reduzido ao ser escravizado, Vieira violenta-o duplamente ao reduzi-lo, já escravizado, a corpo sofredor, que por isso precisa ser castigado para a *salvação post mortem*.

Bem sei que alguns cativeiros são justos, os quais só permitem as leis, e que tais se supõe os que no Brasil se compram e vendem, não dos naturais, senão dos trazidos de outras partes; mas que Teologia há ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos, com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados, disse, mas é muito curta essa palavra para a significação do que encerra ou encobre. Tiranizados, deveria dizer, ou martirizados porque serem os miseráveis pingados, lacrados, retalhados, salmorados, e de outros excessos maiores, que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos (VIEIRA, 1998b, p. 66).

Vieira, com sua escrita omissa, corrobora com a inscrição de um sistema econômico que ele mesmo recrimina, e testemunha o começo da violência racial *tipicamente brasileira*, que não passa por um preconceito de origem, mas por um preconceito de cor, preconceito inscrito no corpo, não como código genético, mas como cor da pele, pura aparência. Sistema econômico e violência racial que farão a história do Brasil independente do século XIX e terão conseqüências determinantes na cultura do Brasil moderno do século XX e do século XXI. Na sua *teoria política da*

alma e do corpo, Vieira faz seu papel de forma efficientíssima: produz uma alma para o brasileiro, uma alma cristãmente temerosa e uma subjetividade fatalista; resultado, por sua vez, de toda uma maquinaria de representação e julgamento que se agarra à superfície do corpo, produz as marcas acima listadas, castigando-o, controlando-o, reduzindo-o às raíais da incorporalidade (cf. FOUCAULT, 1987, p. 9-29) e mantendo-o produtivo para o trabalho. Alma produzida por um corpo domesticado a serviço da atualização sociogenética permanente do Poder – outrora poder do corpo místico do império português, hoje poder do corpo sócio-político da nação.

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
- DELUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O anti-Edipo. O anti-Edipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GIL, José. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HANSEN, João Adolfo. Colonial e barroco. In: *América: descoberta ou invenção?* 4º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- HANSEN, João Adolfo. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (org.) *Diálogos da conversão*. São Paulo: EDUNICAMP, 2005.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PSEUDO-DIONÍSIO. A hierarquia eclesiástica. *Obra completa do Pseudo-Dionísio, o Aeropagita*. São Paulo: Paulus, 2004.
- REBELO, Luis de Sousa. Armas e letras: um topos do humanismo cívico. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1982.
- VEIRA, Padre Antonio. Sermão da Epifania. *Sermões*. v. IV. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros, supervisão do Padre Antonio Charbel, S.D.B. e de A. Della Nina, introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baêta Neves. Erechim-RS: EDELBRA, 1998a (de acordo com a edição de 1679).
- VEIRA, Padre Antonio. Sermão XX. *Sermões*. v. V. Erechim-RS: EDELBRA, 1998b.
- VEIRA, Padre Antonio. Sermão XXVII. *Sermões*. v. VI. Erechim-RS: EDELBRA, 1998c.

Itens conjuncionais em textos do Padre Antonio Vieira

Therezinha Maria Mello Barreto

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Tomando por base textos do Padre Antonio Vieira (as *Cartas da Bahia* e do Maranhão – 1651 a 1697, os três *Sermões da Quarta-feira de Cinzas* e o da *Sexagésima*), foram estudados os processos de gramaticalização empreendidos pelos noventa e dois itens conjuncionais empregados pelo autor. O estudo revelou o emprego de novos itens conjuncionais, a mudança do comportamento semântico de itens já existentes na língua e, sobretudo, os processos de gramaticalização envolvidos na formação dos itens, muitos dos quais, na época, (séc. XVII) ainda em andamento.

ABSTRACT

This paper is based on texts by Antonio Vieira: *Letters* written in Bahia and Maranhão (1651-1697), three *Quarta-feira de Cinzas* sermons (1672, 1673 and 1675) and the *Sexagésima* sermon (1655). The ninety-two conjunctive items used by the author are analyzed. The analysis shows not only the use of new conjunction items, but also the semantic changes which occurred with some conjunctions previously used in the language and the grammaticalization processes involved in the formation of all the conjunction items, some of them still in progress.

Items conjuncionais em textos do Padre Antonio Vieira

Therézinha Maria Mello Barreto

Universidade Federal de Bahia

Tomando por base textos do Padre Antonio Vieira (as Cartas da Bahia e do Maranhão - 1651 a 1697, as três Sermons da Quinta-feira de Cinzas - 1673-1675), foram estudados os processos de gramaticalização conjuncional dos itens nove e dois itens conjuncionais empregados pelo autor. O estudo revelou a emergência de novos itens conjuncionais, a mudança de comporta-mento sintático de itens já existentes na língua e a ocorrência de processos de gramaticalização envolvidos na formação dos itens, tanto nos dois períodos da época (séc. XVII) ainda em andamento.

This paper is based on texts by Antonio Vieira: letters written in Bahia and Maranhão (1651-1697), three Quarta-feira de Cinzas sermons (1673, 1674 and 1675) and the Sermones sermoes (1675). The unity-two conjuncional items used by the author are analyzed. The analysis shows not only the use of new conjuncional items, but also the semantic changes which occurred with some conjuncions previously used in the language and the grammaticalization processes involved in the formation of all the conjuncional items, some of them still in progress.

RESUMO

RESUMEN

Introdução

Este trabalho toma por base um segmento de uma pesquisa maior, tese de doutorado, intitulada *Gramaticalização das conjunções na história do português* que analisa 136 itens conjuncionais em textos do século XIII, XIV, XV, XVI e XVII, estabelecendo o confronto com textos de língua falada do português contemporâneo do Brasil e de Portugal. Tem por objetivo apontar os itens conjuncionais empregados pelo Pe. Antonio Vieira, em *Cartas* escritas na Bahia (CVB) e no Maranhão (CVM), no período de 1651 a 1697, e em quatro sermões do mesmo autor, os três *Sermões da Quarta-feira de Cinzas* (S4^a FC), de 1672, 1673 e 1675, e o *Sermão da Sexagésima* (SS), de 1655, e analisar o processo de gramaticalização empreendido pelos mesmos itens, apontando os que já haviam concluído a trajetória de gramaticalização no século XVII e os que não estavam ainda gramaticalizados nesse período.

Tentando detectar a continuidade do processo de gramaticalização dos itens ainda não gramaticalizados no século XVII, foram analisados também itens conjuncionais empregados por comerciantes portugueses em cartas escritas no período de 1763 a 1799 e publicadas sob o título de *Cartas Setecentistas*.

Sendo o Pe. Antonio Vieira um dos maiores expoentes da literatura portuguesa não é de estranhar que, em suas obras, esteja presente um rico vocabulário, uma sintaxe plena de inversões e figuras de linguagem, das quais o autor se serve para desenvolver o seu raciocínio e enriquecer os argumentos apresentados. A riqueza do seu vocabulário se reflete também no número de conjunções e correlações conjuncionais empregadas, o que nos mostra a preocupação do autor em variar os nexos utilizados para expressar relações idênticas.

São, assim, encontrados, nos textos de Vieira que serviram de *corpus* a esta pesquisa, 92 itens conjuncionais diversos, sendo 65 conjunções e 27 correlações conjuncionais.

Dentre esses itens, alguns ocorrem pela primeira vez na história da língua

portuguesa, outros apresentam-se já gramaticalizados, outros ainda se encontram numa fase intermediária do processo de gramaticalização.

Entre as conjunções coordenativas, a conjunção aditiva *e*, cujo processo de gramaticalização ocorreu ainda no latim, e é empregada, larga e repetidamente, como encadeador da narrativa no português arcaico, é utilizada, em menor escala, com esta função discursiva.

Começa a ser empregada com o valor adversativo a forma *contudo*, oriunda da justaposição da preposição *com* ao indefinido *tudo*, a qual, em textos do século XVI, ainda conserva o seu valor semântico de origem 'com todas as coisas', 'com tudo isto', e é exclusivamente empregada como um seqüenciador da narrativa. Nos textos do Padre Antonio Vieira, esse item conjuncional ora se apresenta significando 'com tudo isto', ora se apresenta já com o valor semântico adversativo, sendo empregado também, apenas como reforço adverbial ou mero seqüenciador.

(1) Sêneca não conhecia a imortalidade da alma; o mais a que alegou foi a duvidá-la, e *contudo* entendia isto. (S⁴f.C, I, I. 578-80).

(2) ... antes o aplaudiram todos os queixosos, que pela maior parte são os mais beneméritos. *Contudo*, sem fazer caso desta ou de nenhuma outra razão me sujeitei logo ao parecer de V.Exa., e em lugar daquele sermão vai outro para suprir o número. (CVB, CXLI, I. 36-40).

(3) ... e posto que se puseram em campo por nós, *contudo* contra o povo furioso, ninguém prevalece. (CVM, LXIV, I. 424-6).

Pode-se, pois, observar estar esse item conjuncional, no século XVII, em processo de gramaticalização, já apresentando a semanticização, isto é, a mudança de conteúdo semântico, porém ainda não sendo empregado como conjunção propriamente dita.

A conjunção *se*, condicional, ocorre associada ao advérbio *bem*, constituindo o item conjuncional *se bem*, de valor semântico contrajuntivo:

(4) O governo eclesiástico padece a falta de prelado *se bem* no que pertence à instrução dos neófitos e conversão dos gentios se tem acrescentado muito, com as novas missões e exercícios de doutrina... (CVM, CLXXXI, I. 29-30).

Estabelecendo essa relação de contrajunção, esse item conjuncional não existe no português contemporâneo, entretanto, seguido da conjunção *que*, constitui o item conjuncional concessivo *se bem que*.

Nota-se que, no exemplo acima citado, o item *se bem* estabelece a relação de contrajunção, num período em que a oração que o precede possui um sentido negativo, expresso pelo verbo seguido do seu argumento: *padece a falta*. Pode-se supor que, empregado inicialmente nesse sentido, tenha assumido em fase posterior, por um processo metafórico, o sentido de concessão, já que, do ponto de vista semântico, as relações de contrajunção e concessão são bastante próximas, a primeira estabelecendo uma oposição, a última também expressando uma oposição, um obstácu-

lo – real ou suposto – que, entretanto, não impede a realização do fato expresso na oração anterior.

Assim, pode-se admitir que o conteúdo semântico de contração do item *se bem* se tenha atenuado, tornando-se concessivo, quando o item conjuncional era empregado após frases afirmativas e que a associação com o *que* tenha ocorrido por analogia a outros itens conjuncionais da língua portuguesa.

Se bem que já ocorre nos textos do século XVIII, como se pode observar no exemplo abaixo, retirado das *Cartas Setecentistas*:

(5) ... e Seos navios tiveram algum em Conveniente que Deus tal permita nesse Cazo fica o Risco sobre mim. *Sebem que* dizem que aParecida vai para oPorto mais ainda emthe agora não mudou deviagem... (C.XI, I. 33-4).

Entre as conjunções subordinativas, ocorre a conjunção *sendo que*, oriunda de uma reanálise da forma verbal do gerúndio do verbo *ser*, seguida de uma oração subordinada substantiva subjetiva iniciada pela conjunção integrante *que*. Esse item conjuncional é empregado, nos textos de Vieira, na sua forma ainda não gramaticalizada permitindo a inserção de itens lexicais entre os seus elementos componentes.

(6) E faltando a El-Rey D. João por obrar todas estas somas e *sendo certo que* as há de sobrar, pois assim está profetizado, bem assentado parece que fica este segundo fundamento de nossa consequência. (CVM, LXXXIII, I. 597-600).

ou já na forma gramaticalizada, estabelecendo uma relação de causa:

(7) Não provaram neles os índios as frechas porque já sabem que as conchas de que estão armados são impenetráveis a elas, *sendo que* as frechas de cana, a que chamam tachoáras, não há saia de malha tão forte, nem tão dobrada que lhes resista... (CVM, LXV, I. 486-90).

Nos textos de língua falada consultados para a pesquisa anteriormente citada, ocorre também como encadeador da narrativa, com valor semântico contrajuntivo:

(8) Mas para a época, eu acho que esta... estávamos tão bem nós naquela época como estão os de hoje.

Sendo que eu acho que hoje evoluiu muito, mas nós não podemos ter, naquela ocasião, naquele tempo, o que os alunos têm hoje, no ginásio. (POA, inf.006, I. 447-51).

Analisando os exemplos (5), (6) e (7) percebe-se claramente como se operou a reanálise e a forma verbal, seguida de uma oração subordinada substantiva, associa-se à conjunção *que*, integrante, perde o seu valor semântico, passando, por um processo metonímico, a constituir com ela um só item conjuncional, para expressar a relação necessária ao contexto, a de causa.

Embora muito usado, hoje, no português falado, com outros valores semânti-

cos, esse item conjuncional não foi documentado nos textos de língua falada consultados para a pesquisa já citada.

Proveniente do adjetivo português *conforme*, por sua vez oriundo do adjetivo latino *conformis*, e significando 'exatamente', 'semelhante', a locução prepositiva *conforme a*, empregada no século XVI, deu origem, posteriormente, à preposição e à conjunção *conforme*.

Nos textos de Vieira encontram-se a locução prepositiva *conforme a* e a preposição *conforme*, como se pode observar nos exemplos a seguir:

(9) Torno a Lisboa, ao conde Odemira, dou-lhe a notícia da nova ordem de El-Rei e *conforme a* ela se mandou aos capitães-mores que aquela noite se embarcassem para dar à vela pela manhã, porque já não havia tempo, nem maré. (CVM. LV. 1. 158-62).

(10) Chegamos às dez horas da noite, e aqui achamos e Padre Antônio Ribeiro que ia em, demanda da cidade, *conforme* o aviso que recebera... (CVM. LXV. 1. 239-410).

A conjunção *conforme*, entretanto, não foi documentada nesses textos do século XVII, o que parece provar não ter sido ainda consumado, nesse século, o seu processo de gramaticalização.

O item conjuncional *porquanto* passa a ser empregado na sua forma gramaticalizada, conservando, porém, o valor semântico causal, já encontrado em textos de séculos precedentes:

(11) O remédio, pois, Senhor, consiste em que se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios, o que se poderá fazer mandando V. M. guardar os capítulos seguintes. Que, *porquanto* as jornadas ao sertão, que fazem, são ordinariamente perigosas, por razão dos bárbaros, para segurar os religiosos e os índios que foram nas ditas jornadas haja companhia de soldados brancos, a qual, ou inteira, ou divida lhe dá escolha, conforme a necessidade o pedir: (CVN. LXIX. 1. 16-9. 138-42).

O item *quando*, assume, unicamente nos textos de Vieira, o valor concessivo:

(12) ... e outras muitas afrontas contra a pureza e generosidade de nosso intuito, que *quando* não sejam verdadeiras, têm muito fundamento para o parecerem. (CVM. LXXX. 1. 219-21).

Nesse caso, pode-se admitir tratar-se de um arcaísmo que reflete o valor concessivo da conjunção latina *cum* que a forma *quando* substituiu.

Apesar de Cunha (1989, s. v. desde) afirmar que a preposição *desde* data do século XIV, só nos textos de Vieira aparece o item conjuncional *desde que*, em lugar de *desque* ou *des que* em uso desde o século XIII. A forma *desde* é fruto de uma nova

morfologização: o *des*, que já representava a aglutinação das preposições *de* + *ex*, aglutinou-se, novamente, a uma outra preposição *de*: *des* + *de* > *desde*.

(13) ... e na deferença de sua condição, benignidade, inteligência e atenção às chegadas do ofício, assim no militar como no político se prometem todos um felicissimo governo, não obrando, *desde que* chegou, acção em que não seja grandemente aplaudido. (CVB, CCII, I, 85-9).

Surge, também, nos textos de Vieira, a conjunção subordinativa modal *sem que*, constituída da preposição *sem*, associada à conjunção *que*, como conjunção subordinativa modal.

(14) Acho-me com muitas cartas de V. Ex^a e com mil obrigações em cada uma delas para beijar a mão de V. Ex^a outras tantas vezes, como nesta faço, *sem que* os termos do agradecimento, por mais que se multipliquem, possam igualar o número, e muito menos a grandeza, de tantas e tão excessivas mercês. (CVB, CCIII, I, 01-6).

A preposição *sem*, proveniente da conjunção latina *sine* que indicava 'exclusão', 'ausência', 'condição', 'exceção' (Gaffiot 1934, s. v. *sine*), associada à conjunção *que* passou a expressar, inicialmente, (século XVII) uma relação de *modo*, o que é facilmente explicável, uma vez que, se se exclui algo, algum motivo ou informação a respeito de um determinado fato, esse fato passa a ser diferente, ou melhor, a ter ocorrido de um modo diferente, melhor ou pior que o anterior.

Quanto ao valor semântico condicional que apresenta hoje, já era próprio da preposição latina, como foi explicado anteriormente. Nesse caso, a gramaticalização resume-se à recategorização:

preposição + conjunção > conjunção (não havendo mudança de conteúdo semântico).

A preposição *sem* constitui, ainda, com a conjunção *que* a correlação coordenativa adversativa *sem... que* '*sem... senão*', que ocorre também nas Cartas de Vieira da Bahia.

Duas outras conjunções começam a aparecer nos textos de Vieira: *posto que* e *suposto que*.

A primeira, *posto que*, em uso desde o século XV como conjunção concessiva, assume um novo valor semântico, o valor semântico causal, passando a ser empregada com verbos no modo indicativo:

(15) Parece-me que nesta concordata, a que chamo contrato, toda a condição onerosa é minha, e toda a útil dos ditos senhores, se as minhas orações por minhas não desmere-

cerem o que ao menos os sacrifícios, *posto que* meus, não podem desmerecer. (CVB, CCLXIX, l. 33-7).

Quanto à conjunção *suposto que* ocorre também nos textos do referido autor, estabelecendo uma relação de causa, ao lado da preposição *suposto*, de valor concessivo.

(16) Eu lhe fui falar, e falando-lhe somente em mim, lhe pedi que, por serviço de Deus e de S. M. e me fazer mercê, *suposto que* não podia devassar de mim, ao menos, não como ministro, senão como pessoa particular... (CVB, CCIII, l. 92-9) – relação de causa.

(17) Perguntei-lhe se se faziam também cavalos; e, como me respondeu que não, sirva-se V.Mcê de dizer da minha parte a S.Ex^{ta} que a minha especulação é tão maliciosa que *suposto* não se fazem cavalos, tenho para mim que não devem estar muito longe. (CVB, CCLXXXIII, l. 28-33) – relação de concessão.

Suposto é o particípio do verbo *supor*, proveniente do particípio latino *suppositu* –, do verbo *supponere* que, segundo Gaffiot, significava ‘colocar alguém no lugar de outra pessoa’, ‘arranjar testemunhas falsas’, ‘colocar embaixo’, podendo, quando empregado em sentido conotativo, significar: ‘submeter’.

Pode-se admitir que a forma verbal *suposto*, seguida de uma sentença reduzida de infinitivo, por um processo metonímico, tenha sido reinterpretada como preposição e assumindo o conteúdo semântico concessivo, em virtude do seu emprego em sentenças negativas ou sentenças que se seguem a sentenças negativas.

Pode-se também admitir que a forma verbal *suposto*, assim como a forma *posto*, seguida de uma oração subordinada substantiva subjetiva, introduzida pela conjunção integrante *que*, mais uma vez, por um processo metonímico, tenha sido reinterpretada, constituindo, com a referida conjunção, um único item conjuncional causal, quando empregada em sentenças com verbos no indicativo.

Pode-se ainda *supor* ter sido a conjunção *suposto que* fruto de uma analogia, com a conjunção *posto que* em virtude da semelhança das formas *posto* e *suposto*, uma vez que só foi detectada nos textos de Vieira.

A expressão *em boa hora* que, segundo Said Ali (1966, p.189), era empregada para expressar o desejo de que uma ação fosse bem sucedida, fundiu-se, constituindo o advérbio *embora*, empregado desde o século XVI.

Embora ocorre, nos textos de Vieira, em orações optativas e para indicar uma possibilidade para a realização do fato, ou melhor, a não-oposição do indivíduo ao cumprimento do fato, o que se pode constatar no exemplo seguinte:

(18) Zombem e não gostem *embora*, e façamos nós nosso ofício (SS, 894-5).

Como se pode observar, a forma *embora* ainda se encontra, no século XVII, em processo de gramaticalização.

Do seu emprego como advérbio, já com valor concessivo, por um processo metonímico, isto é, por uma reanálise, procedeu, possivelmente, o seu emprego como conjunção concessiva, no século XVIII.

A conjunção *de guisa que* ‘de maneira que’, empregada desde o século XIII, apresenta no decorrer dos séculos, formas diversas, com núcleos diversos, portadores, entretanto, do mesmo conteúdo semântico. Desse modo, tem-se nos séculos XIII e XIV, *de guisa que ~ em guisa que ~ per guisa que*, substituída no século XV pela forma ainda não gramaticalizada *de maneira... que*.

No século XVI, já com a forma fixa *de maneira que*, esse item conjuncional coocorre com ‘*de feição que*’, que, entretanto, parece ter tido curta duração, uma vez que não aparece em textos de séculos posteriores.

Nos textos de Viera, encontra-se a conjunção *de sorte que*, de idêntico teor semântico, ainda empregada no português contemporâneo, ao lado da conjunção *de maneira que*.

(19) As correntes aqui são muito arrebatadas, a largura do rio, quase a mesma, mas menos limpa por estar todo ele embicado de pedras, que não deixam de fazer grande estorvo à navegação. O rumo com que navegamos estes dias é inclinado cada dia mais a leste, *de sorte que*, ao amanhecer, já o Sol é quase pela proa. (CVM, LXV, l. 705-7).

Nos textos do século XVIII, ocorrem as formas *de modo que* e *de forma que*:

(20) ... porque tratou menos de expor as circunstâncias delle, doque Requer justificarse das queixas que entendia delle formava o ViceRey, prezistindo neste empenho *de modo que* foi necessário que o ViceRey lhe dicesse, que nem hia a sua presença tratar daquelas matérias... (D, XVIII, l. 326-31).

(21) ... e Juntamente tenho ainda alguma trinta peças dedita emcaza por que amaldita fazenda embarraniou, mas não será preçizo para eu concluir, mas *de forma que* não muleste vossa mercê bem me entendo. (d. LXXXIV, l. 11-4).

O português contemporâneo emprega, além das conjunções *de maneira que* e *de sorte que*, as conjunções *de modo que* e *de forma que ~ de formas que*:

(22) ... achava bonito... *de modo que* houve uma... uma fase que eu estranhei essa coisa de... de eles não usarem mais paletó... (RJ, inf. 128, l. 227-9).

(23) ... e por falta de uma capaci... de uma capacitação talvez técnica ou de orientação dos professores... não vá suprindo essas dificuldades que ele vai sentindo... *de formas que*... vai levando... (Re, inf. 256, l. 19-22).

Tem-se pois a seguinte escala de substituição:

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII
de quisa que						
de maneira que						
de feição que						
de sorte que						
de modo que						
de forma que						

Percebe-se que todos esses itens conjuncionais são formados com substantivos pertencentes à mesma área semântica e que expressam a mesma relação de modo. Assim, pode-se afirmar que a conjunção *de maneira que*, empregada desde o século XV, ainda não se encontra gramaticalizada, permitindo a substituição do núcleo nominal por palavras sinônimas. O significado da palavra *guisa* e, posteriormente, o da palavra *maneira*, por um processo metafórico de crescente abstratização, determinou a relação de modo expressa pelos itens conjuncionais. A associação com a conjunção *que* parece ter sido determinada por um processo analógico a outros itens conjuncionais da língua portuguesa, constituídos com a associação desse item conjuncional subordinativo.

Quanto às correlações, também podem ser citadas algumas inovações:

A correlação proporcional *quanto... tanto*, detectada nos textos do português arcaico, com as variantes:

quanto... tanto

quanto... mais... tanto mais ~ quanto... mais... tanto... mais

quanto... mais... tanto meos

tan... mais pouco... quanto moor

quanto mais... tanto mais pouco

quanto mais... tanto... mais

quanto... mais... tanto... meor... mais

quanto... tanto mais

como se pode verificar nos exemplos (24) a (29):

(24) Mas o prazer que ende avia a linhagem de rei Bam nom avia par, ca tuia que aviam en seu bando uñ dos melhores cavaleiros do mundo, e *quanto* prazer a elles *tanto* pesar a Galvam, porque a linhagem do rei Bam se esforçava. (Dem., Cap. DCXXXII. l. 28-31).

(25) E quando torno mentes empós min, vejo a riba do mar de que me parti e suspiro por ela e quanto a *mais* desejo *tanto mais* andando per esse mar a posso meos aver: ca do ben que perdeu aquel que en religion vivia *tan* toste *mais pouco* acorda *quanto moor* tempo vive enos beçes e nos prazeres do mundo. (l.1.19).

(26) E este he o que eu dixi primeiramente: que aqueles que andamos pelo mar, *quanto mais* andamos *tanto mais pouco* veemos o porto de que nos partimos, se nos pera el nom queremos tornar. (l. 120).

(27) E *quanto mais* agua deitavan os homens sobrelo fogo para apaga-lo *tanto se mais* acendia. (l.12.5).

(28) E *quanto se mais* estende aas cousas que tan maas son pela mesquidade dos homens que no mundo vivem, *tanto se meor* acha e *mais* sen amor de Deus. (l.1.15).

apresenta, no século XVII, a possibilidade de inversão dos seus termos, ocorrendo como *quanto... tanto mais* ou *tanto mais... quanto... mais*:

(29) ... porque *quanto* as setas são mais agudas *tanto mais* facilmente se despontam na pedra. (SS. l. 289-90).

(30) ... conhecendo agora que então não teve efeito aquela eleição, reservando-a Deus para a presente, *tanto mais* para estimar, *quanto* os pais estimam *mais* as filhas que as irmãs. (CVB. CCLXXXIV. l 2-4).

Assim, inicialmente apenas constituída dos indefinidos, *quanto... tanto*, essa correlação associou, no decorrer dos séculos, os advérbios *mais*, *meos* (menos), os comparativos *meor* (melhor), *moor* (maior) ou a combinação *mais pouco* e admitiu a inserção entre todos os seus termos, para, finalmente, gramaticalizar-se em formas fixas, correlações constituídas de duas partes: a primeira formada pelo advérbio *quanto*, associado aos advérbios *mais* ou *menos* e a segunda constituída do advérbio *tanto*, também associado aos advérbios *mais* ou *menos*. A inserção de termos passou também a ser permitida apenas entre as duas partes da correlação. Com a gramaticalização, pois, as correlações passaram a ter formas fixas, perdendo a liberdade para variações.

As correlações comparativas de igualdade:

tanto... como ~ tanto como

tam... como ~ tão como

Constituídas do advérbio *tanto*, do latim *tantu-* ou da sua forma apocopada *tam* e da conjunção comparativa *como* que ocorrem, no português, desde o século

XIII, apresentam, no século XVII, as variantes *tão... quanto* e *tão... quão*.

(31) ... aqui achará V. Ilm^a em mim não só o maior vereador, como sempre, mas um súbdito e servo tão afetuoso e devoto e *tão* desejoso de se empregar todo no serviço de V. Ilm^a, *quanto* pedem as repetidas obrigações e favores com que V. Ilm^a o tem honrado. (CVB. CLXXXII. 1.24-7).

(32) ... e dizem se desculpa com que assim o tem por regimento, nas instruções que trouxe do mesmo senhor, a que ninguém se persuade, e muito menos eu que *tão* interiormente conheço *quão* escrupulosa é a consciência de S. M. *quão* recta a sua justiça e *quão* sincera a verdade de sua real palavra.

Vieira emprega ainda a variante *tão... qual*:

(33) Cá apareceu um cometa aos que aos 06 de Dezembro, dia em que foi coroado el-rei, muito maior que o grandíssimo que lá vimos no ano de 80, em figura de palma, que se estendia desde o horizonte até o zênite, e levava o curso para a parte austral *tão* arrebatado *qual* nunca se viu em outro (CVB. CCXL VI. 1. 49-54).

A partir do século XVII, essa correlação é empregada, exclusivamente, na forma *tanto... como*, do português contemporâneo.

A correlação *não só... mas também* que aparece sob a forma *non solamente...* mas nos *Diálogos de S. Gregório*, texto do século XIV, apresenta formas variadas no decorrer dos séculos. Na *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, texto do século XV, o advérbio *non* e a conjunção adversativa *mas* desta correlação ocorrem seguidos da conjunção comparativa *come*:

(34) ... he nossa itençom n'este prologo muito curtamente falar *non come* buscador de novas razões, per própria invençom achadas, *mas come* ajuntador em huũ breve moolho dos ditos d'alguius que nos prouguerom... (CDP. Prólogo. 1. 06-9).

Nos textos do século XVI aparecem as variantes: *nam somente... mas, nam... mas, ão somente... mas ainda* ~ *nam somente... mas ainda*:

(35) Assi, negár a execuçam deste desejo de bem fazer, com reço de reprehões, *nam somente* seria viçiosa vergonha, *mas* eternál confusam. (DVV. p. 455. 1. 15-7).

(36) Aqui deste modo e em outros *nam* tomamos as térras per o elemento da terra, *mas* per a diversidade das provinças dela. (GLP. 343-4).

(37) Porque *ão somente* he necessario cuydallas huia vez beẽ, assy como a vosso serviço compre, *mas ainda* depois que o caminho que eu ordeno he desprezado, ainda de tornar a cuydar como se desfaraão os barrancos e córregos e se faraa mais chaão ho que outras pessoas ordenam pera que menos dano faça a vosso serviço. (CDJIII. CVI. 1. 03-8).

(38) E mais mestres/leixam os discípulos danáados per toda sua vida, *nam sòmente* com

vícios d'alma. de que poderemos dár exemplos. *mas ainda* no módo de ós ensinár. (DLNL. p. 406-7. l. 23-6).

Nos textos do século XVII, novas variantes aparecem: *não... mas, não só... senão, não só... senão também, (não só)... como também, não só... mas ~ não só... mas também*:

(39) A S. M. dou muito miúda conta de tudo o que passou na verdade. e espero da sua justiça, *não* a satisfação que todos aqui *suponham, mas* ao menos me restitua à sua graça. (CVB. CCIV. L 44-7).

(40) Finalmente. o tempo em que a missão se assentou era *não só* bastante. *senão* dobrado do que se havia mister para a prevenção e disposição dela. quanto vai de Março a Junho. (CVM. LXVIII. l. 70-2).

(41) ... e por isso *não só* então parecem mal aquelas razões *senão também*. quem as dava. (CVB. CLXXXVII. l. 39-40).

(42) ... e sendo muito maior. sem comparação. o número de negros que os dos índios. assim como os índios são catequizados e doutrinados nas suas próprias línguas. assim os negros o são na sua. de que neste Colégio da Baía temos quatro operários muito práticos *como também* outros no Rio de Janeiro e Pernambuco. (CVB. CCLI. L 25-31).

(43) Cheios estão os copiadores da Secretaria das muitas cartas. com que este mesmo António Vieira foi louvado por el-rei que está no Céu. e *não só* em resposta das minhas. *mas* em outras ocasiões de mero favor e agrado... (CVB. CCV. l 30-4).

(44) Atendeu-se neste papel *não só* ao remédio das injustiças. a que V.M. quer acudir. *mas também* ao serviço. conservação e aumento do Estado. que todo consiste em ter índios que o sirvam. os quais até agora não serviam ainda que os tivesse. (CVM. LXIX. l. 193-6).

Nos diálogos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) e do Português Fundamental (PF) que fizeram parte do *corpus* da pesquisa anteriormente citada foram detectadas as variantes: *não... mas, não somente... como, não só... como até, não só... mas, não só... como, não somente... como também, () ... mas também*.

Almeida cita ainda, para o português contemporâneo, as variantes: *não só... como, não só... também, não só... porém sim, não só... mas até mesmo*.

Como se pode verificar, esta correlação encontrava-se no século XVII, em processo de gramaticalização, o qual parece não ter sido ainda concluído, uma vez que o item conjuncional apresenta variação entre os seus elementos componentes:

(45) ... eu acho que se resumem nisso mesmo que eu acabei de dizer. não é. complementar recursos. *não somente* recursos financeiros. *como* recursos materiais. recursos de outras or... de outras ordens. né... (SSA. inf. 360. l. 648-51).

(46) E. com o correr do tempo. *não só* a casaca desapareceu das ruas. *como até* aquele traje que se usava nos dias de Sexta-feira Santa e... (SSA. inf. 203. l. 06-8).

(47) ... faço as, as diversas combinações de outras coisas (inint) por, por onde ando, *não só* na hora da refeição em casa ao meio dia, *mas* o arroz eu não dispenso, gosto imensamente, arroz, carne e legumes são, é a base da minha alimentação, que eu gosto demais... (POA, inf. 144,1. 14-8).

(48) ... mas a capela-mor é realmente surpreendente *não só* pela estrutura da capela em si, porque é muito peculiada, é uma capela-mor de tipo gótico com abóbada de nervuras e com pinturas a fresco, ch, *mas* relativamente vulgares... (PF, inf. 0090,1. 10-3).

(49) Procuo mantê-los sempre limpos, *não só* lavando duas vezes por semana, *mas...* usando outros a... artificios, outras ah... maneiras de mantê-lo limpo, sempre bem penteado. Que na profissão que eu tenho... a... apresentação é muito importante, *não só* no vestiário, *como* no aspecto geral. (POA, inf. 09-,1. 51-5).

(50) No caso, por exemplo, desse caso que eu citei da... da... da Barragem de... de Itaipu, *não somente* o governo brasileiro entra com recursos e o governo paraguaio entra com recursos também, *como também*, nas equipes de trabalho... (SSA, inf. 360,1. 552-6).

(51) ... uma espécie de bonde misto... que ele transportava o passageiro... *mas também* transportava bagagem... (RJ, inf. 128. 1. 606-8).

São empregadas apenas nos textos de Vieira:

as correlações adversativas: *não... que = não... senão*

(52) Depois de V.Mcê ter trabalhado tanto na ordem e disposição destas missões, e elas deverem a V.Mcê o ser, *não* me fica *que* pedir mais que a sua conservação e aumento... (CVM, LXXV, 1. 34-6).

(53) ... mas de um mês a esta parte, em que, livre do cuidado desta Província, *não* tenho outro *que* o da própria quietação, agora me parece cheguei a compreender o rumo da mesma felicidade, que não conhecia inteiramente. (CVB, CCLX, 1. 05-10).

(54) De onde também se convence que a minha jornada não foi tratada em conferência dos ministros, como acima se diz, pois S. M. *não* comunicou o seu intento a outra pessoa mais *que* a mim (CVB, CCXXX, 1. 40-2).

- sem... que = 'sem... senão'

(55) Ontem me veio ver a este meu deserto um soldado da frota, *sem* outro interesse *que* a curiosidade de poder testemunhar em Lisboa que ainda sou vivo. (CVB, CCLXXXIII, 1. 23-5).

- A correlação consecutiva:

tamanhas... como

(56) Saem estas tartaruginhas *tamanhas como* um caranguejo pequeno. (CVM, LXV, 1. 390-1).

Assim, dos 92 itens conjuncionais empregados por Vieira nas *Cartas* escritas na Bahia e no Maranhão, nos 3 Sermões da *Quarta-feira de Cinzas* e no *Sermão da Sexagésima*, 10 não foram detectados nos textos anteriormente consultados do século XIII ao século XVI, o que permite supor terem tido a sua origem no século XVII. São as conjunções: *sendo que*, *contudo*, *de sorte que*, *sem que*, *posto que* (causal), *suposto que*, *se bem*; e as correlações *não... que*, *sem... que*, (sem... senão), *tam-nhas... como*, estas empregadas exclusivamente pelo autor.

Desses itens conjuncionais, estão ainda em processo de gramaticalização, no século XVIII *sendo que*, *contudo*, *de sorte que*, *se bem que*.

Entre os outros 82 itens conjuncionais empregados por Vieira, de origem anterior ao século XVII, apresentam modificação de comportamento sintático, semântico ou discursivo:

1. a conjunção aditiva *e*, que, como já foi especificado, teve o seu uso reduzido como seqüenciador da narrativa;
2. a conjunção *quando*, que é empregada, exclusivamente por Vieira, como conjunção concessiva;
3. a conjunção *porquanto* que passa a ser empregada com a forma já gramaticalizada, conservando o valor semântico causal já encontrado em textos dos séculos precedentes;
4. a conjunção *des que* a qual apresenta uma nova forma *desde que* com a aglutinação de uma outra preposição *de*;
5. os itens *conforme* e *embora* que se apresentam em processo de gramaticalização, não sendo ainda empregados como conjunções;
6. a correlação *já... já* que apresenta um comportamento sintático diverso do que se verifica no português contemporâneo, uma vez que é empregada para alternar mais de dois itens lexicais ou sintagmas;
7. a conjunção *de maneira que* e a correlação *não só... mas também*, que parecem não estar ainda gramaticalizadas, apresentando modificações nos termos componentes;
8. do mesmo modo, a correlação comparativa *tanto... quanto* ~ *tão... quanto* e as correlações proporcionais *quanto mais... mais*, *quanto mais... menos*, *quanto menos... mais*, *quanto menos... menos* que, ainda no século XVII, não apresentam formas fixas.

Ter e Haver nas Cartas do

Mattoso do Padre Antonio Vieira

THESE DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROFESSOR ORIENTADOR: DR. JOSÉ CARLOS

Este trabalho tem por objetivo analisar a utilização dos termos *ter* e *haver* nas cartas de Padre Antonio Vieira, século XVII, em português europeu. Para isso, foram analisados os textos de uma amostra de cartas, com o intuito de identificar as ocorrências e o contexto de uso desses verbos. Os resultados mostram que *ter* e *haver* são utilizados de forma semelhante ao português moderno, embora com algumas particularidades relacionadas ao período histórico e ao contexto literário. A análise também revela que a distinção entre *ter* e *haver* não é sempre clara, refletindo a transição entre o português clássico e o moderno.

Palavras-chave: português europeu, século XVII, *ter*, *haver*, Padre Antonio Vieira.

This study aims to analyze the use of the verbs *ter* and *haver* in the letters of Padre Antonio Vieira, 17th century, in European Portuguese. For this purpose, a sample of letters was analyzed in order to identify the occurrences and the context of use of these verbs. The results show that *ter* and *haver* are used in a way similar to modern Portuguese, although with some particularities related to the historical period and the literary context. The analysis also reveals that the distinction between *ter* and *haver* is not always clear, reflecting the transition between classical and modern Portuguese.

Keywords: European Portuguese, 17th century, *ter*, *haver*, Padre Antonio Vieira.

Introdução

Estudos realizados por Mattos e Silva (1989, 1995, 2002) sobre a variação *ter* / *haver* no português arcaico ressaltam as estruturas sintático-semânticas diversas em que esses verbos ocorrem na história da língua portuguesa, tais como: a) estruturas de posse; b) estruturas existenciais; c) estruturas em que aparecem seguidos de participio passado — estruturas de tempo composto; d) estruturas de futuridade em que são seguidos de preposição + infinitivo.

Como explica a autora, em todo período arcaico, o emprego do verbo *haver* predominava sobre o do verbo *ter*, devido à incidência desse verbo nas estruturas de posse e de futuridade (*haver* + preposição + infinitivo) e ao seu emprego em estruturas existenciais.

Considerando a natureza semântica do complemento do verbo em estruturas possessivas, a autora distingue estruturas de posse QI, em que o objeto possuído expressa qualidades inerentes, estruturas de posse AM em que o objeto possuído diz respeito a propriedades adquiríveis materiais e estruturas de posse AI, em que o objeto possuído se refere a bens adquiríveis imateriais:

AM: *haver* / *ter* pan, remedio, horto, bispado, logares, morada, casa, ovelhas...

AI: *haver* / *ter* fe, graça, poder, podeiro, medo, vontade, avonança...

QI: *haver* / *ter* barva, ceguidade, cinquenta anos, enfermidade...

E afirma que a expansão do verbo *ter* sobre o verbo *haver*, nas estruturas de posse, ocorreu a partir das estruturas AM, estendendo-se às estruturas de posse AI e, por fim, às estruturas QI.

Reunindo dados recolhidos em textos do séc. XIII (*Testamento de Afonso II* - T. Af. II 1214), da passagem do séc. XIII para o séc. XIV (*Foro Real de Afonso X*), do séc. XIV (*Diálogos de S. Gregório* - DSG) do início do séc. XV (a *Lenda do Rei Rodrigo* - LRR) e a (*Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes - CDP) da segunda

metade do mesmo século (*Imitações de Cristo* – IC) e da (*Carta de Caminha* – CC), documento datado de 1500, Mattos e Silva atesta a difusão do verbo *ter* sobre o verbo *aver* nas estruturas de posse, ao longo do tempo:

VERBOS	HAVER			TER			OBSERVAÇÕES
	ESTRUTURAS	QI	AI	AM	QI	AI	
SINCRONIAS							
1. 1214 (T.Af.II)	+	+	+	∅	∅	-	1. variação apenas em AM; predominância de aver
2. XIII-XIV (F.R.)	+	+	+	∅	-	-	2. variação em AM e AI; predominância de aver
3. XIV (DSG) e início do XV (LRR)	+	+	-	∅	-	+	3. variação em AM e AI; predominância de ter em AM
4. 1ª met. do XV (CDP)	+	+	-	-	-	+	4. variação nos três tipos; predominância de ter em AM
5. 2ª met. do XV (IC)	-	-	-	+	+	+	5. variação nos três tipos; predominância de ter
6. 1500	∅	-	-*	+	+	+	6. variação em AI; predominância de ter

(*Uma ocorrência estranha)

Esses dados mostram a predominância de *haver* em qualquer tipo de estrutura de posse, no séc. XIII e do séc. XIII para o séc. XIV. No séc. XIV e início do séc. XV, *ter* já predominava no tipo AM, já ocorrendo ainda no tipo AI e não ocorrendo no tipo QI; o mesmo já não se verifica na primeira metade do séc. XV, quando o *ter* passa a ser empregado também nas estruturas QI; na segunda metade do séc. XV, *ter* predomina nos três tipos de estruturas, mas *haver* também é ainda usado nas três. Na *Carta de Caminha*, documento de 1500, confirma-se a predominância de *ter* sobre *aver* que já não ocorre nas estruturas QI. A variação continua nas estruturas AI e AM, predominando, entretanto, o emprego de *ter*.

A autora afirma que a única ocorrência de *aver* em AM é “pelo menos, inesperada” uma vez que, nesse contexto, o verbo *haver* já vinha sendo excluído desde o séc. XIII:

... e huñ dos nossos deulhe pola pedra hui sonbreiro uelho... e depois **auue** ocapitam. (CC fol. 7, l. 33-36)

Analisando o emprego desses verbos na obra pedagógica de João de Barros – 1540: (*Cartinha – Gramática da Língua Portuguesa, Diálogo da Viciosa Vergonha e Diálogo em louvor da nossa linguagem*) –, Mattos e Silva (2002) afirma ter encontrado usos arcaizantes do verbo *haver*, o qual apresenta variação com o verbo *ter* em estruturas em que o complemento direto é representado por itens lexicais idênticos e conclui que, em 1540, o verbo *ter* como verbo de posse já teria substituído o verbo *haver* característico do período arcaico.

Com base nesses dados, parte-se agora para a análise desses mesmos verbos em textos do séc. XVII, especificamente nas cartas do Padre Antonio Vieira, da

Bahia (1682 a 1697) e do Maranhão (1651-1661) e em quatro sermões do mesmo autor, no sentido de verificar se, nesse século, o processo de gramaticalização dos mesmos já estava concluído. Procurar-se-á também analisar o emprego e a frequência dos tempos compostos empregados nos documentos tomados para análise.

Os resultados aqui apresentados se referem apenas a dados retirados das *Cartas* de Vieira do Maranhão, já que a pesquisa se encontra na sua fase inicial. Foram analisados 604 períodos, contendo os verbos *ter* e/ou *haver* em tempos simples e compostos.

O emprego dos verbos como elementos lexicais permitiu avaliar as estruturas AM, AI ou QI com cada um deles. A análise ressaltou o emprego do verbo *ter* em 52 estruturas AM, 79 estruturas AI e 5 estruturas QI. Quanto ao verbo *haver*, foram registradas 8 ocorrências em estruturas AM, 14 em estruturas AI e nenhuma ocorrência em estruturas QI. Tem-se, pois:

VERBOS	TER			HAVER		
	QI	AI	AM	QI	AI	AM
Estruturas de posse	5	79	52	-	14	8

- (1) AM: *haver*: coisas, residência, serviço, índios...
ter: armada, peixe, roçado, aldeias...
 AI: *haver*: consciência, receio, pareceres, palavra...
ter: disposição, conceito, opinião, promessas...
 QI: *ter*: olhos, talento, bom natural..., boa aparência

Como se pode observar, no séc. XVII, o verbo *ter* predomina nos três tipos de estruturas, sendo mais freqüente na estrutura AI; o verbo *haver* continua sendo empregado nos dois tipos, AM e AI, não ocorrendo, entretanto, em estruturas QI. O emprego do verbo *haver*, em estruturas de posse AM e AI, é, entretanto, bastante limitado.

Nas estruturas que expressam futuridade, o verbo *haver* é, praticamente, o único empregado, perfazendo um total de 112 ocorrências, ao lado de apenas 3 ocorrências com o verbo *ter*, duas com *ter que* + infinitivo e uma com *ter de* + infinitivo.

VERBOS	HAVER	TER
Estruturas que expressam futuridade	112	3

É importante ressaltar que, das 112 ocorrências com o verbo *haver*, apenas uma apresenta o *que* com valor prepositivo:

- (2) Se os reis não emendaram por si estas tiranias, não há que esperar **que** os autores delas tenham nunca emenda (C LXVI, l.898-9).

Das 94 estruturas existenciais, duas se apresentam com o verbo *ter*, uso que, segundo Mattos e Silva (2002, p.155), inicia-se nos meados do séc. XVI:

- (3) ...por reverência e memória do Padre Baltazar Barreira, que foi aquele grande missionário da Serra Leoa, que, sendo tanto para imitar, não **teve** nenhum que o seguisse, nem levasse adiante o que ele começou (CUM, l. 62-5).

VERBOS	H A V E R	T E R
Estruturas existenciais	92	2

Como verbo pronominal, significando “comportar-se”, o verbo *haver* ocorre apenas quatro vezes, o que parece indicar que, com esse sentido, no séc. XVII, o seu emprego já não era tão freqüente.

- (4) ...porque se ofendessem outros religiosos que estavam, os quais verdadeiramente **se houveram** neste caso com grande edificação... (C LXIV, l. 678-80).

Quanto às estruturas de tempo composto, pode-se afirmar já estar, no séc. XVII, perfeitamente constituída a conjugação verbal. Além do emprego bastante freqüente do pretérito perfeito e do mais-que-perfeito compostos, encontram-se também, no *corpus*, os seguintes tempos compostos: futuro do indicativo, imperfeito e futuro do subjuntivo, gerúndio e infinitivo (pessoal ou impessoal). É comum o emprego do mais-que-perfeito do indicativo em lugar do imperfeito do subjuntivo simples ou composto ou do futuro do pretérito simples ou composto, em períodos hipotéticos, construção que também remonta ao período arcaico:

- (5) Quem **pudera** desfazer o passado, e tornar a trás o tempo e alcançar o impossível, que o que foi não **houvera** sido! (C LXI l. 10-2);
- (6) Tinha já fechado o maço; torno a abri-lo para meter nele estas regras, as quais faço como se **houvera** de entrar no mar, assim como hão-de entrar as mesmas cartas (C LXX, l. 06-09);
- (7) Se eu **ouvira** suas inspirações, já não **fora** tão grande pecador (C LXI, l.32-3).

É importante ressaltar que o futuro do presente e do pretérito, são, quase sempre, expressos pela perífrases *há-de* e *havia-de* + infinitivo, respectivamente, as quais além de expressarem a noção de algo a ocorrer no futuro ou que teria ocorrido no passado, expressam também um certo compromisso a que o falante se impõe ou se impusera. Em alguns casos, a perífrase se apresenta sem a preposição:

- (8) ... e sai, tendo por certo que **havia obrar** mais com ele este escrúpulo que toda outra razão. (C LXXVI, l. 195-7).

Os tempos compostos são constituídos com o verbo *ter* ou *haver*, embora *ter* seja o auxiliar mais freqüente. Essas estruturas apresentam-se já gramaticalizadas, não mais havendo a concordância do particípio com o complemento direto do verbo. Um único exemplo apresenta esta concordância, o que parece constituir um arcaísmo:

- (9) ... até que os feitos maravilhosos de El-Rei D. João o IV, nosso Senhor, conquistam aos versos do seu profeta a fé, que já a primeira parte deles nos **tem** bem merecida (C LXXXIII l. 359-61).

Conclusão

Em dados gerais, pode-se afirmar que nas *Cartas do Maranhão*, do Pe. Antonio Vieira:

- a) o emprego de *haver* como verbo de posse, considerado residual em João de Barros, ainda ocorre, o que pode, entretanto, significar uma tendência arcaizante do autor;
- b) o verbo *ter* é também empregado, embora apenas três vezes, com o valor existencial, emprego que, como já foi especificado, segundo Mattos e Silva, remonta ao séc. XVI;
- c) a estrutura de futuridade que, na *Carta de Caminha*, ocorre apenas nove vezes, nas *Cartas do Maranhão*, de Vieira, é extremamente comum e repetitiva;
- d) o mais-que-perfeito simples é empregado no lugar do imperfeito do subjuntivo simples ou composto e do futuro do pretérito simples ou composto;
- e) as estruturas de tempos compostos aparecem já gramaticalizadas não apresentando a concordância do particípio com o complemento verbal; um único exemplo dessa construção foi registrado, o que pode ser explicado como uma reminiscência de uso antigo;

- f) embora o verbo *ter* seja o auxiliar mais empregado, o verbo *haver* é também empregado em vários tempos compostos.

No tocante ao processo de mudança empreendido pelos verbos *ter* e *haver* pode-se afirmar, pois, que, oriundos de *tenere*, ‘possuir’, ‘ter a posse de’ e de *habere*, também ‘ter’, ‘possuir’, respectivamente, os dois foram empregados desde o português arcaico, predominando nesse período, como já foi especificado, o verbo *haver* quer como existencial, quer como verbo de posse. No decorrer dos séculos, os dois verbos foram se especializando, quanto ao emprego, nas diversas estruturas: o verbo *haver* tornou-se o verbo das estruturas de futuridade e existencial por excelência, enquanto o *ter* assumiu o seu lugar nas estruturas de posse.

Enquanto o verbo *haver* deixou de ser empregado em estruturas de posse, o *ter* continuou o seu percurso, avançando para as estruturas existenciais e de futuridade. E, no português contemporâneo, especialmente na língua falada, o verbo *ter* já supera o verbo *haver* nessas duas estruturas.

Os dois verbos empreenderam processos de gramaticalização semelhantes, tornando-se verbos auxiliares. Embora canonicamente os dois sejam apresentados como auxiliares alternativos, estilisticamente, não possuem o mesmo valor. O auxiliar *haver* é mais empregado em textos formais, sendo o *ter*, o auxiliar mais empregado na língua falada ou em textos escritos informais.

Referências

- AZEVEDO, J. Lúcio de. (s.d.) *Cartas do Padre Antonio Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 1, p. 263-568.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. A variação *haver / ter*. In: MATTOS e SILVA, R. V. (Org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. A variação *ser / estar* e *haver / ter* nas *Cartas* de D. João III, entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros. In: MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Variação e mudança no português arcaico: *ter* ou *haver* em estruturas de posse. In: *MISCELÂNEA em homenagem a Celso F. da Cunha*. Rio: Nova Fronteira, 1995. p. 299-313.

A Tradição da Transgressão: Língua Portuguesa e Identidade Cultural em Luandino Vieira¹

Maurício Silva

Centro Universitário Nove de Julho (SP)

RESUMO

O presente artigo trata das relevantes inovações lingüísticas do escritor angolano Luandino Vieira, enfatizando suas operações mais transgressoras. Além disso, o artigo analisa como essa linguagem interage com o processo de construção da identidade cultural de seu país.

ABSTRACT

The present article analyzes the more significant linguistic innovations from the Angolan writer Luandino Vieira. Furthermore, the article analyzes the interaction between his literary language and Angola's cultural identity.

¹ Trabalho apresentado no *II Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, realizado na Universidade de São Paulo, em outubro de 2003.

Introdução

Desde a década de 1970, as relações entre Portugal e suas ex-colônias sofreram profundas alterações, a partir das quais se promoveu uma revisão dos conceitos que davam sustentação pragmática e ideológica a essas relações, sobretudo no que se refere à tão debatida *questão colonial*. Atualmente, quando se discutem de forma mais aberta as diretrizes e os resultados preliminares do amplo processo de globalização por que passam todas as nações politicamente organizadas, faz-se ainda mais necessário uma amplificação de nossas perspectivas culturais, redirecionando nossos interesses para realidades pouco contempladas pelas abordagens culturalistas tradicionais.

Neste sentido, destaca-se a necessidade de retomada das relações político-culturais entre os países de Língua Portuguesa, relevando o aspecto peculiar e particularizador de suas respectivas culturas. Sob essa ótica, compreende-se a importância assumida, no presente momento, pelo estudo das literaturas africanas de expressão portuguesa, por meio do qual se busca promover uma aproximação entre culturas que, historicamente, sempre estiveram vinculadas.

A importância e reconhecimento que, a par disso, a literatura africana em português tem merecido da crítica nacional e internacional vem mostrar a pertinência de estudar com mais afinco e empenho alguns de seus mais representativos autores, como é o caso de Luandino Vieira.

Considerado um dos principais escritores africanos de expressão portuguesa contemporânea, em particular, da Literatura Angolana, Luandino Vieira logrou criar uma obra revolucionária não apenas do ponto de vista temático – já que concedeu à literatura de Angola uma dimensão universalizante, ao explorar a contribuição de seu povo à cultura ocidental –, mas também do ponto de vista lingüístico – uma vez que procurou recriar a própria estrutura morfossintática da Língua Portuguesa, resultando numa narrativa particularmente inovadora. Embora o processo de recriação lingüística não seja novidade em literaturas de expressão portuguesa, a produção ficcional de Luandino Vieira vem ganhando espaço e visibilidade na crítica es-

pecializada exatamente por ter conseguido levar ao paroxismo os processos de revalorização expressiva do português, buscando aclimatá-lo à cultura popular de Angola e, a partir daí, torná-lo principal veículo de resistência política e identitária de seu povo. Neste sentido, Luandino tem feito de sua produção literária um campo fértil e inigualável de experiências lingüísticas, levando adiante conquistas estéticas até então impensadas no âmbito das literaturas lusófonas mais recentes.

O presente artigo busca especificar algumas das mais relevantes inovações expressivas propostas pela escrita insinuante de Luandino Vieira, bem como destacar suas operações lingüísticas mais transgressoras, na medida em que é particularmente no âmbito da linguagem que sua produção ficcional se afirma como um dos principais contributos à formação da Literatura Angolana. Desse modo, destacamos não apenas aspectos que revelam sua competência em criar uma linguagem literária autônoma e original, mas também como essa linguagem interage com todo o processo de construção da identidade cultural de seu país, procurando equacionar as contradições que foram, historicamente, implantadas por um sistema de colonização excludente.

Linguagem, ideologia, transgressão

Já se tornou um truísmo entre os pesquisadores das áreas da lingüística e da literatura o fato de haver uma necessária intersecção entre os conceitos de linguagem e ideologia, já que ambos atuam em conjunto no sentido de decifrar os meandros da existência humana – pautada, em tese, nas relações intercomunicativas – e analisar sua inserção numa dinâmica social complexa. Este é, aliás, um fato que pode ser percebido nas considerações que Bakhtin faz acerca da conotação ideológica da *palavra*:

a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. Na realidade toda palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não seja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 1988, p. 36)

Este matiz ideológico do discurso lingüístico e, por extensão, do literário encontra no solo africano, talvez como em nenhuma outra região, as condições propícias para se desenvolver no solo africano, renovando um vínculo entre palavra e ideologia que surge como um verdadeiro imperativo. Por isso, pode-se dizer que a *opção* das ex-colônias de Portugal pela Língua Portuguesa veio acompanhada pela *disposição* inalienável a um uso libertário do código lingüístico, uso que se manifesta em dois sentidos complementares: como oposição/resistência ao poder colonial e como inovação literária a marcar uma identidade cultural lusoafricana. Tal fato faz com que a Língua Portuguesa não apenas assuma uma participação determinante na construção de um ideário africano, afirmando-se como um idioma de unificação, mas também atue como discurso formador de povos autônomos, exprimindo – lite-

rariamente ou não – sua realidade. Afinal de contas, como já se salientou uma vez, “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressões da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos”. (FIORIN, 1988, p. 33)

Nesse contexto específico, a literatura adquire papel de relevo no processo de afirmação da identidade cultural africana, particularmente em Angola, onde ela conquistou plena representatividade como instrumento de resistência ao poder colonial, sobretudo no que ela apresenta de possibilidades de manipulação criativa a instaurar uma nova realidade lingüístico-cultural: a transgressão literária torna-se, assim, meio de veiculação dos anseios libertários da população, sendo utilizada a partir de perspectivas estéticas ideologizadas, já que se volta, a um só tempo, para a manifestação de uma causa revolucionária e afirmação de uma identidade coletiva. Das sociedades emergentes, como são a sociedade angolana e suas congêneres lusoafricanas, surgem estéticas igualmente emergentes, isto é, expressões artísticas comprometidas com a liberdade política da sociedade em que as mesmas se inserem: são manifestações estéticas em que a função social é, para além de significativa, orgânica.

Daí o fato de as literaturas que representam os povos lusoafricanos terem na transgressão do código lingüístico sua marca mais sugestiva, instaurando uma verdadeira *tradição da transgressão*. Uma tradição e uma transgressão, diga-se de passagem, que trazem em sua própria razão de ser modos de atuação que servem como paradigma para toda a literatura novecentista destas regiões, como já assinalara Manuel Ferreira:

uma das características estilísticas introduzidas por alguns poetas da *Mensagem*, e que vão ser continuadas pelas gerações seguintes, é não só a integração das palavras da língua-mãe, com relevo para o quimbundo, como também a reapropriação pela escrita da cadeia falada do português dos musseques, e ainda a justaposição de versos do quimbundo e português. (FERREIRA, 1987, p. 124)

Com efeito, não há como negar, ao lado de um valor estritamente estético-literário, o papel político-social desempenhado por alguns escritores nos mais diversos países do continente africano, comprometimento a que não escapa o angolano Luandino Vieira. Sua literatura insere-se, portanto, numa tradição de transgressão lingüística, da qual, na verdade, ele representa o paroxismo.

Por isso, estendendo ainda mais a abrangência do apelo político-ideológico que sua literatura alcança por meio do processo transgressor aludido, pode-se afirmar que, sem se limitar à dimensão idiomática propriamente dita, a *reescritura* da Língua Portuguesa levada a termo por Luandino Vieira incide diretamente sobre a própria constituição de uma consciência nacional, servindo assim de substrato ideológico e expressivo ao conceito de *angolanidade*. Com razão já se disse mais de uma vez que a linguagem empregada pelo autor de *Luuanda* confere à cultura nacional uma identidade própria, já que

Luandino dá a imagem da sociedade angolana em processo de simbiose ou de influências, onde traços de diferentes culturas se atrimam e disputam primazias. Um desses traços, a fala, isto é, o quimbundo ou o português dialetizado, por oposição à língua, o português de Portugal, funciona também como código de identificação no conjunto de fatores que passam a caracterizar a angolanidade. (SANTILLI, 1985, p. 18a)

Criador de uma narrativa em muitos aspectos inovadora, Luandino tem produzido um conjunto ficcional que traz como índice mais relevante de sua genialidade artística exatamente uma singular capacidade de reorganização da mundividência angolana a partir do processo de recriação lingüística presente em toda sua produção literária.

A Tradição da transgressão

A obra ficcional de José Luandino Vieira possui inegável valor estético tanto pela sua singularidade expressiva quanto pela sua originalidade estética. A partir da reinvenção do código lingüístico, o célebre romancista refaz a própria realidade angolana, representada no plano narrativo como um quadro vivo das tradições, dos conflitos e dos costumes de toda uma nação.

Sua produção incide, principalmente, sobre a temática social, reconstruída a partir da ótica literária, em que a exposição da realidade local e nativa é uma das tônicas fundamentais, com a tematização dos conflitos raciais, a exploração da dicotomia entre civilização (europeus) e barbárie (africanos) e, por fim, uma visão deliberadamente pessimista da sociedade. Não se trata, evidentemente, de um pessimismo desalentador, que enrijece a vontade de luta e mudança, mas um pessimismo aliciante, que nos instiga à revolta contra as distorções sociais apontadas na trama de suas efabulações. Não obstante essa temática densa, de uma ideologia cerrada, suas principais conquistas estéticas encontram-se no campo da estilística, já que com a prosa ficcional de Luandino Vieira a Literatura Angolana atinge seu ponto máximo, sobretudo no que diz respeito ao tratamento lingüisticamente inovador do texto literário. Tal inovação pode ser verificada tanto no âmbito sintático, levando o autor a promover verdadeira ruptura no encadeamento oracional do português, quanto nos âmbitos morfológico – com sua indefectível criatividade lexical – e fonológico, em que o emprego deliberado de uma linguagem coloquial e o uso de artifícios próprios da oralidade incorporados ao texto escrito fazem de suas transgressões lingüísticas uma ocorrência esteticamente programática.

Do ponto de vista *fonológico*, é, em primeiro lugar, o emprego abundante do relato oral em suas histórias, a fim de promover um processo de recriação da própria linguagem literária, que faz de Luandino Vieira um dos mais criativos autores da Literatura Angolana. Seguindo o rastro desse processo de recriação lingüística, Luandino procura, coerentemente, enfatizar a oposição entre língua dominada e língua dominante, esta última representando o poder do colonizador, enquanto

aquela se vincula principalmente ao âmbito das tradições pátrias: assim, se a narrativa é vazada sempre em Língua Portuguesa, muitos diálogos contidos em seus livros serão transcritos na sua forma original de prosódia nativa. Esta apreensão da fala, da linguagem oral e regional de uma determinada cultura, este autêntico recurso de oralização da obra literária dá à ficção de Luandino Vieira uma dimensão verdadeiramente humana, já que, como ressaltou Roland Barthes, “l’appréhension d’un langage réel est pour l’écrivain l’acte littéraire le plus humain”. (BARTHES, 1972, p. 60)

Além disso, o uso de termos próprios da linguagem cotidiana pelo autor reforça ainda mais essa oralidade: ao adaptar ao contexto local a linguagem de suas personagens, Luandino Vieira logra recriar o universo cultural de toda uma nação, revelando, pela ótica do particular, o que ela possui de mais universal e transformando sua literatura num vasto painel humanista destinado à resistência cultural e política de um povo, em que a noção de identidade nacional não deixa de estar presente. (SANTILLI, 1985b)

Torna-se, assim, relativamente fácil identificar marcas de uma flagrante oralidade local em seus romances, expressas sobretudo no uso recorrente de interjeições (*ená, sukua, aka, aiuê, elá*), numa pontuação particularmente expressiva ou, em narrativas de discurso direto, nos diálogos entre as personagens:

- Aiuê. menino Xico! Tanto tempo! Ená. tanto tempo. já. Como está?
- Bem. mamã Sessá.
- Bebiana. Bebian`ééé! – mamã Sessá chamou.
- Ai? Bebiana está? Pensei ainda andava naquela senhora. na costura.
- Nada. menino! Esta semana está com a gente. mesmo. Miguel lhe alejjaram na mão. Ele fala foi na pesca. mas makutu`ê! [mentira] Esse Miguel. não acredito! Parece é foi na loja de só Fernando. andou jogar porrada com aquele cabrito. filho do velho das traineiras. (VIEIRA, s.d., p. 41)

Outros artifícios ligados ao âmbito fonológico podem ser assinalados ao longo de toda sua produção literária, como, no plano do enunciado, o emprego freqüente da aliteração, passando-se de uma dimensão humana para uma dimensão poética, o que se pode perceber em sentenças como: “fruto exflorando flor em folha floritura” (VIEIRA, 1977, p. 34) ou “sentou no caixote e, devagar, empurrou as massuicas no sítio mais seco”. (VIEIRA, 1982, p. 7)

Muito dessa maneira singular de reproduzir fatos da oralidade, forjando uma linguagem literária calcada no coloquialismo local, provém da inventividade artística de Luandino, romancista particularmente afeito ao trabalho de renovação lingüística a partir da intersecção entre o português e o quimbundo, sobretudo aquele *falado* nos musseques de Luanda:

para Luandino, o texto é o local da reinvenção e de pesquisa lingüística. Suas narrativas se tecem pela fusão do português com as línguas nativas (...) Mas seu trabalho com a língua

não é arbitrário: há a pesquisa de palavras arcaicas, como há também a incorporação do português dos *musseques*. (SECCO, 1994, p. 73)²

Não apenas no campo da fonologia podem-se apreender as inovações lingüísticas de Luandino. Também no que concerne ao âmbito *morfológico* – em que tais inovações nascem necessariamente de uma clara consciência transgressora – seu trabalho com a linguagem apura-se e ganha relevo. São muitos, neste sentido, os achados de Luandino Vieira no plano da criação lexical, sempre com a intenção de tornar a narrativa mais condizente com a realidade que procura retratar e recriar em suas obras. Processos de formação de palavras como a composição por justaposição (*Logo-é, mais-velho, logo-logo, fazer-pouco, amigo-vira-amigos, quase-iguais*) ou por aglutinação (*cadavez, boquiabrindo*); como a derivação prefixal (*desconfusão, exflorindo, desconhecidas, despega*), sufixal (*simplezito, falsosas*) ou imprópria (*antigamentes, sins, mussecais, emboremo-nos*); como a reduplicação (*tretremi*) e muitos outros fazem parte da criatividade transgressora de Luandino Vieira.

No plano *sintático*, suas transgressões ficam por conta da dispensa de conectivos frasais e oracionais (preposições, pronomes, conjunções), como ocorre, por exemplo, em *Luuanda*:

Tinha levantado, parecia [que] as palavras punham-lhe mais forças (...)
 andei [a] procurar trabalho (...)
 não pensar mais [n]o corpo velho e curvado de vavó (...)
 gosto delas não era bem [de] mandioca. (VIEIRA, 1982, p. 8 *et passim*)

mas também pelo uso insólito de certas locuções verbais, nestes exemplos ainda retirados de *Luuanda*:

adiantou ficar com aquele feitio (...)
 para adiantar pagar a multa (...)
 continuava soprar o fogo (...)
 parecia tinha ficado maluco (...)
 queria adiantar essas falas. (VIEIRA, 1982, p. 8 *et passim*)

e, assinalando mais uma vez seu apego à transgressão sintática, no emprego coloquial, não-padrão, da concordância verbal, como ocorre principalmente em *No Antigamente, na Vida*:

2 Para a questão da oralidade em Luandino Vieira, consultar ainda MADRUGA, Elisalva de Fátima. "José Lins do Rego e Luandino Vieira". *Arquivos do Centro de Estudos Portugueses*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Vol. 03, No. 05: 41-44, Nov. 1980; e MACEDO, Tânia. "Malandragens Transoceânicas: Uma Leitura de Narrativas de João Antônio e Luandino Vieira". In: CANIATO, Benilde Justo e MINÉ, Elza (coord. e ed.). *Abrindo Caminhos*. Homenagem a Maria Aparecida Santilli. São Paulo, Universidade de São Paulo/Via Atlântica, 2002, p. 543-548.

a gente demos encontro os milagres (...)
mas é as cenas do Neco (...)
a gente vimos a raiva no riso dos dentes (...)
a gente podíamos ver ele agarrar nas palavras (...)
a gente agora estávamos divididos. (VIEIRA, 1977, p. 14 *et passim*)

Desse modo, tanto do ponto de vista fonológico quanto morfológico e sintático, pode-se afirmar que a obra de Luandino Vieira tem na transgressão do código lingüístico sua principal marca estilística, o que denota não apenas uma ruptura com os modelos literários provenientes da Europa, mas principalmente com o modelo gramatical advindo de um registro padrão e normativo, como já salientou, mais de uma vez, Pires Laranjeira:

a língua literária luandina surge assim na intersecção da língua natural portuguesa com a língua natural quimbunda, fornecendo aquela sobretudo o espaço lexical e a estrutura básica, interferindo esta nalguns pontos da sintaxe, introduzindo-se vocábulos crioulistados, aquimbundados, do quimbundo mesmo ou neologismos, além de certas *nuanças* prolongarem a oralidade gramatical e expressiva do português. (LARANJEIRA, 1995, p. 118)

Visto sob uma ótica inversa, não parece exagero afirmar que a literatura de Luandino Vieira denota – por meio da inovação lingüística – uma transgressão do próprio código estético europeu, na medida em que refaz o percurso da escritura literária a partir de outros protocolos artísticos, nos quais está pressuposta a literatura como expressão de uma nova forma a representar um novo conteúdo. Sua criação lingüística faz parte, assim, de um projeto de inovação discursiva, por meio do qual ao se instaurar um outro discurso literário, inaugura-se uma nova maneira de interpretar a realidade nacional que esse discurso representa.

Uma vez que, como afirma Maurizio Gnerre, “a língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade”, (GNERRE, 1987, p. 10) Luandino opta exatamente por romper com essa espécie de condicionamento lingüístico, no qual a linguagem exemplar torna-se modelo ideal de uso e a norma gramatical a única referência válida para a escrita. Daí o emprego de uma linguagem mestiça, mesclada de regionalismos e adaptada à dicção sintaticamente aglutinante dos falares locais de Angola, tudo esteticamente reestruturado a partir da perspectiva literária que tem na criatividade lingüística sua tônica.

O discurso de Luandino Vieira revela-se, assim, múltiplo, permitindo leituras variadas e representando um caleidoscópio de ideologias e realidades tomadas a frio do contexto sociopolítico, cultural e religioso de Angola. Em outras palavras, trata-se de um discurso que *reflete* o imaginário angolano, ao mesmo tempo em que lhe é construção *refletida*, permitindo que sua ficção promova uma multiplicidade de discursos que sempre remete a uma série de formas discursivas possíveis, as quais, juntas, perfazem a produção textual e ultrapassam o âmbito restrito de seu significado mais imediato e utilitário. (GADET, 1993; BOURDIEU, 1982)

Conclusão

Analisando a ocorrência de elementos inovadores na linguagem empregada por Luandino Vieira em sua produção ficcional, chega-se ao conceito de *transgressão*, o qual – em Luandino como em outros autores lusoafrikanos, como Mia Couto – torna-se particularmente operatório, o qual passa assim a representar um idioma carregado de neologismos advindos do aportuguesamento de vocábulos e expressões próprios de falares regionais de Angola, repleto de criações lexicais que – embora estruturalmente vinculadas, em sua lexicogênese, à Língua Portuguesa – revelam um processo de reescritura e ressemantização lingüísticas, além de ser marcado por uma sintaxe em que a composição frásica acusa um contato direto e freqüente com o quimbundo.

De fato, trata-se, em última instância, da tentativa – e, até certo ponto, êxito – de reorganizar a própria estrutura da Língua Portuguesa, refazendo o percurso da escrita no plano narrativo, o que resulta na apreensão imediata de uma espécie de *língua angolana*. (MARGARIDO, 1980)

A opção por essa linguagem, finalmente, não poderia ter sido feita sem conseqüências políticas diversas, sobretudo em se tratando da Literatura Angolana e de um autor tão *ideologizado* como Luandino Vieira. Com efeito, se no âmbito temático sua produção ficcional marca – como quer Costa Andrade, outro grande nome da Literatura Angolana (ANDRADE, 1980) – a conquista identitária de um povo, é no plano da linguagem literária que seus romances adquirem pleno sentido político, na medida exata em que promove um eficaz combate ao poder constituído. (LARANJEIRA, 1985; SILVA, 1994)

Resgatando a identidade de seu povo e afrontando o poder colonizador por meio da escrita literária, Luandino instaura, por assim dizer, uma nova concepção de mundo, já que, como assinala Cassirer, (CASSIRER, 1953) todo contato com o mundo exterior passa necessariamente pela linguagem, por meio da qual ele se organiza, opinião que vale particularmente nos países onde a realidade social encontra sintomática acolhida no discurso literário.

Tais fenômenos – que se traduzem numa escrita verdadeiramente transgressora e pluralista – fazem da produção ficcional de Luandino Vieira um dos episódios mais caros à formação e consolidação do romance angolano contemporâneo.

Referências

- ANDRADE, Costa. *Literatura Angola (Opiniões)*. Lisboa, Edições 70: 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARTHES, Roland. *Le Degré Zero de l'Écriture*. Paris: Seuil, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. L'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard 1982.
- CASSIRER, Ernst. *Language and Myth*. New York: Dover, 1953.
- FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LARANJEIRA, Pires. *Literatura Calibanesca*. Porto: Afrontamento, 1985.
- LARANJEIRA, Pires. "Luandino Vieira e Luanda". *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1985. p. 118-130.
- MADRUGA, Elisalva de Fátima. "José Lins do Rego e Luandino Vieira". *Arquivos do Centro de Estudos Portugueses*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná. v. 03, n. 05, p. 41-44, 1980.
- MACEDO, Tânia. "Malandragens Transoceânicas: Uma Leitura de Narrativas de João Antônio e Luandino Vieira". In: CANIATO, Benilde Justo e MINÉ, Elza (coord. e ed.). *Abrindo Caminhos. Homenagem a Maria Aparecida Santilli*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Via Atlântica, 2002. p. 543-548.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas*. História e Antologia. São Paulo: Ática, 1985a.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Africanidade*. Contornos Literários. São Paulo: Ática, 1985b.
- SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. "A Androginia do Poético em Luandino Vieira e Guimarães Rosa". *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, Universidade Federal de Minas Gerais. v. 14, n. 17, p. 71-81, 1994.
- SILVA, Evelina Carneiro da. "A Face Oculta da História na Literatura de Luandino Vieira e Edouard Glissant". *Estudos Lingüísticos e Literários*. Universidade Federal da Bahia: Salvador. n. 16, p. 57-61, 1994.
- VIEIRA, José Luandino. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. São Paulo, Ática, (s.d.).
- VIEIRA, José Luandino. *No Antigamente, na Vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- VIEIRA, José Luandino. *Luuanda*. São Paulo: Ática, 1982.

Emoção e trabalhos de face em interações profissionais

Maria das Graças Salgado

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO

Baseados no conceito de face utilizado pela teoria da polidez, pretendemos investigar como os trabalhos de defesa e ameaça à face dos participantes atuam na expressão da emoção em contextos de interações profissionais. A análise qualitativa é feita a partir de cartas de clientes endereçadas a uma empresa de seguro de saúde. Resultados indicam que os clientes usam estratégias discursivas emocionais de defesa da própria face e de ameaça explícita à face da empresa para alcançar objetivos nem sempre contemplados pelas normas contratuais.

ABSTRACT

Based on the concept of face as suggested by politeness theory, we intend to investigate how facework can influence the expression of emotion in professional interaction through the qualitative analysis of letters from clients addressed to a health insurance company. The results indicate that clients use face threatening and face protection discursive strategies in order to achieve goals which are not always present in the contract.

132
Revista Brasileira de Linguística, Rio de Janeiro, 38(2), 2010, pp. 129-142
Maria das Graças Salgado

Emoção e trabalhos de face em interações profissionais

Marta das Graças Salgado

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Baseados no conceito de face utilizado pela teoria da polidez, pretendemos investigar como os trabalhos de defesa e ameaça à face dos participantes afetam na expressão da emoção em contextos de interações profissionais. A análise qualitativa é feita a partir de cartas de clientes endereçadas a uma empresa de seguro de saúde. Resultados indicam que os clientes usam estratégias discursivas com o intuito de defesa da própria face e de ameaça explícita à face da empresa para alcançar objetivos nem sempre contemplados pelas normas contratuais.

Based on the concept of face as suggested by politeness theory, we intend to investigate how facework can influence the expression of emotion in professional interaction through the qualitative analysis of letters from clients addressed to a health insurance company. The results indicate that clients use face threatening and face protection discursive strategies in order to achieve goals which are not always present in the contract.

EMOÇÃO

TRABALHO

Introdução

Embora a lingüística descritiva tenha contribuído com os estudos sobre a emoção, na medida em que estabeleceu as diversas funções da linguagem, incluindo a função expressiva, os estudos descritivos valorizaram apenas seus aspectos gramaticais – fonológicos, sintáticos, morfológicos e semânticos. Posteriormente, disciplinas como a sociolingüística e, mais especificamente, a pragmática discursiva passaram a pesquisar a emoção sob a perspectiva da interação. Esse deslocamento possibilitou o estudo da emoção em sua interface com conceitos importantes relacionados à linguagem em uso como, por exemplo, o conceito de face desenvolvido por Goffman (1967), o qual se refere ao valor social que o indivíduo reclama para si mesmo, considerando sempre os sentimentos envolvidos na interlocução.

Neste trabalho, nosso objetivo é investigar como os trabalhos de face influenciam a expressão da emoção no contexto de interações profissionais, a partir de cartas de clientes endereçadas a uma empresa de seguro de saúde.

Do ponto de vista da teoria, trabalhamos com dois conceitos fundamentais: a noção de emoção como um construto cultural e uma prática discursiva construída na interação, e com a noção de trabalhos de face utilizada na teoria da polidez. Na análise de natureza qualitativa, adaptamos o modelo sugerido por Shimanoff (1987) acerca de emoções que honram e/ou ameaçam a face dos participantes, para investigar como os trabalhos de face interferem na construção do discurso emocional do cliente.

Considerando o limite de espaço, separamos cartas com tópicos relacionados à insatisfação do cliente com a lógica burocrática da instituição. O escopo da insatisfação inclui, entre outros problemas, cobranças relacionadas à meta de consumo do serviço. Essas cobranças, questionadas pelo cliente, provocam a expressão de sentimentos de valor negativo que exigem o gerenciamento de diferentes necessidades de face. A análise indica que estratégias discursivas adotadas representam atos explícitos de ameaça à face da empresa e de defesa à própria face do cliente.

Emoção e Face

Quando os membros do Círculo Lingüístico de Praga apontaram a função expressiva ou emotiva da linguagem como uma de suas principais funções, tentavam deslocar o foco da lingüística do significado referencial por si, para o significado que levasse em conta a relação entre afeto e linguagem. Entretanto, não se movimentaram para além da descrição do comportamento do falante. Voltada para uma gramaticalização da emoção, a lingüística descritiva desenvolveu várias pesquisas na tentativa de mostrar que as formas expressivas podiam ser exploradas nos vários níveis de descrição da linguagem, como a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica (GÜNTNER, 1997).

Posteriormente, uma mudança de paradigma é introduzida pela sociolingüística e, mais particularmente, pela pragmática discursiva, através do desenvolvimento de pesquisas em torno da relação entre linguagem e emoção ou manifestações lingüísticas do afeto, considerando os diferentes contextos de comunicação. Baseada no princípio da interação, essa mudança de foco em relação aos primeiros estudos sobre a função expressiva da linguagem coloca em destaque um elemento novo: a propriedade, isto é, a adequação de determinados tipos de comportamento emocional a determinados contextos sociais (ARNDT; JANNEY, 1985). Nessa perspectiva, o interlocutor deve priorizar as regras da interação, e não as regras da gramática.

Apesar de a literatura não oferecer uma definição clara para uma tipologia das emoções, alguns autores, como Besnier (1995, p.110), por exemplo, classificam a empatia como um sentimento positivo, e a raiva, como negativo. Segundo o autor, as emoções tanto podem ser descritas pelo sujeito, ao utilizar elocuições do tipo “eu odeio”, “eu lamento” para remeter sentimentos de raiva e culpa, ou, como normalmente acontece, elas podem ser apenas insinuadas pelo sujeito, cabendo ao intérprete fazer uma leitura do que está dito nas entrelinhas. Já Ochs (1986) sugere que o afeto positivo abrange sentimentos de gratidão, felicidade, amor, solidariedade, enquanto o negativo inclui sentimentos de tristeza, preocupação, raiva, decepção.

A natureza relacional da emoção é destacada por Burkit (1997), que a percebe como um fenômeno que só se concretiza inteiramente na interação com outros participantes, sendo portanto resultado de relações anteriores. Como a interação não acontece num vácuo social, a experiência emocional apresenta-se sempre como resultado de relações anteriores. Por isso mesmo, trata-se de uma atividade regulada e reguladora do comportamento social dos indivíduos. Ainda que uma emoção seja vivenciada secretamente, por não ter sido expressa ao outro participante da interação, ela terá sido sempre resultado de uma experiência anterior necessariamente habitada ou influenciada por outros interlocutores. Nesse sentido, não tem nem origem nem fim no sujeito que a expressa ou a oculta, caracterizando-se como uma atividade fundamentalmente interacional. Esse ponto de vista relacional considera que o objeto fundamental para o estudo das emoções são as relações sociais, cujas práticas e discursos se estruturam e ganham significados a partir delas, fazendo com que os sentimentos sejam sempre resultado dessas relações.

Outros estudos voltados para o aspecto da interação incluem o de Ochs e Schieffelin (1989), que investigam formas lingüísticas de manifestação do afeto. Considerando que o sentimento vivenciado e a expressão desse sentimento são variáveis culturalmente, elas apontam a grande variedade de formas lingüísticas que expressam afeto em diferentes línguas e comunidades. Propõem uma visão funcional do estudo do afeto como um tipo de informação codificada na linguagem, afirmando que o processamento e desenvolvimento da informação humana e os elementos afetivos da linguagem são componentes de um conjunto de sinais que regulam o comportamento dos indivíduos. Sugerem que a comunicação verbal da emoção reflete uma pragmática do afeto em diferentes línguas e comunidades discursivas.

Arndt e Janney (1985), considerando o aspecto da interação e da propriedade, fazem uma distinção entre comunicação emocional e comunicação emotiva baseada no modelo do filósofo da linguagem Marty (1908) para caracterizar a primeira como catártica e espontânea, portanto, não planejada, e a segunda, como sinalização estratégica intencional da informação afetiva na fala e na escrita para influenciar a interpretação do interlocutor sobre situações e alcançar diferentes objetivos, portanto, planejada. Conforme essa perspectiva, a comunicação emotiva não tem relação direta com estados internos reais, e sim com a auto-apresentação e estratégia de persuasão, e está sempre levando em consideração a propriedade do comportamento emotivo.

Para as autoras (op.cit.), a abordagem do comportamento com base na propriedade, ou seja, no uso de palavras certas, nos contextos certos, segundo regras convencionais de propriedade, está no cerne de uma visão de polidez que deve ser questionada. Para elas, a ênfase dada por algumas teorias às formas lingüísticas, convenções sociais ou variáveis situacionais leva a negligenciar o falante e ouvinte envolvidos na comunicação. Sugerindo uma abordagem interpessoal, destacam que as pessoas são o *locus* e o fator determinante da polidez. O sustentáculo dessa abordagem alternativa é o entendimento de polidez como comunicação emotiva que se dá não apenas através da fala, como também através de sinais paralingüísticos que envolvem três dimensões: confiança, afeto negativo e positivo e intensidade. Nessa perspectiva, os falantes sinalizam a confiança que têm no que dizem, o afeto em direção ao outro participante e seu envolvimento emocional como um todo. A diretividade verbal, entonação decrescente e postura corporal ereta, por exemplo, podem sinalizar alta confiança, enquanto a indiretividade, entonação de incerteza e postura física desconfortável podem indicar baixa confiança. Da mesma maneira, o afeto pode ser positivo ou negativo, a depender das pistas afetivas apresentadas, tais como escolhas verbais positivamente carregadas, tom de voz caloroso e sorriso para sinalizar afeto positivo, ou linguagem negativamente carregada, tom de voz agressivo e olhar desviado, sinalizando afeto negativo. O envolvimento, por sua vez, pode ser sinalizado como alto ou baixo através de pistas com alta ou baixa intensidade referencial: alta intensidade, através de escolhas de comandos ao invés de alternativas menos fortes, diferentes ritmos mais salientes e olhar direto, e a baixa intensidade, através de tom de voz sem variação e olhar desviado.

Em outro trabalho, Caffi e Janney (1994), no âmbito de uma pragmática da comunicação emotiva, defendem a noção de comunicação dos afetos como um fenômeno relacionado com a auto-apresentação do sujeito caracterizado por um sentido estratégico, persuasivo e interacional, portanto, interpessoal e social. Do mesmo modo, Günthner (1997), estudando técnicas de demonstração de afeto no discurso indireto, sugere uma abordagem interacional de emoção como forma de ação social em oposição à mera expressão de estados psicológicos individuais. Sendo uma forma de ação social, é planejada para influenciar os interlocutores, exigindo deles níveis diferenciados de gerenciamento das necessidades de face.

Definindo o termo face como “o valor social positivo que uma pessoa reclama para si através daquilo que os outros presumem ser o alinhamento por ela adotado durante um contato específico... uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados”, Goffman (1967, p.77) afirma ainda que as regras do grupo e a definição da situação determinam quais os sentimentos ligados à face e como esses sentimentos devem ser distribuídos entre as faces envolvidas. Assim sendo, falar de emoção significa necessariamente falar de trabalhos de face.

O conceito de face desenvolvido por Goffman foi utilizado por Brown e Levinson (1978) que, preocupados com a qualidade das relações sociais, elaboraram a teoria da polidez em termos de duas grandes categorias de necessidades de face: polidez positiva, que corresponde ao desejo que todo interlocutor tem de ser apreciado e admirado; e polidez negativa, que corresponde ao desejo de todo indivíduo em não ter suas ações impedidas pelo outro. A polidez positiva possibilita a aproximação e solidariedade, e a negativa enfatiza a distância e diminui o peso da solidariedade. Para os autores, quase todas as ações, incluindo as elocuições, são potencialmente uma ameaça à face do outro.

Ao desenvolverem a teoria da polidez, Brown e Levinson (1978) pretendiam, inicialmente, identificar universais da linguagem em uso relacionados com o fenômeno da polidez. Acreditavam que um dos problemas de qualquer grupo social era manter o controle de sua agressividade interna, bem como conter o potencial agressivo de relações competitivas com outros grupos. Nesse sentido, como foi sugerido por Goffman (1971), a importância social da polidez, deferência e tato supera o nível dos manuais de etiqueta e boas maneiras, tendo importância para a própria condição social humana.

Freeman (1983, p.300-301), por exemplo, entendia a emoção como um fenômeno de natureza selvagem e incontrolável, ao mesmo tempo que identificava um papel importante da linguagem da polidez como regulador do comportamento verbal dos oradores samoanos. Em uma de suas pesquisas, tentou monitorar o comportamento desses oradores em relação ao uso de uma linguagem de respeito em algumas ocasiões, envolvendo assuntos mais provocantes nos quais os chefes irritavam-se progressivamente uns com os outros. Examinando minuciosamente, observou que, quanto mais tomados pelo sentimento de raiva, os chefes mais obedeciam às regras de polidez, tornando-se mais e mais polidos. Esse ponto de vista ajuda a compreen-

der de que maneira a emoção pode estar associada à noção de face, uma vez que os participantes da interação em situação de desgaste emocional parecem necessitar administrar esse desgaste através do gerenciamento de necessidades de face.

Ainda na mesma perspectiva, inspirada no modelo de Brown e Levinson (op.cit); e desenvolvendo uma tipologia para a expressão de emoção de acordo com as necessidades de face, Shimanoff (1987) afirma que a interpretação que os indivíduos fazem da interação humana pode ser fortemente influenciada pela expressão, ou pela repressão das emoções. Expressar ou reprimir emoções agradáveis e desagradáveis não deve, segundo a autora, estar necessariamente associado a resultado positivo para as agradáveis e negativo para as desagradáveis. Ou seja, assim como a expressão de emoções agradáveis não implica resultados positivos, também a expressão de emoções consideradas desagradáveis não implica resultados negativos. Para ela, o julgamento social sobre a expressão de diferentes tipos de emoções depende menos de quão agradável ou desagradável seja a emoção expressa, e mais do grau em que a expressão da emoção honra ou ameaça a face dos interlocutores. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a noção de trabalhos de face definida como comportamentos que estabelecem, intensificam, ameaçam ou diminuem as identidades dos participantes da comunicação. Para Shimanoff (1987), como os indivíduos têm duas necessidades de face principais (ser aprovado e não ser impedido), a expressão de emoções é extremamente relevante para a necessidade de ser aprovado, uma vez que a expressão implica comunicar aprovação ou desaprovação. A partir desse entendimento, identificou quatro categorias de expressão emocional de acordo com o grau em que elas honram ou ameaçam as necessidades de face dos participantes da comunicação: expressão emocional que honra a face, que compensa a face, que neutraliza a face e que ameaça a face.

Esquemáticamente, a autora sugere que a expressão de emoções agradáveis relacionadas ao ouvinte (Eu amo você) honra a face do ouvinte. Expressão de arrependimento por transgressão contra o ouvinte (Sinto muito por tê-lo ofendido) compensam a face do ouvinte por oferecerem algum tipo de reparo à ameaça feita, ao mesmo tempo em que ameaçam a própria face do falante, na medida em que reconhece uma ofensa feita por ele. Expressão de emoções agradáveis ou hostis dirigidas a terceiros ausentes (Estou feliz por Pat estar administrando o projeto e Estou com raiva de Chris) são neutras porque nem honram, nem ameaçam a face dos interlocutores da comunicação. Por outro lado, expressão de vulnerabilidade ou hostilidade dirigida ao ouvinte (Você me magoou ou Estou com raiva de você) ameaçam a face do ouvinte por implicar aprovação ou desaprovação para com ele. Também expressão de arrependimento por ofensa a terceiros ausentes ameaçam a face porque implicam um erro por parte do falante, que falha em oferecer compensação para o ouvinte ofendido, já que está ausente. Já o valor atribuído a emoções vulneráveis com relação a terceiros ausentes é menos claro, porque elas podem ser tanto neutralizadoras de face, uma vez que nem o falante nem o ouvinte são a causa da emoção, quanto ameaçadoras da face, caso revelem vulnerabilidade do falante.

Investigando pedidos sob a perspectiva da reciprocidade mútua no contexto da relação entre casais, as pesquisas de Shimanoff (1987, p.87) apontam que os indivíduos expressam mais emoções que honram, compensam e neutralizam a face do que emoções que ameaçam a face. A autora classifica as emoções envolvidas naquela interação em função de duas categorias: vulnerabilidade e hostilidade dirigida ao ouvinte. Inclui na categoria de vulnerabilidade as seguintes emoções: medo, ansiedade, constrangimento, frustração, sofrimento (dano/prejuízo), insegurança, nervosismo, mágoa, susto e preocupação. Na de hostilidade, sentimento provocado por ofensa, inclui raiva, descontentamento, irritação, fúria e ressentimento. Conclui que os pedidos são realizados sem expressão de afeto (face neutra) ou com demonstração de afeto caracterizado como hostil e vulnerável, conforme exigido pela situação. Para Ting-Toomey e Ccroft (1986, p.329), quando um indivíduo tem a face ameaçada ou atacada, o sentimento de ansiedade emerge, exigindo que estratégias de trabalho de face sejam utilizadas para propagar, proteger, compensar ou defender a própria face e, ao mesmo tempo, gerenciar o ataque à face de outros participantes.

Esses estudos, portanto, mostram que a experiência discursiva da emoção é uma prática construída na interação que, por ter um valor positivo ou negativo, está estreitamente associada ao gerenciamento das necessidades de face das pessoas. Em seguida, analisamos como as necessidades de face influenciam a construção do discurso da emoção em um determinado tipo de interação profissional ocupada por cliente e empresa.

Escolha do método

Optamos por um método qualitativo-interpretativo, no qual a visão do pesquisador dialoga com os dados empíricos e com o contexto em que os mesmos estão inseridos, neste caso, um Plano de Saúde e seus clientes.

A empresa que forneceu as cartas analisadas administra o Plano de Saúde em questão, e fica localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, tendo representações regionais em todos os estados. Trocamos o nome da empresa e todos os demais nomes próprios envolvidos no estudo, com o fim de preservar o anonimato dos participantes. Os usuários do Plano de Saúde são funcionários ou ex-funcionários e seus dependentes, moram nas diversas regiões do Brasil, incluindo áreas do interior rural e grandes centros urbanos, e compreendem os vários escalões de servidores do setor da saúde pública, desde os mais simples cargos, como faxineiros, até funcionários mais graduados, como secretárias, administradores e médicos, com predominância dos primeiros.

Após avaliarmos o volume e a complexidade do material em contraposição à limitação de espaço imposta ao presente trabalho, separamos apenas uma amostra de cartas adequadas aos propósitos específicos de nossa análise. Todos os erros gra-

maticais e desvios da língua padrão contidos no material de análise foram mantidos para garantir integridade dos dados.

O coletivo tomado como pessoal

As cartas com tópicos relacionados às políticas de uso do plano indicam que a empresa vê, no comportamento do cliente, abuso no que diz respeito à quantidade de vezes em que ele utiliza o serviço. Preocupada com os indicadores que contrariam a meta de consumo prevista, a empresa notifica e adverte os clientes acerca dessa quebra de expectativas, provocando no cliente respostas com grande teor de defesa da própria face e ataque à face da instituição.

Existe uma expectativa da empresa com relação ao consumo do serviço. Entretanto, no outro pólo da interação de serviço, o cliente estabelece outras expectativas que têm como base a garantia de que terá sua saúde protegida pela empresa, independentemente de sua atuação como usuário. Enquanto a empresa espera e deseja o uso racional do plano de saúde visando a conter despesas, gastos e desperdícios, os clientes esperam que os serviços atendam à imprevisibilidade inerente aos cuidados com a saúde, já que a doença é um fato circunstancial. Aparentemente, ambas as partes envolvidas são afetadas pela quebra de expectativa que envolve a percepção que se tem sobre metas de consumo de um serviço tão complexo, como é o cuidado profissional com a saúde das pessoas.

De todo modo, o envio indiscriminado de circulares advertindo sobre o uso racional do plano, com o fim de evitar prejuízos e conter despesas, leva os clientes a manifestarem descontentamento. Segundo Sarangi e Slembrovck (1996, p.94-95) empresas trabalham de forma coletiva se dirigindo a todos através de cartas padrão, mas às vezes, as pessoas lêem e interpretam essas advertências coletivas como se fossem avisos pessoais. Isso porque elas se vêem primeiramente como indivíduos, e não como elementos que compõem um conjunto maior.

A idéia de que o cliente deve saber quando e como fazer uso do plano, leva a empresa a exercer um tipo de coerção que, apesar de coletiva porque tem toda a cliente como alvo, provoca em muitos clientes uma reação individual que revela aspectos de sua consciência enquanto consumidor e cidadão. Embora a advertência seja coletiva, é tomada como pessoal porque existe uma expectativa do cliente em ser identificado pela empresa como um sujeito honesto e como um usuário consciente tanto de suas obrigações, como de seus direitos. Quando essa expectativa é confrontada pela coerção, o indivíduo elabora discursivamente a emoção, utilizam-se do trabalho de face que tentam preservar a sua própria face, ao mesmo tempo em que expõem a face da instituição.

À COPANESP

Prezados Senhores:

Com relação ao abuso de consultas no pl. de saúde, coloco abaixo minha relação de consultas desde que mudei para J.F e, como não abusei antes não estou abusando agora. Vocês deveriam, escrever diretamente aos que usam o plano sem necessidade. Com os preços dos remédios não adianta consultar e não poder comprá-los (estou neste caso com dois remédios).

Consultas

Ago. 96 até out. 97 - nenhuma

26.11.97 - uma

dez. 97 até jul 99 - nenhuma

agos. setem. 99 - 4 : ginecologia e ortopedia deveriam ser anuais

2°. Aqui em J. F. não há aonde se fazer densiometria óssea (p. osteoporose) e não há alergologistas p/ adulto e otorrino. Seria necessário e muito. Poderiam providenciar?

3°. Clínicos e Centros Médicos daqui não atendem por plantão e os médicos são sempre os mesmos, com retorno durante um mês.

4°. Quanto a minha filha, ela usou além do número de consultas porque a médica dermatologista parece que não sabe como proceder e não havendo alergologista foi necessário recorrer a homeopatia.

5°. Quanto à Clínica Médica, não adianta procurá-la para diagnóstico. Hoje mesmo ela procurou uma para uns problemas ocorridos pela madrugada e, além de não saber dizer o que pode ter sido, ela recomendou procurar 3 especialidades para resolver o problema. Terão que ser procurados para resolver o ocorrido e uma consulta de cl. médica geral foi perdida. É complicado mesmo e, nem sempre o associado é o único culpado e assim, minha dependente ultrapassará as 4 consultas.

Sem mais para o momento, envio saudações.

Renata Becker

A acusação de abuso é explícita. Tomada como ofensa pessoal, a cliente relaciona detalhadamente na carta todas as consultas realizadas. Ao mesmo tempo, implicitamente, devolve a ofensa com uma outra mais sutil, chamando a atenção para o fato de que a empresa não tem critério e não sabe discernir entre as pessoas que merecem receber aquele tipo de advertência ou acusação, e as que não merecem, como é o seu caso (vocês deveriam escrever diretamente para aqueles que usam o plano sem necessidade).

Entre outros aspectos, a justificativa apresentada para confirmar o fato de que ela não está fazendo uso indevido do plano reflete a representação que a cliente tem acerca do encontro de serviço "consulta médica", como um encontro profissional cujo objetivo principal é a prescrição de medicamentos pelo médico. Para ela, esse tipo de encontro tem um roteiro previsível, portanto, de certa maneira, desacreditado, que inclui dois tipos de prejuízo: um de natureza física, já que os medicamentos são prescritos de forma pouco criteriosa; e outro de natureza financeira, que inclui despesas além de suas possibilidades (Com os preços dos remédios não adianta

consultar e não poder comprá-los). Ao mesmo tempo em que se esforça para expor uma identidade de usuária consciente, mostra-se vulnerável diante do fato concreto de que não adianta ir ao médico e não ter condições de comprar remédios, admitindo, implicitamente, que se os preços permitissem ela possivelmente iria mais vezes ao médico.

A carta é caracterizada por diferentes queixas contra a empresa. O conjunto de queixas inclui a quantidade insatisfatória de médicos e clínicas, o mal funcionamento de clínicas e centros médicos e, acima de tudo, a incompetência do atendimento médico, questionado no nível do profissional especializado (...a médica dermatologista parece que não sabe como proceder... foi necessário recorrer à homeopatia... Quanto à clínica médica não adianta procurá-la p/ diagnóstico.. além de não saber dizer o que pode ter sido... recomendou procurar 3 especialidades ...).

De acordo com a cliente, ao seguir a sugestão incorreta de procurar outras três especialidades, mais consultas teriam sido utilizadas, contrariando a norma da racionalidade de uso orientada pela empresa. Para ela, esse fato evidencia incoerência na lógica do sistema que, ao mesmo tempo em que limita a possibilidade de uso, sugere o uso indiscriminado. O trabalho de ameaça explícita à face da empresa é reforçado através da afirmação feita em tom coloquial de que o sistema “é complicado mesmo”. Paralelamente, elabora a defesa da própria face no sentido de mostrar que a complexidade que envolve o uso do plano o exime de culpa total (...nem sempre o cliente é o único culpado...). Entretanto, a escolha pelo item lexical “único” admite, mesmo que inconscientemente, a possibilidade de participação no uso indevido do serviço prestado.

Embora a emoção não seja literalmente nomeada na superfície do texto, a ação discursiva emocional da cliente é mensurável através das queixas apresentadas contra a empresa, já que uma queixa pressupõe algum tipo de insatisfação para com algum fato, ou para com alguém. O fato particular, entretanto, é que a acusação ou advertência da empresa dirigida à coletividade é tomada como pessoal, conseqüentemente como injusta, e os trabalhos de face realizados mostram uma tentativa do cliente em construir uma imagem de cliente consciente de seus direitos e deveres, em contraposição a uma imagem incompetente e injusta da empresa. Outros exemplos confirmam essa visão:

João Pessoa, 18 de outubro de 1999

Ilmo. Sr. Presidente da COPANESP

Prezado Senhor,

Em resposta ao comunicado Pré-36, datado de 16 do corrente, tenho a esclarecer o seguinte.

Em primeiro lugar sou Hipertenso e Cardíaco, tenho necessidade de um acompanhamento médico na especialidade em Cardiologia.

Nesses últimos meses, adoeci com problemas pulmonares e gástricos. Todas as despesas que vocês tiveram com a minha pessoa foi extremamente necessária. Eu sou suficientemen-

te adulto e consciente o que é um plano de saúde. Se pagamos é para quando houver necessidade usá-lo.

Jamais eu ou meus dependentes utilizamos o plano de saúde sem que houvesse realmente necessidade. Tenho a certeza que ninguém adoecer porque quer. O aumento no número de consultas ou internamentos decorre da situação estressante que vivemos, culminando com o aumento de todos os nossos problemas que refletem negativamente em nossa saúde.

Faremos o possível para seguir as medidas propostas por V.Sa. mas se precisar teremos que utilizar.

Atenciosamente,

Jorge Leitão

Aqui, como no exemplo anterior, o núcleo da experiência afetiva se localiza no fato de que, o cliente recebeu uma carta da empresa lembrando-o de que o plano de saúde deve ser usado de forma racional. Novamente, a reação individual é imediata. Entretanto as estratégias discursivas diferem em alguns aspectos.

Existe a justificativa do uso, mas não há uma indicação da evidência dos fatos como a lista de consultas apresentada na narrativa anterior. O escritor também mostra uma identidade de usuário consciente, mas faz isso expondo sua condição de paciente que necessita de uso constante do plano (...tenho a esclarecer o seguinte. Em primeiro lugar sou Hipertenso e Cardíaco, tenho necessidade de um acompanhamento médico na especialidade em Cardiologia), chamando a atenção para o fato de que a empresa não faz gastos com ele que não se justifiquem (... Todas as despesas que vocês tiveram com a minha pessoa foi extremamente necessária). Ao mesmo tempo, reage à acusação de mal uso apresentando sua condição de homem responsável pelos seus atos (...Eu sou suficientemente adulto e consciente o que é um plano de saúde).

Em ambas as cartas, a acusação explícita ou insinuada da empresa é tomada como pessoal motivando os clientes a, discursivamente, construírem um contraponto de acusação. Entretanto, enquanto no primeiro exemplo a culpa de uso demasiado do plano é atribuída à falta de lógica do sistema por meio de questionamento acerca da competência do atendimento médico, aqui, o escritor preocupa-se em mostrar sua face identidade de paciente com características particulares que justificam o uso do plano para além da meta estabelecida pela empresa (...tenho certeza de que ninguém adoecer porque quer. O aumento do número de consultas ou internamento decorre da situação estressante que vivemos).

Neste exemplo, a emoção não é nomeada, mas existe uma reação emocionalmente motivada por uma acusação. A emoção emerge como resposta a uma ação da empresa que não separa o cliente consciente de seus deveres, daqueles que não têm consciência de usuário criterioso. Um dado interessante é que, na primeira carta, o cliente desloca a possível "culpa" de uso demasiado do plano, de si própria para a falta de lógica e incompetência do sistema, enquanto que no segundo texto, o cliente

opta por incluir circunstâncias de sua vida pessoal como elemento de peso para consideração dos fatos relacionados à meta de uso estabelecida pela empresa. De todo modo, em qualquer das hipóteses o aspecto privado de interesse do cliente é confrontado com o aspecto impessoal que faz parte dos interesses da empresa, detectando-se na comunicação cliente-empresa um jogo de oposição onde a emoção ocupa lugar de destaque.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos cartas de clientes endereçadas a uma empresa de seguro de saúde na tentativa de investigar de que maneira os trabalhos de face interferem na construção do discurso da emoção do cliente. Na teoria, trabalhamos com a noção de emoção como um construto cultural e uma prática discursiva construída na interação, e com a noção de trabalhos de face utilizada na teoria da polidez. Na análise de natureza qualitativa, adaptamos o modelo sugerido por Shimanoff (1987) acerca de emoções que honram e/ou ameaçam a face dos participantes, para investigar como os trabalhos de face interferem na construção do discurso emocional do cliente.

A despeito da natureza restrita aos questionamentos feitos, pudemos observar que, devido à diferença de expectativas criadas pela empresa de um lado, e pelo cliente de outro lado, resultados indicam que estratégias discursivas adotadas pelo cliente representam atos explícitos de ameaça à face da empresa e de defesa à sua própria face. Isso porque, no que tange ao tópico associado à expressão da emoção – advertência e crítica relacionadas ao uso indevido do plano de saúde pelo cliente –, a empresa se dirige ao cliente de forma impessoal e coletiva, enquanto o cliente recebe a mensagem como pessoal, portanto ofensiva. Um encaminhamento de pesquisa interessante pode ser o estudo da cultura como elemento que determina a representação que se tem acerca da interação profissional, onde muitas vezes o coletivo, no sentido de público, e o pessoal, no sentido de privado, se apresentam como fronteiras de difícil delimitação.

Referências

- ARNDT, H.; JANNEY, R. Politeness revisited: cross-modal supportive strategies. *IRAL*, vol. XXIII/4, 1985.
- BESNIER, N. Letters, economics and emotionality. In: _____. *Literacy, emotion and authority: reading and writing on a Polynesian atoll*. London: Cambridge University Press, 1995.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 [1978].
- BURKITT, Y. Social relationships and emotions. *Sociology*. v. 31, n.1, p. 37-55, 1997.
- CAFFI, C.; JANNEY, R. W. Toward a pragmatics of emotive communication. *Journal of Pragmatics*. n. 22, p. 325-373, 1994.
- GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: _____. *Interaction Ritual: Essays on face-to-face behavior*. Garden City: Anchor; Doubleday, 1967.
- GOFFMAN, E. *Presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday, 1971 [1959].
- GÜNTNER, S. The contextualization of affect in reported dialogues. In: NIEMEIER, S.; DIVER, R. *The language of emotions*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamim, 1997.
- MARTY, A. *Untersuchungen zur grundelegung der allgemeinen grammatik und sprachphilosophie*. Halle a. Salle: Niemeyer, 1908.
- OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. Language has a heart. *Text*, v. 9, n.1, p. 7-25, 1989.
- OCHS, E. From feelings to grammar: a Samoan case study. In: SCHIEFFELIN, B.; OCHS, E. (eds) *Language socialization across cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SARANGI, S.; SLEMBROUCK, S. *Language, bureaucracy and social control*. London: Longman, 1996.
- SHIMANOFF, S.B. Types of Emotional disclosures and Rrequest compliance between spouses. *Communication Monographs*, vol. 54, 1987.
- TING-TOOMEY, S.; KOCROFT, B. Face and Facework: theoretical and research issues. In: TING-TOOMEY, S. (ed.) *The Challenge of Facework: cross-cultural and interpersonal issues*. New York: State University of New York, 1986.

Recategorizações de objetos discursivos e realinhamentos em situações de conflito

Raquel Brigatte

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente estudo investiga, em uma audiência de conciliação no Procon, de que forma os participantes recorrem a expressões referenciais de nível interpessoal capazes de sinalizar os múltiplos alinhamentos reivindicados principalmente por reclamante e reclamados. Adotando uma noção de língua que vai além da centração no código, focalizo como as recategorizações dos objetos discursivos apontam para a plasticidade das significações linguísticas e evidenciam a natureza dinâmica do enquadre interacional.

ABSTRACT

This study investigates how the participants of a mediation hearing at Procon make use of interpersonal referential expressions. These expressions indicate the multiple footings claimed specially by the complainer and the complainant. From a notion of language that goes beyond the code, I focus how the recategorization of discursive objects highlights the plasticity of linguistic meaning and show the dynamic nature of interactional frame.

Recategorizações de objetos discursivos e realinhamentos em situações de conflito

Rafael Braga

Ph.D. in Linguistics, University of Cambridge, 1997. Presently Lecturer in Applied Linguistics, University of Cambridge, Cambridge, UK. E-mail: r.braga@cam.ac.uk

This article examines how the participants of a mediated debate in Brazil use the dynamic nature of lexical and phrase meaning to negotiate the dynamic nature of the situation. The analysis shows how the dynamic nature of lexical and phrase meaning is used to negotiate the dynamic nature of the situation. The analysis shows how the dynamic nature of lexical and phrase meaning is used to negotiate the dynamic nature of the situation.

Keywords: mediated debate, dynamic nature of lexical and phrase meaning, negotiation, Brazil

This article examines how the participants of a mediated debate in Brazil use the dynamic nature of lexical and phrase meaning to negotiate the dynamic nature of the situation. The analysis shows how the dynamic nature of lexical and phrase meaning is used to negotiate the dynamic nature of the situation.

Keywords: mediated debate, dynamic nature of lexical and phrase meaning, negotiation, Brazil

1 Introdução

Abordar o discurso como atividade comunicativa complexa, como resultado do trabalho conjunto dos participantes envolvidos na interação face a face de fato, é considerado prática relativamente recente nos estudos lingüísticos, posto que, até meados do século XX, a lingüística preocupava-se quase exclusivamente com a linguagem na perspectiva de sistema à parte da realidade social. No entanto, gradualmente, a lingüística começa a incorporar a noção de que a linguagem é eminentemente uma instituição social, visão esta que geraria implicações, propiciando o surgimento de uma profusão de novas áreas e enfoques.

Sob tal viés, o termo interação ganha importância. O discurso é, como Schiffrin define (1994; p. 351), “inerentemente uma atividade interativa na qual o que uma pessoa diz e faz é duplamente uma resposta a palavras e ações anteriores e servirá de base para futuras ações e palavras”. A linguagem é vista como ação conjunta e não simplesmente a soma de um falante que profere elocuições e de um ouvinte que as ouve.

Para a presente pesquisa, adoto a concepção de linguagem que não se esgota no código, mas, sim, que se estabelece enquanto interação. Lançando mão de construtos teóricos da Sociolingüística Interacional, este estudo se propõe investigar a relação entre processos de referenciação na dinâmica discursiva e os constantes realinhamentos entre os participantes em uma audiência de conciliação no Procon. Focalizo particularmente as expressões utilizadas por reclamante e reclamado no nível interpessoal, ou seja, como eles se referem uns aos outros nas diferentes fases do encontro e de que forma é possível acessar alinhamentos assumidos via expressões referenciais. Considerar-se-á uma concepção mais ampla dos processos de referenciação que leve em conta aspectos pragmático-discursivos e que dê conta da multifuncionalidade dos objetos de discurso. Através da análise de segmentos de uma audiência de conciliação, destaco, então, pistas lingüísticas que se revelam decisivas no desencadeamento de constantes realinhamentos dos participantes.

2 A Sociolingüística Interacional

Para analisar as múltiplas e progressivas recategorizações dos objetos discursivos no nível interpessoal ao longo da interação, adoto o viés teórico-metodológico da Sociolingüística Interacional (GOFFMAN, 1974, 1981; GUMPERZ, 1982; TANNEN, 1989; RIBEIRO, 1994; RIBEIRO; GARCEZ, 1998), uma abordagem discursiva de natureza interdisciplinar. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a conversa resulta de uma atividade interpessoal face a face entre dois ou mais indivíduos em um contexto onde se estabelece um campo de ação comum que une os sujeitos envolvidos. Os significados são construídos e negociados na situação social, a partir da compreensão dos participantes, sobre o que está acontecendo *aqui e agora*. Através dessa questão, dois indicadores contextuais são apontados, sendo que o primeiro, *aqui*, diz respeito ao contexto situacional e o segundo, *agora*, focaliza o momento da interação.

Nessa abordagem, são focalizadas interações situadas no relacionamento entre participantes, considerando gêneros espontâneos e gêneros produzidos em contextos institucionais. Seu principal objeto de estudo é, então, as trocas discursivas que envolvem dois ou mais atores, e como esses indivíduos utilizam a fala para atingir suas metas comunicativas em situações da vida real. A análise da contribuição dos participantes em uma audiência de conciliação deve considerar a natureza iminentemente institucional de tal encontro, observando as diferentes metas que orientam e circunscrevem os papéis sociais e discursivos dos participantes. Para Drew e Heritage (1992; p. 3), a realização de uma tarefa através da conversa é o que caracteriza um discurso como institucional, além da presença de um dos participantes como representante da instituição ou de algum tipo de organização formal. No Procon, os mediadores exercem esse papel institucional. Suas práticas discursivas são orientadas para uma meta, especificamente a resolução dos problemas entre as partes. Eles têm o poder de iniciar a interação, conduzi-la e até pôr fim aos debates quando necessário, o que evidencia a característica assimétrica das conversas institucionalizadas (DREW; HERITAGE, 1992, 47).

Conceitos básicos que norteiam o trabalho são os de pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982) e alinhamento (GOFFMAN, 1981), além do conceito de face (GOFFMAN, 1967) e da questão da referenciação enquanto atividade discursiva (MONDADA, 1994; MONDADA; DUBOIS, 1995; KOCH; MARCUSCHI, 1998).

Pistas de contextualização são pistas que utilizamos para sinalizar nossas intenções comunicativas ou para inferir as do nosso interlocutor. Dentre elas destaco em especial as escolhas lexicais como pistas lingüísticas. Através das pistas percebemos como o conteúdo semântico deve ser entendido e como o que precede e o que se segue se relacionam com cada elocução.

Já o alinhamento (GOFFMAN, 1981) diz respeito ao relacionamento dos par-

ticipantes com suas atividades em curso. O alinhamento é considerado um desdobramento do conceito de enquadre (GOFFMAN, 1974), que indica a definição da situação. Essas duas noções, enquadre e alinhamento, envolvem um complexo sistema de sinalização que transcorre no decorrer da interação. Os interlocutores enquadram os eventos ao mesmo tempo em que negociam relações interpessoais; por isso há constantes reenquadramentos e realinhamentos.

O conceito de face (GOFFMAN, 1967), enquanto imagem pública que se reivindica em um encontro social, também é fundamental para a compreensão das estratégias discursivo-interacionais a que recorrem as partes nas audiências.

Procurar-se-á demonstrar o valor sinalizador das pistas lingüísticas enquanto recursos lingüístico-discursivos utilizados pelos participantes para se referirem mutuamente ao longo da interação face a face. Para tal, concebe-se a questão da referenciação enquanto atividade discursiva, rechaçando, portanto, a visão especular da linguagem.

3 A noção de referenciação

Segundo Marcuschi (2000), não é difícil constatar que a questão da *referência* voltou a ser, a partir dos anos 90, um tópico central na agenda de lingüistas e de filósofos da linguagem. Na verdade, o tema sempre esteve em foco e vem sendo um dos pontos centrais da semântica a partir das reflexões de Frege (1892). Inúmeros têm sido os trabalhos sobre essa questão, principalmente partindo da idéia de que *referir* é muito mais do que simplesmente apontar, relacionar ou etiquetar. Com isso, assume-se a multifuncionalidade das expressões referenciais (KOCH, 1999), sua capacidade de contribuir para elaborar o sentido, levando a “novas configurações de ação” (ERICKSON; SHULTZ, [1977]1998).

Entende-se referenciação como um “processo realizado negociadamente no discurso” (MONDADA; DUBOIS, 1995), não assumindo então entidades apriorísticas e estáveis. A realidade é construída, mantida e alterada pela forma como nomeamos o mundo, mas principalmente também pela forma como interagimos com ele sociocognitivamente. Ou seja, através da interação com o entorno físico, social e cultural, interpretamos e construímos nossos mundos. A referência passa a ser considerada, então, como resultado da operação que realizamos no instante em que usamos um termo para designar, representar ou sugerir algo. O termo *referência*, utilizado na literatura semântica em geral, tem um caráter de relação pré-fabricada entre o mundo e a linguagem, assumindo a significação como estável.

Logo, propõe-se a substituição de *referência* por *referenciação*. No dizer de Mondada (1994),

é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, *os objetos de discurso* que não lhe preexistem e que não têm uma estrutura fixa, mas que ao contrário emergem, recategorizam-se e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

O indivíduo, no decorrer do discurso, pode escolher diversos elementos lexicais e “a significação será sempre e essencialmente contextualizada” (KOCH; MARCUSCHI, 1998; p.178). Assim, a referência é mais do que uma relação direta linguagem-mundo; é “um papel funcional da linguagem em operações interativas e colaborativas que mantemos com o mundo” (MARCUSCHI, 2000, p. 11). O que se admite, então, é a dinamicidade dos objetos de discurso, que, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, construindo-se ou reconstruindo-se o sentido no curso da progressão textual. Como postula Mondada (1994, p. 64), “o objeto se completa discursivamente”. Não se concebe nessa visão entender os “referentes” como “coisas” do mundo real, mas objetos de discurso, construídos no decorrer da atividade, não lhes cabendo, então, um estatuto ontológico apriorístico.

Nesta moldura teórica, concebe-se a noção de progressão referencial como um construto que descreve os vários processos de transformação e enriquecimento pelos quais passam os objetos de discurso. Ao longo da análise enfatizar-se-á que a seleção de uma determinada expressão lingüística, ao focalizar o nível interpessoal da comunicação, é feita interativamente e cooperativamente, podendo recategorizar os objetos presentes na memória discursiva. Proponho analisar a progressão referencial e suas estratégias à luz dos múltiplos reenquadramentos e realinhamentos que emergem dos movimentos de fala dos participantes, muitas vezes sem a preocupação com os desejos de face do outro.

4 Metodologia e contexto da pesquisa

A análise a ser adotada será de natureza essencialmente qualitativa, interpretativa, considerando a fala contextualizada, na medida em que será estudada uma interação em situação real de ocorrência.

A pesquisa qualitativa objetiva “compreender a realidade considerando esta como uma construção do ser humano, focalizando o processo e o significado que os participantes atribuem aos fatos” (PINTO, 1995, p. 7), Garcez (2004), citando Erickson (1990), explica que a pesquisa qualitativa é deliberadamente interpretativa, pois toda investigação humana é interpretativa, mesmo que se apresente “objetiva” e “neutra” em relação ao ponto de vista do pesquisador. Há trabalho de campo e o critério básico de validade para o trabalho investigativo é o entendimento dos sentidos das ações conforme esses sentidos se definem da perspectiva dos atores.

O material lingüístico a ser aqui utilizado foi gravado em fita k-7 e transcrito conforme símbolos utilizados em *Análise da Conversa*. As convenções foram baseadas no modelo de transcrição utilizado por Gago (2002), que, por sua vez, adota o sistema de convenções desenvolvido por Gail Jefferson em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Selecionou-se uma audiência de conciliação do Procon de uma cidade de Minas Gerais, audiência esta denominada “Gesso”, a partir do banco de dados do projeto “Interações de fala em contextos institucionais” desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora. A transcrição completa da audiência “Gesso” tem 24 páginas e mais de 1300 linhas.

As partes em litígio são a reclamante Sandra e os reclamados Pedro e Carlos. Por vezes, Sandra se refere a seu marido, Lucas, que, no entanto, não participa da audiência. A mediadora Flávia é estagiária do órgão. Todos os nomes utilizados são pseudônimos. A meta do encontro é buscar um acordo entre as partes em litígio: a consumidora e os representantes da empresa Gesso. A reclamante se acredita prejudicada pelos maus serviços prestados pela firma de gesso que contratara. Já o reclamado, por sua vez, aparece com a incumbência de defender a empresa e, para isso, busca atribuir a terceiros a responsabilidade pelo dano/prejuízo que deu origem ao evento de fala em foco.

Sendo esse conflito de interesses a característica fundamental do encontro, os participantes, então, buscam consubstanciar sua argumentação, apresentando cada um seu relato sobre o ocorrido. Em seus movimentos de fala, reclamado e reclamante ameaçam a face uns dos outros e fazem uso de expressões referenciais que sinalizam o alinhamento assumido na interação.

A seguir analiso de que forma reclamante e reclamados, ao selecionarem expressões referenciais no nível interpessoal, sinalizam seus respectivos e múltiplos alinhamentos, considerando a plasticidade dos significados lingüísticos e a dinamicidade dos objetos de discurso (KOCH; MARCUSCHI, 1998).

5 Análise de dados

Selecionei para a análise trechos da audiência de conciliação “Gesso” principalmente os da segunda fase, a fase de argumentação e debate. É nessa fase em que há o maior número de desacordos, posto que ambas as partes buscam a ratificação para os argumentos que apresentam. Ocorre aí um agravamento do conflito, com troca de ofensas morais entre os participantes.

Os segmentos destacados são significativos para ilustrar e introduzir a questão da progressão referencial no nível interpessoal, por se tratar de um dos momentos mais tensos do encontro. No trecho a seguir, Carlos, um dos reclamados, e Sandra, a reclamante, debatem com relação aos encontros que teriam marcado para visitarem a obra da consumidora:

(11:07-28)¹

- 7 Carlos: (...) falou "ó o cara me cobrou muito caro para fazer o
8 vidro eu não vou fazer o vidro". Ai ele ainda me mostrou,
9 No quarto aonde ela tá falando ali, no projeto que ela fez
10 com a juiz de fora gesso, teria forro reto °você tá vendo
11 aqui°. nós sugerimos °(tipo isso aqui) só que fechando no
12 teto, tá°? não é forro liso igual a juiz de fora gesso ia
13 fazer ((barulho do aparelho de som)). era () morrendo no
14 teto lá em cima. eu peguei e falei com ele, "ó eu quebrei
15 aqui que vou ter que passar a fiação" porque tanto é que a
16 casa dela estava tão atrasada no processo de gesso, que não
17 tinha a parte elétrica, porque para gente entrar com o
18 gesso teria que ter a parte elétrica. aí o marido dela
19 falou "não vocês podem fazer o gesso depois eu me viro para
20 fazer a parte elétrica". você entendeu. >agora o que ela tá
21 falando que não-< que eu não fui que ela estava com o
22 projeto, é mentira porque [eu fui ela o marido dela, falou =
23 Sandra : [ah:: carlos como você é **cara de**
24 **pau** carlos . < nós te acordamos nove horas da manhã>]
25 Carlos: = comigo e falou o seguinte "<eu não vou fazer porque
26 o cara me cobrou caro para fazer os vidro [jateado]" =
27 Sandra : = °°**muito** [**cara de pau**°° () é **pilantra**]
28 Carlos: = [então ficou parado do jeito] que tá (...)

Segundo Sandra, por várias vezes, ela e seu marido agendaram para estudar o projeto na obra com Carlos e este não compareceu. O reclamado, por sua vez, rebate essas críticas contra-argumentando que o que a consumidora diz não é verdade, a partir da linha 20 ("agora o que ela tá falando que não que eu não fui (...), é mentira porque eu fui ela o marido dela falou (...) "eu não vou fazer porque o cara me cobrou caro pra fazer os vidro jateado"). Com isso, ele espéra expor a inconsistência dos argumentos da reclamante.

Já Sandra não recorre à mesma estratégia, ou seja, não procura apresentar novas evidências em favor de sua tese. Ao invés disso, parte para o *defacement* (GOFFMAN, 1983) do seu opositor ao chamá-lo de "cara de pau" e "pilantra" (linhas 23 e 27). A arena de competição se forma com os reclamados recorrendo também, a seguir, a expressões referenciais na busca de realinhamentos e depreciação da face da reclamante.

Assim, percebe-se que este é um dos momentos mais conflituosos da audiência de conciliação, povoado de mútuas ameaças à face. Na seção seguinte, analiso, primeiramente, as expressões a que a consumidora recorre e, depois, foco aquelas empregadas pelo reclamado, ressaltando os múltiplos alinhamentos que emergem em decorrência do uso de tais expressões e como esse processo reflete inúmeras ameaças às faces.

¹ Seguindo orientações de Gago (2002), a numeração das linhas se inicia novamente em cada página. As citações referem-se ao sistema de numeração adotado na transcrição original. Assim, lê-se página 11, linha 07 a 28 (11:07-28).

5.1 Recategorizações de nível interpessoal no discurso da reclamante

Sandra, a reclamante, durante toda a audiência, como se observará, adota uma postura mais agressiva e ameaçadora às faces dos reclamados.

Nos primeiros turnos da audiência, Sandra se refere ao reclamado Pedro através do pronome “ele”, como se observa no segmento a seguir:

(03:09-20)

- 9 Sandra : () cozinha, o forro que **ele** colocou eu preciso dar três
10 mãos de massa=
11 Pedro: = não não.=
12 Sandra: = <para tirar as imperfei[ções] =
13 Pedro: [não.]
14 Flávia: [aqui.] seu Pedro, °deixa ela
15 falar°]
16 Sandra : =três mãos de massa], >você [coloca] o gesso, que já é um =
17 Pedro: [deixo]
18 Sandra: =serviço caro para di-diminuir minha despesa de massa<,
19 <todo o meu teto> que **ele** colocou forro liso eu preciso de
20 três mãos de massa. os três pintores que foram lá (...)

No entanto, alguns turnos adiante, a reclamante, dirigindo sua fala à mediadora Flávia, passa a se referir ao reclamado de forma depreciativa, empregando a expressão “cara”:

(04:10-20)

- 10 Sandra : (...) última vez que o Carlos falou comigo,
11 [ele ele só não caiu ele pena que não
12 tinha um] gravador, que eu estava na teleminas lá até
13 Pedro: [não então seu marido tomou, teu esposo não tomou a rédia
14 da coisa]=
15 Sandra: costuma ter sistema de gravação, mas
16 [°infelizmente a gente não tinha°]=
17 Pedro: [° não mas não () °]
18 Sandra : = porque <o que esse **cara** falou comigo,> entendeu. <um
19 cachorro não faz.> =
20 Pedro: não, você falou (...)

Na medida em que os desacordos se agravam, a progressão referencial no nível interpessoal sofre alterações progressivamente. Ao se referir a Pedro como “cara”, Sandra ainda o classifica como pior do que “um cachorro” (“o que esse cara falou (...) um cachorro não faz”). A fala desacelerada nesse trecho representa uma pista de contextualização explorada por Sandra com o intuito de enfatizar sua elocução. A consumidora almeja projetar discursivamente os reclamados como pessoas que não merecem respeito, que devem ser tratadas com descaso e com desconsideração. Dessa forma, reforça-se seu alinhamento de vítima merecedora de reparo.

A expressão em foco, por exemplo, é retomada pela reclamante, em um outro instante da audiência de conciliação e assume uma nova conotação. Flávia, a mediadora, em mais uma tentativa de restabelecer a ordem e retomar o tópico principal, pede calma aos participantes e sinaliza seu alinhamento com a consumidora, mostrando-se complacente com o sentimento hostil da reclamante para com os reclamados:

(12:19-30)

- 19 Flávia: (...) mas
 20 perai.por favor [gente não ()]
 21 Pedro: [como você] falou o [que ()]
 22 Sandra : [°eu tenho provas]
 23 aqui. eu tenho [provas°]
 24 Flávia: [não. tá.] tá mas o- se vo- se a gente ficar
 25 brigando, a gente <não vai chegar nunca num acordo. tá?>
 26 eu sei que você tá brava, que [você não ()]
 27 Sandra : [lógico, mil reais] é muito
 28 difícil cara. [vai se falar em ganhar mil reais()]
 29 Flávia: [pois é . não. [e u s e : : : i]
 30 Pedro: [não (...)]

Sandra, nas linhas 27 e 28, utiliza o argumento da dificuldade financeira para firmar sua posição de vítima (“mil reais é muito difícil, cara. vai se falar em ganhar mil reais”). Ao se referir à mediadora como “cara”, discursivamente ela sinaliza seu desejo de pertencimento ao grupo, aliando-se à representante do Procon. O uso dessa forma de tratamento (“cara”) constitui uma estratégia de polidez positiva (BROWN; LEVINSON, 1987), servindo para marcar identidade de grupo. Logo, ela busca adesão aos seus argumentos e o apoio da mediadora.

Assim, é possível afirmar que princípios que vão além dos limites lingüísticos permitem entender que uma expressão referencial como “cara” tenha, diante de um amigo e, no caso, diante da estagiária (Flávia), um sentimento positivo e até afetivo, e, perante um ofensor, um sentido negativo, depreciativo à face positiva. Todas essas estratégias estão a serviço dos trabalhos de face que são colocados em prática pelos participantes e que, nas audiências no Procon, têm, especificamente, uma orientação defensiva.

Ao longo da análise, outras expressões pejorativas direcionadas aos reclamados foram surgindo, intensificando de forma significativa as ameaças às faces. Evidência disso é o que ilustra o segmento abaixo:

(12:20-28)

- 20 Carlos: (...) você entendeu. >agora o que ela tá
 21 falando que não-< que eu não fui que ela estava com o
 22 projeto, é mentira porque [eu fui ela o marido dela, falou =
 23 Sandra : [ah:: carlos como você é cara de
 24 pau carlos . < nós te acordamos nove horas da manhã>]
 25 Carlos: = comigo e falou o seguinte "<eu não vou fazer porque
 26 o cara me cobrou caro para fazer os vidro [jateado]" =
 27 Sandra : = °°muito [cara de pau°° () é pilantra]
 28 Carlos: = [então ficou parado do jeito] que tá (...)

Nas audiências de conciliação, a preocupação central dos participantes é a de serem vistos como intelectualmente capazes. Além disso, todo comportamento é ordenado moral e socialmente, assim como coloca em jogo as relações interpessoais, havendo, portanto, uma gama de valores sociais e afetivos envolvidos. Cada participante reivindica para si mesmo a respeitabilidade em função da posição que ocupa na rede social. Existe a preocupação permanente com as avaliações dos outros, que também são constantes. No momento em que a reclamante recorre a tais expressões (“cara de pau”; “pilantra”) para se referir ao reclamado, esse movimento de fala atinge de forma certa valores como o orgulho, a honra e a dignidade, valores estes associados à face reivindicada pelos reclamados.

Os comportamentos verbais são decorrentes da forma como os participantes enquadram o evento de fala em curso. A reclamante enquadra o evento como uma verdadeira arena, um duelo, onde agressões verbais e ofensas pessoais são permitidas. Certamente, esse ponto não é um dos tópicos agendados para o encontro. Na audiência de conciliação, os participantes devem se centrar na discussão e argumentação dos pontos de vista sobre o assunto que originou tal encontro.

Contudo, todas as estratégias empregadas por Sandra têm como objetivo respaldar sua argumentação a fim de enfatizar os danos sofridos. Dessa forma, o enquadre de desafios se mantém a cada nova contribuição da reclamante, como se observa no segmento abaixo:

(11:47-57; 12:01)

- 47 Flávia: [sandra . perai . : ,]
 48 Pedro: = aqui, ()<
 49 Flávia: [a gente tá aqui ()]
 50 Sandra : [mentira cara como é que- você tem **HOMEM QUE É HOMEM NÃO**
 51 **MENTE. CARA DE PAU CARA.**
 52 Pedro: °que isso.°
 53 Sandra mentira, eu **DETESTO MENTIRA**, >() não gosto de mentira nem
 54 de criança< mentirinha besta. (xx) **homem**, **ISSO PARA MIM**
 55 **NÃO É HOMEM, É MOLEQUE.** >é igual o Lucas falou< “o problema
 56 é fazer serviço com **moleque**”, entendeu.
 57 [ELE É HOMEM [()] ((barulho de soco na mesa))
 1 Carlos: [nós tratamos com ele depois]

A elaboração agressiva de face já é esperada nas audiências de conciliação, um evento de constantes conflitos. Habilmente, a reclamante explora várias estratégias discursivas para subestimar os reclamados e, ao mesmo tempo, supervalorizar a sua própria imagem.

Pela repetição enfática de expressões de cunho negativo, Sandra procura reposicionar os reclamados ao afirmar, a partir da linha 50, que eles não poderiam ser qualificados como “homens”, no sentido literal da palavra, que pressupõe uma pessoa adulta com nobreza de caráter e dignidade. E, aquele que não é digno dos nobres adje-

tivos, que fala mentiras e ludibria as pessoas, deve ser qualificado como “moleque” (“homem que é homem não mente”; “isso pra mim num é homem, é moleque”). Socialmente, evoca-se, diante de uma expressão formulaica como esta (“homem que é homem não mente”), a representação de uma pessoa que não honra a linha de conduta moral esperada pela sociedade. Decorrente desse enquadramento, forma-se então a imagem de alguém que não se preocupa com o cumprimento dos seus deveres, de um profissional que merece ser desacreditado pela sociedade e perder seu status de competência.

Ao mesmo tempo, Sandra se alinha como uma pessoa honesta, digna e íntegra, que não aprova mentira de qualquer espécie (“mentira, eu detesto mentira, não gosto de mentira nem de criança mentirinha besta”). Seu julgamento é reforçado através da estratégia da repetição (TANNEN, 1989) da expressão “mentira” que, direcionada aos reclamados, desconstrói o perfil por eles defendido de profissionais ideais e, sobretudo, honestos. Com esses argumentos, a reclamante defende suas virtudes e sua dignidade própria.

Dessa forma, empregando e repetindo expressões como “cara”, “cara de pau”, “pilantra” e “moleque”, a consumidora agrava o desacordo e mantém o desalinhamento entre as partes. Na verdade, a audiência foi convocada para se tentar estabelecer uma conciliação, um acordo entre as partes. Entretanto, Sandra assume uma postura que não converge ao entendimento. Muito pelo contrário, sinaliza a todo momento sua disposição para o confronto direto. Ela continuamente nega todos os valores associados à face de autonomia dos reclamados, como a maturidade, a confiabilidade e a auto-suficiência. Dessa forma, os participantes se afastam do propósito do encontro, ainda mais considerando que Flávia não exerce a posição social discursiva de mediadora, na medida em que se exime do poder de atenuar as constantes ameaças às faces e conduzir a audiência na direção de um possível acordo.

Na próxima seção, focalizo as expressões referenciais dos reclamados no nível interpessoal que foram empregadas também na fase de argumentação.

5.2 Recategorizações de nível interpessoal no discurso dos reclamados

Com relação aos reclamados, Pedro e Carlos, nota-se que, primordialmente, as estratégias adotadas são as de apresentar suas escusas com relação ao serviço efetuado e a de dizer ‘coisas positivas sobre o *self*’ (SILVEIRA, 2000), buscando se apresentarem como profissionais competentes.

O segmento destacado a seguir é importante para o ponto de análise, pois ilustra o primeiro instante em que Pedro faz uso de uma expressão referencial ameaçadora à face da reclamante:

(07:50-57; 08:01-03)

- 50 Pedro: (...) eu sei. doze mil, doze reais o metro linear. o
 51 dela lá só tem quadrado na cozinha, no banheiro:: suite,
 52 (p) entendeu [nu nu] banheiro social, no lavabo,
 53 Sandra: [()]
 54 Carlos: é.
 55 Sandra : só tem isso por que >o que foi feito<. forro
 56 li[so . forro liso]
 57 Pedro: [não, não importa.] forro liso é
 1 [forro, "minha filha. tá entendendo.º]
 2 Sandra : [ta doze hoje . quando eu] orcei, ta, () seis
 3 reais

Pedro mitiga a face negativa do *self* de Sandra ao recusar o argumento da reclamante, buscando assim qualificá-la como leiga nos assuntos referentes a gesso. A interrupção também constitui uma estratégia utilizada pelo reclamado para ameaçar a face negativa da consumidora. Nas linhas 57 e 1, ao contestar a observação feita com relação ao forro, o reclamado recorre à expressão "minha filha", expressão esta que reitera a projeção discursiva da reclamante como desinformada no assunto. Mesmo tendo sido pronunciada em voz baixa, essa expressão marca uma assimetria do ponto de vista da posse do conhecimento sobre a matéria (fala do *expertise* X fala do leigo). Ao mesmo tempo em que a consumidora é projetada como leiga e inexperiente, o reclamado se alinha discursivamente como perito.

Posto que a seguir a reclamante parte para ofensas morais, Pedro adota o mesmo recurso e reposiciona Sandra discursivamente de forma depreciativa:

(11:41-48)

- 41 Pedro: [>() você chamar o cara de pilantra vira coisa pessoal<]
 42 Sandra: = ele falou "eu tô [dormindo eu ligo] para você daqui a =
 43 Pedro: [tá por fora.]
 44 Sandra: meia hora." não ligou. passou duas [horas eu liguei ()]
 45 Pedro: [tá chamando o cara de]
 46 pilan[tra, você ficou louca.] >não sei o que eu tô fazendo=
 47 Flávia: [sandra . perai : ,]
 48 Pedro: = aqui, () <

(22:32-36)

- 32 Pedro: que isso? (1) que isso? (ia custar) quatrocentos reais o::
 33 coisa a::: aquele banheirinho lá, e aquela cozinha.
 34 [setecentos reais, você é doida (1.5) por isso que não tá
 35 fechando esse valor.]
 36 Sandra : [não, voc- olha só. trezentos, corredor quinhentos. o

Segundo Goffman (1967), todas as pessoas, a partir da interação no mundo social, teriam internalizada a necessidade de haver mútuo suporte às faces. A própria organização da sociedade prevê a preocupação com os desejos de face dos outros. Se não

houver isso, poderá ocorrer uma ruptura social e o evento, então, se desfaz. Por isso, Pedro ameaça abandonar a audiência devido aos ataques pessoais (“você chamar o cara de pilantra vira coisa pessoal”; “não sei o que eu tô fazendo aqui”).

Para contrapor os argumentos da reclamante, Pedro opera uma seleção também com o intuito de agravar a face da reclamante. Ele faz uso de uma expressão com função predicativa (“louca”). Também na página 22, o reclamado emprega a expressão “doida”, de carga significativa semelhante. Como resposta ao comportamento verbal agressivo da reclamante, que empregou expressões como “pilantra”, “cara de pau” e moleque”, Pedro passa a projetar discursivamente Sandra de forma negativa, qualificando-a como “louca” e “doida”, a fim de desmerecer toda a argumentação da consumidora.

Cabe aqui atentar para o sentido da expressão “louca” usada para designar Sandra. O louco, em nossa sociedade, é uma pessoa desacreditada e desconsiderada, não tem voz legitimada. Qualificar uma pessoa de tal forma automaticamente desconstrói sua imagem pública reivindicada. Além disso, alguém enquadrado como louco não sabe o que diz e não merece o crédito das outras pessoas. Por isso, Pedro ameaça ir embora (“não sei o que eu tô fazendo aqui”). A seleção lexical do reclamado atualiza um enquadre “fora de si”, que tem como efeito a inversão dos papéis. Ao perceber que a reclamante se exaltou demais e que passou a desferir ofensas graves aos reclamados, o representante da empresa procura alinhar-se como vítima daquela pessoa que é totalmente descontrolada e não sabe o que diz. Logo, o ofensor passa efetivamente a ofendido e é a ele que se deve, então, oferecer algum tipo de reparo.

Esse realinhamento é, de fato, muito proveitoso do ponto de vista discursivo para o reclamado. Este almeja recuperar seu suporte social, abalado desde o início pelo ato de reclamar, que já constitui uma ameaça a sua face positiva, na medida em que evidencia uma falha por ele cometida. Então, Pedro busca inverter todo o enquadre inicial, corriqueiro nas audiências, de haver o reclamante como vítima e o reclamado como algoz. Isso acontece através da estratégia do reclamado de se projetar como o prejudicado ao qualificar Sandra de tal maneira.

Fica evidenciada a natureza dinâmica do enquadre interacional, produzindo constantes realinhamentos, isto é, muda-se a projeção pessoal de um participante na sua relação com o seu interlocutor, consigo mesmo e com o assunto em curso. Essas alterações são expressas na produção e recepção das elocuições. Principalmente em uma situação de conflito, o caráter dinâmico dos enquadres fica ainda mais evidente, já que, na interação analisada, os enquadres são construídos e reconstruídos a todo o momento, segundo a postura assumida pelas partes.

Relevante notar que Pedro, na página 13, reativa a expressão “pilantra”, empregada pela reclamante, para contestá-la através da estratégia do auto-elogio:

(13:39-47)

- 39 Pedro: =espera um pouquinho, deixa eu falar.=
40 Sandra : = hum ((cara de indignação))
41 Pedro: **eu já sou avô.** >não sou não sou criança não.< **eu já tenho**
42 **é netinho. tenho três neto. e com meu- com meu trabalho.**
43 **não é com pilantragem não.** aí >eu falei.< “você me dá
44 quinhentos reais quando eu termina:r. e depois de trinta
45 dias você me dá mais quinhentos” que você alegou >que não
46 tinha dinheiro.<
47 Sandra : >isso aqui nunca foi falado para [mim]<

251

O reclamado, a partir da linha 40, busca contradizer e desconstruir a imagem negativa para ele criada por Sandra. Em sua resposta, inicialmente, ele refuta o aspecto literal da expressão “moleque”, ao projetar-se discursivamente como uma pessoa madura (“avô”) e sobretudo um avô afetivo (“netinho”). Refuta-se também o caráter conotativo da expressão “moleque” ao reiterar seu alinhamento de trabalhador honesto que, através de seu esforço, constituiu uma família que já está em sua segunda geração. Dessa forma, o Pedro constrói sua imagem de provedor bem sucedido, que colhe hoje o fruto do seu trabalho, sem “pilantragem”. Portanto, Pedro contesta as ofensas morais que Sandra lhe dirige e as retoma para exatamente dizer o oposto, ou seja, argumentar apresentando ‘coisas positivas sobre o *self*’.

Assim, levando em conta o discurso com seus aspectos de natureza cognitiva, social e cultural e não considerando a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, buscou-se destacar que a noção de progressão referencial é um construto que descreve os vários processos de transformação e enriquecimento pelos quais passam os objetos de discurso, em um grau alto de dinamicidade. A cada nova recategorização, novos realinhamentos se configuram, capazes de mudar o enquadre da interação.

6 Considerações finais

Através de construtos teóricos da Sociolinguística Interacional, abordagem que considera o discurso como trabalho conjunto, como inter-ação dos participantes nas atividades de fala, investigou-se aqui em que medida as expressões referenciais de nível interpessoal atuam como sinalizadores da dinamicidade da interação devido aos múltiplos alinhamentos assumidos. As significações linguísticas têm como uma de suas características a plasticidade (KOCH; MARCUSCHI, 1998) e as expressões referenciais, devido a sua dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva, devem ser vistas como multifuncionais (KOCH, 1999).

As audiências de conciliação têm como característica principal o conflito de interesses entre as partes. Por isso, muitas vezes, comportamentos impolidos e até mes-

mo rudes fazem parte do evento. Os participantes buscam construir suas argumentações recorrendo a certas expressões para se referirem ao outro que sinalizam seus respectivos alinhamentos.

Cada uma das expressões selecionadas responde a necessidades contextuais locais, o que justifica as constantes reelaborações dos objetos de discurso ao longo dos movimentos de fala. Assim, o recurso de se selecionar principalmente expressões pejorativas permite o entendimento de como os participantes se projetam e projetam o outro, visando especialmente o *defacement* do oponente.

Espera-se assim contribuir para o estudo das estratégias de progressão referencial como um recurso linguístico-discursivo que sinalize a complexidade das relações discursivas e a mutabilidade dinâmica do contexto, dentro de uma visão processual com relação à significação.

Referências

- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DREW, P.; HERITAGE, J. (eds) *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ERICKSON, F. Qualitative methods. In: LINN, R. L. ; ERICKSON, F. *Quantitative methods; Qualitative methods*. New York: Macmillan, 1990.
- FREGE, G. 'Über Sinn und Bedeutung' ('Sobre o Sentido e a Denotação'). In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, C, 1892. p. 25-50 .
- GAGO, P. (2002). Questões de transcrição em análise da conversa. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. UFJF, v. 11, n. 2.
- GARCEZ, P. M. (2004). Metodologia de pesquisa qualitativa interpretativa no estudo da fala-em-interação social. Puc-Rio, Minicurso.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face: Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Tradução de J. Russo, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. [1967, On face work. In: *Interaction Ritual*. New York: Pantheon Books, p. 5-45], 1980.
- GOFFMAN, E. (1974). *Frame analysis*. New York: Harper & Row.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. ; GARCEZ, P. M. (orgs) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Age Editora, ([1981] 1998).

GOFFMAN, E. (1983). *Forms of offrey*. The Principles of Pragmatics. New York: Longman.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. ; GARCEZ, P. M. (orgs), *Sociolingüística interacional: Antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Age Editora, (1998 [1982]).

KOCK, I. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: BARROS, K.S.M. (org). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: EDFURN, 1999. p. 69-80.

KOCH, I. ; MARCUSCHI, L. A. Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *Revista DELTA*, n. 14 (Número Especial), p. 169-190, 1998.

MARCUSCHI, L. M. *Quando a referência é uma inferência*. GEL –SP, 2000.

MONDADA, L. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994. 670p.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation*. In: A. BERRENDONNER & M-J. REICHLER-BÉGUELIN, 1995. p. 273-302.

PINTO, D. S. *A percepção da loucura: análise do discurso de pacientes internadas em uma instituição psiquiátrica*. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado em Letras Anglo-Germânicas, 1995.

RIBEIRO, B. T. *Coherence in Psychotic Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

RIBEIRO, B. T; GARCEZ, P. *Sociolingüística Interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Age Editora, 1998.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. *A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation*. Language, 1974, v. 50.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

SILVEIRA, S. B. *Trabalhos de face em acareações*. Gelne, Salvador, Bahia, 2000.

TANNEN, D. *Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Anexo: Convenções de Transcrição

ATKINSON, J. MAXWELL; HERITAGE, J. (1984). Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. (1974). A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. Language, 50 (4), p. 696-735.

Símbolos	Especificação
[Colchete no lado esquerdo indica início de sobreposição de fala
]	Colchete no lado direito indica final de sobreposição
(0,5)	Pausa em décimos de segundo
(p)	Pausa não marcada
=	Sinal de igual indica que não há pausa na fala
.	Ponto final indica descida de entonação
,	Vírgula marca entonação contínua, prosseguimento da fala
:	Alongamento de vogal; duplicados, indicam maior alongamento
-	Hifen indica oclusão glotal (corte na fala ou auto-interrupção)
<u>sublinhado</u>	Sublinhado indica acento ou ênfase no volume ou na altura
>palavras<	Símbolos “maior que” e “menor que” indicam fala acelerada
<palavras>	Símbolos “menor que” e “maior que” indicam desaceleração da fala
<palavras	Símbolo de “menor que” isolado indica início acelerado
(palavras)	Palavras entre parêntesis simples indicam transcrição duvidosa
“palavras”	Trecho de discurso entre aspas indica fala relatada
negrito	Destaque na análise

LIVROS E REVISTAS

255

LIVROS

- ABEL, Barbara. *La mort en écho*. Bruxelles: Masque, 2006.
- ABRASSART, Fabien. *La part de personne*. Bruxelles: Le Taillis Pré, 2006.
- ANCION, Nicolas. *Dans la cité Volta*. Bruxelles: La Ville Écrite, 2005.
- ARCHIVES DU FUTUR RAYMOND TROUSSON. *Charles van Lerberghe, le poète au crayon d'or*: biographie. Bruxelles: Labor, 2001.
- ARON, Paul. *La littérature prolétarienne*. Bruxelles: Espace Nord, 2006.
- BALTHAZAR, André. *Les pas perdus*. Bruxelles: L'Escampette, 2006.
- BARONIAN, Jean-Baptiste. *La bibliophilie une sanction*. Bruxelles: L'Age d'Homme, 2006.
- BERENBOOM, Alain. *Le goût amer de l'Amérique*: roman. Bruxelles: Pasquito, 2006.
- BERGEN, Véronique. *Kaspar Hauser ou la phrase préférée du vent*: roman. Bruxelles: Denoël, 2006.
- BERGEN, Véronique. *Voyelle*. Bruxelles: Le Cornier, 2005.
- BERTRAND, Alain. *En province, un livre moderne sur la campagne*: chroniques. Bruxelles: Le Castor Astral, 2005.
- BERTRAND, Jean-Pierre; DURAND, Pascal. *La modernité romantique (de Lamartine à Nerval)*. Bruxelles: Impressions Nouvelles, 2005.
- BEYEN, Roland. *Correspondance de Michel de Ghelderode*. Bruxelles: AML. v. 7, t. 1-2.
- BLANCHOU, Stéphanie. *Dans tes bras*. Bruxelles: Lansman, 2006.
- BOSCHÈRE, Jean de. *Dressé actif j'attends*. Bruxelles: Arbre à Partoles, 2005.
- BREUCKER, Roland. *Travail au noir*. Bruxelles: Le Daily-Bul, 2005.
- BRULLS, Christian. *Contes et nouvelles de l'aventure*. Bruxelles: Les Amis, 2006.
- BRUYCKER, Daniel de. *Couper ici*. Bruxelles: Tailli Pré, 2005.
- CHIKHI, Beïda; QUAGHEBEUR, Marc. *Les écrivains francophones interprètes de*

- l'histoire*. Bruxelles: Peter Lang, 2006.
- CLIFF, William. *L'adolescent*. Bruxelles: Rocher, 2005.
- CLIFF, William. *Le pain quotidien*: poème. Bruxelles: La Table Ronde, 2006.
- COMPÈRE, Gaston. *Caroline et Monsieur Ingres*: roman. Bruxelles: Le Cri, 2006.
- COMPÈRE, Gaston. *Je soussigné Louis XI, Roi de France*: roman. Bruxelles: Espace Nord, 2005.
- CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino (Org.). *Nem fruta nem flor*. Londrina: UEL; Humanidades, 2006.
- COSTERMANS, Dominique. *Ya pas photo*: nouvelles. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- CRICKILLON, Jacques. *Le bois de pluie*. Bruxelles: Le Tallis Pré, 2006.
- CROMMELYNCK, Fernand. *Monsieur Larose est-il l'assassin?* Bruxelles: Espace Nord, 2006.
- CURVERS, Alexis. *Le Monastère des deux St Jean*. Bruxelles: Sud, 2006.
- D'OULTREMONT, Catherine. *Le prince de la concorde*: roman. Bruxelles: Le Cri, 2006.
- D'OULTREMONT, Juan. *Portrait d'Ari la nuit*: récit. Bruxelles: Estuaire, 2006.
- DANTINNE, Alain. *Journal d'un incapable*. Bruxelles: Les Carnets du Dessert de Lune, 2006.
- DANTINNE, Alain. *L'exil intérieur*. Bruxelles: Arbre à Paroles, 2005.
- DAUVEN, Jean-François. *Le manuscrit de Portosera la rouge*: roman. Bruxelles: Ramsay, 2006.
- DAVID, Michel. *Amélie Nothomb*: le symptôme graphomane. Bruxelles: L'Harmattan, 2006.
- DEBROUX, Thierry. *Eros Medina*. Bruxelles: Lansman, 2006.
- DECKER, Jacques de. *Ibsen*: biographie. Bruxelles: Gallimard, 2006.
- DECKER, Jacques de. *Théâtre et société*. Louvain: Univ. Catholique de Louvain, 2006.
- DECKER, Thomas de. *Antoine*. Bruxelles, 2005.
- DELAIVE, Serge. *Les jours suivi de ici là*: poèmes. Bruxelles: La Différence, 2006.
- DELLISSE, Luc. *Le feu central*. Bruxelles: L'Harmattan, 2005.
- DELVIGNE, Felicien. *Les cahiers de Felicien*. Bruxelles: Quotidiennes, 2006.
- DEPREZ, Bérengère. *Kilomètre 7*: roman. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- DESSONS, Gérard. *Maeterlinck*: le théâtre du poème. Bruxelles: Laurence Teper, 2005.

- DIX NEUF: je me souviens se raconte en ville. Bruxelles: Escales du Nord, 2006.
- DUMONT, Georges-Henri. *Des belges aventureux: histoire*. Bruxelles: Le Cri, 2005.
- EMOND, Paul. *Tête à tête: roman*. Bruxelles: Espace Nord, 2005.
- FERRAN, Marie. *Terrasse: roman*. Bruxelles: Seuil, 2006.
- GEVERS, Marie. *Almanach perpétuel des fruits offerts aux signes du Zodiaque: essai*. Bruxelles: Le Cri, 2006.
- GOFFETTE, Guy. *Une enfance lingère: roman*. Bruxelles: Gallimard, 2006.
- GÖRGÜN, Kenan. *L'ogre, c'est mon enfant: roman*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- GROENSTEEN, Thierry. *Le rire de Tintin*. Bruxelles: Moulinsart, 2006.
- GUDULE. *Le petit théâtre de sang: roman*. Bruxelles: Espace Nord Junior, 2006.
- GUERLAN, Julie. *Première communion: roman*. Bruxelles: Le Grand Miroir, 2005.
- HAES, Frans de. *Les pas de la voyageuse: essai*. Bruxelles: AML, 2006.
- HANOTTE, Xavier. *Un goût de biscuit au gingembre*. Bruxelles: Estuaire, 2006.
- HARPMAN, Jacqueline. *Du côté d'Ostende: roman*. Bruxelles: Grasset, 2006.
- HENNART, Marcel. *A contre mort*. Bruxelles: Rougerie, 2006.
- HESBOIS, Emile. *Bouillon blanc et train d'enfer*. Bruxelles: Cerisier, 2006.
- HISLAIRE, Jacques. *Théâtre à Bruxelles: chronique (1943-2004)*. Bruxelles: Passage, 2006.
- HOUDART, Françoise. *Tu signais Ernst K.: roman*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2005.
- HUBIN, Christian. *Dont bouge*. Bruxelles: José Corti, 2006.
- JAUNIAUX, Jean. *Le pavillon des douanes: nouvelles*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- JOBIN, José Luís. *Sentidos dos lugares*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005.
- LAFON, Michel; PEETERS, Benoît. *Nous est un autre: enquête sur les dous d'écrivains*. Bruxelles: Flammarion, 2006.
- LALLEMAND, Alain. *N'oubliez pas le guide: récit*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- LAMBERSY, Werner. *Coimbra*. Bruxelles: Dumerchez, 2006.
- LAMBERSY, Werner. *L'invention du passé (1971-1977)*. Bruxelles: Tailli Pré, 2005.
- LAMBERSY, Werner. *La toilette du mort suivi de Ezra Loomis Pound: poésie*. Bruxelles: L'Age d'Homme, 2006.
- LAMBERT, Michel. *Une touche de désastre: nouvelles*. Bruxelles: Rocher, 2006.
- LAMBRICHS, Colette. *Logiques de l'ombre: nouvelles*. Bruxelles: Différence, 2006.

- LEE, Aurélia Jane. *Dans ses petits papiers*: roman. Bruxelles: Luce Wilquin, 2006.
- LEHMAN, Boris. *Tentatives de se décrire*. Bruxelles: Yellow, 2006.
- LISON-LEROY, Françoise. *L'incisive*. Bruxelles: Rougerie, 2006.
- MEURIS, Jacques. *Un poète au miroir de l'art*. Bruxelles: AML, 2004.
- MIGUEL, André. *Gifler l'oedipe*. Bruxelles: Arbres à Patole, 2006.
- MODRO, Nielson Ribeiro; KIELWAGEN, Paulo. *Cineducação em quadrinhos*. Joinville (SC): EDUNIVILLE, 2006.
- MODRO, Nielson. *Cineducação 2*. Joinville (SC): EDUNIVILLE, 2006.
- NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin, 2006.
- NOTHOMB, Amelie. *Journal d'hirondelle*: roman. Bruxelles: Albin Michel, 2006.
- NOULLEZ, Lucien. *Un crayon pour des acrobates*: poèmes. Bruxelles: L'Âge d'Homme, 2006.
- NYSSSEN, Hubert. *L'écrivain et don double*. Bruxelles: Actes Sud, 2006.
- OHNE. *Dominique Wittorski*. Bruxelles: Actes Sud, 2006.
- PAQUE, Jeannine. *François Weyergans - romancier*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2005.
- PÉRIER, Odilon de. *La robe de plumes*. Bruxelles, 2005.
- PIMENTA, Sonia Maria de Oliveira. *O signo da receptividade: uma variação sócio-construcionista da interação*. Belo Horizonte: FALE; UFMG, 2006.
- PIRART, Françoise. *La nuit de Sala*: roman. Bruxelles: Arléa, 2006.
- PIROTTE, Jean-Claude. *Une adolescence en Gueldre*: roman. Bruxelles: La Table Ronde, 2005.
- POLET, Grégoire. *Excusez les fautes du copiste*: roman. Bruxelles: Gallimard, 2006.
- QUAGHEBEUR, Marc. *Anthologie de la littérature française de Belgique (entre réel et surréel)*. Bruxelles: Racine, 2006.
- QUAGHEBEUR, Marc. *Clairs obscurs*: petites proses. Bruxelles: Le temps qu'il fait, 2006.
- 40 ÉCRIVAINS DU BRABANT WALLON PAR EUX MÊMES. Bruxelles: MOLS, 2005.
- RAUCY, Claude. *Un garçon bien sage*. Bruxelles: Memory Press, 2006.
- RENOUPREZ, Martine. *Claire Lejeune: la poésie est en avant*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2005.
- ROEGIERS, Patrick. *Le cousin de Fragonard*: roman. Bruxelles: Seuil, 2006.

- ROLAND, Hubert. *La colonie littéraire allemande en Belgique*. Bruxelles: AML, 2003.
- ROMAN- RÉCIT. Bruxelles: Lansman, 2006.
- ROMBAUT, Marc. *La chose noire*: roman. Bruxelles: Rocher, 2006.
- ROSTEN, Michel. *L'immortalle*: roman. Bruxelles: L'Age d'Homme, 2005.
- SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA. *Princípios básicos da museologia*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná. (2 ex.), 2006.
- SEIXAS, Cid. *Os riscos da cabra-cega*: recortes de crítica ligeira. Feira de Santana (BA): UEFS; PPPLDC, 2003.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE BAMBU: estrutura da rede de pesquisa e de desenvolvimento; anais. Brasília: 2006.
- SERVAIS, Max. *La gueule du loup*: roman. Bruxelles: Labor, 2006.
- SOJCHER, Jacques. *Petite gloire locale*: monologue pour un homme seul. Bruxelles: Séguier Archimbaud, 2005.
- TIRTIAUX, Bernard. *Pitié pour le mal*: roman. Bruxelles: JC Lattès, 2006.
- TURINE, Jean Marc. *Foudrol*: roman. Bruxelles: Esperluète, 2006.
- VANDROMME, Pol. *Libre parcours*. Bruxelles: Rocher, 2005.
- VANEIGEN, Raoul. *Journal imaginaire*. Bruxelles: Le Cherche Midi, 2006.
- VERBOOM, René. *La courbe ardente*: oeuvre poétique. Bruxelles: Arbre à Parolesm. 2v, 2004.
- VERHEGGEN, Jeran-Pierre. *L'idiot du Vieil-Âge (excentries)*. Bruxelles: Gallimard, 2006.
- VERSCHOORE, Roland. *Le mont Blandin*: roman. Bruxelles: Le Cri, 2005.
- VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Belo Horizonte: FALE; UFMG, 2006.
- WEYERGANS, François. *Salomé*: roman. Bruxelles: Leo Scheer, 2005.

REVISTAS

- A CAMINHO...: apelo à pesquisa, Batatais (SP), n. 4, 2006.
- ÁGORA FILOSÓFICA: Revista Semestral do Departamento de Filosofia, Recife, ano 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

- ALFA: Revista de Lingüística. São José do Rio Preto, v. 49, n. 1-2, 2005.
- ALPHA: Revista de Artes, Letras y Filosofia, Osorno (Chile), n. 22, jul. 2006.
- ANUARIO DE ESTUDIOS FILOLÓGICOS, Extremadura, n. 29, 2006.
- ANUARIO DE ESTUDIOS FILOLÓGICOS, Extremadura, v. 29, 2006.
- ANUÁRIO DE LITERATURA, Florianópolis, n. 11, 2005.
- CADERNO DE PEDAGOGIA, Ribeirão Preto (SP), ano 11, n. 11, 2006.
- CADERNOS DE CULTURA CLÁSSICA, João Pessoa, n. 1, 2006.
- CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, Campinas (SP), v. 48, n. 1, 2006.
- CADERNOS DE LITERATURA E DIVERSIDADE, Feira de Santana (BA), n. 5, 2006.
- CADERNOS DE TRADUÇÃO, Florianópolis, n. 14, 2004.
- CADERNOS DE TRADUÇÃO, Florianópolis, n. 15, 2005.
- CADERNOS DE TRADUÇÃO, Florianópolis, n. 16, 2006.
- CADERNOS DO PPG EM ARTES VISUAIS, Salvador, ano 3, n. 34, 2006.
- CAHIER SIMENON: De Vive Voix, Bruxelles, n. 20, 2006.
- CALIGRAMA: Revista de Estudos Românicos, Belo Horizonte, v. 11, dez. 2006.
- CLARETIANO: Revista do Centro Universitário, Batatais, n. 5, jan.-dez. 2005.
- CLÁSSICOS DA TEORIA DA TRADUÇÃO, Florianópolis, v. 4, 2006.
- COMUNICAÇÃO & POLÍTICA, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, maio-ago. 2006.
- CULTURA VISUAL: Revista do Mestrado em Artes Visuais, Salvador, n. 8-9, 1.-2. sem. 2006.
- CULTURA VISUAL: Revista do Mestrado em Artes Visuais, Salvador, n. 7, 2. sem 2005.
- DIADORIM: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários, Rio de Janeiro, n. 1, 2006.
- DIÁLOGOS POSSÍVEIS, Salvador, ano 4, n. 2, ago.-dez. 2005.
- DIÁLOGOS POSSÍVEIS, Salvador, ano 5, n. 1, jan.-jun. 2006.
- EM TESE, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, dez. 1999.
- ENCONTRO: Revista de Psicologia, Santo André (SP), v. 10, n. 13, jan.-jun. 2006.
- ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, v. 20, n. 57, maio-ago. 2006.
- ESTUDOS AVANÇADOS: Dossiê Guimarães Rosa. São Paulo, v. 20. n. 58, set.-dez. 2006.

ESTUDOS DA LINGUA(GEM), Vitória da Conquista (BA), n. 3, jun. 2006.

ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: Literatura e Testemunho, Brasília, n. 27, jan.-jun. 2006.

ESTUDOS DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA, Brasília, n. 28, jul.-dez. 2006.

ESTUDOS DE LITERATURA ORAL-ELO: Homenagem a Julio Camarena, Algarve, n. 11-12, 2005-2006. (2 ex.).

FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA, São Paulo, n. 6-7, 2004-2005.

FILOSOFIA, São Leopoldo (RS), v. 7, n. 3, set.-dez. 2006.

FLOEMA: Cadernos de Teoria e História Literária, ano 1, n. 1-2, 2005-2006.

FORMAS & LINGUAGENS, Ijuí, n. 9-10, jan.-dez. 2005.

FORMAS & LINGUAGENS, Ijuí, n. 11, jan.-jun. 2006.

FRAGMENTA, Curitiba, n. 18, 2001.

FRAGMENTOS: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, Florianópolis, n. 28-29, jan.-dez. 2005.

FRAGMENTOS: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras, Florianópolis, n. 30-31, jan.-dez. 2006.

GÂNDARA, Dep. de Letras da PUC/Rio, 2005.

INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 7, n. 12, mar. 2006.

IPOTESI: Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 8, n. 1-2, 2004.

IPOTESI: Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 9, n. 1-2, 2005.

LA REVUE DE L'ABPF: Nos lettres s'envolent. Bruxelles, n. 201-202, avr. 2006.

LETRAS & LETRAS: Revista do Instituto de Letras e Lingüística, Uberlândia (MG), v. 21, n. 2, jul.-dez. 2005.

LETRAS, Curitiba, n. 66, maio-ago. 2005.

LETRAS, Curitiba, n. 67, set.-dez. 2005.

LETRAS, Curitiba, n. 68, 2006.

LETRAS, Santa Maria, n. 27, set. 2006.

LÎMBA ROMANA, Bucaresti, v. 53, n. 3-4, 2004.

LÎMBA ROMANA, Bucaresti, v. 53, n. 5-6, 2004.

LÎMBA ROMANA, Bucaresti, v. 54, n. 1-4, 2005.

- LINGUAGEM & ENSINO: Revista da Pós-Graduação em Letras, Pelotas (RS), v. 9, n. 2, jul.-dez. 2006. (2ex.).
- LINGUAGEM EM DISCURSO, Tubarão (SC), v. 6, n. 2, maio-ago. 2006.
- LÍNGUAS E LITERATURAS, Porto, série 2, v. 22, 2005.
- LINGÜÍSTICA: Revista de Estudos Lingüísticos, Porto, v. 1, n. 1, 2006.
- MADRYGAL: Revista de Estudios Gallegos, Madrid, v. 9, 2006.
- MATRAGA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, ano 13, n. 18, 2006.
- MOENIA: Revista Lucense de Lingüística e Literatura, Santiago de Compostela, v. 11, 2005.
- ORGANON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 17, ed. esp., dez. 2003.
- ORGANON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 18, n. 36-37, 2004.
- PAIDÉIA: Revista Brasileira de Ensino de Arte e Educação Física, Natal, v. 1, n. 1, dez. 2005.
- REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, Rio de Janeiro, n. 8, 2006.
- REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, Rio de Janeiro, n. 9, 2006.
- REVISTA CIENTÍFICA, Curitiba, v. 1, jan.-dez. 2006 (2 ex.).
- REVISTA DA ABRALIN, Belo Horizonte, v. 4, n. 1-2, dez. 2005.
- REVISTA DE CULTURA INAE: Cadernos de Cultura, Altos (SP), ano 1, v. 1, n. 1, jul.-set. 2000.
- REVISTA DE CULTURA INAE: Cadernos de Cultura, Altos (SP), ano 2, v. 2, n. 4, abr.-jun. 2001.
- REVISTA DE CULTURA INAE: Cadernos de Cultura, Altos (SP), ano 2, v. 2, n. 5, out.-dez. 2001.
- REVISTA DE CULTURA INAE: Cadernos de Cultura, Altos (SP), ano 2, n. 8, jul.-dez. 2002.
- REVISTA DE CULTURA INAE: Cadernos de Cultura, Altos (SP), ano 2, n. 12, jul.-dez. 2004.
- REVISTA DE FILOLOGÍA ROMÁNICA, Madrid, v. 23, 2006.

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES, Belo Horizonte, v. 26, n. 35, jan.-jun. 2006. (2ex.).

REVISTA SAÚDE E AMBIENTE, Joinville (SC), v. 7, n. 1, jun. 2006.

REVISTA SAÚDE E AMBIENTE, Joinville (SC), v. 7, n. 2, dez. 2006.

REVISTA UNIVILLE, Joinville (SC), v. 11, n. 1, jun. 2006.

REVISTA UNIVILLE, Joinville (SC), v. 11, n. 2, dez. 2006.

SEMEAR,: Revista da Cátedra Pe. Antônio Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, n. 11, 2005.

SÉRIE-ESTUDOS : Periódico do Mestrado em Educação da Univ. Cat. Dom Bosco, Campo Grande (MS), n. 20, jul.-dez. 2005.

SÉRIE-ESTUDOS: Periódico do Mestrado em Educação da Univ. Cat. Dom Bosco, Campo Grande (MS), n. 21, jan.-jun. 2006.

SIGNO, Santa Cruz do Sul (RS), v. 31, n. 50, jan.-jun. 2006.

SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina (PR), v. 9, n. 2, 2006.

TELLUS, Campo Grande, ano 6, n. 10, abr. 2006.

TEMPO SOCIAL: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006.

TERCEIRA MARGEM: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, ano 4-5, n. 5-6, 1997-1998.

TERCEIRA MARGEM: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, ano 8, n. 9, 2003.

TERCEIRA MARGEM: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, ano 10, n. 14, jan.-jun. 2006.

TEXTYLES: Revue des Lettres Belges de Langue Française, Bruxelles, n. 10, 2001.

TEXTYLES: Revue des Lettres Belges de Langue Française, Bruxelles, n. 23, 2006. (2 ex.).

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

(Também disponíveis no site da revista: www.estudos.ufba.br)

Normas de apresentação de trabalhos

- *Estudos Lingüísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos lingüísticos, literários e culturais.
- O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo **recusá-los**.
- 1. **Os artigos deverão ter entre 12 e 25 páginas e as resenhas, entre 4 e 8. Os textos devem ser apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) e em disquete, digitados no programa WORD FOR WINDOWS (7.0 ou 6.0) em fonte Times New Roman, espaço simples, corpo 12, com a seguinte formatação:**
 - Título e subtítulos em negrito;
 - Identificação do autor após o título, em negrito, à direita, seguido, na linha seguinte, da instituição de origem, por extenso;
 - Margens de 3cm;
 - Citações recuadas em 2cm, em corpo 10;
 - Títulos de obras citadas dentro do texto e destaques em *itálico*;
 - Ilustração do fato analisado em negrito;
 - Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024).
- 2. Remissões bibliográficas no texto em duas maneiras (de acordo com a especificação exigida pelo texto), com remissões em nota de rodapé (NBR 10520) ou pelo sistema autor data (NBR 10520).
 - 2.1 Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo sobrenome do autor, seguido do nome.
 - 2.2 Referências ao final do texto, seguindo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:
 - Repetição do nome do autor (não usar traço);
 - No sistema AUTOR-DATA, a data deve vir logo após o nome do autor.
- 3. Ilustrações em preto e branco, que permitam boa reprodução, identificadas.
- 4. Resumo em português antecedendo o texto em inglês ou francês depois do texto.
- Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
- Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.

Solicitações:

1. Ao remeter o trabalho, indicar o endereço completo, incluindo o endereço eletrônico.
2. Fornecer um endereço para contato e autorizar divulgá-lo, se desejar que conste ao final do artigo.

Assinatura da revista **Estudos Lingüísticos e Literários**

Números atrasados:

1-14	R\$ 5,00 (cada)
16-20	R\$ R\$ 10,00 (cada)
21/22 a 23/24	R\$ 20,00 (cada)
25/26 a 33/34	R\$ 25,00 (cada)
Valor da assinatura anual:	R\$ 60,00

Desejo fazer uma assinatura ou receber os seguintes números atrasados:

Nome:

Instituição:

Endereço:

Cidade:

Estado:

País:

CEP:

E-mail:

Tel./Fax:

Assinatura

Data:

Observação: O pagamento deverá ser feito mediante cheque nominal à Fapex — Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, ou depósito na conta corrente da FAPEX, nº 603-354-7, Banco do Brasil, agência 3457-6, e cópia de recibo de depósito remetida para a revista:

Estudos Lingüísticos e Literários

INSTITUTO DE LETRAS

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo, 147

Campus de Ondina, CEP 40.170-115, Salvador, Bahia, Brasil

Telefone: (71) 3283-6781

Fax: (71) 3283-6208

E-mail: pgletba@ufba.br; estudos@ufba.br; robeliacabral@bol.com.br

Salvador - 2008

E-mail: edventoleste@hotmail.com

CEP 40.070-100 - Tel.: 71 3328-0820 - Telefax: 71 3329-1349

Rua General Labatut, 94, Barris, Salvador-BA



Impressão e acabamento por

Associação de Estudos Linguísticos e Literários

Número 00000000

1.00	R\$ 5,00 (cada)
15.00	R\$ 75,00 (total)
21.00 + 15.00	R\$ 90,00 (total)
25.00 + 15.00	R\$ 105,00 (total)
Valor da assinatura anual	R\$ 90,00

Deapo para uma assinatura ou renovação de assinatura, preencha o formulário a seguir.

Nº _____

Inscrição _____

Cidade _____

Estado _____

Zona _____

End. _____

CEP _____

Nome _____

Nº _____

Assinatura _____

Data _____

Observação: O pagamento deverá ser feito mediante cheque nominal à Fapes - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, nº 00000000-1, Banco do Brasil, Agência 3437-8, e nome de usuário de depósito corrente para o depósito em nome da Associação de Estudos Linguísticos e Literários.

Associação de Estudos Linguísticos e Literários



INSTITUTO DE LINGUAGEM

INSTITUTO DE LINGUAGEM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Rua Nelson de Azevedo, 100
Campus de Queimadas, CEP 52.000-000, Queimadas, PE
Telefone: (81) 3445.2700
Fax: (81) 3445.2701
E-mail: linguagem@ufpe.br

CEP 50000-000

